FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.329 | QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2023 | R$ 6,00

No embarque, Bolsonaro diz que vai depor 'sem problema'

Ao embarcar no aeroporto de Orlando (EUA) para retorno ao Brasil após três meses fora do país, Jair Bolsonaro (PL) afirmou que que vai depor "sem problema" à PF sobre o caso das joias sauditas, em oitiva no dia 5. O ex-presidente disse que não vai liderar a oposição ao governo e que a direita não é irresponsável. Política A4

Jair Bolsonaro no aeroporto de Orlando, antes de embarcar para o Brasil Reprodução/CNN

Regra limita aumento de gasto a 70% da alta da receita

Proposta avaliada por Lula deve criar travas para evitar variação abrupta de despesa

A nova regra fiscal apresentada a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por Fernando Haddad (Fazenda) para substituir o teto de gastos prevê que o crescimento de despesas federais se limite a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano.

O modelo, já avaliado pelo presidente, foi pensado para os gastos terem aumento real (acima da inflação), mas em ritmo mais moderado que o da arrecadação —combinação necessária para reduzir gradualmente o déficit e frear o endividamento.

Tal como foi desenhada, a proposta é pró-cíclica, ou seja, permite mais despesas quando há ampliação da receita, ao mesmo tempo em que impõe moderação em fases de baixa. Evitar isso era uma das metas de economistas do próprio PT.

Por isso, a tendência é que o governo inclua travas para impedir que o gasto acompanhe o ritmo da arrecadação se esta tiver alta expressiva, ou ainda que seja preciso cortar despesas porque a receita caiu de forma significativa. Mercado A15

Polícia investiga mais dois alunos por ataque em SP

A polícia investiga mais dois alunos suspeitos de terem participado e incentivado o ataque a escola que deixou uma professora morta e cinco feridos em São Paulo. Um deles se encontrou com o agressor antes do ato, e outro elogiou a ação na internet. Cotidiano B2

MÔNICA BERGAMO

TJ-SP ordena que shopping Eldorado seja penhorado

Ilustrada C2

Viela da favela Villa 31, na região central de Buenos Aires, com cerca de 45 mil moradores; comunidade cresceu junto com alta da pobreza Fernando Canzian/Folhapress

Hiperinflação volta a ameaçar Argentina, e pobreza dá salto

Com a inflação anual em três dígitos, gastar rápido é a melhor maneira de "poupar" pesos que "queimam na mão", como se diz na Argentina. Há cada vez menos ingresso de dólares, e a pressão inflacionária aumenta em ano de eleição, relata **Fernando Canzian.**

Em dez anos, a pobreza cresceu mais de 15 pontos e atinge 43% dos argentinos, pelos dados oficiais. Nesse grupo está Olegario Valdemar Lago, morador da favela Villa 31, em Buenos Aires, a quem a reportagem reencontrou na mesma casa após 16 anos. Mercado A22

agrofolha

expectativas do agronegócio

Supersafra no campo

Agro vê queda de custos e espera safra boa em 2023, o que garantiria rentabilidade ao produtor, mas setor se preocupa com crédito e invasão de terras. A33 a A36

ilustrada C1

Filme 'Tetris' mostra como o jogo fugiu da Rússia soviética para ganhar o mundo

ilustrada C6

Briga de integrantes do Secos e Molhados ameaça série sobre o grupo no Canal Brasil

turismo C8

Projeto de tirolesa no Pão de Açúcar, no Rio, divide opiniões sobre impacto ambiental

EDITORIAIS A2

Tragédias nas escolas

Acerca de atentados praticados por estudantes.

Choque elétrico

Sobre restrições a carros movidos a gasolina na UE.

ISSN 1414-5723

Reprodução

CHARLES 3º USA BRACELETE INDÍGENA EM 1º RETRATO

Pintura a óleo de autoria de Alastair Barfor, primeira de Charles 3º como monarca do Reino Unido; o item representado no pulso do rei foi presente de Domingos Peas, líder indígena achuar

Estados definem ICMS único de R$ 1,45 por litro de gasolina

Estados chegaram a acordo e definiram a alíquota única de ICMS sobre a gasolina em R$ 1,45 por litro, o que deve elevar o preço do combustível —a maior taxa hoje é a do Piauí, R$ 1,24/litro. A medida vale a partir de 1º de julho. Mercado A24

Em meio a cortes, big techs demitem equipes de ética em IA

Mercado A32

Fernanda Torres

Voltarei da pausa, por certo, mudada

Escrevi livros, roteiros, programas e, por 13 anos, mantive colunas na **Folha** enquanto me desdobrava como atriz. Pela primeira vez, me sinto incapaz de equilibrar mais de um prato no ar. Tiro quatro meses de recesso. Volto, por certo, mudada. Ilustrada C6

ANÁLISE

Raphael Hernandes

GPT evolui muito, mas com problemas e mais perigoso

Mercado A32

Viagem de Lula à China deve ser remarcada para o dia 11 de abril A13

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Tragédias nas escolas

Escalada de ataques em 8 meses exige protocolos baseados em evidências, não solução imediatista

Casos de adolescentes que invadem escolas matando estudantes e professores são fenômenos típicos dos EUA, mas dados apontam que tais tragédias vêm se tornando mais comuns no Brasil.

Segundo levantamento de pesquisadores da Unesp e da Unicamp, entre 2002 e julho de 2022 aconteceram 13 ataques perpetrados por alunos ou ex-alunos em escolas do país, causando 28 mortes —em média, pouco mais de um ataque a cada biênio e 1,4 óbito por ano.

A estatística do período já deveria causar preocupação, mas o cenário a partir de agosto de 2022 se mostra muito mais alarmante. Nos último oito meses, foram nove atentados e sete mortes, o que representa escalada abrupta de violência, com cerca de um ataque a cada 30 dias e quase um óbito por mês.

Diferentemente do que se vê nos Estados Unidos, onde se usam pistolas e até metralhadoras, aqui em apenas 12 episódios do período estudado os agressores empregaram armas de fogo —uma evidência a favor da legislação brasileira, que favorece o desarmamento.

Contrariando os fatos, entretanto, correntes conservadoras, bolsonaristas em particular, alegam que a liberação do porte de armas seria uma das soluções para a onda de ataques, além de advogarem redução da maioridade penal.

Criar leis e elevar penas em momentos de comoção, porém, não costuma ser abordagem eficiente para um problema de segurança.

A pesquisa da Unesp e da Unicamp mostrou que jovens agressores têm perfil semelhante: manifestam comportamento machista e violento, cultuam armas, são isolados, apresentam histórico de distúrbio psiquiátrico e convivem com desemprego e violência doméstica no ambiente familiar.

A motivação do crime geralmente tem relação com vingança por ciúmes ou bullying. Jovens com motivações do tipo se encontram em fóruns, redes sociais, jogos online e sites da chamada deep web (internet profunda, onde há atividades ilegais), compartilhando raiva, violência e machismo.

Com base nesse diagnóstico, há protocolos de segurança sugeridos por especialistas.

Entre eles, capacitar professores, funcionários e pais para identificar alterações de comportamentos, além de falar sobre preconceito, agressividade e internet em sala de aula. Uma atuação da inteligência de órgãos de segurança sobre sites e fóruns anônimos da deep web também é cogitada.

Pela ligação com a expansão do ambiente online e um acirramento do embate ideológico, os ataques às escolas são sintomas de um cenário novo e de difícil compreensão. Políticas públicas de longo prazo são mais indicadas do que soluções radicais e imediatistas.

Choque elétrico

UE se prepara para abandonar motor a combustão até 2035; aqui, Anfavea quer reserva de mercado

A União Europeia (UE) engatou marcha acelerada para eletrificar sua frota de veículos: em 2035, deixará de fabricar carros movidos a combustíveis fósseis. A medida faz parte da estratégia para zerar, em 2050, as emissões de carbono.

A Alemanha defende exceção para motores que queimem combustíveis sintéticos e não gerem poluição, mas já é certo que os elétricos dominarão o mercado. Hoje, são 21% dos carros novos na UE.

Com 27%, a fatia de vendas na China é mais que o dobro da média mundial de 13%. Lá, 6,2 milhões de veículos eletrificados chegaram às ruas em 2022 —entre os totalmente elétricos com baterias (BEV, na abreviação em inglês) e os híbridos que podem ser ligados na tomada (plug-ins, ou PHEV).

As vendas chinesas no setor cresceram 82% em 2022, enquanto o mercado automotivo geral encolhia 5,3%. No mundo, o avanço verde foi de 55%, ante retração de 0,5% nas vendas totais de veículos, segundo a base de dados EVvolumes.

Os EUA ficam atrás da média global, com 7,2% de elétricos. A campeã é a Noruega, onde BEVs e PHEVs somam 79% das vendas.

Do ângulo da crise climática, pouco adiantará eletrificar a frota se a energia das baterias provier de fontes emissoras de carbono, como usinas alimentadas com carvão mineral, óleo ou gás natural. A matriz elétrica precisa ser toda renovável para fazer diferença contra o aquecimento global.

Nesse quesito, o Brasil ocupa posição ímpar, com 82,9% da eletricidade oriunda de fontes renováveis (hidráulica, eólica, solar e biomassa), contra 28,6% na média do planeta. Some-se a isso a alta produção de etanol e tem-se um enorme potencial para BEVs e PHEVs.

Os números são ínfimos, contudo. Circulam aqui apenas 135,3 mil elétricos e híbridos, menos de 0,1% da frota de veículos leves. As vendas têm aumentado, é fato, com 49,2 mil emplacamentos em 2022, incremento de 41% sobre o ano anterior, de acordo com a Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

A maioria dos carros elétricos e híbridos disponíveis no mercado nacional é de modelos pouco acessíveis —e poderão ficar ainda mais caros, se o governo federal ouvir o pleito apresentado em fevereiro pela Anfavea de revogar a isenção do imposto de importação, com retorno da alíquota de 35%.

Ou seja, as montadoras querem garantir uma reserva de mercado. Enquanto a Europa acelera, no Brasil ameaçam puxar o freio de mão.

Como tornar escolas mais seguras

Thiago Amparo

A professora Elisabeth Tenreiro, 71, era alegre. Defendia fervorosamente a vacinação e a ciência e trabalhou por muitos anos no Instituto Adolfo Lutz na área da saúde. Bem-humorada, postava nas redes sociais sobre química e biologia de forma espirituosa. Desafiando o etarismo, tornou-se professora na rede pública paulista aos 60 anos de idade. Gostava de samba e do Corinthians. Apesar da leveza deste prelúdio, leitor, o ofício de colunista impõe o fardo sufocante de escrever palavras duras.

Beth, como era conhecida por colegas e alunos, foi morta a facadas por um aluno de 13 anos na zona oeste de São Paulo na última segunda-feira (27). O adolescente tentara comprar uma arma de fogo online antes, sem sucesso. No Brasil, ataques violentos em escolas explodiram a partir de agosto de 2022, segundo dados da Unicamp e Unesp: foram nove ataques de extrema violência em oito meses; a média era um ataque a cada dois anos, mas passou a ser de um por mês.

Rapidamente, o governador paulista propôs policiamento permanente dentro das escolas e congressistas reaqueceram a redução da maioridade penal. Por trás da boçalidade bruta, há oportunismo penal —como se policiais em sala protegessem professores e resolvessem a saúde mental de alunos— e venda de soluções fáceis para temas complexos. Recair no niilismo de que nada possa ser feito, tampouco, ajudará. Tornar as escolas mais seguras requer respostas multifacetadas.

Entre elas estão o monitoramento por inteligência policial preventiva de discursos de ódio online; regulação adequada das plataformas para lidar com ameaças de violência; ensino e extensão nas escolas para uma cultura de paz e contra bullying, envolvendo pais, professores, alunos e comunidade; expandir e ampliar programas de saúde mental de crianças e adolescentes; apoio psicossocial à comunidade escolar, em especial àquelas com medo da violência. Tornar escolas mais seguras é possível e urgente, mas requer políticas de paz, não cassetete.

Os 1.284 dias seguintes

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro queria uma festa em seu retorno ao país. Planejou recepção no saguão lotado do aeroporto, desfile em carro aberto e discurso para uma multidão. A ideia era encenar uma espécie de retorno heroico, como se o isolamento de três meses nos EUA não tivesse sido a escolha livre de um político abatido.

O programa foi vetado por órgãos de segurança de Brasília, mas não seria prudente descartar uma nada espontânea quebra de protocolo. A experiência bolsonarista já mostrou que o líder e seus seguidores se alimentam de um desafio infantil a autoridades e regras em geral.

O primeiro dia de Bolsonaro em solo brasileiro como ex-presidente dirá pouco sobre seu futuro ou sobre o vigor da extrema direita. Esse teste será feito nos 1.284 dias seguintes, até 2026. O capítulo desta quinta (30) será apenas uma demonstração de como ele pretende ser visto.

Como movimento populista, o bolsonarismo precisa de um líder cultuado. A derrota para Lula em 2022 caiu mal dentro do grupo porque as urnas quebraram essa imagem, somando-se ao incômodo com a ausência do ex-presidente durante o autoexílio americano.

Bolsonaro gostaria que o roteiro de seu retorno fosse uma prova de que não houve popularidade perdida nesse processo. O ex-presidente quer criar e manter a ilusão de que seu nome tem apoio majoritário —um adjetivo que ele não consegue reivindicar, ainda que seja um dos políticos mais populares do país.

Aliados vêm dando pistas da plataforma que Bolsonaro pretende explorar na oposição. O ex-presidente deve buscar principalmente más notícias na economia para atacar o discurso de campanha de Lula, além de enfrentar o governo em temas ligados à segurança pública. Nessas horas, deixará de lado o fiasco de seus quatro anos no Planalto.

Bolsonaro, aliás, passará os próximos tempos assombrado pelo passado. As ações de inelegibilidade e as investigações sobre as joias sauditas estarão na porta da mansão que o PL alugou para abrigá-lo.

Ali Babá e os 40 Bolsonaros

Ruy Castro

Sugiro que, ao descer nesta quinta-feira (30) em Brasília e contornar a alfândega, Bolsonaro seja pendurado pelos pés até se certificarem de que abotoaduras de ouro e Rolexes de diamantes não cairão de seus bolsos. Eu sei, Bolsonaro não está chegando da Arábia Saudita, cujo ditador, o príncipe Mohammed bin Salman, cumulou-o de presentes milionários como prova de afeto pessoal e, quem sabe, gratidão por serviços prestados. Vem de três meses de aprisco em Orlando, Flórida, urbe identificada com o Pateta —erroneamente, já que os únicos patetas por lá são os turistas.

Para quem sempre fez profissão de fé religiosa e pobreza, Bolsonaro revelou-se de extrema flexibilidade. Aceitou os ditos presentes das mãos ou a mando de um ditador acusado de, entre outras, ordenar em 2018 a morte do jornalista saudita Jamal Khashoggi, esquartejado vivo com serra cirúrgica no consulado da Arábia Saudita em Istambul, Turquia, e depois dissolvido em ácido no jardim. Apesar de as autoridades turcas terem provas de tudo isso, Bolsonaro afirmou sentir "certa afinidade" com Bin Salman.

Pobreza? Usuário de uma humilde Bic em público, Bolsonaro devia reservar suas canetas Chopard de ouro, mimos do ditador, para os documentos que assinava em palácio, como o referente ao sinal verde para o desmatamento da Amazônia ou à fabricação de cloroquina.

Por enquanto, é sabido que Bolsonaro recebeu e se apossou de três estojos de joias no valor de R$ 18 milhões. Sem descartar possíveis novas surpresas, isso já deixa longe o valor do Fiat Elba que liquidou Fernando Collor em 1992 e os do sítio e tríplex que levaram Lula à prisão em 2018 —somados.

Para embolsar as joias, Bolsonaro contou com auxiliares de vista grossa. Um dia saberemos tudo. E, como há algo das "1001 Noites" nessa história, ofereço um título inspirado em meu amigo Telmo Martino: "Ali Babá e os 40 Bolsonaros".

Aos 'órfãos de governo'

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Desde que assumiu, o presidente Lula acenou mais de uma vez com a possibilidade de criar iniciativas voltadas para as chamadas classes médias. Segundo ele, por não serem contempladas com políticas públicas, acabam órfãs "de pai, mãe e governo".

Há bons motivos para que uma gestão progressista focalize esse setor tão heterogêneo quanto eleitoralmente importante. Afinal, parcela significativa dele se situa no campo antipetista, muitos habitando rincões colonizados pelo bolsonarismo.

Apropriadamente, Lula o citou ao falar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Ocorre que, se for mesmo levado a sério, o desafio exigirá um conjunto de ações possíveis nas áreas econômica e social. A mais óbvia consistirá em incorporar princípios de progressividade à reforma tributária.

O governo terá de pensar também em abordar as grandes políticas sociais —saúde e educação—, não só do ângulo da cobertura mas sobretudo do da qualidade dos serviços oferecidos.

Subfinanciado, o SUS, eficaz na atenção básica à saúde, deixa a desejar quando seus beneficiários demandam serviços mais complexos. De seu lado, as escolas públicas, que atendem mais de 70% das crianças no ciclo fundamental, têm notórias falhas no ensino de habilidades básicas. Não por acaso, tão logo aumenta a renda da família, ela busca um seguro saúde privado e procura matricular suas crianças em escolas particulares.

Na babel de demandas que levaram milhares às ruas em 2013, a aspiração por políticas sociais de qualidade foi expressa em cartazes que pediam escolas e hospitais "padrão Fifa". Ainda assim, o governo se enganará se acreditar que pode falar aos setores médios engajados no antipetismo acenando apenas com promessas de bem-estar material e desprezando o apelo a valores.

Na formulação do discurso mobilizador que deu autoconfiança à direita e a colocou sob liderança dos mais extremados, a denúncia da corrupção teve papel central —pouco importando se fidedigna ou exagerada para fins políticos. A quem duvidar recomenda-se a autocongratulatória série "A Direita no Brasil", da produtora Brasil Paralelo.

Para os populistas de todos os matizes, o fantasma da roubalheira serve ao propósito de corrosão da democracia —oferecendo uma retórica desprovida de atos concretos. Já para os progressistas, seu combate necessariamente implica a criação de mecanismos institucionais que reduzam as oportunidades de que venha a ser praticada.

Para o governo da frente democrática, é dimensão crucial do diálogo com os setores médios enredados no antipetismo.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Um problema muito além dos juros no crédito consignado

Aumento da margem consignável compromete ainda mais a renda dos pobres

Lauro Gonzalez e Julio Leandro
Professor da FGV/Eaesp e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV
Professor do Mackenzie e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV

A polêmica sobre o teto de juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas parece ter virado uma daquelas séries exibidas nas plataformas de streaming. No último episódio, o ministro da Previdência Social revela ter comunicado a outros membros do governo, com antecedência, a decisão de reduzir o limite máximo de juros do consignado acima de 2,14% para 1,7% ao mês. Entre idas e vindas, o roteiro acabou tendo um final previsível, com a revisão para cima da taxa máxima cobrada por conta da pressão dos bancos, incluindo Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que haviam suspendido a modalidade.

A disputa envolvendo o consignado pode ser utilizada para pensar no que realmente interessa: uma agenda de médio e longo prazo para o crédito no Brasil, em particular aquele para pessoa física, cuja face mais notável são os 70 milhões de negativados. Antes disso, cabe aqui uma breve reflexão sobre como o episódio foi retratado pela mídia especializada. Alguns artigos, a partir de informações fornecidas pelos próprios bancos, fizeram uma decomposição dos custos a fim de encontrar uma taxa mínima ("break even") capaz de cobrir os custos.

Por diversas razões, essas análises não podem ser tomadas pelo valor de face. Primeiramente porque uma mesma estrutura de custos não se aplica ao mercado como um todo. Os grandes bancos não podem ser comparados, sem ajustes, a bancos médios e pequenos. Em segundo lugar, mesmo ajustando por porte, os especialistas sabem que a alocação de custos pode ser feita de diversas maneiras, o que implica fazer uma análise detalhada dessas alocações antes de conclusões aparentemente "técnicas".

Voltando à agenda de médio e longo prazo, o crédito consignado representou parte importante da expansão do crédito para pessoa física nas últimas décadas. Ao oferecer como forma de garantia o desconto direto em folha de pagamentos, o risco de inadimplência e a potencial perda efetiva são muito menores e, por isso, as taxas cobradas são relativamente mais baixas. Ocorre que, como quase tudo na vida, dose é fundamental. Gradativamente foram sendo aprovadas margens maiores de consignação, ou seja, o valor máximo da renda mensal que pode ser comprometida em um consignado, que hoje pode chegar a 45%.

A justificativa para aumentos de margem se baseia na visão de que os consumidores podem trocar dívidas mais caras por dívidas mais baratas.

[...]

O ciclo vicioso do endividamento é agravado por renegociações que postergam indefinidamente o consignado. O consumidor, incapaz de pagar a dívida e os juros, recorre a novos empréstimos com juros bem mais altos —e, muitas vezes, na mesma instituição que ofereceu o consignado inicial

Por outro lado, como se trata de um crédito de prazo maior, o comprometimento de renda também é longo. A literatura acadêmica mostra que o tipo de crédito e a sua finalidade são fatores importantes para um endividamento ser ou não saudável. Há evidências de elevado uso de consignado como complemento de renda para arcar com gastos correntes. Nesse caso, com a atual dose permitida pelas margens de consignação, o crédito passa de remédio a veneno.

Além disso, o ciclo vicioso do endividamento é agravado por renegociações que postergam indefinidamente o consignado. O consumidor, incapaz de pagar a dívida e os juros, recorre a novos empréstimos com juros bem mais altos —e, muitas vezes, na mesma instituição que ofereceu o consignado inicial. Segundo o Banco Central, cerca de 73% dos beneficiários do INSS que recorrem ao consignado possuem renda de até dois salários mínimos. Com o aumento da margem consignável, o comprometimento de renda de quem já é pobre se eleva muito. Vale lembrar que esses níveis de comprometimento não levam em consideração o pagamento com dívidas não bancárias e serviços como água, luz etc.

Apesar de importante, não será a educação financeira o único fator capaz de resolver as mazelas dos trabalhadores superendividados. Fatores ligados à oferta predatória de crédito, o papel dos "pastinhas", dos bancos e, mais recentemente, de algumas fintechs precisa ser reavaliado. Renda estagnada, informalidade e precarização do trabalho são igualmente importantes.

Em suma, a tarefa é longa e vai muito além dos juros. Medidas cabíveis precisam entrar logo na agenda e, sobretudo, sair do papel.

Por que tão poucos negros e mulheres nos tribunais superiores?

Não nos falta competência: é preciso transpor hegemonia branca e masculina

Dois ministros do Supremo Tribunal Federal vão se aposentar neste ano: Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Diversos grupos estão criando lobbies de apoio a pessoas que estão se dispondo a concorrer às vagas. Alguns homens estão sendo cotados como quase certos. Não há o que falar a respeito de seu notório saber jurídico. A disputa, contudo, não se trata apenas de ter competência.

Temos muitas mulheres brancas e pretas, competentes e capacitadas, para ocupar essas posições, mas seus nomes pouco ou nada têm sido ventilados. O que nos falta não é expertise, mas networking. É em razão da ausência feminina nos espaços de poder que as nomeações acabam sempre reproduzindo a manutenção do status quo: a hegemonia masculina e branca.

Entidades significativas da sociedade civil assinaram o Manifesto por Juristas Negras no Supremo Tribunal Federal, no qual declararam a necessidade de ser nomeada uma mulher negra para o STF. Nunca houve a presença de uma mulher negra na corte! Lamentável, ainda mais por se tratar de um país cuja população é majoritariamente preta.

Debater isso é tratar sobre a qualidade da democracia brasileira. As violências que atravessam as mulheres, brancas e negras, e o racismo estrutural são exemplos de situações que impactam na forma como a sociedade se relaciona. É indispensável que essas pessoas, cuja experiência de vida proporciona a possibilidade de julgar com maior conhecimento de causa tais situações, estejam presentes no Supremo.

Não estamos pedindo um privilégio: existem mulheres aptas a ocupar a função. Estamos pleiteando que o fator de decisão não seja a proximidade com o poder, porque isso de fato nós não temos, já que estamos praticamente ausentes nestes espaços —basta ver as pesquisas publicadas pelo CNJ em 2022.

É importante lembrar que a nossa Constituição nasce com o objetivo de "instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar (...) a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos".

[...]

Temos muitas mulheres brancas e pretas, competentes e capacitadas, para ocupar essas posições, mas seus nomes pouco ou nada têm sido ventilados. (...) É em razão da ausência feminina nos espaços de poder que as nomeações acabam sempre reproduzindo a manutenção do status quo: a hegemonia masculina e branca

Essa sociedade nunca existirá sem que haja a presença de mulheres e de pessoas negras nos espaços de deliberação dos rumos do país. O pluralismo de ideias nasce das diversas experiências de vida dialogando entre si. E, para que não existam mais estereótipos, preconceitos e violências deles advindas, é preciso enfrentá-los, colocando suas vítimas em espaços capazes de desconstruí-los estruturalmente.

É preciso que mulheres, brancas e pretas, representem de forma autêntica os segmentos marginalizados e excluídos do ambiente público. Em nosso país, os direitos das mulheres não são autoevidentes, o que implica a necessidade de desconstruções e reconstruções diárias no sentido de que avancemos para uma sociedade democrática substantiva.

Queremos mulheres nos espaços de poder! Porque a democracia brasileira precisa. Porque o Brasil necessita avançar rumo à concretização dos ideais contidos na Constituição. E queremos porque podemos, porque temos competência técnica e humanística para tanto!

Adriana Cecilio, professora de direito constitucional; **Alice Bianchini**, doutora em direito penal, é vice-presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; **Eunice Prudente**, professora sênior da Faculdade de Direito da USP; **Luciana A. da Silva Teixeira**, advogada; e **Sílvia Pimentel**, coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade da PUC-SP

* As autoras deste artigo são membras da Coalizão Nacional de Mulheres

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Vista de sepultamento no cemitério Vila Formosa; país atinge marca de 700 mil mortos por Covid Eduardo Knapp/Folhapress

Marca evitável

"Brasil chega a 700 mil mortes por Covid, e perfil das vítimas muda" (Saúde, 28/3). Não se fala mais do negacionismo sobre vacinação e no uso de máscaras, dos fortes indícios de corrupção, do crime de Manaus. Países em guerra ou que sofreram terremotos nem de longe atingem esse patamar de vítimas —sendo mais de 100 mil perfeitamente evitáveis. Os responsáveis precisam pagar por esses crimes.
Jonas Nunes dos Santos (Juiz de Fora, MG)

*

Triste marca, meus sentimentos e solidariedade a todos os afetados por perdas ou sequelas, com certeza metade dessas mortes poderia ser evitada se não houvesse sim um projeto premeditado de extermínio de idosos, pobres, indígenas e vulneráveis através de omissão, desinformação, corrupção e ações deliberadas para a propagação do vírus. Não nos esqueçamos de Manaus, das terras indígenas que pararam de receber água potável, esse genocida vai responder neste plano ou em outro, mas vai pagar a conta.
Alexandre Miquelino Levanteze (Campinas, SP)

Cartilha

"Moro dispensa STF em caso Tacla Duran, vê 'odioso privilégio' e critica juiz da Lava Jato" (Política, 29/3). E o medo de cair nas mãos do Zanin, caso seja o escolhido? No fundo, ele quer um juiz lá do Paraná que reza pela cartilha da "tchurma" dele.
Terezinha Rachid Ozorio da Fonseca (Bom Jardim de Minas, MG)

*

Eu adoro ver as opiniões dos lulaplanistas sobre direito penal! Especialistas de sofá que vivem replicando o que o reizinho mandar, pobres almas alienadas! Tudo mudou para continuar do mesmo jeito em Brasília!
Maria Cesar (Santos, SP)

*

Desde quando é o pescoço que escolhe a força?
Pedro Roberto Silva (Ilhéus, BA)

O futuro do bolsonarismo

"Steve Bannon vê Bolsonaro fortalecido com acusações na Justiça e aposta em Eduardo" (Política, 29/3). Este senhor é o mentor da ascensão da extrema direita no mundo. Conseguiu a mágica de eleger os dois mais nefastos presidentes dos EUA e do Brasil. Felizmente os dois povos reagiram escapando por pouco da reeleição destas figuras desprezíveis que, como ele mesmo, devem ser varridas para o lixo da história.
Paulo Machado (Porto Velho, RO)

Toxicidade

O Brasil e os brasileiros não merecem serem estressados com a agressividade tóxica de Bolsonaro e Lula. Esperamos por paz política e o aprendizado de Lula com os erros nocivos de Bolsonaro. Vale lembrar alguns ditados populares: o peixe morre pela boca; em boca fechada não entra mosca; quem fala demais perde a língua. E termino dizendo: para bom entendedor, meia palavra basta.
Ângela Luiza S Bonacci (São José dos Campos, SP)

Etarismo

"'Sou idosa e as pessoas não queriam me ouvir', relata doutoranda de 70 anos" (Educação, 28/3). Estou vivendo na pele a exclusão. Há vezes que penso em desistir, mas a lucidez volta e penso comigo: o problema não sou eu! O problema são essas pessoas criadas de forma diferente da minha criação. Eu nasci em uma época de transformação e mudanças, sociais, políticas, culturais, e os que vieram depois não tiveram que lutar por nada, principalmente com a chegada da tecnologia e internet, que minha geração criou. Perderam assim a oportunidade de desenvolver ideias novas.
Odete Santos (Guarulhos, SP)

*

Que absurdo discriminar um estudante por questões de idade. Em julho de 2022 eu defendi minha tese de doutorado na Universidade Sorbonne Paris com a idade de 67 anos. Preconceito contra idosos é uma demonstração de falta de educação, de cultura e de sabedoria.
Elizabete Oliveira (Jaú, SP)

Ofício

"Professores são para salvar a nossa vida" (Assim Como Você, 28/3). Sinto-me duplamente penalizada. Primeiro por ver essa morte vil de uma colega. Também sou professora há 16 anos. Meu segundo lamento se refere ao fato de não haver valorização de nossa profissão. Nos últimos quatro anos, fomos tratados como inimigos da população. Triste sina de uma nação assim.
Erica Luciana de Souza Silva (Juiz de Fora, MG)

Crítica

"'Pânico 6', ao contrário do que dizem os esnobes, é cinema de qualidade" (Jorge Coli, 28/3). Talvez eu não assista esse filme, mas fiquei curiosa. Sempre é uma delícia ler os textos de Jorge Coli!
Deise Maciel (Curitiba, PR)

Fim de atividades

"Papelaria Rosário encerrará as atividades após 71 anos" (São Paulo Antiga, 28/3). Eu acho que eles deveriam procurar um local mais econômico e prosseguir. Mesmo menor e mais afastado. Certos produtos, principalmente os relacionados à arte, não são fáceis de serem adquiridos online. Além disso, aprendi muito conversando com outros clientes mais experientes. Ainda há um pequeno espaço no mercado.
Fernando Gabriel (Ribeirão Preto, SP)

*

A violência, o tráfico e a ineficiência das autoridades neste assunto estão acabando com São Paulo. O centro está morto.
Roberta Melissa Oliveira Sales (Diadema, SP)

Posicionamento

"No Brasil, coaches pregam 'mulher de valor' e uso do 'capital erótico' de homens" (Cotidiano, 25/3). A International Coaching Federation Brasil, associação global de coaches, recomenda cuidado no uso do termo coach. Embora o título utilize o conceito para descrever as pessoas citadas, o texto explica que elas não se denominam desta forma. O uso equivocado prejudica profissionais sérios e éticos que atuam no desenvolvimento das pessoas e as instigam a maximizar seu potencial sem preconceitos.
Marcus Baptista, presidente do Conselho Deliberativo ICF Brasil (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Sem divã

O então presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou em 2019 projeto aprovado pelo Congresso que previa atendimento por psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas para alunos dos ensinos fundamental e médio. A justificativa foi de que não havia previsão orçamentária para a despesa. Os profissionais atuariam na busca por melhoria nos processos de aprendizagem e na relação entre os estudantes. Na terça (27) um adolescente de 13 anos matou uma professora numa escola em SP.

MESA FARTA A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro decidiu não recepcionar o marido no aeroporto de Brasília na volta ao país, nesta quinta (30). Ela e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, irão aguardá-lo na sede do partido. Michelle encomendou um café da manhã "bem brasileiro" para o ex-presidente, segundo interlocutores.

VIVA LA VIDA O deputado bolsonarista Coronel Meira (PL-PE) protocolou requerimento de informação na Casa Civil para saber qual foi a destinação dada ao violão que o presidente Lula (PT) ganhou do vocalista do Coldplay, Chris Martin. Ele argumenta que o presente da marca Martin & Co. é avaliado em R$ 19.490 e pode ter seu valor aumentado em função dos autógrafos.

VOLTA POR CIMA O governo Lula nomeou o auditor Guilherme Bibiani como corregedor-geral da Receita Federal. Ele foi indicado para o posto em 2021, mas acabou trocado antes de assumir por João Tafner, amigo da família Bolsonaro. Na época, a substituição foi vista como uma manobra para proteger o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de investigações sobre seu envolvimento em "rachadinhas".

ADMITO Responsável por chamar Nikolas Ferreira (PL-MG) de "chupetinha" em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, André Janones (Avante-MG) visitou o presidente do colegiado, Rui Falcão (PT-SP), e assumiu ser o autor da ofensa. Durante a sessão, Falcão foi falsamente responsabilizado pela frase "vai, chupetinha", dirigida a Ferreira durante audiência com o ministro da Justiça, Flávio Dino.

PNEU VAZIO O TCU isentou de punições nesta quarta (29) o diretor do BNDES Nelson Barbosa e a ministra da Gestão, Esther Dweck, pelas pedaladas fiscais que resultaram no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, de cujo governo fizeram parte. O relator da ação, ministro Antonio Anastasia, considerou que a pena prescreveu, pelo fato de o processo ter ficado parado cinco anos.

PAPAGAIO O publicitário Lula Guimarães entrou com ação judicial contra o PSDB e o ex-governador Rodrigo Garcia pelo não pagamento de R$ 1,3 milhão por serviços realizados na campanha do ano passado. Ele diz que a pedido dos tucanos fotografou 900 candidatos a deputados federal e estadual da coligação de Garcia.

EU, NÃO Presidente do PSDB-SP, Marco Vinholi diz que a campanha foi encerrada sem dívida e que não há responsabilidade do partido sobre despesas de candidatos a deputados.

POP A Polícia Federal escolheu a trilha sonora do popular anime japonês "One Piece" para um vídeo em comemoração aos seus 79 anos. O clipe, mostrando agentes em ação pelo país, foi postado nas redes sociais da instituição. Curiosamente, a música costuma anunciar a entrada em cena de piratas, inimigos de agentes da lei que usam uma capa com a palavra "justiça" nas costas.

VISITA À FOLHA Denis Mizne, diretor-executivo da Fundação Lemann, esteve no jornal nesta quarta-feira (29). Acompanharam-no Lara Alcadipani, diretora de Relações Institucionais e Comunicação, e Rení Tognoni, assessora de imprensa.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

Bolsonaro entrega passaporte antes de passar pela segurança do aeroporto de Orlando Reprodução CNN

Bolsonaro volta ao Brasil sob desconfiança de aliados para liderar oposição ao PT

Nos Estados Unidos, ex-presidente busca minimizar protagonismo; PL prepara agenda de viagens e mira campanha eleitoral de 2024

Cézar Feitoza e Anna Virginia Balloussier

BRASÍLIA E ORLANDO (EUA) Três meses após viajar aos Estados Unidos e desprezar o rito democrático de transmitir simbolicamente o poder a seu sucessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) volta ao Brasil nesta quinta-feira (30) em meio à desconfiança de aliados sobre seu protagonismo na oposição contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A expectativa de líderes do PL ouvidos pela **Folha** é que, com a volta de Bolsonaro, uma agenda de viagens pelo país e pronunciamentos para criticar Lula ajudem o ex-presidente a retomar posição de destaque.

Outro foco, segundo aliados de Bolsonaro, será a formação de candidaturas para as eleições de 2024, consideradas como termômetro para o pleito presidencial de 2026.

Bolsonaro embarcou na noite desta quarta (29) no aeroporto de Orlando, na Flórida, em direção ao Brasil —onde, pela previsão do voo, deve chegar por volta das 7h10 desta quinta. Após entrar no avião, ele foi aplaudido, mas um passageiro gritou "cadeia". A aeronave decolou por volta das 23h (no horário de Brasília).

No embarque, Bolsonaro buscou afastar, em entrevista à CNN Brasil, seu protagonismo de líder da oposição.

"Não vou liderar nenhuma oposição. Vou participar com o meu partido, como uma pessoa experiente, 28 anos de Câmara, quatro de presidente, dois de vereador e 15 de Exército, para colaborar com aqueles que assim desejarem", afirmou.

"Temos hoje em dia uma direita que cada vez mais se aglutina, sabe o que quer, sabe o que deseja, tem um alvo, um objetivo. Não é oposição irresponsável, oposição pela oposição", disse.

Há avaliação interna no PL de que o ex-presidente deixou de aproveitar erros de Lula enquanto esteve nos EUA e viu outros políticos ganharem espaço no antagonismo ao PT —como o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), citado em investigação da Polícia Federal como alvo do PCC em planos criminosos.

Bolsonaro deve responder a uma série de ações na Justiça que podem torná-lo inelegível e desgastar sua imagem.

O comando do PL traça uma estratégia para tentar posicionar Bolsonaro como líder da oposição contra Lula. Aliados dizem que a função é complexa, uma vez que o ex-presidente não tem cargo público e não dispõe mais da superexposição de um presidente da República.

O plano passa por aproveitar a imagem da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro em campanhas publicitárias e viagens, com o objetivo de disseminar ainda mais o bolsonarismo entre evangélicos e quebrar resistências do público feminino ao ex-mandatário.

Um dos principais aliados de Bolsonaro, o ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten diz acreditar que o ex-presidente terá de "fazer política". "[Ele] Vai viajar o Brasil, vai participar ativamente das eleições municipais que pavimentarão as [eleições] de 2026", disse Wajngarten à **Folha**.

O foco do PL é definir candidaturas fortes nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, e construir uma base no Nordeste para fazer frente ao favoritismo que Lula tem há 20 anos na região.

Para isso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, escalou uma equipe em Brasília para pensar as candidaturas de 2024 junto com os diretórios regionais. O grupo é comandado pelo general da reserva Braga Netto, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro e atual secretário de Relações Institucionais do partido.

Uma posição pragmática na oposição é advogada até pela ala mais ideológica do partido. Um dos filhos do ex-presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) defendeu à **Folha** que o pai abandone as motociatas, como ficaram conhecidos os passeios de moto do ex-presidente com os apoiadores, e use sua influência política para inflamar o antipetismo.

> **O PL, que eu estou, detém quase 20% das bancadas da Câmara e do Senado. Digo: não vou liderar nenhuma oposição. Vou participar com o meu partido, como uma pessoa experiente, 28 anos de Câmara, quatro de presidente, dois de vereador e 15 de Exército, para colaborar com aqueles que assim desejarem**
>
> **Jair Bolsonaro (PL)**
> ex-presidente, em entrevista à CNN

"Enquanto o inimigo estiver errando é bom você deixar isso transcorrer", afirmou Eduardo, avaliando o que considera falhas de Lula no início do governo. "É claro que eu não sou dono da agenda dele, mas eu o aconselho a não fazer motociatas. O momento agora é focar nas questões do desgoverno."

Eduardo diz ainda que Bolsonaro deverá "cair de cabeça" na campanha municipal, com agenda de viagens, para tentar reeditar a onda bolsonarista das eleições de 2018.

O deputado federal Capitão Augusto (PL-SP), vice-presidente do partido, afirma que Bolsonaro terá três papeis importantes após sua volta: liderar a oposição, fortalecer o PL e turbinar a candidatura das eleições municipais.

"Tem muito trabalho, então eu acho que precisa ser uma oposição consciente. Criticar o que tem de ser criticado, mais sniper do que tiro de 12 com chumbinho. Quando ele for criticar o governo, tem que ser algo bem direcionado na economia, nas relações exteriores, na segurança", afirma.

Apesar das expectativas dos dirigentes do Partido Liberal, aliados de Bolsonaro passaram os quatro anos de seu governo tentando encaixar o ex-presidente numa agenda pragmática e focada na política, para evitar desgastes considerados desnecessários.

Bolsonaro, porém, manteve o perfil agressivo e usou cerimônias públicas para atacar adversários políticos e ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Mesmo desaconselhado, convidou embaixadores para uma audiência no Palácio da Alvorada para divulgar informações falsas com ataque às urnas eletrônicas.

Integrantes da cúpula do PL consultados pela **Folha** afirmam, sob reserva, que a postura belicosa de Bolsonaro tem mais bônus do que ônus na posição de opositor —balança que, na avaliação deles, é inversa ao inquilino do Palácio do Planalto.

Continua na pág. A5

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

PF intima ex-presidente, e TCU cobra devolução de presentes

Depoimento de Bolsonaro sobre joias da Arábia está previsto para quarta (5)

Fabio Serapião e Constança Rezende

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi intimado pela Polícia Federal para depor sobre as joias recebidas como presente do governo da Arábia Saudita.

Também foi intimado o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Os depoimentos estão previstos para 5 de abril.

A defesa do ex-presidente disse que o depoimento à Polícia Federal "será uma oportunidade para ele prestar todas as informações necessárias".

"É um ato processual corriqueiro, ocasião em que ele esclarecerá que agiu sempre de acordo com a legislação que regula a oferta de presentes de governos estrangeiros", afirma nota assinada pelos advogados Paulo Amador da Cunha e Daniel Tesser.

O mandado de intimação feito para Cid depor às 14h30 do dia 5 foi enviado pela Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários de São Paulo. Interlocutores disseram que Bolsonaro deverá ser ouvido no mesmo horário.

O ex-presidente está nos Estados Unidos desde o final de dezembro. Ele viajou para a Flórida às vésperas da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, assim, ignorou o rito democrático de transmitir simbolicamente o poder a seu sucessor.

A previsão é que Bolsonaro desembarque em Brasília na manhã desta quinta (30).

Por meio de seus advogados, Bolsonaro entregou na sexta-feira (24) à Caixa Econômica Federal em Brasília as joias que recebeu de presente da Arábia Saudita em 2021. O kit inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard.

No mesmo dia, um kit de armas foi entregue à Polícia Federal, também por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União).

O tribunal determinou que o conjunto de joias e relógio avaliado em R$ 16,5 milhões retido pela Receita no aeroporto de Guarulhos (SP), também seja enviado à Caixa.

A existência de presentes de luxo dado pelos árabes ainda não entregues para custódia da Caixa levou o ministro Augusto Nardes, do TCU, a emitir um alerta a Bolsonaro.

Em despacho, ele disse que, caso existam outros presentes recebidos do governo saudita, eles deverão ser restituídos imediatamente. Se o ex-presidente não cumprir a medida, poderá ser penalizado.

A medida ocorreu após representações feitas pelos deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e pelo senador Jorge Kajuru (Podemos-GO).

Os autores levaram em conta a informação de que o estojo com itens de luxo recebido pelo ex-presidente em 2019 e incorporado ao acervo de Bolsonaro não foi entregue para custódia da Caixa.

Em sua decisão, Nardes disse que o TCU já havia determinado a entrega de todos os itens recebidos como presentes na visita da comitiva presidencial à Arábia Saudita.

Bolsonaro diz que ninguém foi buscar joias 'na mão grande'

Felipe Bächtold

SÃO PAULO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) negou, em entrevista à CNN Brasil, ter cometido irregularidades em relação às joias presenteadas pela Arábia Saudita e disse que vai depor sobre à Polícia Federal "sem problema nenhum".

"Vou seguir a orientação dos meus advogados. As joias foram entregues. [Acusação de] descaminho? Meu Deus do céu. Se nós cadastramos, o governo, uma secretaria específica nossa, cadastrou, catalogou [em acervo], a joia não é minha. Ponto final", disse o ex-presidente na noite desta quarta (29), no embarque do aeroporto de Orlando, na Flórida.

Bolsonaro continuou: "Alguns já começaram a falar que eu queria vender. Olha, três meses depois, quatro meses depois ou um ano depois, já teria vendido. Ninguém vendeu nada. Está à disposição".

O ex-presidente se refere a dois conjuntos de joias, enviados em 2019 e 2021, que constam como recebidos de presente. Disse que nada foi "extraviado", nem "surrupiado" e que não entende "por que desse escândalo todo".

"Nada foi escondido. Se a imprensa divulga é porque tem um cadastro dizendo que foi recebido aquilo."

Há outro kit, porém, avaliado em R$ 16,5 milhões, que foi retido pela Receita Federal em Guarulhos em outubro de 2021 e que não chegou a passar por esses procedimentos.

A respeito desse kit, Bolsonaro negou que tenha havido uma tentativa de se apropriar indevidamente dos itens.

"Buscamos recuperar esse material para o acervo, ninguém quis buscar na mão grande. Não teve avião da Força Aérea para tentar buscar esse material em São Paulo. O garoto aproveitou uma carona para ir para lá", disse.

O ex-presidente fez referência à tentativa de um sargento de retirar os itens apreendidos dois dias para o fim do mandato, em dezembro.

Continuação da pág. A4

Mas um dos receios é que Bolsonaro use seu retorno político para reeditar declarações públicas elogiosas ao aniversário do golpe militar de 1964, na sexta-feira (31).

Diferente da ida aos EUA, quando um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) levou Bolsonaro e sua comitiva, ele programou viajar de volta ao Brasil em voo comercial.

No assento do lado estaria Tércio Arnaud Tomaz, ex-assessor e um dos membros do chamado "gabinete do ódio". A comitiva ainda teria seguranças do presidente, ligados ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional), e assessores que estavam nos EUA.

Polícia Federal proíbe saída pelo saguão do aeroporto de Brasília

BRASÍLIA A Polícia Federal decidiu que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não sairá pelo saguão tradicional do Aeroporto Internacional de Brasília ao retornar ao Brasil, nesta quinta-feira (30).

A decisão, segundo o superintendente da PF no Distrito Federal, Cezar de Souza, foi tomada para evitar aglomeração no aeroporto e um possível impacto no embarque e desembarque.

"[Bolsonaro] não sairá pelo saguão normal. Isso iria causar prejuízo à sociedade. Tanto o partido quanto outras pessoas estão conscientes disso e, com bom senso, aceitaram essa posição da PF", disse Souza.

"[A decisão] vem com força de lei. Nós temos prerrogativas legais, como Polícia Judiciária. Não é um ato ilegal, autoritário, mas está previsto na legislação", completou.

De acordo com pessoas que acompanham os preparativos, Bolsonaro mostrou descontentamento com o protocolo de segurança, uma vez que planejava descer do avião e ir até o saguão para falar com apoiadores.

Para tentar reverter a decisão, integrantes da equipe de segurança do ex-presidente chegaram a entrar em contato com representantes da PF e expuseram a irritação de Bolsonaro. A tentativa não surtiu efeito.

"[Quinta-feira] é o dia mais agitado no aeroporto, e a PF tem a prerrogativa para fazer outras saídas que não sejam o desembarque tradicional. Tentar desincentivar a ida [de apoiadores de Bolsonaro] ao aeroporto é muito importante", disse Juan Djedjeian, vice-presidente da Inframerica, concessionária que administra o aeroporto.

Segundo o secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar, a Polícia Militar fará a escolta do ex-presidente do aeroporto até a sede do PL, na área central de Brasília. No local, Bolsonaro deve se encontrar com dirigentes e parlamentares do partido.

"A gente vai garantir a segurança do ex-presidente no deslocamento, mas fazendo escolta no modelo segurança e não naquele modelo da escolta de dignitário", disse.

Avelar explica que, nesse modelo de escolta, o ex-presidente não será autorizado a descer do carro na via ou prejudicar o trânsito para acenar a apoiadores.

O superintendente da PRF (Polícia Rodoviária Federal) no DF, Igor Ramos, afirmou que a corporação tem monitorando a mobilização de apoiadores para viajar a Brasília. **CF e FS**

Comissão de Anistia revisa negativas de Bolsonaro e prevê concessão coletiva

Colegiado fará 1ª reunião no ano sob novo regimento e com julgamentos considerados simbólicos

João Gabriel

BRASÍLIA A primeira sessão da Comissão de Anistia do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi agendada para a manhã desta quinta (30), às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964. Na pauta, a revisão de julgamentos realizados na gestão de Damares Alves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Está prevista a análise de casos tidos como simbólicos por terem sido indeferidos, com diferentes justificativas, durante os governos Jair Bolsonaro (PL) e Michel Temer (MDB).

A comissão também inicia seus trabalhos sob um novo regimento, que passa a prever a possibilidade de anistia para coletivos, além de aumentar as possibilidades de recurso.

Segundo a presidente da comissão, Eneá de Stutz e Almeida, a anistia a coletivos abre mais possibilidades para a comissão. Ela cita hipoteticamente casos como comunidades quilombolas ou povos indígenas que tenham sido perseguidos pelo regime militar.

Segundo Eneá, a revisão dos requerimentos de anistia julgados no governo Bolsonaro ainda está no início de um total que pode ir a 8.000 processos — nos últimos quatro anos, 95% foram negados.

Ela diz que escolheu os casos na pauta por sua importância simbólica. "Foram julgamentos feitos em desacordo com a lei", afirma.

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento.

Os números da repressão são pouco precisos, pois a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontaram para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Em alguns casos, a sessão de tortura levava à morte.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade listou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, num total de 434 pessoas.

Um dos julgamentos a serem reavaliados agora é o do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), que foi militante da resistência à ditadura militar, dirigente do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) e fundador do PT.

O deputado Ivan Valente discursa no Plenário da Câmara Pablo Valadares - 7.fev.23/Divulgação Câmara

Valente foi perseguido pelo regime militar, preso duas vezes, passou pelos centros de detenção do DOI-Codi e do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e foi torturado. Por isso, protocolou pedido de indenização, negado no ano passado.

No voto que indeferiu a anistia, a justificativa da gestão bolsonarista foi que ele teria sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, que não era exclusiva da ditadura; e que, portanto, o Estado não lhe devia nenhum pedido de desculpas pelo que houve durante o regime.

A comissão disse ser "exigível" que Valente fosse investigado e condenado para fornecer "informações necessárias ao Estado, responsável por garantir a lei e a ordem e impedir a implantação de uma guerra revolucionária para tomar o poder e implantar um regime totalitário de linha soviética, cubana ou chinesa".

Outro caso que será reavaliado é o de Cláudia Arruda Campos, militante do grupo Ação Popular — do qual também fizeram partes nomes como o senador José Serra (PSDB-SP) — que foi presa pelo Dops.

Em 2019, o relator do caso chegou defender a concessão de anistia, mas o general Rocha Paiva, então membro da comissão, pediu indeferimento.

"Apesar de existirem provas de monitoramento do requerente, não foi possível identificar nos autos qualquer ação do Estado em desfavor do requerente [Cláudia Campos] que pudesse ensejar os direitos atinentes à anistia política", afirmou Paiva.

O terceiro caso é o de José Pedro da Silva, que integrou a Frente Nacional do Trabalho e o Sindicato dos Metalúrgicos na década de 1970, e foi preso em um protesto em frente a fábricas. Ele diz que foi demitido da empresa onde trabalhava em 1978 por sua atuação.

Pediu indenização, como prevê a Lei da Anistia, por ter tido a carreira comprometida pela perseguição política. Em 2018, a comissão concedeu-lhe a anistia e R$ 2.000 mensais.

Mas o então ministro substituto da Justiça do governo Michel Temer, Gilson Libório, por em portaria, afirmou que não houve vínculo entre sua detenção e sua demissão. Dessa forma, indeferiu o pedido.

A prática foi incorporada pela gestão Damares para negar indenização mesmo em casos validados pelo colegiado.

Finalmente, Romário Schettino consta nos relatórios da ditadura como ex-integrante de um grupo de estudos em Caratinga (MG), do qual fazia parte a jornalista Miriam Leitão.

Ele era funcionário do Banco Central na década de 1970 quando foi sequestrado e preso por suposta "infiltração subversiva" no movimento estudantil de Brasília. Pediu dispensa do emprego e se exilou na Europa. O pedido de anistia foi negado em 2008, mas, após recurso, foi deferido em 2018. A portaria, porém, nunca foi publicada — e a indenização nunca começou a ser paga.

Militar que disputa eleição perde o gosto pelas Forças, diz Múcio

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse nesta quarta (29) que militares que voltam às Forças Armadas após disputarem eleições perdem os princípios de hierarquia e disciplina e não deveriam voltar à ativa.

A declaração se deu duas semanas após a pasta enviar ao Palácio do Planalto minuta de PEC (proposta de emenda à Constituição) para proibir que militares sigam na ativa se disputarem eleições ou assumirem cargo no Executivo.

"Você não pode imaginar como isso é salutar para o país, para a democracia. O militar tem carreira, serve ao Estado brasileiro. Você sai para a política, tem insucesso [na eleição] e volta: você não é mais nem militar e fica sonhando com uma nova eleição", disse.

Acrescentou que, após a filiação partidária, o militar "começa a seguir os princípios do partido, e as regras não seguem a hierarquia e disciplina".

"[O militar que tenta a política] perde os princípios hierárquicos e perde o gosto pelas Forças Armadas. Nós não estamos proibindo. Quem for que seja feliz na política. Quem ficar que seja forte como militar", completou.

> “
> [O militar que tenta a política] perde os princípios hierárquicos e perde o gosto pelas Forças Armadas. Nós não estamos proibindo. Quem for que seja feliz na política. Quem ficar que seja forte como militar
>
> **José Múcio Monteiro**
> ministro da Defesa

Múcio disse não concordar com a PEC gestada pelo PT para alterar o artigo 142 da Constituição e tirar do Exército as operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem).

"Não há necessidade de mexer agora. Eu sou de uma tese de que quem tem o negócio de golpe na cabeça não precisa de regras. A gente precisa conversar [com os parlamentares] para chegar a uma solução consensual, que se estabeleça uma resultante para o que as pessoas desejam", afirmou Múcio.

Como mostrou a **Folha**, o PT tenta desde a Assembleia Nacional Constituinte tirar das Forças Armadas a atribuição de atuar como garantidora da lei e da ordem — o que possibilita que militares atuem na segurança pública interna do país.

Após a participação intensa de militares no governo Jair Bolsonaro (PL) e os ataques golpistas de 8 de janeiro, o PT voltou a discutir uma mudança constitucional sobre os deveres das Forças Armadas.

O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) se reuniu com o comandante do Exército, Tomás Paiva, e ouviu os relatos sobre a resistência das Forças contra uma mudança mais profunda nas atribuições militares, como deseja o PT.

Com a ofensiva no Congresso, os comandantes das Forças e Múcio prepararam uma proposta para limitar as mudanças no artigo 142 da Constituição e tirar somente a possibilidade de militares que se candidatarem a cargos políticos permanecerem na ativa.

Segundo relatos de generais feitos à **Folha**, uma proposta do tipo busca evitar que mudanças mais profundas, como a sugerida pelo PT, avancem no Congresso — apesar de a assessoria parlamentar do Exército ver pouca chance de uma PEC assim prosperar.

Múcio conversou com jornalistas após o fim de uma cerimônia do STM (Superior Tribunal Militar) para a condecoração de militares e civis.

Entre os que receberam a principal honraria estavam o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, os comandantes Tomás Paiva (Exército), Marcos Olsen (Marinha) e Marcelo Damasceno (Aeronáutica) e o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, almirante Aguiar Freire.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também foi chamado para receber a maior honraria, a grã-cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, mas faltou à cerimônia. Militares presentes afirmaram, sob reserva, que a presença do senador foi cancelada após Arthur Lira ter confirmado a participação.

Na lista do cerimonial, Pacheco e Lira ficariam lado a lado. Os dois estão com problemas na relação diante das divergências sobre a tramitação das MPs (medidas provisórias).

"Há uma certa tensão [sobre o impasse das MPs], porque o governo tem a necessidade de que essas coisas sejam aprovadas, mas isso vai ser resolvido", disse Múcio ao fim da cerimônia.

Ataques a jornalistas no Brasil sobem 23%, aponta levantamento

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Os ataques a jornalistas no Brasil cresceram 23% em 2022 ante 2021, segundo levantamento da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). A entidade identificou o envolvimento de membros da família Bolsonaro em 41,6% dos casos e registrou aumento no número de episódios considerados graves.

O documento, divulgado na noite desta quarta (29) em debate em São Paulo sobre ameaças à liberdade de imprensa, contabiliza agressões verbais e físicas feitas diretamente a profissionais e os discursos estigmatizantes, que buscam descredibilizar e perseguir o jornalismo de modo geral.

Em 2022, mrcado pela disputa entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve 557 ataques a jornalistas, meios de comunicação e imprensa em geral, segundo a Abraji. Em 2021, foram 453.

Em 2019, primeiro ano do levantamento, foram 130 episódios. A entidade diz que 2022 foi o ano mais violento para jornalistas e comunicadores brasileiros desde o início do monitoramento.

Os episódios mais frequentes no ano passado (61,2% do total) foram os de discursos estigmatizantes. A média foi de um ataque por dia para desmoralizar jornalistas e imprensa. Em 75,7%, os agressores eram agentes estatais, como políticos e funcionários públicos.

A segunda categoria com mais casos (31,2%) foi a de agressões e ataques, com violações físicas, destruição de equipamentos, ameaças e hostilizações. A Abraji considerou preocupante o aumento de 102,3% nesse tipo de ocorrência em relação a 2021.

As ações mais graves tiveram um pico depois do segundo turno das eleições, coincidindo com as manifestações de apoiadores de Bolsonaro contra a vitória de Lula e os acampamentos golpistas questionando o resultado do pleito.

Nessa mesma época, caiu o número de casos mais leves, de discursos estigmatizantes. A Abraji avaliou que, com o resultado do pleito, a violência verbal se tornou física. A cobertura eleitoral esteve ligada a 31,6% do total de ataques.

Em 2022, 41,6% dos ataques em 2022 foram protagonizados pelo então presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos com mandatos eletivos — Flávio, senador (PL-RJ), Eduardo, deputado federal (PL-SP), e Carlos, vereador (Republicanos-RJ).

A **Folha** não conseguiu contato com a defesa dos Bolsonaro para comentar o relatório.

A maioria das ações da família envolveu discursos intimidatórios e veio por redes sociais, com pregações de boicote à imprensa e insinuações de que veículos difundiram fake news.

Bolsonaro liderou ainda o ranking de ataques de candidatos à Presidência. De 51 casos, esteve envolvido em 50,1%. Seguem os então postulantes Sofia Manzano (PCB), com 15,7% dos episódios, e Padre Kelmon (PTB), em 9,8%.

Segundo a Abraji, não foram identificados discursos estigmatizantes publicados no período de campanha nos perfis de Lula, Simone Tebet (MDB) e José Maria Eymael (DC).

Homens foram 62,6% das vítimas e mulheres, 43,5%. Contra elas, a ofensa mais frequentemente inclui aparência e sexualidade.

Sobre violência de gênero, houve 145 episódios do tipo, 13,1% mais que em 2021. Profissionais mulheres foram 97% das vítimas nesse recorte.

As jornalistas Miriam Leitão, da GloboNews (8 casos), Vera Magalhães, da TV Cultura (8), Daniela Lima, da CNN Brasil (6), e Juliana Dal Piva, do UOL (5), foram as profissionais mais atacadas, segundo o relatório. Vera, em um debate ,foi chamada por Bolsonaro de "vergonha para o jornalismo".

> Atores políticos e seus apoiadores criam e propagam discursos antimídia que dificultam a atividade jornalística e colocam seus profissionais em risco constante
>
> **Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)**
> em relatório divulgado nesta quarta-feira (29)

Para os responsáveis pelo levantamento, os dados mostram a tendência de mulheres serem alvos de ameaças e constrangimentos, com o uso de ofensas pessoais e misóginas.

Na visão da Abraji, o ano passado marcou a consolidação de um ambiente desfavorável para o jornalismo, que foi aprofundado nos anos anteriores, com a tentativa de desenhar a imprensa como inimiga no imaginário popular, usando narrativas mal-intencionadas sobre fake news e parcialidade.

"Atores políticos e seus apoiadores criam e propagam discursos antimídia que dificultam a atividade jornalística e colocam seus profissionais em risco constante", afirma o relatório.

A entidade também cobrou providências das plataformas de redes sociais para os casos de violência contra a imprensa.

Projeto das fake news não muda ação no STF, afirmam ministros

Toffoli e Fux dizem que julgamento independe de discussão de lei por deputados

Constança Rezende

BRASÍLIA Os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), defenderam que a análise do projeto de lei das fake news na Câmara dos Deputados não irá interferir no julgamento da corte que trata do tema.

As afirmações foram feitas nesta quarta-feira (29), após dois dias de audiência pública no STF para discutir a regulação das redes sociais e de plataformas da internet na corte.

Toffoli disse que, no Parlamento, a não decisão é uma decisão, mas que no Judiciário não há essa opção. O PL das Fake News foi aprovado em junho de 2020 no Senado e aguarda análise na Câmara.

"Eles [parlamentares] têm o direito de não querer decidir. Nós aqui no Judiciário não temos esse direito. Temos que decidir porque temos vidas, pessoas e partes que estão requerendo seus direitos ou seus pretensos direitos, e temos que julgar e decidir", declarou.

Já Fux disse que os tempos da política e da Justiça são diferentes e que esta deve respeitar a ordem cronológica dos processos.

"Eventualmente, se o Parlamento regular a matéria, nós vamos enfrentá-la já também à luz do direito novo", afirmou.

As audiências trataram da responsabilidade de provedores de redes sociais e ferramentas de internet pelo conteúdo gerado pelos usuários, que pode trazer flexibilização do Marco Civil da Internet, lei que regula o tema no Brasil.

As convocações foram motivadas por duas ações de repercussão geral (que incidem em casos similares), de relatoria dos dois ministros, que serão julgadas no Supremo.

Eles informaram que ainda não há data para essas ações entrarem na pauta do STF. Mas afirmaram que até parlamentares já se manifestaram sobre a importância deste julgamento para balizar a legislação.

Toffoli disse que a audiência foi importante para trazer ao tribunal as visões da sociedade civil, dos operadores e das parte do processo sobre o tema.

Segundo ele, a partir disso, os ministros poderão, ante os princípios constitucionais, analisar limites, defeitos ou vícios a serem aprimorados na legislação brasileira, de acordo com a Constituição.

"Isso será feito de acordo com a proteção da privacidade, da intimidade e da honra de todos aqueles que atuam na internet, ou que são vítimas de alguns meios de acusações", afirmou.

Também lembrou a campanha de ódio contra a democracia e as instituições no Brasil e no mundo, e que deve-se discutir o que é crime e abuso.

Fux defendeu uma tutela sobre o tema e que os ministros tenham ouvido várias versões sobre a responsabilização dessas violações.

"Tudo isso será exposto no meu voto e no do ministro Dias Toffoli, e certamente o plenário terá a oportunidade de ouvir alguns amigos da corte que aqui estiveram para ter uma visão plural do problema e chegarmos a uma solução uniforme", declarou.

Na terça (28), Google e Facebook negaram omissão no combate a conteúdos ilegais e de desinformação e na remoção de publicações que violam as políticas das plataformas.

Elas falaram após ministros do Supremo e do governo federal voltarem a defender a regulação das redes sociais e de plataformas da internet.

Toffoli destacou que a autorregulação também é bem-vinda, como ocorre na área da publicidade. Ele disse que isso poderia evitar várias discussões que chegam ao Poder Judiciário, que cuidaria apenas das exceções.

"Hoje temos o problema da judicialização predatória, incessante, que abarrota os tribunais. Então a autorregulação é um bom filtro nesse particular", acrescentou Fux.

O relator do projeto de lei das fake news, deputado Orlando Silva (PC do B-SP) mencionou, no último dia 13, a necessidade de incluir na nova legislação de internet um órgão regulatório que atue paralelamente à autorregulação das plataformas, no que é conhecido como autorregulação regulada ou corregulação.

Com isso, as empresas estariam encarregadas de desenhar suas políticas e regras e aplicá-las, mas estariam sujeitas à supervisão de um órgão regulatório.

No texto atual do PL (projeto de lei) 2630, conhecido como PL das Fake News, não há órgão regulatório, e o governo resistia em propor a criação dessa instância temendo que pudesse ser tachada de um "ministério da verdade" e dificultasse a aprovação das propostas.

No entanto, o ministro da Justiça, Flávio Dino, admitiu a necessidade de criar na legislação uma agência reguladora para fiscalizar o cumprimento das novas regras.

Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal nesta quarta-feira (29) Carlos Moura/Divulgação STF

Lewandowski deve anunciar aposentadoria do Supremo para abril

José Marques e Julia Chaib

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski informou que anunciará nesta quinta (30) a data de sua aposentadoria, que tem como prazo-limite o dia 11 de maio, quando completará 75 anos.

A previsão, segundo disse a pessoas próximas nos últimos dias, é que se aposente até a metade de abril, o que antecipa a disputa à sua vaga em quase um mês.

No último dia 22, ele viajou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Pernambuco, quando conversaram sobre o tema.

Seu substituto será o primeiro ministro indicado por Lula em seu terceiro mandato. Até outubro, a presidente do Supremo, Rosa Weber, também se aposentará.

O favorito do presidente é o advogado Cristiano Zanin, seu advogado nos casos da Operação Lava Jato. Mas Lewandowski tem preferência pelo ex-secretário-geral do STF Manoel Carlos de Almeida Neto.

Na avaliação de pessoas próximas a Lula, ele é o único ministro dos indicados do PT que foi fiel ao partido em todos os momentos, inclusive em situações de pressão por parte da mídia e da oposição, como o mensalão.

MPF descarta crime contra Moro, mas juíza não arquiva caso

Procurador afirma que plano de extorsão mediante sequestro não foi executado; Justiça diz que é prematuro

Rogério Pagnan e Catarina Scortecci

Sergio Moro (União Brasil-PR) no plenário do Senado nesta quarta (29) Jefferson Rudy/Agência Senado

SÃO PAULO E CURITIBA O MPF (Ministério Público Federal) no Paraná pediu à Justiça o arquivamento das investigações sobre o plano da facção criminosa PCC para atacar o senador Sergio Moro (União Brasil-PR). A juíza Gabriela Hardt, da 9ª Vara Federal de Curitiba, negou o requerimento.

Para o procurador responsável pelo caso, José Soares, o planejamento de um crime não é punível pela lei brasileira. Assim, como os suspeitos não iniciaram a execução do plano, não podem ser punidos.

"Pois o crime de extorsão mediante sequestro planejado e preparado contra o senador Sergio Moro e sua família é atípico e não punível, conforme artigo 31 do Código Penal", diz. "Ou seja, o crime de extorsão mediante sequestro inicialmente planejado e preparado, aparentemente pela organização criminosa PCC, não chegou a ser tentado", concluiu.

O MPF pediu o arquivamento só do crime de extorsão mediante sequestro. O procurador pediu que indícios dos demais crimes (organização criminosa e crime de porte/posse ilegal de arma de fogo) fossem enviados à Justiça de São Paulo.

A juíza afirmou que a investigação ainda está em curso e que é prematuro encerrá-la poucos dias após a deflagração da operação da Polícia Federal.

"As lacunas porventura existentes poderão ser esclarecidas pelos elementos de informações que já foram e também por aqueles que ainda serão colhidos (como a oitiva dos investigados), não podendo ser interpretadas —neste momento pré-processual e quando ainda não encerradas as diligências policiais— como o reconhecimento da inexistência de crime", diz seu despacho de terça-feira (28).

Ela diz que durante as recentes buscas foram apreendidos documentos e equipamentos —como celulares, notebooks e pen drives— que ainda estão passando por perícia e que seria "prudente ao menos aguardar a extração e análise dos dados, que podem revelar detalhes dos delitos perpetrados".

Sobre a competência da Justiça Federal do Paraná, e não de São Paulo, Hardt diz que o local do último ato do plano criminoso é determinante para a definição.

Em relação ao pedido do MPF, a PF apontou que o crime de extorsão mediante sequestro é apenas um dos crimes que estão sendo apurados e lembrou que os investigados permaneceram em Curitiba e região por mais de seis meses.

Dessa forma, para a PF, o processo deveria continuar tramitando em Curitiba, ao menos até a apresentação do relatório final do caso, para "permitir a mais ampla e clara tomada de decisão".

A PF cumpriu no dia 22 mandados de prisão e realizou uma série de diligências para desarticular um plano da facção criminosa para atacar autoridades, incluindo Moro. Nove pessoas foram presas e duas ainda são procuradas.

Os ataques, segundo a apuração da PF, ocorreriam de forma simultânea, e os principais alvos estavam no Paraná e em São Paulo.

A manutenção de regras mais rígidas nos presídios federais, como a proibição das visitas íntimas, e as transferências dos líderes durante sua gestão na Justiça são citadas como hipóteses para o ex-juiz e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro ter entrado na lista da facção.

Senador dispensa STF em caso Tacla Duran e critica juiz da Lava Jato

CURITIBA A defesa do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) disse ao juiz federal Eduardo Appio que a suposta extorsão apontada pelo advogado Rodrigo Tacla Duran não deve ser abrigada no STF (Supremo Tribunal Federal).

Também por seus advogados, cobrou que Appio analise sua própria suspeição em todos os processos da Lava Jato que tramitam em Curitiba.

Moro diz que o foro especial no STF é um "odioso privilégio" que não pretende usar e que a suposta extorsão citada por Duran está ligada ao período em que era juiz federal da Lava Jato, não como senador. Moro deixou a magistratura em 2018 para assumir ministério na gestão Bolsonaro.

Lembrou que o STF já decidiu que a competência por prerrogativa de função "mantém-se somente se o ato foi praticado no exercício da função e enquanto perdurar o exercício do cargo".

E afirmou que prefere "ser processado e julgado durante seu mandato de senador como qualquer cidadão comum perante um juiz de primeira instância, desde que imparcial".

A defesa de Moro cobrou ainda que Appio analise de imediato o pedido de suspeição feito pelo Ministério Público Federal e criticou a atuação do novo juiz da Lava Jato.

Appio assumiu a 13ª Vara Federal em fevereiro e é abertamente crítico dos métodos da Lava Jato da época de Moro.

"[O juiz Appio] realizou audiência [com Tacla Duran] cujo único propósito foi colher notícia crime 'requentada' envolvendo parlamentares federais [...]. A prática desses atos processuais extravagantes e a demora ilegal em apreciar a suspeição apenas robustecem as preocupações do Ministério Público Federal que motivaram a exceção", diz trecho.

Embora aponte que a audiência com Tacla Duran tenha sido "inusitada", Moro alega na que não tem receio em se tornar um alvo de investigação.

A petição foi assinada pelo advogado Luis Felipe Cunha, primeiro suplente do ex-juiz no Senado.

Jornalista a gente usa, 'dizem ministros'

Descaramento magistocrático não deveria ser alimentado pelo off jornalístico

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC.

A instituição dos "cotados ao STF" foi inventada a partir de fofocas e intrigas dos pretendentes a cadeira no tribunal. Palpites impressionistas de jornalistas forjam campeonato imaginário, estimulado pela rica temporada de coquetéis, cerimônias de posse e lançamentos de livros em Brasília.

Nesse processo, o jornalismo não tem nos contado quais as posições jurídicas dos candidatos autopromovidos. Exclui da cena juristas que trariam ao STF mais respeito, competência e diversidade. Não pergunta o essencial. Relata o supérfluo. Torna naturais indicações questionáveis e corre atrás de declarações de personalidades do mundo do direito que as legitimem.Tenta criar profecia que se autorrealize. Ou não. Importa mais narrar o teatro. Vira coadjuvante da farsa.

Outro artefato exemplar fabricado pelo jornalismo judicial voltou à tona dias atrás: a instituição anônima do "dizem ministros". Essa instituição declarou que Bolsonaro ficará inelegível, mas não deve ser preso.

Disse só isso mesmo. Não há descrição do contexto e do perfil dos ministros em off. Não há análise ou interpretação crítica. Não se sabe sequer se são dois, dez ou 44 ministros (STF e STJ somados). Temos boa razão para desconfiar que foram três ou quatro os que falaram com máscara. Talvez um pouco mais. Sabemos, com mais certeza, quem não falou.

Ministros que integram essa instituição violam a lei. Necessário conhecer a densidade normativa e ética desse terreno em que estamos pisando.

Juiz deve prestar contas pelo que decide e pelo modo como se comporta, ônus especial da profissão que escolheu. Não por quaisquer regras de etiqueta, mas por leis e princípios de ética judicial.

Juiz não anuncia decisão antes de o processo judicial terminar. A instituição do "dizem ministros" aponta decisão em processo que mal começou. Talvez para testar o humor coletivo, sinalizar preferência na negociação da sanção. Para divulgar o seu preço.

Seria grave se a declaração fosse em "on", se pudéssemos saber os mascarados quem são. A gravidade ganha outra natureza quando nomes são preservados em "off". Ao deixá-los despersonificados, o jornal dá a juízes licença para delinquir impunemente. Quando oferecem a agentes da Justiça um espaço anônimo e gratuito para a quebra de decoro, jornalistas causam danos diversos.

Primeiro, sonegam do leitor e da esfera pública uma informação jornalística. Entregam um recado de conversa privada feita em público. Prestam-se a joguete de ministro na expectativa de que ele dê contrapartida futura. Algum grão de informação para um furo. O leitor, em vez de fim, vira meio. Uma peça a ser manipulada no jogo político.

Segundo, se o compromisso do jornalismo for com instituições e práticas democráticas, não com o seu contrário, se for com transparência, e não com o ethos magistocrático e outras formas de corrupção institucional, liberar o juiz para violar a lei sem accountability trai o compromisso. Não está claro o prejuízo ao Estado de Direito?

Terceiro, conceder aspas gratuitas a sujeitos ocultos respinga, obviamente, na ética jornalística. Ninguém sai eticamente ileso. O jornalismo declaratório de fonte em off é uma aberração que manuais de jornais do país e do mundo desencorajam, salvo situações excepcionalíssimas (como uma testemunha sob ameaça de morte, por exemplo).

O colapso ético das profissões jurídicas não precisa ser facilitado por incúria jornalística. Fonte em off pode ajudar a iluminar caminhos de investigação. E o sigilo de fonte é direito constitucional para proteger tanto a fonte quanto o jornalista na apuração. Mas não serve para regatear a integridade jornalística. Que contrapartida uma fonte pode oferecer para que se coloque reputação jornalística em jogo?

Não se responde a uma ponderação ética com frases do tipo "todos fazem isso", "se eu não fizer, outros vão fazer". Parecem frases de realismo pragmático diante de idealismo ingênuo. Mas são só resignação. Pode-se combater a corrupção judicial, em vez de se vitaminá-la, disseminá-la, normalizá-la.

O que fazer? Evitando infração ética, para começar. Jornalismo não precisa ser conduíte da intriga entre magistocratas escondidos em prejuízo da informação. Mesmo para os não puristas, a prática do off a qualquer preço não negocia bem o contrato.

Margaret Sullivan, ex-editora do New York Times, dá sugestões: "Outra parte da solução é que repórteres se oponham com mais força às fontes que pedem anonimato". Senão, citações gratuitas podem "mascarar meias-verdades e mentiras isentas de controle".

Se de fato há uma grande operação para liberar Bolsonaro de qualquer responsabilidade civil e criminal, a história deve ser investigada e contada. A instituição "dizem ministros" só tem a atrapalhar.

A fonte não está acima de tudo. A declaração em off não está acima de todos.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo** | SÁB. Demétrio Magnoli

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), discursa na posse no Palácio Tiradentes 1º.jan.23/Divulgação Alerj

Dono de aeronave e até mortos receberam auxílio, diz TCE-RJ

Gestão do governador Claudio Castro afirma apoiar fiscalização do tribunal

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Auditoria do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) apontou irregularidades no principal programa de transferência de renda da gestão Cláudio Castro (PL). Há indícios de benefícios em nome de servidores, mortos, detentos e até proprietário de aeronave.

O Supera RJ, criado para apoiar famílias de baixa renda, consumiu R$ 557 milhões nos últimos dois anos. Segundo a auditoria, os gastos foram feitos sem planejamento e com falhas graves no controle.

O Tribunal diz que o programa emitiu cartões em excesso, não controlou a entrega aos reais beneficiários e abriu brechas para desvios, furtos e uso indevido por pessoas fora do critério de adesão.

A maior parte dos gastos se deu no ano eleitoral e é contemporânea ao caso da "folha de pagamentos secreta" do Ceperj (Centro Estadual de Pesquisa e Estatística do Rio de Janeiro), que gerou ação de investigação eleitoral com pedido de cassação do mandato de Castro.

O Ministério Público também identificou pagamento irregular a funcionários públicos e presidiários no episódio.

Assim como a "folha secreta" do Ceperj, o Supera RJ contou com recursos obtidos a partir da concessão de serviços de saneamento básico no estado.

Em nota, o governo disse que o programa "segue em reformulação constante para que não haja divergência em sua finalidade, tendo em vista o tamanho e amplitude do programa". E que fez esclarecimentos ao TCE-RJ, apoiando as ações de fiscalização.

O Supera RJ foi lançado em maio de 2021 para distribuir até R$ 460 a famílias de baixa renda. Segundo o governo, mais de 477 mil famílias foram beneficiadas com gasto total de R$ 560 milhões. Ele estará em vigor até o fim deste ano.

A auditoria do TCE analisou gastos de março de 2021 a março de 2022, que somaram R$ 285,7 milhões em desembolsos com auxílio emergencial.

"A auditoria constatou que a iniciativa de concessão do auxílio emergencial não teve um objetivo definido, nem metas estabelecidas, tampouco indicadores que permitiriam a sua mensuração e o seu controle, o que indica que não existiu, em nenhum momento, um planejamento adequado e efetivo da política pública implementada", afirma o acórdão aprovado em dezembro no tribunal.

Os auditores identificaram descontrole sobre os cartões., muitos feitos sem que o beneficiário tivesse solicitado.

A emissão de cartão sem conhecimento dos beneficiários se deu, segundo informou o governo ao tribunal, com base no Cadastro Único do governo federal, que lista famílias em situação de pobreza. Mas a auditoria apontou que não foram usados os mesmos dados para entrar em contato com esses potenciais beneficiários.

O tribunal também identificou a possibilidade de que terceiros tenham usado indevidamente os cartões emitidos em nome de outras pessoas.

Segundo a auditoria, uma amostra de comprovantes de retirada do benefício apresentou inconsistências como ausência de assinatura ou nome completo do responsável pela retirada, matrícula ou nome do servidor que liberou o cartão.

> A auditoria constatou que a iniciativa de concessão do auxílio emergencial não teve objetivo definido, nem metas estabelecidas, [ou] indicadores que permitiriam mensuração e controle, o que indica que não existiu, em nenhum momento, um planejamento adequado
>
> **TCE-RJ**
> em acórdão aprovado em dezembro pela corte

Os auditores viram ainda um completo descontrole sobre a armazenagem dos cartões, que aumentaram "o risco de ações criminosas ou fraudulentas".

Houve também casos de furtos de cartões em armários sem qualquer segurança.

Além do descontrole sobre o uso dos benefícios, a auditoria identificou o cadastramento de pessoas que não se encaixavam nos critérios do Supera RJ.

Foram encontrados na listagem 485 agentes públicos, 185 presos em regime fechado e 32 pessoas com registro de óbito.

Também estão entre os beneficiários 2.793 proprietários de veículos fabricados após 2009, sendo 141 donos de mais de dois veículos, 186 proprietários de embarcações (sendo 18 adquiridas por mais de R$ 30 mil) e um dono de aeronave.

A auditoria também apontou possíveis falhas na concessão de créditos a pequenas empresas. Foram identificados parentes de servidores entre os sócios das firmas beneficiadas. Contudo o estado apontou falhas nesse levantamento e o TCE-RJ suspendeu, na quarta-feira (22), as determinações sobre o tema até que os dados sejam checados.

Programa está em reformulação, diz governo estadual

OUTRO LADO

O Governo do Rio de Janeiro declarou, em nota, que o Supera RJ "segue em reformulação constante para que não haja divergência em sua finalidade, tendo em vista o tamanho e a amplitude do programa".

"Inclusive, com a criação da Caravana do SuperaRJ tem sido possível, em parceria com as prefeituras, ampliar a entrega dos cartões", diz o Palácio Guanabara.

Declarou também ter feito esclarecimentos ao TCE-RJ e que apoia as ações de fiscalização.

"Em relação aos questionamentos do Tribunal de Contas do Estado, todos os esclarecimentos foram prontamente atendidos e entregues ao órgão. O Governo do Estado apoia as ações do Tribunal de Contas do Estado como órgão fiscalizador e seguirá sempre junto na busca de soluções para que eventuais divergências sejam resolvidas de acordo com a lei, em benefício da população, e sem prejuízo aos cofres públicos."

Tarcísio é liberado pelos médicos e viaja para Paris após internação

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi liberado para continuar com a missão do Governo de São Paulo na Europa pela equipe médica nesta quarta (29). Ele passou por procedimento na terça (28) em Londres para retirar um cálculo renal.

Segundo o governo, Tarcísio irá a Paris nesta quinta (30). Ele vinha sendo representado pelo secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, nos encontros programados.

Tarcísio precisou interromper os compromissos na segunda (27) devido a uma crise renal. Após sentir dores, ele foi atendido no hotel por um médico da embaixada brasileira e, depois, levado a um hospital.

O governador passou por procedimento médico na terça e recebeu alta no mesmo dia. Ele deverá passar por exames complementares ao retornar a São Paulo.

O objetivo da missão do governo paulista é atrair investimentos e apresentar o pacote de projetos do Programa de Iniciativa Privada. A gestão apresentou, em fevereiro, mais de dez projetos de concessões e parcerias com a iniciativa privada, a maioria na área de transportes.

O plano inclui a transferência da sede administrativa do governo, atualmente no Morumbi (zona oeste), para os Campos Elíseos, no centro da capital paulista.

Foram citadas ainda a privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Água e Energia) e da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico) —neste caso, em até dois anos.

O pacote de parcerias também inclui obras prometidas há décadas, como a conclusão do trecho norte do Rodoanel e o trem intercidades para ligar a capital a cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos.

Além disso, estão previstas a criação de novas linhas de trem e metrô e um túnel para facilitar a travessia entre Santos e Guarujá.

Elo com deputado leva caso Codevasf ao STF

PF encontra suspeitas relacionadas a Josimar Maranhãozinho (PL-MA); parlamentar diz que não teve acesso à apuração

Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA As investigações sobre corrupção em contratos de pavimentação da estatal Codevasf migraram da Justiça Federal para o STF (Supremo Tribunal Federal) após a Polícia Federal apresentar indícios da ligação do deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA) com os supostos crimes.

Entre as empreiteiras sob suspeita está a Construservice, uma das principais beneficiadas em serviços de asfaltamento da Codevasf na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

A empresa fechou contratos com verbas indicadas por diversos parlamentares —por exemplo, emendas de R$ 20 milhões do atual ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA).

O inquérito enviado ao STF levou à deflagração de duas fases de uma operação da PF no Maranhão no ano passado.

O caso motivou a prisão do empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP ou Eduardo Imperador, que é suspeito de usar laranjas para comandar a Construservice e de ter pago propina de R$ 250 mil a um gerente da Codevasf. Costa está em liberdade e nega os crimes.

A Construservice foi a vice-campeã de licitações da Codevasf em 2021, na gestão Bolsonaro.

Na esfera estadual, ela teve grande faturamento no Maranhão, ao receber cerca de R$ 710 milhões de 2015 a 2022, quando o estado era comandado pelo atual ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), e seu vice, Carlos Brandão (PSB).

Eduardo DP fez alianças com autoridades do entorno de Dino e chegou a aparecer em ao menos duas fotografias ao lado dele, que nega qualquer relação com o empresário.

Como antecipado pela **Folha** em outubro, a operação da PF sobre a corrupção na Codevasf no Maranhão, intitulada Odoacro, encontrou registros de transações financeiras que colocaram o deputado Maranhãozinho sob suspeita.

Informações do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) à PF mostraram que a Construservice, e outras duas empresas suspeitas, fizeram pagamentos a Carlos Roberto Lopes, ex-chefe de gabinete de Maranhãozinho.

A PF ainda detectou movimentações financeiras entre construtoras ligadas a Eduardo DP e empresas que têm Josimar Maranhãozinho como sócio formal, ou da qual ele é apontado como dono oculto.

A Construtora Madry, que pertence oficialmente ao congressista, transferiu R$ 100 mil para a E. R. Distribuição de Asfalto, que tem Eduardo DP como sócio oculto, segundo apurados. Esse valor foi repassado entre setembro de 2019 e o mesmo mês do ano seguinte.

Também houve repasses de ao menos R$ 215 mil da Águia Farma, da qual o deputado é suspeito de ser sócio oculto, para a Construservice.

Uma terceira firma, cujo controle de fato também é atribuído ao parlamentar, fez repasse a empresa ligada a Eduardo DP. É a Joas Empreendimentos e Serviços, que no papel pertence à suposta empregada doméstica do deputado, segundo a PF. A firma repassou R$ 158 mil à E. R..

O deputado Josimar Maranhãozinho (PL-MA) em sessão da CCJ da Câmara na legislatura passada Cleia Viana - 3.abr.19/Divulgação

Após o surgimento de indícios relativos a Maranhãozinho, a Justiça Federal no Maranhão decidiu encaminhar o caso ao STF, uma vez que os congressistas têm direito a foro especial por prerrogativa de função.

A apuração sobre corrupção na Codevasf começou a tramitar pelo STF a partir de janeiro e foi distribuída à relatoria do ministro Luís Roberto Barroso —o conteúdo está sob sigilo.

No mês passado, a Codevasf barrou a Construservice de suas licitações por dois anos, porque ela não executou uma obra de pavimentação em bloco de concreto orçada em R$ 1,3 milhão, em Lago da Pedra (MA).

O serviço seria feito com verba indicada por Juscelino Filho em 2019, quando ele era líder da bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados.

Parte das obras da Codevasf no Maranhão era fiscalizada pelo gerente Julimar Alves da Silva Filho, afastado sob suspeita de ter recebido propina de R$ 250 mil da Construservice. Esses contratos agora estão sendo reavaliados pela estatal.

Em 2022, Carlos Roberto Lopes, o ex-chefe de gabinete de Maranhãozinho, reconheceu à **Folha** ter sido pago por empresas que a PF aponta como ligadas a Eduardo DP. Disse que prestou consultorias e que o serviço foi feito antes de ele ir trabalhar no gabinete do parlamentar, ainda que o pagamento tenha ocorrido quando já atuava com o deputado.

Em outro inquérito que está no STF desde agosto de 2020, Maranhãozinho é suspeito de desviar dinheiro de emendas parlamentares, tendo sido flagrado com maços de dinheiro.

Dias antes da última prisão de Eduardo DP, em 2022, ele declarou apoio à candidatura a deputada federal de Clayton Noleto (PSB), ex-secretário de Infraestrutura de Flávio Dino no Governo do Maranhão.

Ele ainda é amigo do deputado estadual Othelino Neto (PC do B), coordenador político da campanha do atual ministro em 2022 e marido de Ana Paula Lobato (PSB), suplente de Dino no Senado.

A apuração policial da suposta corrupção na estatal ganhou fôlego após reportagens da **Folha**, segundo o inquérito.

A reportagem mostrou em 2022 que a Construservice era a vice-líder em licitações na Codevasf e usava laranjas para participar das concorrências.

Na documentação da investigação, a PF destacou a revelação do jornal de que Costa representou a Construservice em reunião oficial com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, em 16 de dezembro de 2020, na sede da companhia.

Defesa informa que só falará após ter acesso ao inquérito

OUTRO LADO

A defesa do deputado Josimar Maranhãozinho disse que pediu acesso aos autos do caso e só falará após conhecer o conteúdo do inquérito.

A Codevasf afirmou que colabora ativamente com o trabalho das autoridades e "tem vivo interesse na elucidação dos fatos em apuração".

O advogado Marcio Almeida, defensor de Julimar Alves da Silva Filho, disse que "o sr. Julimar é concursado da Codevasf. Não tem qualquer ligação com o sr. Josimar".

Quanto ao suposto recebimento de R$ 250 mil pelo engenheiro como suborno, Almeida afirmou que "em nenhum momento a PF alegou que esse recurso era oriundo de propina".

Os advogados Daniel Leite e Tharick Ferreira, da Construservice, negaram irregularidades. "O inquérito que Vossa Senhoria se refere tramita em segredo de justiça no STF. Ainda que convictos da improcedência da increpação, não cabe a defesa, por ora, revelar detalhes da tramitação processual."

Procurado, Eduardo DP não se manifestou.

mundo

Rússia prevê um longo conflito contra o Ocidente

Porta-voz do Kremlin vocaliza estado de espírito prevalente na elite russa sobre rumo da Guerra da Ucrânia

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O governo de Vladimir Putin previu nesta quarta-feira (29) que o conflito entre a Rússia e o que chama de países hostis, a coalizão ocidental liderada pelos Estados Unidos que apoia a Ucrânia contra a invasão promovida pelo vizinho no ano passado, irá durar muito tempo.

Se isso era insinuado em falas de Putin e de outras autoridades, foi vocalizado com todas as letras pelo porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, em conversa com repórteres russos.

Peskov havia sido questionado acerca de uma reportagem do jornal britânico The Guardian, segundo a qual ele afirmou em um jantar de fim de ano com membros da elite russa que "as coisas ficarão muito mais difíceis" e que a guerra na Ucrânia iria "durar tempo longo, muito longo".

"Se você [o repórter que o questionou] diz guerra em um sentido amplo, como no confronto com Estados hostis, essa guerra híbrida que foi lançada contra nosso país, então estará aqui por um longo tempo", afirmou.

Desde que cruzou as fronteiras ucranianas em 24 de fevereiro de 2022, Putin foi vago em termos de objetivos da guerra, que nem é chamada assim por ele —o eufemismo "operação militar especial" é a expressão oficial para a ação.

Isso serve a dois propósitos. Primeiro, dribla cobranças diretas: o fracasso em tomar Kiev de assalto nas primeiras semanas da guerra, que foi redirecionada pelos russos para as áreas onde obteve sucesso no sul e no leste, nunca foi admitido como tal porque, afinal de contas, nunca foi anunciado como meta.

Ao longo do conflito, autoridades soltaram aqui e ali dicas sobre qual seria o objetivo. O chanceler Serguei Lavrov falou em derrubar o governo de Volodimir Zelenski, um general citou a conquista do sul ucraniano até Moldova, e o próprio Peskov citou a manutenção das quatro províncias anexadas ilegalmente por Putin como o mínimo desejável.

Mas ninguém anunciou, de fato, o que deseja Putin. Observadores do longo reinado do presidente, iniciado na cadeira de premiê em 1999, sugerem que talvez nem ele saiba: o líder sempre foi visto como um jogador tático, trabalhando com oportunidades, e não como um estrategista de longo prazo.

Contra essa visão há o segundo aspecto da falta de objetivos: eles podem ser muito amplos, como sugere Peskov, ainda que ele diga que a culpa é dos outros. Ao longo de 2022, com o apoio ocidental à resistência ucraniana surtindo efeito, Putin mudou sua retórica. Parou de falar em guerra contra Kiev e passou a pintar o conflito como uma luta existencial da Rússia contra o Ocidente.

Tal visão, bombardeada na propaganda da TV estatal, ressoa na população. Segundo o instituto de pesquisa independente Levada, aos menos 36% dos russos acreditavam em novembro que a culpa do conflito é do Ocidente.

"O que nós precisamos é ser duros, leais a nós mesmos, focados e unidos em torno do presidente", disse Peskov. Tem dado certo: o apoio medido pelo Levada a Putin em fevereiro estava em 83%, perto do máximo histórico de 89%, registrado após a anexação da Crimeia em 2014.

A guerra em si é apoiada por 77%, segundo o insuspeito instituto, que é considerado um "agente estrangeiro" por contar com financiamento externo —logo, mal visto pelo Kremlin e sujeito a maior rigidez das autoridades, como o Fisco.

A **Folha** questionou uma pessoa próxima do Kremlin acerca da fala de Peskov. Ela confirmou o teor da reportagem do Guardian e disse que o sentimento prevalente na elite, ainda que de desânimo, é o de fatalismo: terão de ir com Putin até o final.

Adicionando drama ao relato, essa pessoa acredita que o tal fim pode envolver uma guerra de fato contra a Otan (aliança militar do Ocidente), e que armas nucleares não estão fora de cogitação.

Se você diz guerra em um sentido amplo, como no confronto com Estados hostis, essa guerra híbrida que foi lançada contra nosso país, então estará aqui por um longo tempo

Dmitri Peskov
porta-voz do Kremlin

Putin anuncia visita à Turquia, país que integra a Otan

Em um anúncio surpreendente, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirmou nesta quarta que Putin deverá visitar seu país no dia 27 de abril para participar da inauguração da primeira usina nuclear local, construída pela estatal russa Rosatom.

A Turquia é membro da Otan, mas mantém relações amistosas com a Rússia apesar de fornecer armas para a Ucrânia. Pesquisas mostram que a popularidade de Putin no país é alta, e Erdogan quer mostrar-se como mediador do conflito antes das eleições presidenciais em que enfrentará um rival mais pró-EUA.

Ancara não reconhece o Tribunal Penal Internacional, que emitiu no último dia 17 uma ordem de prisão contra Putin por crimes de guerra cometidos na Ucrânia.

BIDEN ANUNCIA FINANCIAMENTO BILIONÁRIO PARA FORTALECER DEMOCRACIAS EM CÚPULA ESVAZIADA
Projeto de US$ 690 milhões (R$ 3,5 bilhões) anunciado na Cúpula da Democracia é visto com ceticismo por críticos, que desconfiam de tentativas de protagonismo dos EUA Jonathan Ernst/Reuters

EUA alertam para risco de guerra nuclear com Pequim e Moscou

SÃO PAULO Pela primeira vez na história, os Estados Unidos enfrentam o risco de uma guerra com duas potências nucleares ao mesmo tempo, a China e a Rússia. E lutar simultaneamente contra elas seria muito difícil, apesar das capacidade militares americanas.

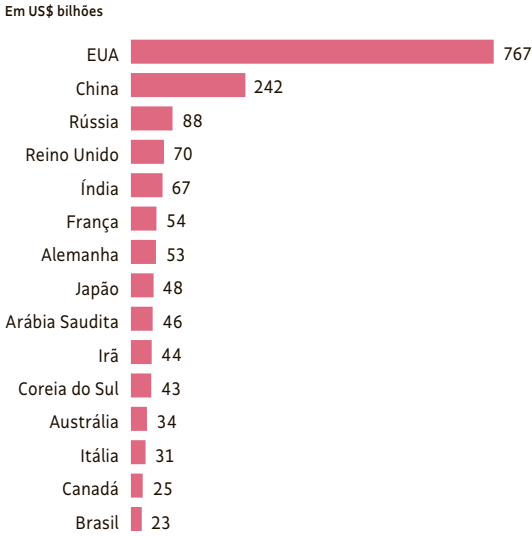
A avaliação foi feita pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, Mark Milley, principal general do país. Ela é alarmista e alarmante em iguais medidas: o militar a fez para pedir a aprovação do maior orçamento de Defesa da história de seu país.

Milley e o secretário de Defesa, Lloyd Austin, foram ouvidos pelo Comitê dos Serviços Armados da Câmara dos Representantes acerca do pedido do governo Joe Biden por uma fatura de US$ 824 bilhões (R$ 4,3 trilhões) para o ano fiscal de 2024 (1º de outubro a 30 de setembro do ano que vem).

Assim, alarmismo cai bem para sensibilizar os congressistas. Mas as declarações são alarmantes, ao mesmo tempo, porque há uma guerra em curso na Ucrânia patrocinada por Vladimir Putin, o maior aliado do chinês Xi Jinping, todos engalfinhados no âmbito na Guerra Fria 2.0.

"Tanto a China quanto a Rússia têm meios para ameaçar a segurança nacional dos EUA. Mas a história não é determinista, e a guerra com eles não é nem inevitável nem iminente", afirmou Milley, colocando os pés mais no chão.

Seja como for, em sua apresentação ele delineou todos os elementos de risco em curso. Disse, por exemplo, que Putin "continua a usar retórica e postura nucleares irresponsáveis" enquanto a Rússia fazia um dos maiores exercícios com mísseis intercontinentais da história recente, com 3.000 homens no centro do país.

Ranking de despesas militares em 2022
Em US$ bilhões

Fonte: "Balanço Militar 2023" - Instituto Internacional de Estudos Estratégicos

Desde que a guerra começou, o presidente russo lembra de tempos em tempos que tem o que Milley descreveu como "o maior e mais moderno" arsenal atômico do mundo, equiparável ao americano: ambos os países detêm pouco mais de 90% das 13 mil ogivas espalhadas pelo mundo.

Dessas, por tratado agora suspenso pela Rússia, há cerca de 1.600 prontas para uso a qualquer momento por ambos os lados. A China vem em terceiro, segundo a Federação dos Cientistas Americanos, com 410 em estoque, enquanto aliados ocidentais como França e Reino Unido têm, respectivamente, 290 e 225.

Milley falou sobre as crescentes capacidades chinesas. "A China tem milhares de mísseis de alcance local nos seus arsenais, que seriam de difícil contenção pelos EUA com seu inventário atual", disse, defendendo investimento em armas hipersônicas e outras.

"O potencial para conflito armado está crescendo. A China permanece como nosso desafio de segurança geoestratégica de longo prazo número 1", citando a expansão militar de Pequim no Indo-Pacífico e as medidas americanas contra isso, como patrulhas (pediu mais navios, claro) e o pacto militar Aukus, que fornecerá submarinos nucleares para a Austrália.

Milley falou também sobre a Coreia do Norte, que na véspera havia apresentado o que seria uma nova ogiva atômica pequena o suficiente para equipar seus foguetes intercontinentais capazes de atingir os Estados Unidos. **IG**

Culto às armas avilta valor da vida

Republicanos preferem matar mulheres em gravidez de risco a parar atiradores

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Há tragédias que unem temporariamente cidades, países e até continentes. E há tragédias que desafiam a mais otimista expectativa de humanidade. Não da Humanidade, mas de sinais de compaixão que associamos à condição humana.

Armas de fogo já matam mais crianças do que acidentes de trânsito nos EUA e também ultrapassaram as mortes por câncer. Mas números nada podem diante do culto armamentista da ultradireita, o que fica demonstrado a cada novo massacre, como o que ocorreu na escola cristã no Tennessee, com três crianças de 9 anos entre os seis mortos.

Os mais cínicos observadores não conseguem prever o grau de niilismo depravado que acompanha o espetáculo de cada pequeno corpo despedaçado pelo poder da munição de rifles semiautomáticos, armas fabricadas para exércitos. O fato de que a pessoa responsável pelo ataque no Tennessee era ex-estudante transgênero da mesma escola naturalmente serviu de mote para "explicar" o massacre.

Na terça-feira (28), Joe Biden explicou o óbvio: sua autoridade é limitada para impedir a dança macabra, que já soma 129 massacres nos primeiros 87 dias do ano. Sem o Congresso passando leis, não há como enfrentar a epidemia.

Mas a Câmara, controlada pelos republicanos, está consumida pela urgência em proteger crianças de exposição a gays e transexuais. Republicanos odeiam a infância. Preferem matar mulheres com gravidez de risco para controlar seu útero, mas, após o nascimento, virem-se os pimpolhos para ter água potável, assistência médica, educação e proteção contra atiradores.

É comum se referir ao zelo religioso com que uma minoria defende a acumulação de arsenais privados como um "culto de morte." Mas Jeff Sharlet, um autor que monitora a ultradireita militante há 20 anos, diz que as milícias se veem como um culto de inocência. Clamam proteger igualmente o feto e usar a arma de fogo para se preparar para uma guerra defensiva.

O novo livro de Sharlet é "The Undertow: Scenes from a Slow Civil War" (a ressaca: cenas de uma lenta guerra civil). Ele diz que nunca testemunhou tanta acumulação de armas como no período pós-invasão do Capitólio. Encontrou igrejas comprando armas de fogo, na expectativa de uma guerra civil. Não é mais a milícia na zona rural que se arma para o fim do mundo. São líderes religiosos de ultradireita agora armados.

No começo de março, um juiz plantado por Donald Trump num tribunal de apelações se manifestou a favor de reverter uma lei centenária do estado de Nova York, que impede o porte de armas para pessoas sob restrição de ordem judicial por violência doméstica. São mais de um milhão de casos registrados por ano, e armas de fogo têm papel evidente na escalada de agressão.

Os americanos vão conviver por décadas com as consequências das nomeações de 234 dos 870 juízes federais ativos nos Estados Unidos, feitas por um presidente no bolso do obscurantista lobby nacionalista evangélico. Há magistrados americanos hoje tão despreparados que fazem um certo medíocre ex-juiz maringaense no Senado em Brasília parecer um intelectual.

O governo Biden pediu à Suprema Corte que dê um basta na orgia pistoleira do juiz trumpista, citando as estatísticas assustadoras de violência doméstica. Mas, como perguntou Linda Greenhouse, uma das mais astutas observadoras da Corte: fatos ainda importam? Para os juízes e para o país?

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | **SÁB. Igor Patrick**

EM 1ª VISITA AO EXTERIOR COMO REI, CHARLES 3º VAI A BERLIM
Monarca britânico foi recebido pelo presidente alemão, Frank-Walter Steinmeier, no Portão de Brandemburgo John Macdougall/AFP

Lula deve remarcar visita a Pequim para 11 de abril

Com pneumonia, presidente cancelou ida; nova data precisa de aval chinês

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve remarcar para 11 de abril sua viagem para a China, segundo interlocutores do governo.

Ele deveria ter embarcado no último sábado (25), mas acabou cancelando a comitiva depois de receber diagnóstico de pneumonia. Desde sexta (24), o presidente despacha do Palácio da Alvorada.

De acordo com auxiliares, Lula convidou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para acompanhá-lo na viagem e avisou-o da nova data. Eles estiveram reunidos por mais de duas horas e meia na noite de terça-feira (28), em que trataram também de temas econômicos e da crise do rito de análise de MPs (medidas provisórias).

O governo brasileiro já consultou os chineses para saber se a data seria viável para eles e aguarda retorno. Outra possibilidade de calendário posta em discussão seria em maio.

"Existe uma construção com os chineses para agenda ser dia 11. Faltam pequenos detalhes para confirmação oficial", disse à **Folha** o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta.

Em abril, Lula tem outra agenda internacional: Portugal e Espanha. No final do mês seguinte, deve participar ainda da reunião do G7 no Japão. O chefe do Executivo teria um encontro bilateral com Xi Jinping. Como a **Folha** mostrou, esta era a agenda mais esperada por aliados de Lula.

No encontro, estará em jogo no encontro a principal ambição do petista no cenário internacional: apresentar-se como facilitador de um diálogo pela paz na Guerra da Ucrânia, que já dura mais de um ano e tem impacto direto sobre a economia global. O governo brasileiro já recebeu a sinalização positiva dos chineses de que Xi Jinping está disposto a tratar da situação na Ucrânia com Lula.

A posição chinesa é considerada fundamental por Lula. O petista já conversou sobre o assunto com líderes ocidentais, como os governantes da Alemanha, Olaf Scholz; dos EUA, Joe Biden; e da França, Emmanuel Macron.

A receptividade desses líderes tem sido fria. Foram visíveis, por exemplo, as divergências entre Lula e Scholz sobre o tema durante visita do alemão a Brasília, logo no início do mandato do petista.

Macron, por sua vez, respondeu a uma publicação de Lula no Twitter convidando o brasileiro a discutir a crise internacional com base na proposta de dez pontos do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski —uma lista de exigência considerada inaceitável por Moscou, por envolver não só a devolução de território como o estabelecimento de um tribunal especial para julgar crimes de guerra da Rússia.

Diante desse cenário, um respaldo da China à posição de Lula como possível interlocutor no processo é considerado fundamental para a diplomacia brasileira. Pequim é vista hoje como um dos únicos atores na arena global com condições concretas de influenciar Vladimir Putin.

A China divulgou no final de fevereiro um genérico plano de paz para a crise na Ucrânia na data que marcou o primeiro aniversário da invasão da Rússia. A proposta, no entanto, foi recebida com ceticismo pelo Ocidente, que vê em Xi o principal aliado da Rússia.

Além do mais, EUA e aliados têm ressaltado que qualquer solução que envolva apenas um cessar-fogo é inaceitável por significar, na prática, incorporação à Rússia de território ucraniano ocupado.

O governo brasileiro não possui propriamente um plano de discussões de paz e vem se vendendo como possível "facilitador" da negociação. Lula defende que é preciso tratar do tema em um clube de países não envolvidos nas hostilidades, que forneceriam as condições para mediar a conversa entre os beligerantes.

O modelo é semelhante ao adotado para possibilitar diálogo entre governo e oposição na Venezuela, ainda no primeiro mandato do petista; e, depois, para tentar solucionar a questão nuclear iraniana. A política externa brasileira, neste último caso, argumenta que tinha aval dos EUA, mas que os americanos depois recuaram no acordo —fechado posteriormente sem a participação do Brasil.

Em Taiwan, governo e oposição viajam atrás de EUA e China

Nelson de Sá

TAIPÉ Nesta semana, governo e oposição em Taiwan realizam viagens para destinos opostos, Estados Unidos e China, buscando apoio pelo menos simbólico em meio à campanha que já toma a ilha, visando às eleições presidenciais e legislativas de janeiro.

O oposicionista Kuomintang (KMT) abriu a corrida, com o ex-presidente Ma Ying-jeou, que governou de 2008 a 2016, desembarcando na segunda (27) em Xangai com uma defesa da "paz", que se tornou a bandeira do partido.

No dia seguinte, ele visitou em Nanquim o túmulo de Sun Yat-sen, fundador da República e do próprio KMT, herói nacional para Pequim e Taipé, e voltou a defender paz, argumentando: "Somos todos chineses".

De sua parte, a atual presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen, embarcou nesta quarta (29) para os EUA para se reunir com o novo presidente da Câmara, Kevin McCarthy, que ela convenceu a não repetir o gesto de sua antecessora.

Em agosto passado, Nancy Pelosi foi à ilha, desencadeando uma crise militar com a China que resultou em derrota nas eleições locais para o governista Partido Democrático Progressista (PDP), em novembro. Tsai perdeu o comando do próprio partido.

Como ainda há risco de reação militar chinesa, o Departamento de Estado dos EUA se pronunciou cautelosamente sobre a suposta visita "em trânsito" de Tsai, que vai depois para a Guatemala, país que ainda mantém relações diplomáticas com Taiwan.

"Os trânsitos são levados em consideração para segurança, conforto, conveniência e dignidade do passageiro e são consistentes com nossa política de uma só China, que permanece inalterada", declarou um porta-voz.

Com o embarque de Tsai, um porta-voz do Escritório para Assuntos de Taiwan, do regime chinês, declarou, em Pequim: "Se se encontrar com McCarthy, será outra provocação que viola severamente o princípio de uma só China. Nós tomaremos medidas para responder".

Apesar do confronto flagrante das duas turnês, KMT e PDP se esforçam para manter aparência autônoma diante de China e EUA. Se a atual presidente evitou receber o líder americano em Taipé, o ex-presidente evitou encontros com autoridades de Pequim.

Ma, nascido em Hong Kong mas de família de Shaanxi, uma das origens da civilização chinesa, justifica ter esperado décadas pela viagem. É a primeira de um mandatário ou ex-mandatário taiwanês à China continental desde 1949, fim da guerra civil.

Nenhum dos dois líderes é propriamente favorável aos interesses da China ou dos EUA. "Pequim costumava preferir vitórias do KMT, mas agora não vê tanta diferença", diz o cientista político taiwanês Yan Zhensheng. Segundo ele, "o KMT já não fala sobre unificação" com a China como fazia antes, o que o ligava mais diretamente a Pequim, e o PDP "abandonou a independência", bandeira que mais o diferenciava.

Yan observa que há outra potência envolvida e que controlou a ilha por décadas, até 1949: "O Japão também apoia o PDP, porque Tóquio acredita que pode explorar o impasse das relações através do estreito muito mais facilmente se os dois não se aproximarem".

Nas eleições de 13 de janeiro, o provável candidato do KMT é Hou You-yi, prefeito de Nova Taipé, cidade colada e maior que a capital. Pelo PDP, é Lai Ching-te, adversário interno de Tsai, mas seu vice —e agora presidente do partido.

A visita de Ma segue uma aproximação do KMT, hoje dominante nos governos locais taiwaneses, com províncias da China continental, iniciada neste ano. Teria motivação em parte comercial, já que a ilha viu sua economia se estagnar com o afastamento de Pequim. É o mesmo movimento de líderes de outras regiões da chamada Grande China, com maior presença da diáspora chinesa, inclusive mídia em mandarim.

Com a abertura da economia da China, pós-pandemia, já foram a Pequim os governantes de Hong Kong e Macau, Lee Hsien Loong e Ho Iat Seng, e devem ir nesta semana Lee Hsien Loong, de Singapura, e Anwar Ibrahim, da Malásia.

Pequim costumava preferir vitórias do KMT [partido oposicionista em Taiwan], mas agora não vê tanta diferença

Yan Zhensheng
cientista político taiwanês

Papa Francisco é internado com infecção respiratória

Segundo Vaticano, pontífice vai passar 'alguns dias' no hospital; testes não diagnosticaram Covid-19

SÃO PAULO O papa Francisco, 86, está com uma infecção respiratória e precisará passar "alguns dias" no hospital para tratamento, informou o Vaticano em um comunicado nesta quarta-feira (29). Segundo a nota, o pontífice se queixou de dificuldades respiratórias nos últimos dias, e exames não indicaram Covid-19.

Mais cedo, seu porta-voz, Matteo Bruni, havia comunicado, sem dar mais detalhes, que o líder da Igreja Católica iria ao hospital Gemelli, em Roma, para exames de rotina previamente agendados.

Apesar disso, o jornal Corriere della Sera afirmou que a ida ao centro de saúde era em decorrência de "problemas cardíacos", e a agência de notícias Ansa disse que ele foi submetido a uma tomografia computadorizada do tórax que descartou maiores complicações no coração. Segundo a agência, Francisco está em um apartamento do 10º andar na "área dos papas", onde João Paulo 2º já foi atendido.

No início do dia, Francisco compareceu à audiência semanal no Vaticano e parecia bem. Segundo Bruni, porém, ele se queixava de dificuldades respiratórias nos últimos dias.

As audiências dos próximos dias foram canceladas e ainda não se sabe se o líder católico poderá celebrar a missa do Domingo de Ramos, no dia 2 de abril, e as cerimônias da Semana Santa. "O Papa Francisco está comovido com as numerosas mensagens recebidas e expressa sua gratidão pelas orações", afirmou o Vaticano.

O pontífice argentino sofre de diverticulite, uma doença que pode infectar ou inflamar o cólon, e foi operado no hospital Gemelli em 2021 para remover parte do intestino. No início deste ano, ele disse que a condição havia retornado e que estava gerando ganho de peso, mas que isso não era fonte de grande preocupação.

Francisco também tem uma osteoartrite que afeta um ligamento do joelho direito, de modo que o papa alterna entre o uso de bengala e de cadeira de rodas em suas aparições públicas. Em entrevista à agência de notícias Reuters no ano passado, o argentino afirmou que preferia não fazer uma cirurgia na articulação para não repetir os efeitos colaterais de longo prazo da anestesia após a operação de 2021.

Em julho passado, na volta de uma viagem ao Canadá, o papa reconheceu que sua idade avançada e sua dificuldade para caminhar podem ter inaugurado uma fase mais lenta de seu papado. Em 10 anos de pontificado completados em março, 59 países já receberam a visita do papa Francisco.

Com média de quatro partidas internacionais por ano, ele supera seu antecessor, Bento 16, com três viagens por ano, e se aproxima de João Paulo 2º, que fez 104 viagens ao longo de 26 anos de papado. Desde a visita ao país norte-americano, ele foi ao Cazaquistão e ao Bahrein e também à República Democrática do Congo e ao Sudão do Sul.

Na RDC, o líder afirmou que renúncias de pontífices não deveriam "virar moda". "Ser papa é um cargo vitalício. Não vejo razões pelas quais não deveria ser assim", disse. "Tradições históricas são importantes. Se em vez disso começarmos a nos guiar por boatos, vamos ter que trocar de papa a cada seis meses."

A declaração, feita numa conversa privada com 82 padres jesuítas congoleses, foi reproduzida pelo jornal La Stampa e é uma mudança em relação a falas anteriores de Francisco sobre o tema. O argentino já disse que o aumento da expectativa de vida pode tornar a existência de papas eméritos cada vez mais comum e reiterou em várias ocasiões que não descarta deixar o cargo caso sua saúde piore.

Em 2013, o seu antecessor, Bento 16, foi o primeiro papa a abdicar da função em 600 anos, alegando fragilidade em sua saúde física e mental. Ele seguiu como papa emérito por nove anos e, segundo pessoas próximas, estava lúcido até dias antes de sua morte, em 31 de dezembro do ano passado.

No mesma época, dias depois de completar 86 anos, Francisco afirmou em uma entrevista ao jornal espanhol ABC que assinou uma carta de renúncia para o caso de problemas de saúde que impeçam o desempenho de suas funções. Em entrevista divulgada em 12 de março pela televisão ítalo-suíça RSI, Francisco disse que apenas um cansaço que o impedisse de ver as coisas com clareza o fariam renunciar.

Com Reuters

Em cadeira de rodas, papa Francisco fala com seus auxiliares ao ser ajudado a subir no papamóvel Vincenzo Pinto/AFP

Humza Yousaf participa de cerimônia de posse como novo primeiro-ministro da Escócia, em Edimburgo Jane Barlow/Reuters

Novo premiê da Escócia é 1º não branco e muçulmano no cargo

Ivan Finotti

MADRI Menos de seis meses depois de o conservador de ascendência indiana Rishi Sunak ser eleito premiê do Reino Unido —nação formada pelos países da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte—, chegou a vez do descendente de paquistaneses Humza Yousaf assumir a chefia do governo da Escócia.

Yousaf, 37, foi empossado nesta quarta (29), em uma tradicional cerimônia escocesa quebrada pelo ineditismo de ele ser o primeiro homem não branco a assumir o cargo —assim como havia sido o caso de Sunak no ano passado. O novo premiê escocês também carrega o título de primeiro muçulmano a se tornar líder de uma nação ocidental.

Na cerimônia, ele vestia um traje típico do Sudoeste Asiático chamado shalwar kameez. Sua esposa, ao lado dos filhos do casal, chorou no evento.

Yousaf jurou lealdade ao rei Charles 3º na cerimônia, cumprindo mais uma formalidade do ritual obrigatório. Ele chega ao cargo carregando a bandeira da independência da Escócia, interrompendo uma união política —que sempre pendeu mais para o lado inglês— que já dura três séculos. Também pretende levar seu país de volta à União Europeia, à revelia do Reino Unido e seu brexit.

"Seremos a geração que entregará a independência da Escócia", disse ele na segunda-feira (27), no discurso de vitória da eleição como líder do social-democrata Partido Nacional Escocês (SNP), o maior do país. "Onde há divisões para curar, devemos fazê-lo rapidamente porque temos um trabalho a fazer."

Ele anunciou um gabinete com seis mulheres e três homens, aliados próximos da ex-líder Nicola Sturgeon, que renunciou no mês passado. Do mesmo partido, ela era a primeira-ministra desde 2014.

Sturgeon também lutava pela meta independentista, mas não conseguiu quebrar a resistência do governo britânico, que bloqueou repetidamente a possibilidade de uma nova votação sobre o assunto —há nove anos, um referendo apontou 55% de preferência para deixar tudo como está.

Desde 1999, a Escócia tem um primeiro-ministro ("first minister") e um Parlamento, assim como Gales e Irlanda do Norte, mas seus poderes são limitados. Muitas questões importantes seguem nas mãos do primeiro-ministro ("prime-minister") e do Parlamento britânico, em Londres.

Yousaf nasceu em Glasgow em 1985, após seus pais migrarem para a Escócia nos anos 1960. Segundo ele contou há alguns anos a um jornal da comunidade asiática na Escócia, o Holyrood, ele tinha apenas um colega pertencente à minoria étnica no ensino fundamental.

"Meu pai, que tinha uma ótima visão do futuro, disse que vivíamos em uma época em que precisávamos de mais representatividade", afirmou ele ao jornal, lembrando da ocasião em que informou à família que pretendia seguir na política, e não nas tradicionais carreiras de advogado, médico ou contador.

Na Universidade de Glasgow, onde estudou ciências políticas, ingressou no SNP e tornou-se membro do Parlamento em 2011. Yousaf fala de si mesmo como tendo uma herança de "bhangra e gaita de foles", referindo-se à música folclórica tradicional do Punjab, região indiana na fronteira com o Paquistão. Já a gaita de foles dispensa maiores explicações.

> Seremos a geração que entregará a independência da Escócia
>
> **Humza Yousaf**
> novo premiê da Escócia

Nas ilhas britânicas, indianos e paquistaneses sempre foram historicamente relegados a trabalhos braçais ou de segunda categoria. São relações provenientes da exploração colonial, já que a grande Índia ficou sob domínio britânico desde o século 18. Esse controle direto acabou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, em 1947, o país foi dividido em três a partir da religiosidade de suas populações.

A noroeste, criou-se o Paquistão Ocidental (hoje apenas Paquistão), de maioria muçulmana, com 30 milhões de pessoas, e, ao leste, o Paquistão Oriental, também muçulmano, com outros 30 milhões (hoje Bangladesh). No meio, ficou a Índia, de religiões hindu e sikh e seus então 330 milhões de habitantes.

Assim, imigrantes dessas regiões lutam há mais de cinco décadas contra o racismo nas ilhas —assuntos que raramente são discutidos de forma profunda no ambiente político do reino. Na Escócia, há menos de 1% de paquistaneses entre a população local, e cerca de 0,6% de indianos.

Mas Yousaf é apenas mais um exemplo de como os tempos mudaram nesses últimos anos. A ele se junta o primeiro-ministro da Irlanda do Norte, Leo Varadkar, abertamente gay e de família indiana, que iniciou há pouco mais de três meses seu segundo mandato. E o prefeito de Londres, Sadiq Khan, de origem paquistanesa, também reeleito para seu segundo mandato, em 2021.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que apresentou nesta quarta-feira (29) a Lula o novo marco fiscal em seu formato final Pedro Ladeira/Folhapress

Nova regra fiscal limitará crescimento das despesas a 70% da alta da receita

Proposta também prevê banda de flutuação para a meta de resultado primário a cada ano

Idiana Tomazelli e Alexa Salomão

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propõe em seu desenho de regra fiscal que o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano, de acordo com informações obtidas pela **Folha**.

Na prática, o governo pretende trabalhar com uma nova trava para as despesas, que cresceriam em ritmo menor do que a arrecadação, de forma a fazer as contas melhorarem nos próximos anos e saírem do vermelho.

Além disso, a regra vai prever um intervalo para a meta de resultado primário a cada ano, como uma espécie de banda para flutuação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única definida anualmente.

O objetivo da proposta é substituir o teto de gastos, regra fiscal em vigor que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior.

O novo marco fiscal foi apresentado a Lula em seu formato final pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião nesta quarta (29) no Palácio da Alvorada. Na sequência, Haddad se dirigiu à residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para mostrar a proposta a lideranças da Casa.

O desenho foi pensado para que os gastos tenham um aumento real (acima da inflação), mas em ritmo mais moderado que o avanço das receitas — combinação considerada crucial para obter uma redução gradual do déficit e estabilizar a dívida pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 1% do PIB neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a **Folha**. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

Nas discussões internas, o governo chegou a fazer simulações com diferentes percentuais de 50%, 70% ou 80% sobre o aumento na arrecadação. A definição dessa proporção é, na prática, o que ditará a velocidade do ajuste.

Segundo interlocutores do governo, uma ala queria definir já na largada um percentual mais restritivo para a alta das despesas em relação às receitas, de 60%, mas acabou prevalecendo um ponto intermediário.

O percentual de vinculação entre despesas e receitas será fixo, embora a cada ano sua aplicação sobre as novas estimativas leve a números diferentes de espaço no Orçamento.

A ideia é que, ao projetar o crescimento da receita para o ano seguinte, o governo obtenha, como consequência, o limite de avanço da despesa. No cenário em que a estimativa de alta da arrecadação seja 2% em termos reais e o percentual de aumento de gasto sobre ela, de 70%, a elevação na despesa poderia ser de até 1,4%. Os números são ilustrativos.

Além disso, o percentual não será aplicado de forma linear a todas as despesas. Com o fim do teto de gastos, serão retomados os mínimos constitucionais de saúde e educação como eram até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 18% da receita líquida de impostos no caso da educação.

Na prática, o avanço dessas despesas acompanhará mais de perto a arrecadação, enquanto outros gastos precisarão ter crescimento mais moderado para respeitar o limite como um todo.

O limite deve ser abrangente, mas algumas despesas ficarão de fora, entre elas os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e a ajuda financeira para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem. São gastos aprovados por emenda constitucional.

Pela forma como foi desenhada, a proposta tem caráter pró-cíclico, ou seja, permite aumento de gastos quando há ampliação da receita e do crescimento, ao mesmo tempo que impõe moderação em fases de baixa. Evitar isso era um dos princípios defendidos por economistas do próprio PT. Por isso, a tendência é que o governo inclua algumas travas para impedir que a despesa acompanhe o ritmo das receitas quando estas tiverem alta expressiva, ou ainda que seja preciso cortar gastos porque a arrecadação caiu de forma significativa.

A ideia é prever que o crescimento da despesa siga a receita, mas até um percentual limite. De forma análoga, se as receitas despencarem, a alta de gastos respeitará um piso a ser indicado na proposta de nova regra fiscal — que também será um número percentual, segundo integrante da equipe econômica.

Além de reduzir o viés pró-cíclico da proposta, a avaliação no governo é que esses mecanismos tiram eventuais incentivos de superestimação de receitas — justamente o que ocorria quando a principal referência das contas públicas era o resultado primário.

Antes do teto de gastos, aprovado em 2016, o Congresso incluía no Orçamento previsões de receitas apenas para criar lastro à ampliação de despesas. Depois, quando a arrecadação era frustrada, o governo precisava contingenciar gastos ou mudar a meta fiscal.

Com a trava idealizada pelo governo Lula, mesmo que os parlamentares ampliem as projeções de receitas, haveria um limite para o avanço das despesas. A partir de determinado patamar, qualquer arrecadação adicional (prevista ou efetivamente realizada) apenas ampliaria o diferencial — ou seja, melhorando o resultado primário e contribuindo para a estabilização e redução da dívida pública.

Em outro cenário, se houvesse frustração de receitas durante o exercício, o governo ainda precisaria cumprir a meta de resultado primário estipulada no Orçamento. Isso significaria, eventualmente, conter despesas para evitar violação à regra.

Como mostrou a **Folha**, o novo marco fiscal deve ter gatilhos de ajuste ligados ao resultado primário.

Presente na reunião de lideranças com Haddad, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) confirmou o percentual de 70% e disse que, se o governo descumprir a meta de primário, a variação do crescimento das despesas cairá a 50% da alta de receitas no ano seguinte.

Se o resultado primário for considerado ruim em relação a um patamar determinado, serão acionadas restrições para o crescimento dos gastos.

Os instrumentos de ajuste são uma sinalização importante dentro de um marco fiscal que mira o médio prazo e terá nas projeções para esse horizonte um alicerce para tentar convencer investidores de que as contas são sustentáveis.

A proposta de atrelar a restrição do gasto à dívida, defendida por muitos economistas que redigiram sugestões de regras fiscais, é descartada por técnicos e autoridades ouvidos sob reserva pela reportagem. Os indicadores de endividamento devem funcionar apenas como referência.

Na chegada à reunião do governo com integrantes da Câmara, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a nova regra já estava validada por Lula, que determinou a apresentação dos termos da proposta aos membros do Congresso. Ele evitou citar detalhes da nova regra, mas disse que ela terá "compromisso com a responsabilidade fiscal".

Ele disse ainda que o governo buscará obter o mais rápido possível uma definição de quem será o relator do projeto na Câmara.

O relator é uma figura central, pois ele que fará o trabalho de análise, discussão e apresentação de um parecer com eventuais mudanças.

A nova regra fiscal

COMO É HOJE

Teto de gastos: regra que impede que as despesas federais cresçam, de um ano para o outro, mais do que a inflação

Meta de resultado primário: é estipulada em valor numérico a cada ano. O resultado é obtido a partir da diferença entre receitas e despesas no ano. Hoje, é uma meta única e precisa ser cumprida pelo Executivo

COMO FICARIA

Trava para gastos: em vez do teto, a despesa poderá crescer o equivalente a 70% da alta projetada nas receitas (exemplo: se a arrecadação subir 10%, a despesa poderá subir até 7%). Haverá, porém, limites mínimos e máximos para a variação. O percentual mínimo evita que uma queda brusca ou temporária na arrecadação obrigue o governo a comprimir despesas. Já o máximo afasta o risco de o Executivo expandir gastos de forma exagerada quando há um pico nas receitas

Meta de resultado primário: em vez da meta única de resultado das contas públicas, haverá um intervalo projetado para o exercício, e o Executivo precisará encerrar o exercício dentro dessa banda

Resultado primário do governo central

Em % do PIB

* Previsão do Orçamento de 2023
** Previsão do governo a partir da nova regra fiscal
Fonte: Governo

Governo estuda formato para adiar nova Lei de Licitações

Danielle Brant

BRASÍLIA O governo estuda o melhor instrumento legal para prorrogar a transição da antiga Lei de Licitações até março de 2024. A iniciativa foi anunciada nesta quarta-feira (29) pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A nova Lei de Licitações, sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2021, estipulava que a norma anterior ficaria revogada em dois anos — prazo que se encerraria neste sábado (1º).

De acordo com Lira, a ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação nos Serviços Públicos) planeja a publicação de uma portaria para que os gestores tenham mais tempo para se adaptar ao novo arcabouço legal.

No governo, ainda não está claro o instrumento legal que seria usado para prorrogar o prazo. No entendimento de técnicos, isso não poderia ser feito por portaria. A opção mais apropriada seria via medida provisória, por exigir alterações em uma lei e ter vigência imediata.

De acordo com entendimento do TCU (Tribunal de Contas da União), as licitações e as contratações diretas em andamento e que eram regidas pela lei antiga podem continuar seguindo as regras anteriores desde que a opção seja feita até 31 de março de 2023 e a publicação do edital ocorra até 31 de dezembro deste ano.

A lei sancionada por Bolsonaro altera as regras de licitações, criando modalidades de contratação, exigindo seguro-garantia para grandes obras e inserindo um novo capítulo no Código Penal ao tipificar crimes em licitações com penas de até oito anos.

Para o advogado Fernando Vernalha, sócio do Vernalha Pereira Advogados, a prorrogação não deveria ocorrer.

"As administrações tiveram dois anos para se adequar à nova lei, mas não o fizeram. Adiar a aplicação da lei não necessariamente eliminará as dificuldades enfrentadas pelos municípios para essa adequação", disse.

Na avaliação dele, mais importante do que flexibilizar prazos seria dar apoio para que as menores prefeituras se preparem para a nova legislação.

"Além disso, seria bem-vinda uma visão mais flexível dos órgãos de controle nos primeiros anos de aplicação da lei, em vista dos desafios envolvidos no processo de adaptação", complementou.

Em discurso aos prefeitos, Lira também falou sobre a reforma tributária que está sendo discutida na Câmara.

"Todo o mundo defende e quer a reforma tributária, mas todo o mundo quer a reforma tributária do seu umbigo", criticou.

Ele defendeu que o Congresso aprove a "reforma tributária possível neste momento" para minimizar os problemas dos municípios, dos estados, da União e dos setores produtivos do Brasil. Além disso, pediu empenho do presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Ziulkoski, junto aos prefeitos para ajudar na discussão.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Calculadora

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o BNDES estão finalizando os termos de um decreto para zerar a incidência do IOF (imposto sobre operações financeiras) nos financiamentos do banco. A iniciativa faz parte do conjunto de medidas que o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, pretende adotar para expandir a presença da instituição. Ela representa renúncia fiscal para o governo, mas é vista como um caminho para baratear o crédito.

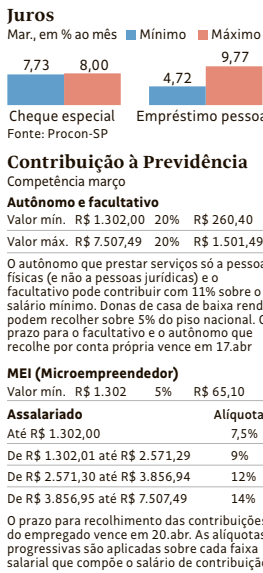
PARCELA Como o decreto é interministerial, ainda precisa passar pela Fazenda, antes de seguir para a aprovação do presidente Lula. Entre 2018 e 2022, o BNDES recolheu, em média R$ 330 milhões de IOF ao ano. A estimativa é que esse seja o impacto gerado pela alteração da linha, ou seja, esse recolhimento do IOF se transformaria em crédito, segundo os defensores da medida no setor produtivo.

BALANÇA A avaliação é que a nova medida corrige distorção anterior, quando os créditos concedidos pelo BNDES passaram a sofrer incidência do IOF a partir de 2015, enquanto outras modalidades de apoio a investimentos da mesma natureza continuaram isentas, como os créditos concedidos pelos bancos públicos regionais com recursos dos fundos constitucionais.

VOZ Além das negociações pela queda do IOF, também avançam as conversas no governo em torno de outra proposta de Mercadante para reduzir o pagamento de dividendos ao Tesouro, na tentativa de elevar a capacidade de concessão de crédito do banco.

CADEIRA Carlos Melles deixou a presidência do Sebrae nesta quarta (29). Ele assinou a renúncia após pressão do governo Lula, que conseguiu convocar para esta quinta (30) uma reunião no conselho da entidade para destituí-lo.

DE SAÍDA "Comunico minha renúncia ao cargo de diretor-presidente do Sebrae Nacional, cargo que ocupo desde março de 2019. Na oportunidade, manifesto todo o meu respeito ao Sistema Sebrae e em especial aos pequenos negócios", disse Melles na carta assinada no fim da tarde.

DESEMBARQUE Considerado próximo de Bolsonaro, Melles foi eleito para seu segundo ciclo no comando do Sebrae em 2022. O mandato da diretoria, empossada em janeiro, vai até 2026, mas Lula queria um nome alinhado à sua política. Segundo o Sebrae, nesta quinta o conselho deliberativo escolherá um interino para o cargo e, no dia 10, será realizada uma nova eleição. O ex-deputado Décio Lima (PT) é o mais cotado para a vaga.

MARTELO Associações que representam setores excluídos dos beneficiários da isenção fiscal prevista pelo Perse (programa emergencial do setor de eventos) planejam ir à Justiça caso a medida provisória que trata do tema seja aprovada da forma como está.

CHAPA Publicada durante o governo Bolsonaro, a MP deu sustentação para uma portaria que excluiu alguns segmentos, como bares e lanchonetes, da isenção de tributos. Paulo Solmucci, da Abrasel, diz que o setor ainda não se recuperou das perdas da pandemia. "Acho que a judicialização é um caminho natural", afirma.

TEMPESTADE Doreni Caramori, presidente da Abrape (promotores de eventos), também reclama. "A MP pode ensejar portarias ainda mais restritivas. Vai ser uma chuva de judicializações", diz Caramori.

CRESCENTE A Abrasca (companhias de capital aberto) vai levar às autoridades um novo estudo da FGV que aponta como cresceu na última década o volume de multas qualificadas, aquelas que chegam a 150% do tributo devido e são aplicadas para fraude ou dolo. Segundo o material, a participação desse tipo de multa no total de penalidades subiu de 10% em 2011 para 17% em 2019.

FRONTEIRA Ainda conforme o estudo, a aplicação de multa qualificada cresceu 112% em valor. "As multas com critérios subjetivos, que são as qualificadas, cresceram em maior proporção. E o estudo mostra que em outros países essa subjetividade não existe", diz Pablo Cesário, da Abrasca.

NA PAUTA Dentro do governo, a avaliação é que existe disposição para discutir o tema, mas a comparação com o resto do mundo deve abranger critérios como o endurecimento da penalização com prisão de fraudadores.

ATESTADO Só nas primeiras três semanas de março, o número de casos de testes de Covid com resultado positivo nas farmácias superou todo o mês passado, diz a Abrafarma (varejo farmacêutico). Nos primeiros 19 dias do mês, a média diária alcançou 939, acima da média de fevereiro (632).

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,77

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

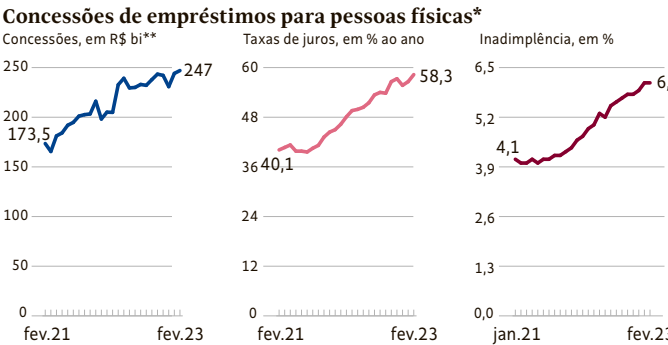
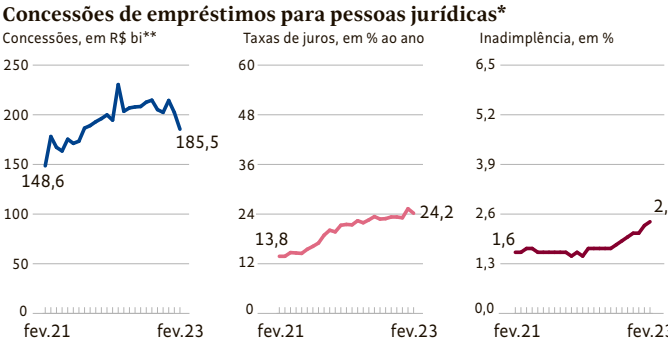
Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Queda no crédito para empresas se intensifica em fevereiro

*Apenas recursos livres (o que exclui créditos regulados por lei ou normativo, como os do BNDES)
**Dados dessazonalizados
Fonte: Banco Central

Queda no crédito para empresas se intensifica com juro alto e Americanas

Concessões para pessoas jurídicas com recursos livres recuam 8,3% em fevereiro na comparação com o mês anterior

Nathalia Garcia

BRASÍLIA As concessões de novos empréstimos e financiamentos para empresas recuaram com mais intensidade em fevereiro em meio ao cenário de juros elevados e ao efeito do caso Americanas, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta (29).

Houve queda de 8,3%, para R$ 185,5 bilhões em fevereiro, nas concessões com os chamados recursos livres (em que as taxas são negociadas livremente entre bancos e tomadores), na comparação com janeiro. A série considera o valor ajustado, com a finalidade de minimizar os efeitos sazonais sobre os dados.

Em janeiro, o indicador já registrara retração de 5,6% ante o mês anterior. Em 12 meses, os dados mostram crescimento de 14% —uma desaceleração, já que no primeiro mês de 2023 o aumento no período interanual era de 16,8%.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou em entrevista coletiva sobre os dados que a desaceleração do crédito, quando observadas as variações do saldo em 12 meses, vem de meados de 2022, na esteira de uma atividade econômica mais fraca.

"Em geral, quando se olha o crédito total, os pontos de máxima estão por volta de junho ou julho de 2022, sempre na comparação de 12 meses. A partir do segundo semestre tem uma desaceleração do crédito, o que significa que ele continua crescendo, porém a taxas menores", disse.

"E o segundo semestre do ano passado é um momento em que houve também uma desaceleração da própria atividade econômica como um todo no país, medida pelo PIB, por exemplo", acrescentou.

Ele destacou ainda que o ciclo de aperto da política monetária também vem contribuindo para a desaceleração do crédito. Em agosto do ano passado, a taxa básica de juros (Selic) foi fixada nos atuais 13,75% ao ano —maior patamar desde o fim de 2016.

Em fevereiro, os juros médios continuaram em níveis elevados. Exclusivamente para pessoas jurídicas, a taxa média ficou em 24,2% —redução de 1,1 ponto percentual ante janeiro— e a inadimplência no segmento de recursos livres atingiu 2,4% em fevereiro deste ano, aumento de 0,1 ponto percentual na comparação com o mês anterior.

Já para pessoas físicas, também nos recursos livres, os juros médios alcançaram 58,3%, o que representa elevação de 1,7 ponto percentual. A inadimplência, por sua vez, se manteve estável em 6,1%.

A economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Izis Ferreira, destaca que os empresários sentem o esfriamento no crédito antes do que os consumidores e que a intenção de investimento das empresas vem caindo.

"Esse movimento tem a ver com a alta de juros, com a dificuldade que essas empresas estão encontrando para se financiar e com a dificuldade para operar. Quando o empresário vai negociar prazos com fornecedor, com credor, está mais difícil de conseguir prazos e, quando ele consegue, consegue a um custo muito maior."

Segundo a especialista, o cenário de crédito mais caro, escasso e restrito tem levado essas empresas de grande porte a uma condição de endividamento pior. "Está mais difícil renegociar dívidas, as dívidas aumentaram de valor. Quando você está falando de uma dívida pós-fixada, quanto maior forem os juros, pior."

Para a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a carteira total de crédito segue um movimento de acomodação, refletindo fatores como perda de tração da atividade, alta da inadimplência, condições financeiras mais restritivas, além do episódio envolvendo as Lojas Americanas.

"Já se esperava um recuo nos saldos e nas concessões, mas os números de fevereiro, especialmente no segmento livre de pessoas jurídicas, vieram piores do que a expectativa média do mercado", afirmou.

Os números do BC mostram também que, em fevereiro, houve queda de 7,7% no estoque de crédito da modalidade de desconto de duplicatas e recebíveis para pessoas jurídicas —comportamento que se deu na direção contrária ao esperado para o mês.

A modalidade está ligada ao crédito sacado, operação tradicional no varejo brasileiro por meio da qual se desconta ou se securitiza o fluxo futuro de vendas da empresa —e que esteve no centro da crise que levou a Americanas à recuperação judicial.

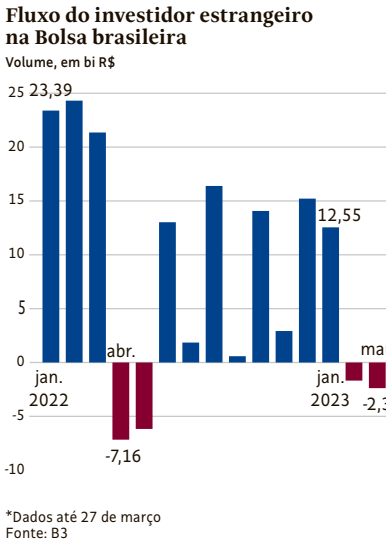
+ DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL TEM ALTA DE 1,51% EM FEVEREIRO

A dívida pública federal subiu 1,51% em fevereiro sobre janeiro, para R$ 5,856 trilhões, informou o Tesouro Nacional nesta quarta (29). Do total, 24% correspondiam a títulos prefixados, 31% a títulos vinculados a índices de preços, 41% a papeis com taxas flutuantes e 4% a papeis cambiais.

Indefinição fiscal e crise bancária afastam estrangeiros da Bolsa

SÃO PAULO As incertezas sobre a condução da política econômica do governo brasileiro, com o mercado ansioso em relação à apresentação da nova regra fiscal, somadas à crise bancária nos EUA e na Europa, têm se refletido em saques por parte dos investidores estrangeiros da Bolsa.

Segundo dados da B3, em março, até o dia 27, as vendas de ações brasileiras pelos estrangeiros superaram as compras em R$ 2,3 bilhões, dando prosseguimento à tendência já observada em fevereiro, quando o saque líquido pelo investidor de fora totalizou R$ 1,68 bilhão.

O movimento recente representa uma reversão da trajetória vista desde meados do ano passado —de junho de 2022 até janeiro de 2023, os estrangeiros registraram aportes líquidos em ações brasileiras, tendo inclusive sido um dos principais responsáveis pela alta de 4,7% do Ibovespa no ano passado. No acumulado de 2022, os estrangeiros alocaram R$ 120 bilhões na Bolsa.

Sem o investidor internacional, o Ibovespa acumula queda de cerca de 7,2% em 2023, até esta quarta-feira (29).

Co-CEO e diretor de investimentos da gestora Alphatree Capital, Rodrigo Jolig afirma que a incerteza política e os ruídos relacionados ao novo arcabouço fiscal e ao BC, com críticas reiteradas do presidente Lula (PT) a Roberto Campos Neto, afeta a disposição, seja do local ou do estrangeiro, em buscar ativos de risco como as ações em mercados emergentes como o Brasil.

"O ruído político piora a perspectiva para a Bolsa e o apetite a risco do investidor estrangeiro." **Lucas Bombana**

Fluxo do investidor estrangeiro na Bolsa brasileira

Volume, em bi R$

*Dados até 27 de março
Fonte: B3

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar no âmbito das demais operações de securitização. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias "B" e "S2", na forma da Instrução nº 480/2009, e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS ("PPI"). **Operações realizadas:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro auferido foi de R$ 18.366 (R$ 4.559, em 2021), tendo sido registrada perdas no recebimento dos créditos no montante de R$ 14.032 (R$ 32.336, em 2021). A melhora no resultado da Companhia derivou basicamente de 3 fatores: (i) a diminuição dos juros pagos mediante o resgate integral das debêntures emitidas, (ii) o forte declínio das perdas de crédito e (iii) a significativa expansão das receitas financeiras decorrente da elevação da taxa DI. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2022, no valor total de R$ 18.366, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R$ 918; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor de R$ 4.250; (iii) pagamento aos acionistas de dividendos obrigatórios no valor de R$ 4.362; e (iv) pagamento aos acionistas de dividendos adicionais no valor de R$ 8.836, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CPSEC esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., no exercício de 2022, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

BALANÇO PATRIMONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE		290.733	360.557
Caixa e Equivalente de Caixa	4	130.169	104.525
Banco		20	393
Aplicações financeiras		130.149	104.132
Contas a Receber	5 e 9	108.318	157.499
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5.240	5.172
Ajuste a Valor Justo		-	(64)
Direitos Creditórios a Receber - PEP.		102.525	151.524
Ajuste a Valor Justo - PEP		553	867
Outros Ativos Circulantes		2.028	1.231
Outros Créditos		50.218	97.302
Valores Transitórios a Receber	6	50.218	97.302
NÃO CIRCULANTE		23.113	91.746
Tributos Diferidos	9 e 14	4.925	11.016
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		-	22
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		4.925	10.994
Contas a Receber	5, 9 e 15	18.177	80.715
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		12.239	12.694
(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(12.239)	(12.694)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		17.996	79.981
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		76.610	62.123
(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(76.610)	(62.123)
Ajuste a Valor Justo - PEP		181	734
Ativo Permanente		11	15
TOTAL DO ATIVO		313.846	452.303

PASSIVO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE		12.466	29.346
Obrigações Sociais e Trabalhistas		211	197
Obrigações Sociais		81	80
Obrigações Trabalhistas		130	117
Obrigações Fiscais Federais	14	954	1.005
Debêntures	7	-	23.322
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		-	23.349
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		-	(27)
Outras Obrigações		11.301	4.822
Valores Transitórios a Pagar	8 e 15	2.368	1.547
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		270	224
Dividendos e juros a pagar s/ Capital Próprio	10 e 15	8.612	3.000
Outras obrigações		51	51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido	10	301.380	422.957
Capital Integralizado		283.096	413.096
Reserva Legal		9.448	8.530
Reserva Especial		8.836	1.331
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.846	452.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		413.096	8.302	-	-	421.398
Lucro líquido do exercício	10				4.559	4.559
Destinações:						
Reserva Legal	10		228		(228)	
Juros sobre Capital Próprio	10				(3.000)	(3.000)
Reserva Especial	10			1.331	(1.331)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		413.096	8.530	1.331	-	422.957
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		413.096	8.530	1.331	-	422.957
Redução do Capital Social (AGE 22/03/2022)	10	(130.000)				(130.000)
Dividendos - Pago	10			(1.331)		(1.331)
Lucro líquido do exercício	10				18.366	18.366
Destinações:						
Reserva Legal	10		918		(918)	
Juros sobre Capital Próprio	10				(4.250)	(4.250)
Dividendos obrigatórios	10				(4.362)	(4.362)
Dividendos adicionais propostos	10			8.836	(8.836)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		283.096	9.448	8.836	-	301.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	2022	2021
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 15	37.628	49.850
Receita Atualização PPI - Selic	5	349	175
Receita Atualização PEP	5	37.279	49.675
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	7 e 15	(4.710)	(9.740)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	7	(669)	(3.454)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	7	-	(1.872)
Pis Não Cumulativo		(700)	(780)
Cofins Não Cumulativo		(3.341)	(3.634)
RESULTADO BRUTO		32.918	40.110
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(18.184)	(36.809)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	11 e 12	(4.089)	(4.322)
Despesas com Salários	11	(2.385)	(2.497)
Encargos Sociais e Obrigações	11	(1.024)	(1.057)
Serviços Técnicos Especializados	12	(579)	(600)
Anúncios e Publicações	12	(89)	(161)
Despesas Legais e Societárias	12	(12)	(7)
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	10 e 14	(14.032)	(32.336)
(Perdas)/ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PPI		455	(163)
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP		(14.487)	(32.173)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	12	(63)	(151)
Outras Despesas Operacionais		(63)	(151)
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 13	11.788	3.363
Receitas Financeiras		11.819	3.397
Despesas Financeiras		(31)	(34)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		26.522	6.664
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(8.156)	(2.105)
Imposto de Renda		(1.512)	(2.074)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(553)	(755)
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		(22)	(28)
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		(6.069)	752
LUCRO DO EXERCÍCIO	10 e 18	18.366	4.559
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$ (BÁSICO E DILUÍDO)	18	6,49	1,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.366	4.559
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	18.366	4.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	10 e 18	18.366	4.559
Receita Atualização PEP		(5.497)	(5.549)
Depreciação		4	5
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios	9 e 14	803	1.501
IRPJ e CSLL Diferidos	9 e 14	6.091	(724)
Perda no recebimento de Direitos Creditórios	9, 10 e 14	14.032	32.336
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		33.799	32.128
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI	5	(68)	397
Direitos Creditórios a Receber - PEP	5	116.481	194.685
Direitos Creditórios PEP Rompidos	5	(14.487)	(24.743)
Direitos Creditórios PPI Rompidos	5	455	(163)
Valores Transitórios a Receber (pessoas ligadas)	6	(26.282)	(82.040)
Outros Ativos		(797)	(1.203)
Debêntures - 2ª emissão	7	(23.322)	(66.852)
Fornecedores		-	12
Contas a Pagar		9	(10.843)
Outras Obrigações	8	821	1.111
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		52.810	10.361
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		86.609	42.489
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) de Imobilizado		-	(19)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	(19)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio	10	(4.331)	(6.202)
Redução de Capital Social	10	(56.634)	-
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(60.965)	(6.202)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		25.644	36.268
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	104.525	68.257
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	130.169	104.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	2022	2021
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS		23.596	17.514
Receita Atualização PPI - Selic	5	349	175
Receita Atualização PEP	5	37.279	49.675
Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	10 e 14	(14.032)	(32.336)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.408)	(6.245)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(739)	(919)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	7	(669)	(3.454)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	7	-	(1.872)
VALOR ADICIONADO BRUTO		22.188	11.269
RETENÇÕES		(4)	(5)
Depreciação, Amortização e Exaustão		(4)	(5)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		22.184	11.264
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		11.788	3.363
Receitas Financeiras	13	11.819	3.397
Despesas Financeiras	13	(31)	(34)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		33.972	14.627
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		33.972	14.627
Pessoal		2.676	2.776
FGTS		115	137
Impostos, Taxas e Contribuições	14	12.815	7.155
Remuneração de Capitais Próprios	10	18.366	4.559
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio		8.612	3.000
Lucros retidos do exercício		9.754	1.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar no âmbito das demais operações de securitização. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias "B" e "S2", na forma da Instrução nº 480/2009 e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Em atenção à orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, no que tange especificamente aos aspectos inerentes aos efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia informa que o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou uma acentuada desaceleração no volume de rompimento dos direitos creditórios, decorrente principalmente da maturidade da carteira de ativos financeiros, aspecto que beneficiou sensivelmente o resultado do exercício, proporcionando ainda uma arrecadação 5,6% superior às projeções orçamentárias da Companhia. Em 2022 houve o abrandamento das medidas restritivas relacionadas ao controle da pandemia provocada pelo COVID-19, em virtude do acentuado declínio nos contágios e da ampliação da vacinação na população. Todavia, 2022 foi mais um ano atípico e desafiador no cenário macroeconômico global, caracterizado pelos impactos e desafios decorrentes dos problemas nas cadeias de produção industrial pós-COVID-19, assim como no cenário político mundial, em razão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, potencializando a questão da escassez das fontes de energia, impactando fortemente os seus custos de produção. Os desdobramentos do conflito armado na Ucrânia, conjugado com os problemas decorrentes da COVID-19, levaram a uma deterioração da confiança dos investidores, em razão da aversão ao risco num cenário de tensão e incerteza, acompanhado de um quadro inflacionário persistentemente alto e da elevação das taxas de juros, em nível global, fatores reunidos que já afetaram e devem continuar afetando ainda mais a economia em sentido amplo, com a consequente redução do ritmo da atividade econômica e o risco de uma recessão generalizada. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e desde então, vem prospectando novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. Aprovação das Demonstrações Contábeis: A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo. **b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. • Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. • Passivos financeiros: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*") -** Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ainda, conforme CPC 48, é reconhecida eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. No entanto, considerando a possibilidade de utilização dos direitos creditórios rompidos para amortização extraordinária das debêntures subordinadas, são reconhecidas exclusivamente as perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI que excederem o saldo das debêntures subordinadas, conforme detalhado abaixo. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo de direitos creditórios rompidos destinado à dação em pagamento não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo de que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. Convém destacar, ainda, que este procedimento da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Por sua vez, em razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas. A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5. **d) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Ativos e passivos contingenciais:** Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: • **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. • **Passivos contingentes**: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. • **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no período para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/22	31/12/21
Bancos	20	393
Aplicações Financeiras	130.149	104.132
Total	130.169	104.525

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Setor Público e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Todos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R$ 11.819 (R$ 3.397, em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP - PPI ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. **DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. O saldo da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PPI

Classificação	31/12/22	31/12/21
Até 12 meses	5.240	5.172
Total	**5.240**	**5.172**
PPI rompido (1)	12.239	12.694
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.239)	(12.694)
Ajuste a Valor Justo a realizar (3)	-	(64)
Total	**5.240**	**5.108**

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias). (2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos). (3) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Receita de Atualização - PPI

Detalhamento das Receitas	31/12/22	31/12/21
Receita de Atualização PPI - Selic	251	53
Receita PPI - Indenização	34	39
Reversão Ajuste a Valor Justo - PPI	64	83
Total da Receita de Atualização PPI	**349**	**175**

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. O saldo da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PEP

Classificação	31/12/22	31/12/21
Até 12 meses	102.525	151.524
Até 24 meses	17.813	61.856
Até 48 meses	139	18.062
Acima 48 meses	44	63
Total	**120.521**	**231.505**
Curto Prazo	**102.525**	**151.524**
Longo Prazo	**17.996**	**79.981**
PEP rompido (4)	76.610	62.123
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (5)	(76.610)	(62.123)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (6)	553	867
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Não Circulante (6)	181	734
Total	**121.255**	**233.106**

(4) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 ou mais parcelas em atraso).
(5) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos).
(6) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Receita de Atualização - PEP

Detalhamento das Receitas	31/12/22	31/12/21
Receita de Atualização PEP	17.015	8.906
Reversão Receita PEP PECLD	(1.070)	(5.742)
Receita PEP - Indenização	26.283	82.040
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(4.082)	(34.588)
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(867)	(941)
Total da Receita de Atualização PEP	**37.279**	**49.675**

6. VALORES TRANSITÓRIOS A RECEBER

Valores Transitórios a Receber: Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP que, a partir de 1º de outubro de 2020, deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, e passaram a ser registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber", nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. Em 20 de junho de 2022 foi efetivada a redução de capital social da Companhia no montante de R$ 130.000, mediante a transferência financeira de R$ 56.634 aos acionistas, e a compensação de R$ 73.366 (nota 10) registrados em "valores transitórios a receber" devidos pelo Estado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram incorporados aos "valores transitórios a receber" o montante de R$ 26.283 (notas 7 e 15) relativo ao registro dos novos Eventos de Indenização do PEP. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 o montante da rubrica de "valores transitórios a receber" teve redução líquida de R$ 47.084, restando saldo de R$ 50.218 (R$ 97.302 em 2021).

7. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu um total de 5.200.620 debêntures, distribuídas entre a 2ª e 3ª emissões, cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Debêntures

Detalhamento / Características	2ª Emissão - 1ª Série	2ª Emissão - 2ª Série	3ª Emissão - Série Única
Garantia	Quirografária	Quirografária	Garantia Real
Distribuição	Pública	Pública	Pública
Oferta	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Classificação de Risco (S&P)	brBBB-		brAAA
Fundo de Amortização	2 PMT		3,0 PMT
Data Emissão	28/11/14	28/11/14	18/05/15
Data Vencimento	16/06/22	18/07/24	16/06/20
Quantidade	8.000	5.118.620	74.000
Despesa Estruturação e Distribuição	14.481	-	613
Valor da Emissão	800.000	5.118.620	740.000
Prazo Amortização	90 meses	116 meses	60 meses
Situação	Resgatada	Resgatada Antecip	Resgatada
Indexador utilizado	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
Spread	2,60% a.a.		2,50% a.a.
Taxa efetiva	DI+3,02% a.a.		DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	diária	mensal	diária

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, realizada em 18 de maio de 2020, foi deliberada a alteração do vencimento das Debêntures para 16 de junho de 2022, ampliando o cronograma de amortização de 78 para 90 parcelas mensais e sucessivas, mantidas todas as demais características e condições da escritura, conferindo maior segurança à operação.

Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. A partir de 1° outubro de 2020, os valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios de parcelamentos cedidos deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Dessa forma, a Emissora não possui mais Debêntures em circulação no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram apurados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R$ 26.283, cujo valor foi registrado (adicionado) na rubrica "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram apurados Eventos de Indenização do PPI favoráveis à Companhia no montante de R$ 40, reduzindo, dessa forma, o saldo das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado para R$ 148, cujo montante encontra-se registrado no passivo circulante, na rubrica de valores transitórios a pagar (nota explicativa nº 8). No quadro abaixo são demonstrados os saldos devedores das Debêntures emitidas no mercado de capitais, segregados pelos respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures

Classificação	2ª Emissão 1ª Série 31/12/22	2ª Emissão 1ª Série 31/12/21
Até 12 meses	-	23.349
Total	-	**23.349**
Custo de Transação a amortizar	-	(27)
Total	-	**23.322**
Curto prazo	-	**23.349**

No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros incorridas no período e as despesas com a amortização do custo de estruturação e distribuição das debêntures no mercado de capitais.

Despesas - Debêntures 2ª Emissão 1ª Série

Detalhamento das Despesas	31/12/22	31/12/21
Amortização do custo de estruturação e distribuição	27	227
Juros	642	3.227
Total de Despesas	**669**	**3.454**

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças transitórias apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, da arrecadação de parcelamento não securitizados ou de eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 registrava R$ 2.368 (R$ 1.547 em 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi transferido à conta única do Tesouro Estadual o montante de R$ 5.348, referentes à devolução de arrecadação de PPI e do PEP não securitizados. Passivos contingentes: Há uma Ação Popular, classificada com risco

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

possível, em razão de sentença proferida de primeiro grau julgada parcialmente procedente, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais). A Administração vislumbra a reversão da situação, inclusive do seu arquivamento, em razão dos termos do Recurso de Apelação conferirem manifestação favorável à Companhia pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em relação ao mérito julgado. Não há outros litígios ou risco em andamento com divulgação requerida.

9. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("*fair value*") foi reconhecida uma redução no valor de R$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$ 14.253 (R$ 32.336 EM 2021). As debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão estão classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado (nota explicativa nº 7). Em 31 de dezembro de 2022 o saldo do ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R$ 734 (R$ 1.601 em 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi deduzido do resultado o valor de R$ 867 (R$ 1.584, em 2021), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios do PPI, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado a apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. Em relação à carteira de Direitos Creditórios do PPI, em 31 de dezembro de 2022 o estoque de ajuste a valor justo foi zerado, em virtude da apropriação integral do saldo residual registrado ao final do exercício de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi incorporado ao resultado o montante de R$ 64 (R$ 83, em 2021), sendo R$ 42, líquido dos efeitos tributários referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no exercício (R$ 55, em 2021). As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/22 Valor contábil	31/12/21 Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	126.495	238.214	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
Passivos Financeiros			
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	-	23.322	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2022 deliberaram pela redução do capital social no valor de R$ 130.000, correspondendo a 1.300.000 ações ordinárias. Após o decurso do prazo decadencial de 60 dias, previsto na Lei das S.A, artigo 174, sem a oposição dos credores, a ata foi arquivada na JUCESP, tornando efetiva, então, a redução das 1.300.000 ações ordinárias, cuja efetivação foi realizada em 20 de junho de 2022, através da transferência financeira aos acionistas de R$ 56.634, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 73.366 (notas explicativas nº 6 e 15). Nestes termos, o novo capital social subscrito e integralizado é de R$ 283.096, em moeda corrente nacional, representado por 2.830.956 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que em 31 de dezembro de 22 somou R$ 918, totalizando em R$ 9.448 (R$ 228 e R$ 8.530, respectivamente, em 2021). c) Lucro Líquido do exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro líquido auferido foi de R$ 18.366 (R$ 4.559, em 2021), sendo que deste resultado R$ 825 negativos (R$ 1.530 negativos, em 2021) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros (nota explicativa nº 9). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o registro de perdas no recebimento dos créditos alcançou o montante de R$ 14.032 (R$ 32.336, em 2021). A melhora no resultado da Companhia derivou basicamente de 3 fatores: (i) a diminuição dos juros pagos mediante o resgate integral das debêntures emitidas, (ii) o forte declínio das perdas de crédito e (iii) a significativa expansão das receitas financeiras decorrente da elevação da taxa DI. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei no montante de R$ 4.362. Os dividendos e JCP de 2021 foram pagos integralmente aos acionistas em 31 de maio de 2022, conforme Ata da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2022. Em relação à destinação do lucro obtido em 2022, a Administração irá propor o pagamento aos acionistas de R$ 4.250 na forma de JCP e R$ 13.198 na forma de dividendos, cuja destinação será objeto de deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2023.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHOS E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "*pro rata temporis*", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto no parecer CODEC nº 1/2018, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais, na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

Despesas com salários:	2022	2021
Honorários da diretoria e conselho	1.952	2.132
Salários - empregados	415	342
Vale Refeição - empregados	18	23
Total de despesas	**2.385**	**2.497**
Encargos sociais e obrigações:	**2022**	**2021**
Férias e 13 salário - empregados	96	80
Licença remunerada	59	63
Gratificação anual	137	135
Despesa de INSS	617	642
Despesa de FGTS	115	137
Total de despesas	**1.024**	**1.057**

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2022	2021
Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	246	223
CETIP	2	13
Banco Mandatário	-	35
Assessoria Contábil	245	181
Agente Fiduciário	13	29
Agência de Rating	-	46
Auditoria Interna	73	73
	579	**600**
Anúncios e Publicações	**89**	**161**
Despesas Legais e Societárias	**12**	**7**
Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	19	51
Taxas Estaduais e Municipais	4	7
Seguros D&O	27	54
Outras despesas operacionais	13	39
	63	**151**

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	11.773	3.299
Juros Ativos - Selic	35	92
Descontos obtidos	11	6
Subtotal	**11.819**	**3.397**
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	31	34
Subtotal	**31**	**34**
Total do resultado financeiro	**11.788**	**3.363**

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2022 Exercício	2021 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	26.522	6.664
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	803	1.501
(+) Adição Despesas Indedutíveis	15.035	33.351
(+) Exclusão - Diferenças Temporárias Dedutíveis	(31.967)	(30.125)
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	10.393	11.391
JCP Provisionado	(4.250)	(3.000)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.143	8.391
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente (25%)	1.512	2.074
Contribuição Social (CSLL) Corrente (9%)	553	755
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo (34%)	22	28
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias (34%)	6.069	(752)

Com o resgate integral antecipado das Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão (nota explicativa nº 7), a partir de junho de 2021 a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios de PEP e do PPI Rompidos. Neste contexto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos R$ 4.925 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R$ 14.487 verificadas e registradas no recebimento de créditos vencidos da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PEP. Em relação à carteira de Direitos Creditórios do PPI houve uma reversão das perdas de R$ 455, em razão da reativação de alguns parcelamentos anteriormente classificados como rompidos. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível apresentou o saldo ativo de R$ 4.925. O reconhecimento de R$ 4.925 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade da Companhia e na perspectiva de lucratividade tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia. A Companhia apura os tributos com base no lucro real, optando pelo recolhimento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa. No encerramento da apuração fiscal de 2022 foram deduzidos da base tributária os créditos vencidos há 12 meses ou mais e não recuperados, e simultaneamente baixados os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados em 2021.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as transações existentes com partes relacionadas são:

	Notas	31/12/22 Ativo (Passivo)	31/12/22 Receita (Despesa) Exercício	31/12/21 Ativo (Passivo)	31/12/21 Receita (Despesa) Exercício
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.239	-	12.694	-
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	76.610	-	62.123	-
Valores Transitórios a Receber	6	50.218	-	97.302	-
- Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão	7	-	-	-	(1.229)
- Valores Transitórios a Pagar	8	2.368	-	(1.547)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	10	4.250	-	(3.000)	-
- Receitas de Indenização	7	-	21.477	-	44.796

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada "valores transitórios a receber", para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. Em 20 de junho de 2022 foi efetuada a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 73.366 (nota explicativa nº 10), em decorrência a efetivação da redução de capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram adicionados à rubrica de "valores transitórios a receber" o montante de R$ 26.283, referentes aos Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC reconhecidos no período (nota explicativa nº 6). Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "valores transitórios a receber" apresentou o saldo de R$ 50.218 (nota explicativa nº 6).

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

	Natureza do risco associado	31/12/22 Saldo exposto ao risco	31/12/21 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	20	393
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	130.149	104.132
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	125.761	236.677
Passivos expostos a risco			
Debêntures (2)	Liquidez, mercado e operacional	-	23.349

(1) Excluído o saldo dos direitos creditórios rompidos (créditos registrados em perdas); (2) Saldo das debêntures da 1ª série da 2ª emissão.

Estrutura do gerenciamento de risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições de negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o período. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos créditos adquiridos. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias e eles relacionadas. São expostos ao risco de crédito os direitos creditórios oriundos de contratos com 4 parcelas não pagas, ocasião na qual passam a ser considerados rompidos. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, [illegible] dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

31/12/22 – Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	-	2.368
Total	-	2.368

31/12/21 – Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	13.308	1.547
3 a 6 meses	10.041	-
Total	23.349	1.547

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia na administração de capital durante o período. Em linha com esta política a administração da Companhia propôs e os acionistas deliberaram pela redução do capital (nota explicativa nº 10), tendo em vista o mesmo ser considerado excessivo frente à sua atividade operacional. **Análise de sensibilidade:** A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidadas em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures (liquidadas em junho de 2022) também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. O indicador oficial de inflação no país vem apresentando um declínio gradativo a partir do início do 2º semestre de 2022, interrompendo a trajetória inflacionária ascendente observada anteriormente, fechando o mês de janeiro de 2023 com IPCA de 0,53% e 5,77% no acumulado dos últimos 12 meses. Os gastos com combustíveis e telecomunicações têm um peso bastante significativo dentro do IPCA, porém o efeito arrefecedor decorrente da fixação da alíquota máxima do ICMS sobre estes itens já se exauriu. Porém, a boa notícia é que os preços da commodity Petróleo no mercado internacional continuam em queda e o câmbio estabilizado, fatores que têm contribuído na contenção da inflação no Brasil, apontando para uma convergência deste índice para a meta estabelecida no horizonte de 2024. Diante deste quadro nacional inflacionário ainda bastante alto e resiliente no curto prazo, e considerando a forte pressão governamental, apoiada por amplos setores da economia nacional questionando a elevada taxa básica de juros atual, que deprime a economia nacional de modo generalizado, já que corresponde a maior taxa de juros real do mundo, o Bacen começa a sinalizar a possibilidade de ajuste da meta inflacionária, seguida do início do ciclo de ajuste com redução da taxa SELIC. A expectativa do mercado é que a SELIC inicie sua gradativa redução em meados de 2023. A confirmação deste cenário ensejará uma ligeira diminuição no resultado financeiro da Companhia, em razão do volume de aplicações financeiras alocadas na renda fixa referenciada na taxa DI. Importante destacar que em 17 de junho de 2022 foram resgatadas as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (Debêntures Mezanino), razão pela qual a qualquer alteração da taxa SELIC não traz impacto no resultado financeiro da Companhia.

Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a diminuir, conforme se pode observar no quadro abaixo.

	Saldo	Cenários Provável	Possivel (i)	Remoto (ii)
Ativo	**31/12/22**	**13,25%**	**9,94%**	**6,63%**
Aplicações Financeiras	130.149	147.394	143.083	138.771
Direitos Creditórios (PPI)	5.240	5.532	5.459	5.386
Direitos Creditórios (PEP)	120.521	135.321	135.321	135.321
Total do Ativo	255.910	288.246	283.862	279.478
Variação		32.336	27.952	23.568
	Saldo	**Provável**	**Possivel (i)**	**Remoto (ii)**
Passivo	**31/12/22**	**13,25%**	**9,94%**	**6,63%**
Debêntures Mezanino	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-
Variação		-	-	-
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		32.336	27.952	23.568
Resultado da Variação			-4.384	-8.768

(i) Redução de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável
(ii) Redução de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com redução de 25% na variável de risco (redução de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R$ 4.384.
(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com redução de 50% na variável de risco (redução de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R$ 8.768.

17. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação atual da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este um dos segmentos de negócios da Companhia, no âmbito de operações de securitização, e a base para tomada de decisões dos administradores.

18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido valor por ação em 31 de dezembro de 2022 e 2021, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro do exercício (R$ mil)	18.366	4.559
Número de Ações	2.830.956	4.130.956
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	6,48767	1,10368

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2022 e 2021, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do período os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas no recebimento de créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação de R$ 73.366 na rubrica contábil "valores transitórios a receber", em virtude da redução do Capital Social (Notas Explicativas nº 6 e 10).

20. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, nos exercícios abrangidos nestas demonstrações contábeis, não contratou e nem teve serviços prestados pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em continuidade ao processo de reestruturação patrimonial da Companhia, em janeiro de 2023 a Administração apresentou aos seus acionistas nova proposta de redução do Capital Social em R$ 83.096, sendo os atuais R$ 283.096, considerado ainda excessivo para sua atuação. A redução proposta não interfere na plena continuidade dos seus negócios, nem em seus planos futuros, sendo a restituição aos acionistas representadas com parte de suas disponibilidades de caixa (R$ 36.836), e parte com a compensação de valores transitórios a receber (R$ 46.260), mencionados na nota explicativa nº 6. Concluída as etapas e tramitações necessárias, e constatada a observância dos aspectos legais, a proposta de redução de capital será submetida à deliberação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada ainda neste 1º semestre de 2023. Não ocorreram outros eventos subsequentes relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

22. OUTROS ASSUNTOS

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, sem a necessidade de ação rescisória. Ou seja, se anos atrás uma empresa tornou-se titular de decisão transitada em julgado para deixar de recolher algum tributo, essa permissão deixará de gerar efeitos se, e quando, o STF entender que o pagamento do respectivo tributo é devido. A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antonio Luque
Cleber Stefani
Edilson José da Costa
Guilherme Afif Domingos
João Germano Bottcher Filho
Jorge Luiz Avila da Silva
Marco Antonio Assalve
Marise Fernandes de Araújo
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Samyla Mileide Fernandes Freitas

DIRETORIA

Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Eduardo Walmsley Soares Carneiro - Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 24 de março de 2023, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Roberto Yoshikazu Yamazaki **Diego Allan Vieira Domingues** **Reinaldo Iapequino** **José Amaral Wagner Neto** **Jorge Damião de Almeida**

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Max Freddy Frauendorf – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Eduardo Walmsley Soares Carneiro – Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva – Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 24 de março de 2023, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Max Freddy Frauendorf – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Eduardo Walmsley Soares Carneiro – Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva – Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Paulista de Securitização**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Securitização** em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 15, as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com seu acionista, o Governo do Estado de São Paulo. Essas operações foram realizadas em condições comerciais e financeiras na forma da Lei estadual. Caso tivessem sido realizadas com terceiros, os resultados das operações poderiam ser diferentes daquele obtido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direitos creditórios e emissão das debentures

No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando direitos creditórios a debêntures. Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam as debêntures e os direitos creditórios, originários de créditos tributários cuja titularidade é do Estado de São Paulo, decorrentes de parcelamentos administrativos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP) mantidos pelo custo amortizado, sendo que não registra perda com a realização destes créditos, uma vez é possível sua compensação com passivo de mesma natureza, ou seja, as debentures subordinadas emitidas. Assim, tanto os direitos creditórios adquiridos como a emissão das debêntures subordinadas tiveram o próprio Estado de São Paulo como sendo cedente e adquirente.

Assim, quando os referidos créditos sofrerem dúvidas quanto à sua realização, estes são transferidos para "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas.

Devido a relevância destas operações, a existência e realização dos créditos adquiridos, bem como a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, podem impactar de forma relevante nas demonstrações contábeis da Companhia e, por isso, foram considerados como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos creditórios e das debêntures;
- Recálculo do valor contábil dos direitos creditórios e das debentures de acordo com seus respectivos prazos e taxas efetivas;
- Verificação da custódia das debêntures emitidas;
- Comparação da posição da carteira dos diretos creditórios com os relatórios financeiros, analisando se estes relatórios conferem a titularidade dos ativos a Companhia;
- Análises com base amostral a documentação relativa aos termos de dação em pagamento dos créditos rompidos utilizados para à amortização antecipada das debêntures subordinadas;
- Análise e condições das escrituras das debêntures emitidas;
- Avaliação da adequação divulgação realizadas nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade da Companhia sobre os direitos creditórios a receber e as debêntures a pagar, assim como a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação foram sob a nossa responsabilidade e emitimos relatório datado de 30 de março de 2022, sem ressalva, contendo parágrafo de ênfase relativo ao assunto mencionado na seção intitulada "Ênfase" acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

Ativo	Ref. ANS	Nota	2022	2021
Circulante	12		**480.211.583,17**	**538.180.722,80**
Disponível	121	4.1	**1.656.523,49**	**1.799.732,25**
Realizável	122+123+124+125+ 126+ 127+128+129		**478.555.059,68**	**536.380.990,55**
Aplicações Financeiras	122		**468.322.536,58**	**504.139.582,38**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	1221	4.2	272.064.415,57	235.359.658,66
Aplicações Livres	1222	4.3	196.258.121,01	268.779.923,72
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	123	5	**8.472.537,43**	**29.374.957,28**
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	1231		6.290.879,36	28.365.873,29
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	1233		-	268.308,70
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1234		-	157.526,70
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1239		2.181.658,07	583.248,59
Bens e Títulos a Receber	127	6	**1.710.230,80**	**2.056.136,88**
Despesas Antecipadas	128	7	**49.754,87**	**810.314,01**
Não circulante	13		**51.292.555,63**	**52.927.596,00**
Realizável a Longo Prazo	131		**659.775,74**	**3.101.354,75**
Depósitos Judiciais e Fiscais	1317	15	659.775,74	3.101.354,75
Investimentos	132	8	**9.088.951,48**	**9.069.983,35**
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	1321		383.000,00	382.999,00
Outros Investimentos	13231+13241+ 13281		8.705.951,48	8.686.984,35
Imobilizado	133	9	**39.599.361,37**	**38.369.521,71**
Imóveis de Uso Próprio	1331		33.596.137,20	33.280.651,78
Imobilizado de Uso Próprio	1332		4.648.313,69	4.308.620,42
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	13322		4.648.313,69	4.308.620,42
Imobilizações em Curso	1333/1337		652.416,87	253.028,76
Outras Imobilizações	1334/1339		702.493,61	527.220,75
Intangível	134	10	**1.944.467,04**	**2.386.736,19**
Total do ativo			**531.504.138,80**	**591.108.318,80**

Passivo e patrimônio líquido	Ref. ANS	Nota	2022	2021
Circulante	21		**272.793.225,65**	**146.824.220,13**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	211	11	**254.775.729,63**	**131.807.254,28**
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	21111102 + 21111202 + 21112102 + 21112202		639.505,49	1.169.744,10
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	21111103 + 21111203 + 21112103 + 21112203		78.328.444,21	74.354.366,14
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	21111104 + 21112104		137.585.541,53	56.283.144,04
Provisão para Insuficiencia de Contraprestações/Premios	211111013		38.222.238,40	
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	213		**467.503,78**	**707.254,32**
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	2132		296.417,55	461.080,08
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	2135	12	171.086,23	246.174,24
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	216	13	8.796.287,68	5.475.780,57
Débitos Diversos	218	14	8.753.704,56	8.833.930,96
Não circulante	23		**13.422.859,56**	**14.778.621,93**
Provisões	235	15	8.678.278,15	8.717.477,96
Provisões para Ações Judiciais	23532		8.678.278,15	8.717.477,96
Débitos Diversos	238	16	4.744.581,41	6.061.143,97
Patrimônio líquido	**25**	17	**245.288.053,59**	**429.505.476,74**
Capital Social	251		429.505.476,74	381.436.936,97
Superávit do Exercício	256		(184.217.423,15)	48.068.539,77
Total do passivo			**531.504.138,80**	**591.108.318,80**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	Ref. ANS	Nota	2022	2021
Contraprestações Efetivas de Operações Com Planos de Assistência à Saúde líquidas	**31**	18	**824.944.204,62**	**902.745.525,84**
Receita com Operações de Assistência à Saúde	31		824.944.204,62	902.745.525,84
Contraprestações Líquidas	311		863.166.443,02	902.745.525,84
Variação Prov. Tec. Oper. Assist a Saúde	312		(38.222.238,40)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos	**41**	19	**(920.140.122,49)**	**(751.094.451,41)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	411		(838.837.725,00)	(736.649.631,57)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	414		(81.302.397,49)	(14.444.819,84)
Resultado das operações com planos de assist. à saúde			**(95.195.917,87)**	**151.651.074,43**
Outras Receitas Operacionais	333	21	17.051.487,16	22.157.092,63
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assist. à Saúde	**441**		(57.771.385,28)	(54.945.673,32)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	4415	23	(47.886.777,87)	(46.286.796,08)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	4419		(9.884.607,41)	(8.658.877,24)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	**442+443**	22	(10.135.451,86)	(8.984.896,10)
Resultado bruto			**(146.051.267,85)**	**109.877.597,64**
Despesas Administrativas	46	20	(93.284.737,70)	(88.258.277,82)
Resultado Financeiro Líquido	**35-45**	24	**53.014.813,85**	**24.886.638,16**
Receitas Financeiras	35		65.837.214,72	29.576.794,22
Despesas Financeiras	45		(12.822.400,87)	(4.690.156,06)
Resultado Patrimonial	**36-47**	25	**2.103.768,55**	**1.562.581,79**
Receitas Patrimoniais	36		2.112.496,34	1.613.297,56
Despesas Patrimoniais	47		(8.727,79)	(50.715,77)
Resultado antes dos impostos e participações			**(184.217.423,15)**	**48.068.539,77**
RESULTADO LÍQUIDO			**(184.217.423,15)**	**48.068.539,77**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(184.217.423,15)**	**48.068.539,77**
	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES	**(184.217.423,15)**	**48.068.539,77**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	889.778.307,48	939.406.380,80
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	631.940.138,89	662.843.125,56
(+) Juros de Aplicações Financeiras	20,00	184,27
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.301.996,95	335.303,51
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(851.618.729,14)	(762.709.523,03)
(-) Pagamento de Pessoal	(38.289.497,23)	(21.952.885,13)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(19.032.932,10)	(19.363.226,47)
(-) Pagamento de Tributos	(53.894.422,06)	(47.487.560,06)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(6.035.194,94)	(5.861.971,41)
(-) Pagamento de Aluguel	(202.401,57)	(257.878,33)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(153.064,97)	(29.157,47)
(-) Aplicações Financeiras	(543.229.896,74)	(721.026.743,88)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(18.066.280,22)	(23.886.154,02)
Caixa líquido das atividades operacionais	**1.498.044,35**	**63.894,34**
Atividades de investimento		
(+) Recebimento de Dividendos	250.270,14	465.166,21
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.309.612,40)	(528.218,64)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(820,00)	
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.060.162,26)**	**(63.052,43)**
Variação líquida do caixa	437.882,09	841,91
Caixa/Bancos – Saldo Inicial	**115.727,93**	**114.886,02**
Caixa/Bancos - Saldo Final	**553.610,02**	**115.727,93**
Aumento Líquido de caixa e equivalentes de caixa	**437.882,09**	**841,91**
Ativos Livres no Início do Período (*)	**1.799.732,25**	**4.231.060,51**
Ativos Livres no Final do Período (*)	**1.656.523,49**	**1.799.732,25**
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	**(143.208,76)**	**(2.431.328,26)**
CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AO CAIXA OPERACIONAL:		
Resultado do exercício/período	**-**	**-**
(+) Depreciação e Amortização	1.628.714,55	1.419.847,56
(-) Equivalência Patrimonial	(441.742,94)	(250.270,14)
Caixa gerado pelas Operações	**1.186.971,61**	**1.169.577,42**
(-) Variações nos Ativos e Passivos	**176.531.609,98**	**(49.238.117,19)**
(-) Variação nas Aplicações	36.398.136,65	(82.575.390,72)
(+) Redução em Contas a Receber	20.902.419,85	6.350.239,85
(+) Aumento nas Despesas Antecipadas	760.559,14	698.871,21
(+) Aumento em Fornecedores e Contas a Pagar	3.461.132,32	5.980.855,25
(+) Aumento nas Provisões Técnicas	81.302.397,49	14.444.819,84
(-) Redução na Provisão para Contingências	(39.199,81)	(654.858,88)
(-) Outros Variações em Ativos e Passivos	33.746.164,34	6.517.346,26

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**228.042.964,39**	**-**	153.393.972,58	**381.436.936,97**
Transferência para Patrimônio Social	153.393.792,58		(153.393.972,58)	-
Défict/Superávit do Exercício	-	-	48.068.539,77	48.068.539,77
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**381.436.756,97**	**-**	**48.068.539,77**	**429.505.476,74**
Transferência para Patrimônio Social	48.068.539,77		(48.068.539,77)	-
Défict/Superávit do Exercício	-	-	(184.217.423,15)	(184.217.423,15)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**429.505.296,74**	**-**	**(184.217.423,15)**	**245.288.053,59**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, no Distrito Federal.

A Fundação Assefaz tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, prestar assistência, inclusive operando plano de saúde na modalidade autogestão multipatrocinada, em caráter coletivo, mediante convênio empresarial, a servidores do Órgão Patrocinador-Fundador e demais patrocinadores, da Administração Pública Direta e entidades autárquicas e fundacionais de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No desempenho de suas finalidades a Fundação atua na área de assistência à saúde, através da oferta de diversificados Planos de Saúde na modalidade de autogestão multipatrocinada. A área social da Fundação Assefaz, por sua vez, conta com 27 centros de Lazer, sendo 14 clubes, 2 pousadas, 3 hotéis e 8 colônias de férias, distribuídos no Distrito Federal e em outros Estados da Federação, cumprindo a função de propiciar bem-estar e qualidade de vida aos seus membros beneficiários. Dessa forma, a Fundação realiza atendimento a 63.128 mil beneficiários em todas as unidades da Federação, até a data de 31/12/2022.

Com a retomada do trabalho presencial, pós Pandemia do COVID-19, houve o aumento da procura pelos atendimentos eletivos, fazendo com que ocorresse um aumento nos números relacionados às despesas assistenciais se comparado com o ano anterior.

Em continuidade à adoção das boas práticas de governança corporativa e o aprimoramento da gestão, em 2022 houve a homologação pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e registro em Cartório, da eleição da Diretoria Executiva (DIREX), o qual foi objeto de aprovação na reunião do Conselho Deliberativo, no dia 20 e 21 de dezembro de 2021. A DIREX é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Saúde e um Diretor Social, fortalecendo a gestão uma vez que as decisões são tomadas pelo colegiado, e não mais por um único dirigente/gestor.

A análise das operadoras de saúde é de que o exercício de 2022 acarretou enormes desafios para o setor, principalmente com novas leis aprovadas pelo Congresso Nacional, como a redução do prazo para a avaliação de novas tecnologias e a lei que amplia a cobertura de tratamentos no rol de procedimentos obrigatórios pela ANS. Apesar da expectativa de terem maior controle sobre custos no pós-pandemia, as operadoras tiveram um aumento das despesas, impulsionado pela alta inflação médica e pela retomada de exames e cirurgias eletivas pelos beneficiários.

Nesse contexto, a ASSEFAZ também viveu esse cenário adverso em 2022. A Operadora apresentou um alto índice de sinistralidade (Dez/22:112%), tendo em vista que as receitas auferidas de contraprestações foram insuficientes para arcar com o agravamento das despesas assistenciais, o que ocasionou resultado deficitário em suas atividades operacionais, ocasionando ainda no exercício de 2022, o aumento significativo da PEONA e registro da PIC – Provisão para Insuficiência de Provisões Técnicas, que anteriormente não era aplicável. Esses fatores influenciaram de forma relevante no resultado do exercício de 2022.

Dessa forma, após os exercícios de 2020 e 2021 terem apresentado resultados superavitários, a ASSEFAZ encerrou o exercício de 2022 com déficit de R$184.217.423,15 (cento e oitenta e quatro milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e três reais, e quinze centavos).

Apesar desse resultado adverso, a Operadora apresentou níveis suficientes de reservas financeiras que possibilitaram o cumprimento de todos os indicadores econômico-financeiros acompanhados pela ANS. Ademais, encerrou o exercício social de 2022 com patrimônio social de R$245.288.053,59 (duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cinquenta e três reais, e cinquenta e nove centavos).

Com isso, a busca no aumento de beneficiários foi uma das principais ações exitosas do ano, e em 1º de julho foi celebrado o convênio com a União, o qual permitiu que a Fundação Assefaz passasse de 44 (quarenta e quatro) convênios — com Patrocinadores respaldados pelo disposto no Art. 2º do Estatuto da Assefaz — para mais de 100 (cem) órgãos conveniados. Esse aumento significativo impactou positivamente no número de beneficiários nos cinco planos de saúde ofertados. Antes da celebração do convênio eram pouco mais de 57 mil beneficiários, ao final de 2022 chegou-se a mais de 63 mil beneficiários ativos, com perspectiva de aumento em 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Interpretações Técnicas Gerais – ITG 2002 (R1) (Fundação sem Finalidade de Lucros) e demais legislações e normas contábeis aplicáveis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros destinados à renda mensurados pelo valor justo;
- O passivo de provisões técnicas;
- A equivalência patrimonial dos investimentos; e
- As provisões para ações judiciais.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação Assefaz.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Comitê de Pronunciamento Contábil nº 3 (CPC 3 – R2).

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis as Entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, exigindo-se que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais eventualmente podem variar dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 são:

a) PEONA – Provisão de eventos ocorridos e não avisados;
b) PEONA – Provisão de eventos ocorridos e não avisados - SUS;
c) PPSC - Provisão de Perda Sobre Crédito;
d) PIC – Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio; e
e) Provisões para contingências

3.2. Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco irrelevante de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4.1.

3.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. Os impostos tributados com base nesses rendimentos são reconhecidos na despesa, devido a forma de tributação em que a Fundação Assefaz está inserida. Vide nota explicativa 4.2 e 4.3.

3.4. Crédito de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida segundo critérios definidos pelo órgão regulador ANS, pelo total dos créditos de clientes com algum título vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, tratando-se de pessoas físicas; e a totalidade dos créditos de clientes com títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, tratando-se de cliente pessoa jurídica e créditos com outras operadoras de planos. Para os demais créditos a receber esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das operações a prazo definidas contratualmente. Tal taxa é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado. Vide nota explicativa nº 5.

3.5. Contraprestações pecuniárias a receber

São registradas e mantidas no balanço e pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e apropriados à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, pelo seu período de cobertura. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, para os planos coletivos. A Administração da Fundação Assefaz revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução da inadimplência de sua carteira.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo nas suas respectivas contas conforme o tipo do processo. Os valores dos depósitos judicias são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. Vide nota explicativa nº 15.

3.7. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações contábeis da controladora.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Fundação Assefaz determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento de cada uma de suas controladas. A Fundação Assefaz determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Fundação Assefaz calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. Vide nota explicativa nº 8.

Os demais investimentos da Fundação Assefaz estão apresentados pelo seu custo de aquisição, eventualmente reduzidos ao valor recuperável.

3.8. Imóveis Destinados a Renda

Imóveis destinados à Renda, são os imóveis que a Fundação Assefaz não utiliza para operação da empresa, por isso esses imóveis são alugados, assim, obtendo rendas que agregam a seu patrimônio. Esses imóveis estão registrados pelo valor de aquisição, o método usado é o de valor de custo. A utilização do valor justo como critério de mensuração para esses ativos não é permitida pela legislação da ANS. Vide nota explicativa nº 8.

3.9. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação Assefaz inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

continua ➔

➔ continuação

Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos no resultado. Vide nota explicativa nº 9.

3.10. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica, que é realizado por empresa especializada. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Fundação Assefaz obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos, Salas, Edificações, Obras em Andamento, Obras de Artes, Títulos de Clube e jazigos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Vide nota explicativa nº 9.

3.11. Intangível

Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas, conforme laudo de empresa especializada em mensuração de ativo intangível. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Fundação Assefaz e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas. Vide nota explicativa nº 10.

3.12. Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.14. Arrendamento mercantil

A Fundação Assefaz não possui arrendamentos de longo prazo e de valores relevantes.

3.15. Provisões

As provisões estão subdivididas em provisões técnicas e demais provisões.

3.15.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações contidas nas Resoluções Normativas (RN) da ANS nº 393/15, 442/18 e 528/2022.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) está constituída com base na RN nº 393/15, a Fundação Assefaz desenvolveu metodologia própria que é aplicada desde o exercício de 2017.

A provisão de eventos a liquidar (PEL), incluindo os eventos com o SUS, foi constituída nos termos da Resolução Normativa (RN) nº 393/15.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados ao SUS (PEONA SUS) incluída na RN nº 393/15 pela RN nº 442/2018, foi constituída no ano de 2020 e os valores contabilizados estão de acordo com os valores divulgados mensalmente no sítio da ANS.

A provisão para insuficiência de contraprestação (PIC), começou a ser contabilizada a partir do mês de agosto, conforme RN nº 442/2018. Vide nota explicativa nº 11.

3.15.2. Demais provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis (trânsito em julgado) sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

O reconhecimento de um ativo ocorrerá no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação Assefaz e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Fundação Assefaz possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

3.17. Reconhecimento da receita

A receita é registrada no período em que elas ocorrem, observado o regime de Competência e os critérios estabelecidos na RN nº 528/22, que versa sobre os padrões contábeis obrigatórios para as operadoras de planos de saúde, inclusive os critérios de contabilização das contraprestações.

No caso de contratos na modalidade de preço pós-estabelecido, a receita é registrada, proporcionalmente, de acordo com o período de risco coberto pela operadora. Nos contratos com preço preestabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a operadora já prestou cobertura assistencial.

As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato e a parcela das contraprestações correspondente aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente é contabilizada na Rubrica "Faturamento Antecipado". Vide nota explicativa nº 18.

3.18. Custos e despesas

Custos: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão técnica.

Despesa: as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

3.19. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação Assefaz exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.20. Crédito de operações com planos de assistência à saúde

O valor justo de crédito de operações com planos de assistência à saúde é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4. Caixa, equivalentes de caixa e outras Aplicações

4.1. Caixa e equivalente de caixa - Disponibilidades

A Fundação Assefaz adota como política de composição de caixa a manutenção dos recursos disponíveis suficientes para a liquidação de compromissos de curtíssimo prazo, permanecendo o excedente mantido em aplicações de alta liquidez, podendo ter sua conversão, a qualquer momento, em caixa. O saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim representado:

Disponíveis	2022	2021
Caixa	52.289,26	52.214,81
Saldo Bancário	501.320,76	63.513,12
Aplicações de Liquidez Imediata	1.102.913,47	1.684.004,32
	1.656.523,49	**1.799.732,25**

4.2. Aplicações Garantidoras de Provisão Técnica

As aplicações garantidoras de provisão técnica têm por fim lastrear as provisões técnicas como a provisão de eventos a liquidar, provisão de eventos a liquidar SUS, provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos ocorridos e não avisados SUS e Provisão de Insuficiência de Contraprestação.

A seguir a demonstração de suficiência nas aplicações em relação à necessidade de lastro:

ATIVOS GARANTIDORES	2022	2021
APLICAÇÕES GARANTIDORES DE PROVISÃO TÉCNICA	272.064.415,57	235.359.658,66
NECESSIDADE DE LASTRO	254.164.038,78	130.637.510,18
(+) PROVISÃO DE INSUFIC. DE CONTRAPRESTAÇÕES -PIC	38.222.238,40	0,00
(+) PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR – SUS	639.505,49	1.169.744,10
(+) PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR	78.328.444,21	74.354.366,14
(+) PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS	136.803.113,44	55.197.648,64
(+) PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS - SUS	782.428,09	1.085.495,40
(-) DEDUÇÃO RESSARCIMENTO AO SUS	(639.505,49)	(1.169.744,10)
VALORES SUFICIENTES	**17.928.191,43**	**104.722.148,48**

A dedução referente ao ressarcimento ao SUS é baseado no índice de adimplência da Fundação Assefaz perante os pagamentos realizados ao ressarcimento ao SUS.

Abaixo as aplicações financeiras por instituição financeira:

Aplicações Garantidoras de Provisão Técnica	2022	2021
Aplicação Vinculada - Banco do Brasil	126.895.897,75	114.176.648,06
Aplicação Vinculada - Caixa Econômica Federal	1.928.888,81	121.183.010,60
Aplicação Vinculada - XP Investimentos	143.239.629,01	0,00
	272.064.415,57	**235.359.658,66**

Em 2022, visando uma melhor rentabilidade dos ativos vinculados **à** ANS, a Fundação Assefaz efetuou a migração de parte dos recursos aplicados na Caixa Econômica Federal para a XP investimento.

4.3. Aplicações Livres

As aplicações livres são os valores não utilizados para lastrear as provisões técnicas e disponíveis para resgate a qualquer momento, sem autorização prévia da agência reguladora (ANS), conforme detalhado a seguir:

Aplicações Livres	2022	2021
Aplicação Renda Fixa - Banco do Brasil	36.474.310,44	51.904.170,41
Aplicação Renda Fixa - Caixa Econômica Federal	24.807.298,24	89.308.475,83
Aplicação Renda Fixa - Bradesco	8.403.306,58	7.570.716,24
Aplicação Renda Fixa - SICOOB	33.085.003,50	35.150.243,03
Aplicação em Tesouro Nacional	93.488.202,25	84.846.318,21
	196.258.121,01	**268.779.923,72**

5. Crédito de operações com plano de assistência à saúde

Representa a posição em 31 de dezembro de 2022 de valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da Fundação Assefaz:

Créditos Operação Planos de Assistência à Saúde		2022	2021
Mensalidades a receber médico hospitalares	(1)	50.852.638,36	72.536.184,02
Mensalidades a receber odontológico	(2)	28.457,71	36.710,13
Participação dos beneficiários a receber	(3)	664.351,84	909.698,20
Operadoras De Planos De Assist. A Saúde	(4)	0,00	331.539,67
Outros créditos oper. Planos de Assist. à Saúde	(5)	5.841.890,63	3.989.800,35
		57.387.338,54	**77.803.932,37**
Provisão de Perda Sobre Crédito			
PPSC Mensalidades a receber médico hospitalares		(44.561.903,70)	(44.170.908,81)
PPSC Mensalidades a receber odontológico		(28.313,01)	(36.112,05)
Participação de beneficiários em eventos		(664.351,84)	(641.389,50)
PPSC Operadoras De Planos De Assist. A Saúde		-	(174.012,97)
PPSC Outros créditos oper. Planos de Assist.		(3.660.232,56)	(3.406.551,76)
		(48.914.801,11)	**(48.428.975,09)**
		8.472.537,43	**29.374.957,28**

5.1. Idade de Saldos

	Mensalidades a Receber Médico Hospitalar (1)	Mensalidades a Receber Odontológico (2)	Participação dos Beneficiários a Receber (3)	Operadoras De Planos De Assist. A Saúde (4)	Outros Créditos Oper. Planos (5)
A vencer	91.792,53	-	-	-	2.336.196,84
1 a 30 dias	5.697.636,37	294,22	-		108.470,16
31 a 60 dias	1.455.493,12	149,52	-	-	72.302,80
61 a 90 dias	848.421,95	149,52	-	-	47.447,66
a mais de 90 dias	42.759.294,39	27.864,45	664.351,84	-	3.277.473,17
Total	**50.852.638,36**	**28.457,71**	**664.351,84**	**-**	**5.841.890,63**

6. Bens e títulos a receber

Outros Bens e Títulos a Receber		2022	2021
Adiantamento à funcionários		210.075,95	176.877,07
Adiantamentos fornecedores	(a)	742.294,68	175.692,84
Aluguéis a receber		276.730,26	217.080,89
Participações em lucro a receber	(b)	441.742,94	250.270,14
Contribuição mensal a receber	(c)	1.624.497,44	2.907.671,64
Diárias centros de lazer		84.280,17	93.108,22
Seguros a receber		265.758,29	206.214,20
Convênios UTI vida a receber		69.814,83	105.569,62
Outros convênios a receber		43.305,64	38.520,81
(-) PPSC sobre outros bens e títulos		(2.048.269,40)	(2.114.868,55)
		1.710.230,80	**2.056.136,88**

a) Os adiantamentos a fornecedores de 2022 aumentaram em relação a 2021;

b) Participação nos lucros da Drogaria Vitabel, controlada da Fundação Assefaz; e

c) Com o Convênio Único, a adesão do membro beneficiário à contribuição social passou a ser facultativa, como consequência, houve uma redução dos valores a receber, visto que somente é reconhecida essa contribuição à medida que houver a adesão voluntária do beneficiário.

7. Despesas Antecipadas

Despesa Antecipada		2022	2021
Despesas Administrativas		43.151,77	46.500,89
Licença de Software	(a)	6.603,10	763.813,12
Despesas IPTU/IPVA		0,00	0,00
		49.754,87	**810.314,01**

A rubrica de software reduziu em 2022 devido a renovação da licença de pacote Office 365 da Microsoft de forma vitalícia.

8. Investimentos

Investimentos	2022	2021
Drogaria Vitabel (a)	383.000,00	382.999,00
Imóveis destinados à renda (b)	8.498.558,97	8.498.558,97
Outros Investimentos (c)	207.392,51	188.425,38
	9.088.951,48	**9.069.983,35**

(a) Não há consolidação das demonstrações da Drogaria Vitabel com a Fundação Assefaz, pois a ANS não recepcionou o CPC36. Em 19/04/2022 foi realizada a alteração contratual da Drogaria Vitabel para Sociedade Unipessoal, sendo a Fundação Assefaz como única sócia. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com 100% de participação da Fundação Assefaz na Drogaria Vitabel, o valor referente ao método de equivalência patrimonial foi contabilizado em investimento e como ele será distribuído por força de contrato firmado entre a controladora e a controlada, o valor foi transferido para a conta de participações de lucros a receber, como demonstra o quadro de adições e baixa;

(b) Imóveis destinados à locação de terceiros, avaliadas pelo método de custo;

(c) Outros investimentos são representados por participação em cooperativa de crédito (SICOOB), cujo investimento é avaliado ao método de custo, também por Obras de Arte e Títulos de Clube.

Custo	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Investimentos Drogaria Vitabel Ltda.	382.999,00	441.743,94	441.742,94	383.000,00
Terrenos	3.389.919,74	-	-	3.389.919,74
Outras edificações	5.051.520,74	-	-	5.051.520,74
Apartamentos/Salas	57.118,49	-	-	57.118,49
Obras de Arte	11.066,73	-	-	11.066,73
Investimentos – CREDFAZ	46.121,85	20.048,61	-	66.170,46
Investimentos – Ações Telefônicas	21.796,80	3.128,36	4.749,84	20.175,32
Investimentos – CREDFAZ 02	-	540,00	-	540,00
Investimentos - TITULOS DE CLUBE	109.440,00	-	-	109.440,00
	9.069.983,35	**465.460,91**	**446.492,78**	**9.088.951,48**

Imobilizado

Custo - Bens Não Hospitalar	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Terrenos	-	12.211.544,62	-	-	12.211.544,62
Edificações (a)	1,75% a 8,33%	39.938.068,45	4.546.265,11	3.635.487,19	40.848.846,37
Salas	1,82% a 10%	3.922.713,64	-	-	3.922.713,64
Instalações	1,69% a 14,29%	2.151.238,08	21.600,00	-	2.172.838,08
Máquinas e equipamentos	4% a 16,67%	2.803.929,08	320.652,62	182.741,92	2.941.839,78
Material Desportivo/Ginástica	16,67% a 20%	73.391,68	-	-	73.391,68
Computadores e periféricos	6,67% a 33%	5.534.883,83	1.309.357,00	1.078.172,16	5.766.068,67
Software operacional	4,55% a 20%	686.516,43	419,00	6.063,14	680.872,29
Móveis e utensílios	2,86% a 33%	3.492.926,46	100.560,12	97.389,01	3.496.097,57
Veículos	20% a 33%	930.161,08	131.806,28	131.806,28	930.161,08
Obras em andamento	-	253.028,76	1.087.884,49	688.496,38	652.416,87
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,72% a 8,33%	354.181,03	177.486,40	-	531.667,43
Jazigos Outros	-	527.180,00	-	-	527.180,00
		72.879.763,14	**7.696.031,02**	**5.820.156,08**	**74.755.638,08**

Depreciação acumulada - Bens Não Hospitalar	Taxa de Depreciação				
Edificações	1,75% a 8,33%	(18.924.225,44)	55,21	584.645,60	(19.508.815,83)
Salas	1,82% a 10%	(3.867.449,49)	-	10.702,11	(3.878.151,60)
Instalações	1,69% a 14,29%	(1.021.712,43)	-	103.738,63	(1.125.451,06)
Máquinas e equipamentos	4% a 16,67%	(1.616.963,05)	46.861,51	199.197,81	(1.769.299,35)
Material Desportivo/Ginástica	16,67% a 20%	(27.462,92)	-	2.541,84	(30.004,76)
Computadores e periféricos	6,67% a 33%	(4.937.299,63)	939.408,97	656.403,19	(4.654.293,85)
Software operacional	4,55% a 20%	(686.050,90)	6.063,14	668,72	(680.656,48)
Móveis e utensílios	2,86% a 33%	(2.460.006,07)	90.262,82	168.575,49	(2.538.318,74)
Veículos	20% a 33%	(614.931,22)	109.398,28	109.398,28	(614.931,22)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,72% a 8,33%	(354.140,28)	-	2.213,54	(356.353,82)
		(34.510.241,43)	**1.192.049,93**	**1.838.085,21**	**(35.156.276,71)**
		38.369.521,71	**8.888.080,95**	**7.658.241,29**	**39.599.361,37**

a) As edificações são compostas por adições que podem ser aquisições, melhoramentos e benfeitorias de edificações. As transferências entre setores são registradas tanto como adição, como baixa.

10. Intangível

Custo	Taxa de Amortização	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Aplicativos e softwares	20% a.a.	9.004.665,94	-	7.679,92	8.996.986,02
		9.004.665,94	**-**	**7.679,92**	**8.996.986,02**
Amortização acumulada		(6.617.929,75)	7.679,92	442.269,15	(7.052.518,98)
Aplicativos e softwares	20% a.a.	(6.617.929,75)	7.679,92	442.269,15	(7.052.518,98)
		2.386.736,19	**7.679,92**	**449.949,07**	**1.944.467,04**

As amortizações realizadas estão de acordo com o laudo da empresa especializada em mensuração da vida útil do intangível.

11. Provisões técnicas

	2022	2021
Provisão de Insuficiência Contraprestação- PIC (a)	38.222.238,40	-
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS (b)	639.505,49	1.169.744,10
Provisão de eventos a liquidar - médico – hospitalar (c)	78.300.629,57	74.309.258,64
Provisão de eventos a liquidar – odontológico	27.814,64	45.107,50
PEONA - médico – hospitalar (d)	136.803.113,44	55.197.648,64
PEONA – SUS (e)	782.428,09	1.085.495,40
	254.775.729,63	**131.807.254,28**

a) A partir de agosto/2022 foi contabilizado a Provisão de Insuficiência Contraprestação - PIC. Introduzida em conformidade com a RN Nº 442/2018, a PIC deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS);

b) A provisão de eventos a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde) é realizada pela própria ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e tem como fim cobrar os atendimentos realizados pelo SUS aos beneficiários da Fundação;

c) PEL – Provisões de eventos a liquidar - são provisões para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador no momento da apresentação da cobrança à operadora. No ano de 2022 com o aumento das despesas assistenciais com planos de saúde, a PEL por consequência também teve um aumento de saldo em relação ao exercício anterior;

d) PEONA – Provisão de eventos ocorridos e não avisados – estabelecida pela RN nº 393/15, em vigor. A PEONA trata de uma provisão para eventos ocorridos em tempo passado que não ainda não chegou ao conhecimento da operadora. A PEONA da Fundação Assefaz é calculada por metodologia própria. O aumento em 2022 se deu, principalmente, em razão: da adequação da metodologia; do aumento da despesa de saúde e da morosidade dos prestadores em enviarem os documentos dos atendimentos, que podem ser guias, faturas, notas fiscais arquivos xml's, etc., fazendo com que o conhecimento seja em períodos futuros em relação a data do atendimento, o que tem ocorrido até 90 dias após o atendimento em alguns casos; e

e) A PEONA - SUS, está baseada no Art. 12-B da Resolução Normativa – RN nº 393/2015, alterada pela Resolução Normativa – RN nº 442/2018 e orientações divulgadas pela ANS, seu valor é divulgado mensalmente no sítio da ANS.

12. Intercâmbio a pagar – Corresponsabilidade

	2022	2021
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	171.086,23	246.174,24
	171.086,23	**246.174,24**

Os intercâmbios a pagar são referentes aos atendimentos fora da rede credenciada. Exemplo, o beneficiário é atendido através de outro convênio, que não o da Fundação Assefaz. Esses eventos geram valores a pagar e são chamados de intercambio e contabilizado na rubrica acima.

13. Tributos e encargos sociais a recolher

		2022	2021
INSS a recolher	(a)	935.723,81	829.588,34
FGTS a recolher	(a)	298.957,99	258.240,52
PIS a recolher – Funcionários	(b)	25.937,83	42.458,36
IRRF – Funcionários	(c)	624.104,82	495.878,66
IRRF – terceiros	(d)	495.250,90	464.599,88
ISS a recolher	(d)	1.953.071,02	1.475.255,63
CSLL a recolher	(d)	308.379,61	291.474,85
COFINS a recolher	(d)	990.950,74	929.863,28
PIS a recolher	(d)	214.670,66	201.442,39
INSS Retido a recolher	(d)	23.868,86	29.506,20
Cofins Aplicação Financeira	(e)	2.925.371,44	457.472,46
		8.796.287,68	**5.475.780,57**

a) INSS e FGTS são contribuições incidentes sobre folha de pagamento dos funcionários da Fundação Assefaz;

b) PIS a recolher – Despesa de contribuições incidentes sobre folha de pagamento dos funcionários da Fundação Assefaz;

c) IRRF a recolher – impostos de renda retido dos funcionários na folha de pagamento;

d) Os demais tributos estão relacionados as retenções dos prestadores de serviços de Saúde, Social e Administrativas; e

e) A partir do ano de 2021 foi realizado a provisão de COFINS sobre aplicação financeira, devido a notificação recebida da Receita Federal em 27/07/2021. A Fundação Assefaz respondeu em 10/09/2021 através de contra notificação justificando a não obrigatoriedade de recolhimento da contribuição COFINS, pois entendeu-se que por ser uma entidade sem fins lucrativos é isenta da contribuição, contudo devido a pendência de resposta por parte da Receita Federal, a gestão optou pela provisão do referido imposto sem o desembolso financeiro até que seja esclarecido o assunto.

14. Débitos diversos

		2022	2021
Obrigação com pessoal	(a)	6.727.455,38	5.942.501,20
Fornecedores	(b)	432.222,05	1.143.449,31
Multas administrativas	(c)	1.494.522,18	1.547.526,12
Outros débitos a pagar	(d)	99.504,95	200.454,33
		8.753.704,56	**8.833.930,96**

a) Obrigações com pessoal referente à folha de pagamento e provisões trabalhistas;

b) Fornecedor de despesa administrativa; e

c) Multas administrativas referente a provisão de curto prazo do parcelamento de multas ANS registradas no CADIN, conforme demonstrado a seguir:

PROCESSO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
00424.211972/2021-80	116.371,68	339.417,39	**455.789,06**
00424.211986/2021-01	540.130,77	1.575.381,40	**2.115.512,17**
00424.222366/2021-90	91.342,42	266.415,40	**357.757,83**
00424222372/2021-47	105.291,10	307.099,03	**412.390,13**
00424.222381/2021-38	65.360,64	190.635,19	**255.995,83**
00424.223907/2021-05	22.006,13	66.018,38	**88.024,51**
00424.211972/2021-80	381.482,96	1.366.980,83	**1.748.463,80**
00424.230224/2022-87	172.536,49	632.633,78	**805.170,27**
	1.494.522,18	**4.744.581,41**	**6.239.103,59**

d) Outros débitos a pagar referente a saldo em aberto para compensação futura por força de decisão judicial e outros.

continua ➔

➔ continuação

Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

15. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro as demonstrações contábeis, apresentavam os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Contingências eventos e sinistros	88.741,24	125.871,34	4.395.880,71	4.864.627,47
Contingências trabalhistas e previdenciárias	137.928,98	222.908,27	592.374,36	113.474,56
Reclamações cíveis	414.527,99	500.333,52	3.690.023,08	3.739.375,93
Contingências fiscais e tributárias	18.577,53	2.252.241,62	0,00	0,00
	659.775,74	**3.101.354,75**	**8.678.278,15**	**8.717.477,96**

No exercício de 2022 os depósitos judiciais sobre contingências fiscais, a justiça realizou na conta corrente da Fundação Assefaz o desbloqueio de R$ 2.221.802,42 (dois milhões, duzentos vinte e um mil, oitocentos e dois reais, e quarenta e dois centavos) que estava sendo contestado no âmbito jurídico. Foi oferecido em garantia pela troca do desbloqueio a penhora de imóveis e foi aceito pela justiça.

Movimentação da provisão Judicial no exercício de 2022:

	Cível	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(8.604.003,40)	(113.474,56)
Adições	2.299.792,56	386.853,33
Baixas	1.781.692,95	865.753,13
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(8.085.903,79)**	**(592.374,36)**

15.1. Natureza das contingências

A Fundação Assefaz é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas diferenças salariais, reclamações de 13º salário, horas extras entre outros; e

Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a reclamações de beneficiários alegando danos morais, materiais, atendimento fora da rede credenciada entre outras inconsistências na prestação de serviço do plano de saúde.

15.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação Assefaz tem ações de naturezas administrativa, cível, trabalhista e tributário, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2022	2021
Administrativas	9.982.796,44	9.608.424,77
Cíveis (a)	10.255.569,11	9.842.434,05
Trabalhistas	695.925,33	251.858,70
Tributário	1.721.632,42	2.012.034,44
	22.655.923,30	**21.714.751,96**

Nos processos cíveis classificados como possível, os principais objetos processuais são referentes a reembolso de procedimento, negativa de atendimento, danos morais, reajuste, entre outros.

16. Multas Administrativas Parceladas ANS

As multas administrativas parceladas em 60 (sessenta) meses foram contabilizadas a longo prazo e transferidas para curto prazo os 12(doze) meses seguintes:

	2022	2021
Multas Administrativas Parceladas ANS	4.744.581,41	6.061.143,97

Segue detalhamento dos parcelamentos com saldo a curto prazo e longo prazo.

PROCESSO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
00424.211972/2021-80	116.371,68	339.417,39	455.789,06
00424.211986/2021-01	540.130,77	1.575.381,40	2.115.512,17
00424.222366/2021-90	91.342,42	266.415,40	357.757,83
00424222372/2021-47	105.291,10	307.099,03	412.390,13
00424.222381/2021-38	65.360,64	190.635,19	255.995,83
00424.223907/2021-05	22.006,13	66.018,38	88.024,51
00424.211972/2021-80	381.482,96	1.366.980,83	1.748.463,80
00424.230224/2022-87	172.536,49	632.633,78	805.170,27
	1.494.522,18	**4.744.581,41**	**6.239.103,59**

17. Patrimônio Social

O Patrimônio social inicial da Fundação, acrescidos dos superávits e déficits apurados anualmente representam o Patrimônio Social da Fundação Assefaz:

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	429.505.476,74	381.436.936,97
Superávit/Déficit	(184.217.423,15)	48.068.539,77
	245.288.053,59	**429.505.476,74**

18. Receitas de Contraprestações

A principal receita da Fundação Assefaz é a de contraprestações de planos coletivos médico-hospitalar e planos odontológicos evidenciados abaixo:

		2022	2021
Contraprestações Emitidas Médico-hospitalar	(a)	856.691.483,58	910.026.572,09
Corresponsabilidade Assumida	(b)	6.343.053,41	5.498.993,21
Contraprestações Odontológico	(c)	169.821,44	198.082,97
(-) Contrap. Corresp. Transf. De Ass. À saúde	(d)	-	(12.971.422,65)
(-) Descontos		(37.915,41)	(6.699,78)
Provisão de Insuf. de Contraprestação PIC	(e)	(38.222.238,40)	-
		824.944.204,62	**902.745.525,84**

(a) A receita de contraprestação diminuiu em relação ao ano anterior, devido a mudança de vencimento de algumas mensalidades e reajustes a menor, conforme Resolução CD nº 049, de 23 de maio de 2022;

(b) Corresponsabilidade Assumida é decorrente dos contratos de reciprocidade em que a Fundação Assefaz cede sua rede credenciada para atendimento a beneficiários de outras operadoras;

(c) A contraprestação odontológica também diminui;

(d) Contraprestação corresponsabilidade transferida de assistência à saúde são os valores dos atendimentos de beneficiários da Fundação Assefaz que usaram a rede credenciada de outras operadoras em contrato de reciprocidade de seus beneficiários. A partir de 2022 a ANS alterou o lançamento desse evento, deixando de reduzir a receita e contabilizando diretamente no grupo 4116, conforme RN nº 528/2022; e

(e) A partir do mês de agosto, foi contabilizada a provisão para Insuficiência de contraprestação – PIC, conforme RN nº 442/2018.

19. Eventos Indenizáveis

O custo da operação de planos de saúde é denominado eventos indenizáveis e esses eventos são divididos em eventos médicos hospitalares, eventos odontológicos, ressarcimento ao SUS e a PEONA, que consistem na provisão de eventos ocorridos e não avisados (RN nº 393/15). Os valores estão evidenciados no quadro comparativo abaixo:

	2022	2021
Eventos Indenizáveis Médico-Hospitalar (a)	827.586.451,63	734.023.832,88
Eventos Indenizáveis Odontológicos	356.977,21	306.196,62
Eventos conhecidos ou avisados rede indireta (b)	9.797.621,00	-
Ressarcimento ao SUS	1.096.675,16	2.319.602,07
PEONA (c)	81.302.397,49	14.444.819,84
	920.140.122,49	**751.094.451,41**

a) No exercício de 2022 os atendimentos aumentaram se comparados com o exercício anterior, devido a retomada da maioria dos atendimentos eletivos e o retorno das atividades presenciais no comércio, no serviço público e no ramo de serviço em geral, pós pandemia do COVID-19;

b) A partir de 2022 a ANS alterou o lançamento desse evento, que no ano anterior era registrado no grupo 31 deixando de reduzir a receita e contabilizando diretamente no grupo 4116, conforme RN nº 528/2022; e

c) Em 2022, ocorreu um crescimento do valor na variação da PEONA em relação ao ano de 2021. Vide nota explicativa nº 11.

20. Despesas administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal próprio (a)	57.370.413,39	48.980.987,68
Despesas com serviços de terceiros	17.575.423,04	17.789.135,43
Despesas com localização e funcionamento (b)	10.116.230,42	8.960.192,18
Despesas com publicidade e propaganda (c)	192.975,86	27.813,78
Despesas com tributos	1.039.793,72	1.082.836,22
Despesas com Multas Administrativas (d)	303.702,00	7.790.430,6
Despesas administrativas diversas (e)	696.757,78	327.148,96
Despesas Judiciais (f)	5.989.441,49	3.299.732,97
	93.284.737,70	**88.258.277,82**

(a) Referente a despesa com a folha de pagamento, benefícios, cursos, viagens e outros gastos com funcionários e diretoria da Fundação Assefaz, o aumento nesta rubrica ocorreu devido ao acordo coletivo, novas admissões, entre outros.

(b) Gastos com aluguel, água, luz, telefone, conservação e limpeza, material de expediente, malotes, licença *Software*, manutenções em geral, depreciação e amortização; Renovação do contrato de licenciamento *Software*, pacote *Office* 365 e licença de uso *Microsoft*.

(c) Despesas com publicidade e propaganda houve aumento devido a necessidade de divulgação do Convênio Único firmado com o Poder Executivo Federal.

(d) Despesas com multas administrativas aplicadas pela ANS e atualização das multas ANS registradas no Cadin (item 14).

(e) Despesas administrativas diversas, o aumento se refere a realização de eventos para divulgação do Convênio Único.

(f) Despesas Judiciais, valores provisionados para contingências e processo transitado em julgado favorecendo a parte contraria a fundação, não contingenciado.

21. Outras Receitas Operacionais

	2022	2021
Contribuição mensal - social (a)	9.067.543,89	14.919.870,87
Receitas social	2.846.427,06	1.922.558,61
Convênios	651.548,88	690.796,61
Outras receitas operacionais	4.485.967,33	4.623.866,54
	17.051.487,16	**22.157.092,63**

Referente a contribuição mensal, com a adesão do Convênio Único, a mensalidade do social passou a ser facultativa reduzindo ainda o valor único de R$ 40,00 (quarenta reais) da contribuição mensal do social.

22. Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionado com Planos de Saúde da Operadora

	2022	2021
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionado com Plano de Saúde	(66.599,15)	16.101,42
Despesas Operacionais - Outras Atividades Autogestão	10.202.051,01	8.968.794,68
	10.135.451,86	**8.984.896,10**

23. Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças

O programa de promoção da saúde e prevenção de Risco e Doenças (PROMOPREV), foi contabilizado conforme a RN nº 418/2016, baseado nos critérios da INC nº 07/2012, que prevê o uso dos valores de PROMOPREV como redução da Margem de Solvência do ano subsequente até o limite de 10% da margem de solvência mensal necessária. Abaixo tabela comparativa do PROMOPREV:

	2022	2021
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	47.886.777,87	46.286.796,08

24. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são relativas as movimentações bancárias e rendimentos de aplicações financeiras:

Receitas financeiras	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	61.704.394,21	26.239.413,02
Receitas Recebimentos em Atraso	891.736,49	929.000,75
Descontos Obtidos	1.762.976,98	1.866.655,07
Outras receitas	1.478.107,04	541.725,38
	65.837.214,72	**29.576.794,22**
Despesas financeiras		
Imposto de Renda	8.321.181,71	2.512.642,57
IOF sobre aplicações financeiras	806.473,58	373.638,16
Despesas bancárias	2.467.898,98	457.472,46
Outras Despesas Financeiras	920.899,18	1.027.993,07
Ajuste de valor de mercado	305.947,42	318.409,80
Cofins sobre aplicação Financeira provisão	**12.822.400,87**	**4.690.156,06**
Resultado Financeiro	**53.014.813,85**	**24.886.638,16**

Os rendimentos de aplicações financeiras no ano de 2022 foi maior em relação ao ano de 2021, devido a novas aplicações que ocorreram durante o ano e ao aumento da taxa de juros em 2022.

Após recebimento da notificação da Receita Federal, foi provisionado a partir de 2021, a COFINS sobre os rendimentos de aplicação financeira, sem o desembolso financeiro, até que seja sanado os esclarecimentos solicitados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

25. Resultado patrimonial

Resultado patrimonial decorre do valor de superávit ou déficit obtido com o patrimônio utilizado para investimento.

Receita Patrimonial	2022	2021
Receita com aluguel de imóveis para renda	1.661.976,90	1.340.373,36
Resultado de equivalência patrimonial	441.743,94	250.270,14
Lucro na Alienação de Bens do Ativo Imob.	8.775,50	22.654,06
	2.112.496,34	**1.613.297,56**
Despesa Patrimonial		
Prejuízo na Alienação Bens/Baixa de Bens Ativo Não Circulante	8.727,79	50.715,77
	8.727,79	**50.715,77**
Resultado Patrimonial	**2.103.768,55**	**1.562.581,79**

As receitas patrimoniais são derivadas de venda de imobilizado ou investimento, aluguel de salas ou imóveis que são utilizados por terceiros e resultado de equivalência patrimonial.

As despesas patrimoniais referem-se a baixa de bens do Ativo Não Circulante / Imobilizado.

26. Transações com partes relacionadas

A Fundação Assefaz efetua transações com a empresa controlada Drogaria Vitabel Ltda., praticando valores, prazos e encargos usuais de mercado:

	2022	2021
Ativo circulante	**40.000,00**	**34.624,00**
Valores a receber	40.000,00	34.624,00
Aluguéis a receber	40.000,00	34.624,00
Adto. A Controladas		-
Passivo circulante	**0,0**	**201.751,52**
Valores a pagar	**0,00**	**201.751,52**
Vitabel	0,00	201.751,52
Resultado	**(7.985.056,36)**	**(4.496.559,63)**
Receita	**480.000,00**	**426.244,70**
Receita Patrimonial	**480.000,00**	**426.244,70**
Locação de imóveis – Vitabel	480.000,00	426.244,70
Despesa	**(8.465.056,36)**	**(4.922.804,33)**
Eventos Indenizáveis	**(8.465.056,36)**	**(4.922.804,33)**
Reembolso – Vitabel	(8.465.056,36)	(4.922.804,33)
Resultado Equivalência Patrimonial	**441.742,94**	**250.270,14**
Resultado Líquido de IR e CSLL – Vitabel	441.742,94	250.270,14

Locação de imóvel refere-se ao estabelecimento situado na SCLS Quadra 303 – Bloco A – Loja 27, Brasília-DF que pertence a Fundação Assefaz cujo espaço é cedido sob forma de locação a Drogaria Vitabel pactuado em contrato.

O reembolso corresponde ao valor do incentivo de 50% no ato da aquisição do produto, cujo percentual é estabelecido pelos planos de saúde em modalidade específica (Diamante e Rubi) da Fundação Assefaz, para aquisição dos medicamentos alopáticos e fitoterápicos pelos seus beneficiários na Drogaria Vitabel.

27. Seguros

A Fundação Assefaz adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis.

28. Eventos Subsequentes

A operadora declara não ter conhecimento sobre eventos subsequentes após o encerramento de suas demonstrações contábeis que sejam objeto de divulgação.

Júnia Cristina França Santos Diretora Administrativa-Financeira CPF: 385.305.701-20 CRC: 014497/O-0T-DF	**Herrisson Queiroz Neto** Gerente Nacional de Controladoria CPF: 032.713.554-95 CRC: 019437/O - PE	**Luiz Fernando Vendramini** Atuário Miba: 1307 CPF: 531.340.109-25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ASSEFAZ
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ("ASSEFAZ")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSEFAZ** em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **ASSEFAZ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1, às demonstrações contábeis, para o fato de que a Assefaz apresentou déficit no montante de R$ 184.217 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, a continuidade operacional da Assefaz dependerá principalmente do sucesso da administração na busca do aumento do número de beneficiários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da **ASSEFAZ** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a **ASSEFAZ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ASSEFAZ** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar
o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **ASSEFAZ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ASSEFAZ**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da **ASSEFAZ**, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **ASSEFAZ**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ASSEFAZ** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 16 de março de 2023.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F CVM 12807

Rodrigo Costa Silva Contador
CRC 1 GO 016905/O-4

PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

1 - O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2022.

2 - **CONSIDERANDO** as disposições contidas no Estatuto da Fundação cuja competência do Conselho Fiscal descrita no inciso I do artigo 50 dispõe *"emitir parecer conclusivo, a ser apresentado ao Conselho de Deliberativo, sobre balancetes, balanços, demonstrações financeiras, prestação de contas e outras operações relativas a cada exercício financeiro";*

3 - **CONSIDERANDO** que a Auditoria Interna emitiu seu parecer, assinado em 14/03/2023, sem ressalvas, conforme transcrição a seguir: ***"Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas elaboradas estão em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade e os ditames das legislações externas, Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/2007 e da Resolução Normativa ANS Nº 528/22, representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Assefaz em 31 de dezembro de 2022".*** *(grifos nossos)*

4 - **CONSIDERANDO** que a empresa de auditoria Independente **MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES** S/S, emitiu seu relatório, em 16/03/2023, sem ressalvas, conforme transcrição a seguir: ***"Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSEFAZ em 31 de dezembro de 2022,*** *e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)".(grifos nossos)*

5. **CONSIDERANDO** que Fundação Assefaz encerrou o exercício de 2022 com: i) seus ativos garantidores vinculados no valor de R$ 272 milhões, superando em R$ 127 milhões o valor de R$ 145 milhões de provisões técnicas exigidas; e ii) bons índices de liquidez corrente (1,76) e liquidez geral (1,86) os quais demonstram, respectivamente, que os ativos de curto prazo equivalem a 176% das obrigações de curto prazo e que os ativos totais representam 186% do total de obrigações.

6. **CONSIDERANDO** que o Conselho Fiscal da Fundação ASSEFAZ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Gestão, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e, à vista do Relatório dos Auditores Independentes **MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES** S/S e do Parecer da Auditoria Interna, elaborados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, emite o seguinte **PARECER:**

O Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, *refletem adequadamente*, nos seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Fundação ASSEFAZ.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à incorporação do déficit apurado ao patrimônio social da Fundação.

O presente parecer deve ser submetido ao Conselho Deliberativo em função do disposto no inciso IV do artigo 41 do Estatuto Social da Fundação.

Brasília, 24 de março de 2023.

Carlos Alberto Caetano
Presidente do Conselho Fiscal

Nina Maria Arcela
Membro Titular do Conselheiro Fiscal

Valéria Grilanda Rodrigues Paiva
Membro Titular do Conselheiro Fiscal

Sem dólares e com pesos que 'queimam', Argentina sofre ameaça da hiperinflação

Ano de eleições presidenciais reduz chances de medidas contra crise, agravada por seca histórica

Fernando Canzian

BUENOS AIRES "Câmbio, câmbio." "Dólar, euro, real." "Câmbio, câmbio."

Por toda a rua Florida, famoso corredor de lojas no centro de Buenos Aires, dezenas de cambistas atraem turistas e argentinos para trocar moedas estrangeiras pela cotação do "blue", referência para o câmbio paralelo.

Superam 20 os cambistas em cada um dos dez quarteirões da rua. Aos clientes mostram a cotação do dia na calculadora do celular e os encaminham para dentro de bancas de flores ou outros produtos, algumas só fachadas das chamadas "cuevas", onde máquinas rodam sem parar contando dinheiro.

As "cuevas" da Florida e de outros cantos da cidade têm de armazenar pilhas de cédulas. A maior em circulação na Argentina é a nota alaranjada de 1.000 pesos. Trocando US$ 100, sai-se dali com 39 notas de 1.000 pesos, o dobro de um ano atrás. Com R$ 100, conseguem-se quase 7.500 pesos.

O valor não dura muito. Como dizem os argentinos, com a inflação anual em três dígitos, gastar rápido é a melhor maneira de "poupar" pesos que "queimam na mão".

No ano passado, o consumo privado na Argentina aumentou 9,4% em relação a 2021 —sustentando um crescimento do PIB de 5,2%. No setor de hotéis e restaurantes, puxado por turistas que surfam no câmbio favorável, o salto foi de 35%.

Nesse ambiente, abstraindo-se os apelos dos cambistas, algumas lojas fechadas ou decadentes e muitos sem-teto pelas ruas da cidade, tem-se a sensação de uma Buenos Aires vibrante, com gente consumindo e se divertindo em cafés e restaurantes, no centro e zonas como Recoleta e Palermo.

Mas, como as fachadas atraentes das "cuevas" na Florida, essa superfície efervescente oculta uma rápida deterioração econômica em curso neste ano de eleições presidenciais, o que tem levado o governo a tomar medidas heterodoxas e extremas —sem atacar problemas estruturais que amarram a economia há décadas.

"A pergunta de curto prazo é se a bomba explode antes das eleições, em outubro, ou da mudança de governo, em dezembro", afirma Miguel Broda, um dos mais conceituados economistas argentinos.

A Argentina completou em março 40 anos ininterruptos sob regime democrático, período mais longo da história. Nesse tempo, atravessou nove grandes crises, algumas com anos de duração, e conserva o mesmo PIB per capita também de 40 anos atrás.

Cambista sentado ao lado de banca na rua Florida, em Buenos Aires Fernando Canzian/Folhapress

Economia argentina

Inflação tem maior taxa desde set.1991

Em %, acumulado em 12 meses

* De 2006 a 2012, índices de inflação questionados por consultorias após intervenção do então presidente Néstor Kirchner (2003-2007) e sua sucessora, Cristina Kirchner (2007-2015), no Indec (Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina)
** 2013 a 2016, estimativas de inflação de consultoria independentes

PIB per capita

Em US$ correntes, ajustados pela Paridade de Poder de Compra*

25 / 20 / 15 / 10 / 5 / 0
Argentina: 18,5 (2000) — 21,5 (2021)
Brasil: 11,5 (2000) — 14,6 (2021)
2000 2012 2021

* Métrica que corrige o cálculo do PIB, removendo distorções causadas por taxas de câmbio, custo de vida e rendimentos
Fonte: Banco Mundial, FMI, Indec e consultorias independentes argentinas

Em média, o país cresceu só 1% ao ano no período.

O fundamental é o fato de que, em mais de um século, a Argentina fechou as contas públicas no azul em apenas dez ocasiões.

Nos últimos anos, sem credibilidade no mercado para se financiar só vendendo títulos públicos, o país passou simplesmente a imprimir pesos. A ponto de precisar contratar Casas da Moeda no Brasil e na Espanha e levar os bancos a ampliar áreas de armazenamento de notas e adquirir novos cofres.

Agora, com uma forte crise à espreita, de superinflação em aceleração, o governo de Alberto Fernández e Cristina Kirchner reluta em adotar medidas impopulares e urgentes.

Até outubro, quando o pleito se realiza, há o risco de a inflação e as contas públicas entrarem em novo ciclo de deterioração.

Nos últimos 12 meses até fevereiro, os preços subiram 102,5%, a maior taxa desde 1991. Somou-se a isso a maior seca no país em 60 anos, que deve reduzir em até US$ 25 bilhões as exportações da safra 2022-2023, numa queda de 48% em relação ao ciclo anterior.

"É uma perda que levará a economia inteira a sofrer, pois a agropecuária é o setor que mais gera dólares. Haverá sangria em vários setores e nas contas públicas", diz Nicolás Pino, presidente da Sociedade Rural Argentina.

Algumas consultorias preveem queda de 3% no PIB neste ano, e dados oficiais do último trimestre de 2022 mostraram desaceleração de -1,5% em relação ao trimestre anterior.

Com menos dólares entrando, aumenta a pressão sobre o câmbio e a inflação, num país em que economistas estimam que as reservas internacionais estejam negativas.

Na semana passada, o governo tomou duas medidas heterodoxas conjuntas para tentar aliviar pressões sobre a inflação e o caixa.

Por um lado, determinou que estatais vendessem ou trocassem títulos em dólares por novos papéis denominados em pesos, injetando US$ 4 bilhões nas reservas do banco central, que interveio pesado no câmbio para tentar conter a inflação. Por outro, imprimiu mais 130 bilhões de pesos para honrar pagamentos, sobretudo de benefícios sociais.

Segundo dados do Observatório da Dívida Social da Universidade Católica Argentina (UCA) e do Indec (o IBGE argentino), 43,1% dos argentinos (19,8 milhões) estão abaixo da linha de pobreza, o que leva o país a despejar enormes subsídios às famílias, de contas de luz e gás a transferências de dinheiro que, direta ou indiretamente (via deduções de imposto), chegam a 95% das crianças e jovens com menos de 17 anos.

Para financiar essas políticas, a taxação do governo argentino sobre a produção agropecuária (maior fonte de dólares) está entre as mais altas do mundo, e há imposto sobre exportações com alíquotas de até 35%.

Segundo Gala Díaz Langou, diretora-executiva do Cippec, centro de políticas públicas apartidário de Buenos Aires, os subsídios em 2022, sobretudo para a energia, representaram 82% do déficit fiscal.

"No ano passado, o Estado pagou 79% do custo da luz e 71% do gás a todos os conectados à rede. Muitos estão nas camadas mais favorecidas, o que significa que pagamos pela climatização das piscinas dos ricos", afirma.

Os subsídios em energia e transportes (a gasolina custa menos da metade da brasileira, pelo câmbio paralelo) consomem quase o dobro das despesas em saúde e quase um terço a mais que a educação.

Eles aumentaram a partir de 2001, quando o peso sofreu maxidesvalorização ao fim de um período de paridade da moeda com o dólar. Na época, metade dos argentinos caiu na pobreza.

Durante o governo Macri, alguns tarifaços diminuíram os subsídios, mas eles retornaram no governo Fernández e Cristina, com a pandemia e a Guerra da Ucrânia.

Depois de atingir 2,4% do PIB em 2022, o déficit primário previsto para 2023 é de 1,9%, segundo acordo com o FMI, credor de US$ 44,5 bilhões. Mas, com a seca histórica e o desaquecimento em curso, a meta parece impossível.

Mesmo um plano para subsidiar menos a energia de quem ganha mais resolveria só parte do déficit, pois há outras questões fundamentais.

Nos últimos dez anos, o funcionalismo nas três esferas de governo aumentou de 2,7 milhões para 3,4 milhões (17,4 pontos percentuais acima do aumento populacional), segundo o Instituto Argentino de Análise Fiscal. O país tem 50% mais servidores em relação à sua população do que o Brasil.

Além dos subsídios à energia, outros programas sociais representam mais de 10% do Orçamento e, segundo o observatório da UCA, chegam a 45% da população.

Por fim, o sistema previdenciário argentino é altamente deficitário, com a maioria (55%) dos 9 milhões de aposentados não tendo contribuído, segundo o Idesa (Instituto de Desenvolvimento Social Argentino). Só 23% dos benefícios foram concedidos com a totalidade dos aportes.

Durante muitos anos, também foram aprovadas milhares de aposentadorias especiais, que pagam mais e contemplaram de militares e medalhistas olímpicos a cantores do teatro Colón.

Com as eleições se aproximando, é praticamente nula a discussão sobre esses temas difíceis entre as possíveis candidaturas. Mas Buenos Aires segue vibrante.

No início do século 20, país foi mais rico do que Alemanha, Itália e França e teve filial da Harrods

BUENOS AIRES Dramático como um tango, o estrangulamento orçamentário e o empobrecimento argentinos das últimas décadas contrastam com um passado de riqueza que ainda pode ser visto no agradável plano urbano de Buenos Aires, com suas avenidas e calçadas largas, edifícios afrancesados, restaurantes e cafés.

Nos primeiros 30 anos do século passado, a Argentina era um dos países que mais cresciam no mundo, atraindo imigrantes europeus ao exibir, em parte desse período, um PIB per capita maior do que de Alemanha, França e Itália.

Entre 1900 e 1916, as exportações de carne congelada saltaram de 26 mil toneladas por ano para 411 mil, e o país atraiu milhões de dólares em capital externo, embora sempre tenha mantido sua taxa de poupança interna baixa.

Em 1914, a então sofisticada rede britânica Harrods escolheu a Argentina como primeiro país a ter uma filial fora do Reino Unido. Nos anos 1940 e 1950, suas vitrines exibiam obras de artistas famosos.

O imenso prédio da Harrods em Buenos Aires está fechado desde 1998, encardido e abandonado na mesma rua Florida dos cambistas.

PIB argentino tem forte volatilidade

Variação anual, em %

■ Argentina
■ América Latina e Caribe

12 / 6 / 0 / -6 / -12
6,7 — 1,5 — 0,5 — -10,9 — 10,4 — 6,5
1980 2002 2021

Fonte: Banco Mundial

Quase vizinho ao edifício, um aviso na fachada de uma loja Renner brasileira comunica estar fechada temporariamente "pela falta de estoques de produtos por razões alheias às da empresa".

Com a escassez de dólares, cada vez menos importados entram na Argentina. Empresários do comércio exterior reclamam da falta de critério do governo, além de um aumento da corrupção na liberação de guias de importação.

Entre causas mais históricas da decadência são apontados seis golpes militares (1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976) que minaram a força e a independência das instituições; o baixo nível educacional secundário até o fim dos anos 1940; e o fechamento da economia ao mercado externo que marcou a história argentina a partir da Grande Depressão de 1929.

No governo Juan Domingo Perón (1946-1955) políticas protecionistas e nacionalistas foram aprofundadas, ao mesmo tempo que uma nova era de populismo elevou o gasto estatal dirigido aos mais pobres, sem o correspondente aumento na arrecadação.

O mesmo tipo de política foi mantido por Néstor e Cristina Kirchner enquanto ocuparam a Presidência, entre 2003 e 2015, com a multiplicação de benefícios sociais, de empregos públicos e de aposentadorias sem a devida contribuição dos beneficiados. **FC**

FEI

Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" - FEI

CNPJ nº 61.023.156/0001-82

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Nota	2022	2021
Ativo/Circulante		439.811	245.461
Caixa e equivalentes de caixa	5	211.679	150.762
Títulos e valores mobiliários	6	211.518	74.583
Contas a receber	7	11.267	15.512
Fundos - Convênio e Parceria Privada/ACTPP	7.5	2.099	545
Créditos diversos		3.248	4.059
Não circulante		609.475	738.634
Títulos e valores mobiliários	6	470.227	609.265
Contas a receber	7	28.379	19.994
Depósitos judiciais	12	1.315	1.012
Crédito tributário a receber	12.4	6.912	5.911
Imobilizado	8	102.574	102.246
Intangível	9	68	206
Total do ativo		1.049.286	984.095

Balanços patrimoniais	Nota	2022	2021
Passivo/Circulante		18.583	16.811
Fornecedores		2.738	2.606
Obrigações trabalhistas	10	12.865	10.928
Matrículas recebidas antecipadamente	11	1.041	1.509
Outras contas a pagar		1.939	1.768
Não circulante		16.991	13.923
Aluguéis recebidos antecipadamente		520	780
Contas a pagar - FUNDACRED		2.101	2.343
Convênio CNPQ/CAPES/ACTPP	7.5	2.356	708
Provisão para riscos e demandas judiciais	12	12.014	10.092
Total passivo		35.574	30.734
Patrimônio líquido		1.013.712	953.361
Patrimônio social	13	953.361	968.768
Superavit (Deficit) acumulado		60.351	(15.407)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.049.286	984.095

Demonstrações dos resultados	Nota	2022	2021
Receita líquida	15	98.295	105.251
Custos dos serviços educacionais	17	(77.764)	(78.417)
Superavit bruto		20.531	26.834
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	18	(30.683)	(25.326)
Despesas com propaganda e publicidade		(5.141)	(5.512)
Despesas com imobilizado e intangível		(1.140)	(1.260)
Outras receitas e despesas não operacionais	19	(8.111)	(10.142)
Despesas com provisões	20	(2.097)	(59)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(26.641)	(15.465)
Resultado financeiro	21	86.992	58
Superavit (Deficit) do exercício		60.351	(15.407)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Patrimônio Social	Superavit (Deficit) do exercício	Total
Saldos em 31/12/2020	940.007	28.761	968.768
Incorporação do superavit ao patrimônio social	28.761	(28.761)	–
Deficit do exercício	–	(15.407)	(15.407)
Em 31/12/2021	968.768	(15.407)	953.361
Incorporação do deficit ao patrimônio social	(15.407)	15.407	–
Superavit do exercício	–	60.351	60.351
Em 31/12/2022	953.361	60.351	1.013.712

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superavit (Deficit) do exercício		60.351	(15.407)
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciações e amortizações	8 e 9	5.698	6.298
Custo na alienação/baixa de ativos permanentes	8	1.728	1.391
Atualização monetária s/depósito judicial		–	(62)
Reversão/Provisão líquida para riscos e demandas judiciais	12	1.922	(270)
Reversão/Provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa	7.4	(591)	(540)
Títulos e valores mobiliários - juros	21	(85.033)	(18.770)
Aumento/(redução) de ativos			
Contas a receber		(3.549)	(4.176)
Fundos - Convênio e parceria privada/ACTPP	7.5	(1.554)	–
Outros créditos		811	937
Depósitos judiciais/créditos tributários a receber		(1.304)	–
Aumento/(redução) de passivos			
Fornecedores		132	(1.014)
Obrigações trabalhistas		1.937	(704)
Matrículas recebidas antecipadamente		(468)	28
Contratos de Cessão Onerosa recebidos antecipadamente		(260)	(260)
Outras contas a pagar		1.577	1.026
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(18.603)	(31.523)
Atividades de Investimentos			
Transferência de recursos - de caixa e equivalentes de caixa para títulos e valores mobiliários		87.136	96.789
Adições do ativo imobilizado	8	(7.616)	(13.388)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento		79.520	83.401
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		60.917	51.878
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	150.762	98.884
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	211.679	150.762

Demonstrações do valor adicionado	2022	2021
Receita de mensalidades e outras atividades operacionais	126.870	138.773
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(1.469)	(234)
Outras receitas operacionais	5.442	1.814
	130.843	140.353
Insumos vinculados a atividade educacional		
Custos das vendas e prestação de serviços	(9.504)	(7.895)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.019)	(18.977)
Despesas com propaganda e publicidade	(5.141)	(5.512)
	(37.664)	(32.384)
Valor adicionado bruto	93.179	107.969
Retenções		
Depreciação e amortização	(4.558)	(5.040)
Despesa com imobilizado e intangível	(1.140)	(1.260)
Provisão de contingências trabalhistas	(2.097)	(59)
Valor adicionado líquido produzido pela Fundação	85.384	101.610
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	87.393	20.723
Valor adicionado total a distribuir	172.777	122.333
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	84.453	82.636
Federais	1	–
Estaduais	–	14
Municipais	59	56
Outras taxas e contribuições	406	1.081
Juros e despesas bancárias	401	20.665
Bolsas concedidas	27.106	33.288
Superavit (Deficit) retido do exercício	60.351	(15.407)
	172.777	122.333

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A **Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" - FEI**, doravante denominada "Fundação", é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Fundação, o que significa que não tem finalidade lucrativa, com sede no Brasil, na Rua Vergueiro, 165 - São Paulo - SP. A Fundação tem como finalidade estatutária a manutenção de instituições de ensino de quaisquer graus ou modalidade, notadamente de nível superior. Como mantenedora do Centro Universitário FEI, ministra cursos de engenharia, administração e ciência da computação e desenvolve atividades de pesquisas e extensão. A Fundação, como Entidade Beneficente de Assistência Social, executa ações de assistência social educacional, por meio da concessão de bolsas de estudo a alunos que se enquadram no perfil socioeconômico estabelecido pela Lei Complementar nº 187, publicada em 17 de dezembro de 2021, o qual, até então, era previsto pela Lei nº 11.096/2005 e pela Lei nº 12.101/2009. A Fundação é administrada por um Conselho de Curadores e por uma Diretoria Executiva, cujos membros, em ambos os casos, não são remunerados. A Fundação é uma Instituição que possui o título de Utilidade Pública Estadual, concedido pela Lei nº 8.227, de 08 de janeiro de 1993, e qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 678, de 12 de novembro de 2014, publicada no D.O.U de 13 de novembro de 2014. Por ser mantenedora de instituição de educação, sem fins lucrativos, a Fundação é imune a impostos, por determinação do artigo 150, VI, alínea "c", da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional e não pratica o fato gerador de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Por ser certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, a Fundação é imune às contribuições destinadas à seguridade social, incluída a contribuição ao PIS-Folha, por determinação do § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, que, até a publicação da Lei Complementar nº 187, publicada em 17 de dezembro de 2021, por decisão do Supremo Tribunal Federal, era regulamentado pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional. A Fundação teve a renovação de sua Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) por meio da Portaria nº 885, publicada em 20 de dezembro de 2018, expedida pelo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020. Em 16/12/2020, a Fundação protocolizou, tempestivamente, pedido de renovação do CEBAS para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, que se encontra pendente de apreciação pelo Ministério da Educação, de modo que sua certificação permanece válida, em conformidade com § 2º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187, publicada em 17 de dezembro de 2021, como anteriormente previa o § 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101/2009. Até o dia 22/12/2023, a Fundação formulará pedido de renovação do CEBAS que vencerá em 31/12/2023, para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026. Por ser certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, no gozo da imunidade prevista no § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, a Fundação é isenta das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários devidas a outras entidades e órgãos. A Fundação aplica suas rendas, recursos e superavit integralmente no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, não remunera os membros de sua diretoria nem distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. Conforme determina o processo interno para aprovação das demonstrações financeiras da Fundação, estas foram revisadas e autorizadas por seus profissionais técnicos (controladoria e diretores tesoureiro e de patrimônio) em 22 de março de 2023 para seguir para a Diretoria Executiva e o Conselho de Curadores, que promoverão sua apreciação e posterior aprovação. **1.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e a alteração efetuada pela resolução 2015/ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015. As receitas e despesas foram reconhecidas, mensalmente, respeitando-se os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência, evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e pelo valor justo, quando aplicável. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação. Estão divulgadas na Nota 3 as áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. A "Demonstração do Resultado Abrangente - DRA" não foi apresentada pela Fundação nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 em função de inexistirem valores que se enquadram como outros resultados abrangentes. **1.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Fundação é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e que foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Fundação. **1.4. Impacto da Pandemia da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras:** No exercício findo em 2022, com a superação do distanciamento social e a retomada gradativa da economia brasileira, a Fundação manteve seu Comitê de Gestão de Crise e Enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19), onde adotou medidas e ações visando o bem-estar de todos. Honrou seus compromissos e contratos ativos com colaboradores e prestadores de serviços e mesmo com toda essa instabilidade econômica do mercado de educação, a Fundação forneceu um ensino de qualidade em alto nível de excelência, protegeu seus investimentos financeiros, expandiu sua estrutura educacional em melhorias das suas instalações e ampliação de seus laboratórios. **1.5. Gestão financeira de mensalidades a receber:** A Fundação ante o cenário de crise e incerteza, continua monitorando suas operações, principalmente no atendimento ao cliente, com o intuito de tranquilizar os alunos, pais e responsáveis financeiros. Gerencia o inadimplemento por meio da sua política de cobrança para minimizar os impactos da Pandemia no desenvolvimento de sua atividade. **Seção B - Políticas contábeis: 2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **2.2. Títulos e valores mobiliários:** Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado. Os títulos são gerenciados por três fundos exclusivos de investimento em que a Fundação é a única cotista. Os títulos públicos e privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos. **2.3. Contas a receber de alunos:** Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes para negociação de mensalidades vencidas. O reconhecimento do ajuste para créditos de liquidação duvidosa foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos e é calculada, levando-se em consideração os índices históricos de recuperação em suas diversas modalidades. Esses índices são revisados semestralmente buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores. **2.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar o valor depreciável, que é o valor do ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil estimada para os períodos corrente e comparativo estão sendo divulgadas na Nota nº 8. A vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, produzindo efeitos prospectivos à data de sua alteração. **2.5. Intangível:** É registrado pelo custo de aquisição. As amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota 9. **2.6. Arrendamentos:** A Fundação declara que, em seus ativos, não possui contrato de arrendamento operacional ou financeiro nos termos que estabelece o pronunciamento contábil CPC 06 (R2)/CFC - NBC TG 06 (R3). **2.7. Impostos e contribuição sobre o lucro: 2.7.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Em razão de ser uma instituição de educação sem fins lucrativos, a Fundação tem direito à imunidade dos impostos incidentes sobre a renda, o patrimônio e os serviços, de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea "c" e § 4º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional. Por ser pessoa jurídica sem fins lucrativos, a Fundação não é fato gerador da CSLL. **2.7.2. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras:** Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável são recebidos pela Fundação sem a retenção de IRRF, por ser imune a impostos sobre a renda, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e § 4º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional. **2.8. Contribuições sobre a folha de salários e a receita: 2.8.1. Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS):** Por ser certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, a Fundação é imune ao PIS incidente sobre a folha de salários, em respeito ao § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei Complementar nº 187, publicada em 17 de dezembro de 2021. **2.8.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Por ser portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a Fundação é imune à COFINS, nos termos do artigo 195, § 7º da Constituição Federal e combinado com o artigo 4º da Lei Complementar nº 187, publicada em 17 de dezembro de 2021. Não fosse a imunidade, a Fundação teria direito à isenção da COFINS, outorgada pelo artigo 14, inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001. **2.9. Instrumentos financeiros: 2.9.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes do contrato. A Fundação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Fundação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **2.9.1.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se somente a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **2.9.1.2. Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **2.9.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa e bancos conta de movimentação, são de liquidez imediata e a equivalência diz respeito aos títulos de fundo de investimentos que são adquiridos por vencimento e podem ser negociados nesses prazos em curta duração de três meses ou menos, no entanto, existe o risco insignificante de perda de rendimento e performance da carteira. São utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **2.9.3. Passivos financeiros não derivativos:** A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes do contrato. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Fundação não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **2.10. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Fundação não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **2.11. Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*): 2.11.1. Ativos financeiros:** A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **2.11.2. Ativos não financeiros:** Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2022, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **2.11.3. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.12. Provisões: 2.12.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando for provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.12.2. Provisões para riscos trabalhistas:** A Fundação é parte em alguns processos judiciais trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos ou risco de natureza cível e trabalhista, para os quais a Administração, pautada no parecer de seus consultores jurídicos, entende que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa aproximada possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, o ordenamento jurídico, a hierarquia das leis, a jurisprudência mais atualizada, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando-se sempre em conta as circunstâncias, prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, principalmente com o histórico legal e legislativo que influencia em suas decisões mais conservadoras. **2.13. Matrículas e receitas de serviços antecipadas:** Como prática de negócio e mercado de atuação da Fundação, há faturamentos e pagamentos antecipados dos cursos de graduação. Consequentemente, são reconhecidas como receitas diferidas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Fundação no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com os princípios de competência e da oportunidade. **2.14. Receita operacional: 2.14.1. Receita operacional:** A receita da Fundação provém da cobrança de semestralidade pela prestação de serviços educacionais a alunos de cursos de graduação, pós-graduação e extensão e é reconhecida tendo como base os contratos celebrados até o encerramento do balanço, em conformidade com os princípios da oportunidade e competência, mencionado no item 8 da ITG 2002. Os seguintes critérios são observados quando do reconhecimento da receita dos contratos celebrados com os alunos, conforme a forma de prestação dos serviços: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá pela contraprestação dos serviços prestados. As receitas são reconhecidas, mensalmente, com base nos serviços prestados, em conformidade com os princípios de competência e o da oportunidade, levando-se em consideração os contratos celebrados. **2.14.2. Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita advinda de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", nas demonstrações do resultado. **2.15. Despesas operacional e financeira:** As despesas são apuradas e contabilizadas pelo custo histórico, de acordo com os princípios da oportunidade e competência, mencionado no item 8 da ITG 2002 e levando-se em consideração os períodos aos quais estas possuem referência. **2.16. Classificação de circulante e não circulante:** A Fundação apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, quando não é utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil contidas no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.18. Demonstrações dos valores adicionados:** As demonstrações dos valores adicionados estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação pela Resolução CFC nº 1.162/09. **Seção C - Riscos - 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos: 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e dos passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **a)** Determinação do valor justo dos ativos financeiros; **b)** Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota nº 8); **c)** Determinação do ajuste para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 7.4); **d)** Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (Nota nº 12). A Fundação reconhece provisão para ações judiciais de natureza cível e trabalhista. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências e circunstâncias, a hierarquia das leis, a jurisprudência mais atualizada, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações de cenário, os prazos de exigibilidade das obrigações, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas com base em novos temas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **4. Gerenciamento dos riscos financeiros: Riscos de crédito:** O risco de crédito encontra-se vinculado à potencial inadimplência de seus alunos, uma vez que as mensalidades escolares compõem uma das principais arrecadações da Fundação. O controle financeiro de cada aluno é monitorado periodicamente e, existindo inadimplência, ele fica impedido de efetuar matrícula no período letivo subsequente, até que essa pendência financeira seja regularizada. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Fundação possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Fundação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações além de manter uma adequada estrutura de capital. **Operações com instrumentos derivativos:** A Fundação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos. **Seção D - Notas explicativas - 5. Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por:

	2022	2021
Caixa e bancos	2.797	3.090
Aplicações financeiras - Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (LF)	65.764	10.909
Operações compromissadas (NC)	206	45
Operações compromissadas (LFT)	17.905	47.505
Operações compromissadas (DEBÊNTURES)	81.858	73
Operações compromissadas (LTN/OVER)	43.149	89.140
	211.679	**150.762**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Fundação mantinha quotas em fundos exclusivos lastreados em títulos públicos e privados, com vencimento inferior a 90 dias, contados das datas das transações e os recursos mensurados encontram-se disponíveis para resgate, não existindo qualquer restrição ou desconto com aplicação sobre esse saldo. As quotas que compõem essas aplicações financeiras possuem liquidez diária, com rendimentos equivalentes às marcações a mercado. O aumento entre o exercício de 2022 e 2021 refere-se a uma migração de recursos para outras aplicações em títulos públicos ofertados no Tesouro Direto indexados à inflação e mais juros, com características distintas e que são classificadas como "títulos e valores mobiliários". Taticamente, encurtar o prazo dos papéis convergiu com a decisão estratégica da diretoria de mitigar o risco sobre a curva no mercado de juros em meio ao cenário econômico adverso e pandêmico, mantendo o recurso disponível para uma emergência de fluxo de caixa. **6. Títulos e valores mobiliários:**

Descrição	Circulante 2022	Circulante 2021	Não circulante 2022	Não circulante 2021
Títulos públicos (LFT)	127.262	22.868	186.750	159.135
Títulos públicos (NTN-B)	24.164	36.932	9.658	236.291
Títulos públicos (NTN-F)	–	–	–	112.153
Títulos públicos (PRÉ)	–	–	21.961	22.560
Títulos públicos (OVER)	–	–	–	47.086
	151.426	**59.800**	**218.369**	**577.225**
Títulos privados (CDB)	23.762	–	19.798	–
Títulos privados (LF)	15.032	4.630	36.488	–
Títulos privados (CRA)	5.636	2.064	–	–
Títulos privados (NC)	–	–	1.717	–
Títulos privados (Debêntures)	15.662	8.089	193.855	32.040
	60.092	**14.783**	**251.858**	**32.040**
	211.518	**74.583**	**470.227**	**609.265**

6.1. Títulos públicos: Os títulos públicos são compostos por Letra Financeira do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que foram segregados entre circulante e não circulante de acordo com seus prazos de vencimento e estimativas de resgate pela Fundação. Os títulos possuem características de renda fixa, sendo corrigidos por taxas pré-fixadas (LTF/OVER/PRÉ) ou pós-fixadas (LFT e NTN-B) compatíveis com o mercado, divulgadas por publicação especializada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). São considerados títulos de baixo risco por estarem lastreados no Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2022 representavam 54% (93% em 2021) dos recursos aplicados. **6.2. Títulos privados:** As aplicações nos títulos privados são compostas pelas Debêntures, Letras Financeiras (LF), Nota de Crédito e Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA). Esses títulos são classificados como operações de renda fixa e possuem seus rendimentos vinculados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgada por publicação especializada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **7. Contas a receber:** Representado por:

	2022	2021
Mensalidades a receber	3.909	4.501
Mensalidades a receber - CEBAS	827	986
Mensalidades a receber - FUNDACRED	34.148	28.890
Mensalidades a receber - FIES	182	107
Mensalidades a receber - GETNET	18	7
Acordos judiciais e mensalidades negociadas	2.689	2.551
Subtotal	**41.773**	**37.042**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.127)	(1.536)
Total	**39.646**	**35.506**
Curto prazo	11.267	15.512
Longo prazo	28.379	19.994
	39.646	**35.506**

7.1. Mensalidades a receber - Alunos inadimplentes CEBAS: O valor é composto por R$ 827 (R$ 986 em 2021) relativo às mensalidades vencidas há mais de 90 dias vinculadas a metodologia de avaliação do CEBAS, conforme demonstrado na Nota 16. **7.2. Mensalidades a receber - FUNDACRED:** A Fundação de Crédito Educativo - FUNDACRED, por meio de convênio com a Fundação, possibilita a concessão de financiamento de estudo pelo sistema de crédito rotativo. A principal finalidade do crédito educativo é favorecer estudantes carentes, que não atendem aos requisitos estabelecidos pela Lei do PROUNI ou pela Lei Complementar nº 187/2021, mas necessitam de um apoio econômico-financeiro para a realização de estudos universitários. A Fundação tem critérios próprios para a seleção dos candidatos ao financiamento e o valor a ser concedido é variável, dependendo da verba destinada a esse programa. O valor do financiamento atualmente é de 50% do custo das parcelas da semestralidade, fixado pela Fundação de acordo com o curso em que o aluno estiver matriculado. O pagamento desse financiamento é realizado após 1 (um) mês da conclusão do curso. Durante a realização do curso e pelo prazo de carência ora mencionado, o saldo será atualizado com base no valor unitário da respectiva mensalidade vigente. A partir do mês do início do reembolso, cada parcela ou prestação mensal passa a ser corrigida pela variação do INPC ou de outro índice vigente à época, que o substitua. Sobre o valor de cada parcela de reembolso é acrescido o percentual de 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) ao mês, calculado entre a data do contrato e a data do efetivo pagamento da parcela, destinada ao fundo de Administração do crédito rotativo. O saldo contabilizado como ativo não circulante refere-se a valores a receber de alunos que participam dessa modalidade de pagamento com prazos superiores a 12 meses. O montante financiado até 31 de dezembro de 2022 era de R$ 28.379 (R$ 19.994 em 2021). **7.3. *Aging list:*** Abertura por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	2022	2021
A vencer	33.664	29.908
Vencidos até 30 dias	1.331	1.074
Vencidos entre 31 a 180 dias	3.037	2.524
Vencidos há mais de 181 dias	3.741	3.536
	41.773	**37.042**

7.4. Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD): De acordo com estudo elaborado por seu departamento financeiro, a Fundação determinou percentuais a serem aplicados sobre o saldo a receber que variam de acordo com o curso ao qual se referem. Com base nesses critérios, a movimentação da PECLD encontra-se demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	**(1.536)**	**(2.076)**
(Complemento)/reversão de PECLD	(1.240)	(63)
Recuperação de PECLD	649	603
Saldo final	**(2.127)**	**(1.536)**

7.5. Convênios e Acordos Técnicos de Parceria Pública e Privada: A Instituição atua em parceria com empresas privadas, públicas e instituições em geral por meio de convênios, acordos técnicos firmados com o nosso Centro Universitário FEI e pela Agência FEI de Inovação (AGFEI). Esses convênios são destinados aos projetos de pesquisa do setor produtivo, ensino e extensão. A Instituição atua como gestora. Os saldos referentes aos projetos concluídos são baixados por ocasião das prestações de contas aprovadas pelos financiadores dos convênios, compensando as obrigações junto aos financiadores (recursos recebidos) dos convênios com os recursos destinados.

	Recursos recebidos (Fundos) 2022	Recursos recebidos (Fundos) 2021	Recursos destinados 2022	Recursos destinados 2021
FUNDEP - Programa Rota 2030	266	545	(318)	(545)
FINEP - MARMS - 0115/21 (HCFMUSP)	1.833	–	(1.876)	–
RNP - Projeto SWAMP	–	–	(114)	(114)
CNPQ - Termo de depósito de materiais	–	–	(48)	(49)
	2.099	**545**	**(2.356)**	**(708)**

8. Imobilizado: 8.1. Custo ou avaliação do imobilizado:

	Edificações	Terrenos	Equiptos. técnicos e biblioteca	Instalações	Equiptos. de Inform. e Audiovisual	Obras em andamento	Outros imobilizados	Total
Em 1º de janeiro de 2021	**74.917**	**32.807**	**35.834**	**22.180**	**16.031**	**6.824**	**6.488**	**195.081**
(+) Adições	–	–	254	–	459	11.306	1.369	13.388
(–) Alienações	–	–	(211)	–	(171)	(137)	(1.344)	(1.863)
(+/–) Transferências	–	–	–	–	–	(641)	641	–
Em 31 de dezembro de 2021	**74.917**	**32.807**	**35.877**	**22.180**	**16.319**	**17.352**	**7.154**	**206.606**
(+) Adições	–	–	1.689	–	1.208	1.818	2.901	7.616
(–) Alienações	–	–	(825)	(2)	(940)	(18)	(1.698)	(3.483)
(+/–) Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	**74.917**	**32.807**	**36.741**	**22.178**	**16.587**	**19.152**	**8.357**	**210.738**

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

8.2. Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:

	Edificações	Equiptos. técnicos e biblioteca	Instalações	Equiptos. Inform. e Audiovisual	Outros imobilizados	Total
% – Média da vida útil por ano	1,8% a 5,2%	10%	10%	25%	20%	
Em 1º de janeiro de 2021	**(37.165)**	**(25.467)**	**(17.581)**	**(13.017)**	**(5.498)**	**(98.728)**
(–) Despesa de depreciação do exercício	(1.682)	(1.464)	(1.124)	(1.444)	(390)	(6.104)
(+) Alienações	–	210	–	170	92	472
Em 31 de dezembro de 2021	**(38.847)**	**(26.721)**	**(18.705)**	**(14.291)**	**(5.795)**	**(104.360)**
(–) Despesa de depreciação do exercício	(1.677)	(1.390)	(963)	(1.204)	(327)	(5.560)
(+) Alienações	–	747	2	922	84	1.755
Em 31 de dezembro de 2022	**(40.524)**	**(27.364)**	**(19.665)**	**(14.573)**	**(6.038)**	**(108.164)**

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

8.3. Valor residual líquido:

	Edificações	Terrenos	Equiptos. técnicos e biblioteca	Instalações	Equiptos. Inform. e Audiovisual	Obras em andamento	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	36.070	32.807	9.156	3.475	2.028	17.352	1.358	102.246
Em 31 de dezembro de 2022	**34.393**	**32.807**	**9.377**	**2.511**	**2.014**	**19.152**	**2.319**	**102.574**

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

9. Intangível: 9.1. Custo do intangível:

	Marcas e patentes	Software	Total
Em 1/01/2021	**18**	**5.303**	**5.321**
(–) Alienações	–	(405)	(405)
Em 31/12/ 2021	**18**	**4.898**	**4.916**
(–) Alienações	–	(64)	(64)
Em 31/12/2022	**18**	**4.834**	**4.852**

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

9.2. Amortização do intangível:

	Marcas e patentes	Software	Total
% - Média da vida útil por ano		25%	
Em 1/01/2021	–	**(4.921)**	**(4.921)**
(–) Despesa com amortização no exercício	–	(194)	(194)
(+) Alienações	–	405	405
Em 31/12/2021	–	**(4.710)**	**(4.710)**
(–) Despesa com amortização no exercício	–	(138)	(138)
(+) Alienações	–	64	64
Em 31/12/2022	–	**(4.784)**	**(4.784)**

	Marcas e patentes	Software	Total
Em 31/12/2021	18	188	206
Em 31/12/2022	**18**	**50**	**68**

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

10. Obrigações trabalhistas:

	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	3.415	2.394
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	360	341
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	650	568
Folhas a Pagar	3.795	3.437
Provisão de férias e encargos	4.519	4.102
Outros	126	86
	12.865	**10.928**

11. Matrículas recebidas antecipadamente: Os valores contabilizados nessa rubrica referem-se aos adiantamentos realizados por ocasião das matrículas dos alunos e que foram recebidos durante o exercício de 2022 e que se referem aos cursos que serão ministrados no exercício de 2023 e serão reconhecidos dentro de seu correto período de competência, de acordo com os princípios da oportunidade e o de competência.

	2022	2021
Curso de Engenharia	754	1.262
Curso de Administração	45	59
Curso de Informática	242	188
	1.041	**1.509**

12. Provisão para riscos e demandas judiciais: Representado por:

	2022	2021
Processos trabalhistas (Nota 12.1.1)	12.014	10.092
(–) Depósitos judiciais.	(1.315)	(1.012)
Provisão líquida para demandas judiciais e processos administrativos	**10.699**	**9.080**

12.1. Perdas prováveis: A Fundação é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas. A Fundação, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e eventuais discussões ainda não formalizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme demonstrado anteriormente. **12.1.1. Processos trabalhistas:** A Administração, baseada em análise e parecer de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer face ao pagamento de eventuais condenações, que totalizam R$ 12.014 (R$ 10.092 em 2021). Esse saldo é composto de: **a)** Processos trabalhistas: processos individuais movidos por ex-colaboradores da Fundação que pleiteiam a cobrança de horas extras, equiparação salarial e vínculo empregatício. Para essas ações, foi constituída uma provisão total de R$ 10.058 (R$ 8.136 em 2021); **b)** Indenizações para período anterior à vigência do FGTS: representam os valores provisionados a título de indenizações por tempo de serviços, relativos ao período anterior à Lei nº 7.839/89 para colaboradores que ainda trabalham na Fundação, totalizando R$ 1.956. **12.2. Perdas possíveis:** A Fundação não possui ações relevantes quer de natureza tributária ou cível envolvendo riscos de perda classificado como "possível".

12.3. Resumo de movimentação:	2022	2021
Saldo inicial	**10.092**	**10.362**
Complemento	2.097	–
Reversão	(175)	(270)
Saldo final	**12.014**	**10.092**

12.4. Crédito tributário a receber: A Fundação detém direito a crédito tributário do PIS incidente sobre folha de salário, pago indevidamente no período de 05/2012 a 05/2017, reconhecido por sentença transitada em julgado, objeto do Ofício Requisitório nº 20200118807 que foi apresentado à União, pelo TRF-3, em 21/09/2021, para pagamento em 2023. O valor do crédito será corrigido pela SELIC até a data de seu efetivo pagamento à Fundação.

	2022
Valor nominal na data do balanço	5.877
(+) Resultado da correção monetária pela SELIC no período	1.035
Valor corrigido em 31 de dezembro de 2022	**6.912**

13. Patrimônio líquido: Representa o patrimônio social inicial da Fundação, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição.

14. Partes relacionadas: A Fundação não possui operações com partes relacionadas.

15. Receita líquida:	2022	2021
Receita operacional		
Mensalidades - Cursos de graduação	119.808	132.040
Mensalidades - Cursos de pós-graduação "*stricto sensu*"	5.074	5.284
Mensalidades - Cursos de pós-graduação "*lato sensu*"	282	704
	125.164	**138.028**
Serviços prestados de Cursos livres	–	14
Convênios privados - Repasses financeiros	1.706	731
	126.870	**138.773**
Deduções da receita		
Bolsas concedidas (Nota nº 16)	(27.106)	(33.288)
Perdas estimadas em Créditos de liquidação duvidosa	(1.469)	(234)
	(28.575)	**(33.522)**
Receita operacional líquida	**98.295**	**105.251**

16. Quadro demonstrativo da gratuidade conforme os artigos 13-A e 13-C da Lei nº 12.101/2009[1]

CNPJ/MF: 61.023.156/0001-82

Quadro Demonstrativo da Gratuidade Conforme Artigo 13-A e 13-C da Lei nº 12.101/2009

1. Quadro Demonstrativo dos Alunos Matriculados, Não Pagantes e Pagantes

Alunos	Matriculados	Não Pagantes	Pagantes
Graduação			
Engenharia	3.129	783	2.346
Matutino	1.618	320	1.298
Noturno	1.511	463	1.048
Ciência da Computação	374	69	305
Matutino	57	4	53
Noturno	317	65	252
Administração SBC	154	35	119
Administração SP	92	37	55
Matutino	33	12	21
Noturno	59	25	34
Subtotal	**3.749**	**924**	**2.825**
	100,00%	24,65%	75,35%
Stricto Sensu			
Mestrado	103	67	36
Doutorado	58	33	25
Subtotal	**161**	**100**	**61**
Lato Sensu	42	0	42
Total	**3.952**	**1.024**	**2.928**
	100,00%	25,91%	74,09%
Total de Alunos Pagantes de Graduação			**2.825**
Obrigatoriedade do Número de Bolsas (1 para 5)			**565**
Beneficiados com os Programas (PROUNI/BAS)=100%			**774**
Beneficiados com os Programas (PROUNI/BAS)=50%			**37**

2. Quadro Demonstrativo das Bolsas Concedidas

Bolsas Concedidas	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Total	BAS 100%	BAS 50%	Total	TAG 100%	CCT 100%	Outras 100%	Não Aproveitável (25% - 75%)	Total Geral	Não Pagantes 100%	Não Pagantes 50%	Pagantes 50%
Graduação														
Engenharia	603	–	603	61	33	94	95	13	11	3	**819**	783	33	3
Matutino	252	–	252	12	10	22	41	8	7	1	**331**	320	10	1
Noturno	351	–	351	49	23	72	54	5	4	2	**488**	463	23	2
Ciência da Computação	48	–	48	6	2	8	4	8	3	–	**71**	69	2	–
Matutino	1	–	1	–	–	–	–	2	1	–	**4**	4	–	–
Noturno	47	–	47	6	2	8	4	6	2	–	**67**	65	2	–
Administração SBC	26	–	26	2	–	2	1	5	1	–	**35**	35	–	–
Administração SP	24	–	24	4	2	6	2	5	2	–	**39**	37	2	–
Matutino	7	–	7	1	–	1	–	4	–	–	**12**	12	–	–
Noturno	17	–	17	3	2	5	2	1	2	–	**27**	25	2	–
Subtotal	**701**	**0**	**701**	**73**	**37**	**110**	**102**	**31**	**17**	**3**	**964**	**924**	**37**	**3**
	72,72%	0,00%	72,72%	7,57%	3,84%	11,41%	10,58%	3,22%	1,76%	0,31%	**100,00%**	95,85%	3,84%	0,31%
Stricto Sensu														
Mestrado	–	–	–	–	–	–	–	–	67	34	**101**	67	–	34
Doutorado	–	–	–	–	–	–	–	1	32	38	**71**	33	–	38
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**99**	**72**	**172**	**100**	**–**	**72**
Lato Sensu	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	–	–	–
Total	**701**	**–**	**701**	**73**	**37**	**110**	**–**	**32**	**116**	**75**	**1.136**	**1.024**	**37**	**75**
	61,71%	0,00%	61,71%	6,43%	3,26%	9,68%	0,00%	2,82%	10,21%	6,60%	**91,02%**	90,14%	3,26%	6,60%

Beneficiados com o "Termo de Ajuste de Gratuidades (TAG)" de Graduação.	**102**
Beneficiados com os Programas de Bolsas "Não Pagantes" de Graduação.	**822**
Beneficiados com os Programas de Bolsas "Não Pagantes" de Stricto Sensu.	**100**
Beneficiados com os Programas de Outras Bolsas de todos os cursos	**112**

CNPJ/MF: 61.023.156/0001-82

16.1. Quadro Demonstrativo da Aplicação da Receita Escolar em Gratuidades:

3. Quadro Demonstrativo da Receita Base de Cálculo

Mensalidades a receber no ínicio do exercício		(+)	986
Receita Bruta	**Mensalidades**	**Bolsas**	**Liquido**
Graduação			
Engenharia	104.959	21.508	**83.451**
Matutino	61.754	10.125	**51.629**
Noturno	43.205	11.383	**31.822**
Ciência da Computação	9.695	1.549	**8.146**
Matutino	1.283	76	**1.207**
Noturno	8.412	1.473	**6.939**
Administração SBC	3.165	568	**2.597**
Administração SP	1.989	543	**1.446**
Matutino	643	202	**441**
Noturno	1.347	341	**1.005**
Subtotal	**119.808**	**24.168**	**95.640**

[1] Lei vigente à época do pedido de renovação do CEBAS do período de 01/01/2021 a 31/12/2023.

continua →★

Estados definem ICMS de R$ 1,45 por litro, e gasolina deve subir

Acordo para encerrar disputa com União tem alíquota bem superior à atual; em SP, por exemplo, é de R$ 0,89

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Os governos estaduais chegaram a um acordo para implantar a alíquota única de ICMS sobre a gasolina, que foi criada em lei aprovada no governo Jair Bolsonaro (PL), mas estava sendo discutida no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em convênio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), definiram uma alíquota de R$ 1,45 por litro, tanto para a gasolina quanto para o etanol anidro, que compõe o combustível vendido nos postos.

O valor é bem superior ao praticado nesta segunda quinzena de março, segundo dados da Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes). Atualmente, o maior ICMS sobre a gasolina é cobrado no Piauí, R$ 1,24 por litro.

Em São Paulo, a alíquota atual equivale a R$ 0,89 por litro. Com a mudança, haverá uma diferença de quase R$ 0,50 por litro.

Os economistas Andréa Angelo e Felipe Salto, da Warren Rena, calculam que a mudança possa provocar aumento médio de 11,45% no preço da gasolina, com impacto de 0,5 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023.

Segundo eles, o valor do novo ICMS equivale a uma alíquota de 27,5%, superior, portanto, aos 17% a 18% usados como teto para produtos essenciais. "Então, poder-se-ia concluir que a essencialidade estaria de fato afastada para a gasolina", afirmam.

O preço da gasolina já teve forte alta nos postos no início de março, com o retorno da cobrança de impostos federais sobre o combustível. Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o produto foi vendido, em média, a R$ 5,51 por litro.

O valor é R$ 0,43 por litro, superior ao verificado no fim de fevereiro, alta bem superior ao R$ 0,26 estimado pelo mercado —considerando que a nova alíquota é de R$ 0,47 por litro e a Petrobras cortou seus preços de venda em R$ 0,13 por litro para minimizar o aumento.

A nova alíquota passa a vigorar no dia 1º de julho. Será única em todo o país e cobrada em reais por litro —hoje, cada estado cobra um percentual sobre preço de referência definido a cada 15 dias em pesquisas nos postos.

O modelo atual é criticado pelo setor por retroalimentar os aumentos de preços nas refinarias: após a alta nas bombas, os estados elevam o preço de referência para cobrança do imposto, gerando novo repasse ao consumidor final.

Além disso, dizem, incentiva fraudes tributárias com a compra de combustíveis em estados onde o ICMS é mais barato para a venda clandestina naqueles com maior tributação.

A mudança foi aprovada pelo Congresso com apoio do governo Bolsonaro em maio de 2022, mas os estados recorreram ao STF. Em um primeiro momento, houve acordo sobre o diesel, que terá a alíquota única em vigor a partir de 1º de abril.

Também nesse caso, é prevista alta nos postos, já que a alíquota definida, de R$ 0,95 por litro, é superior aos valores vigentes atualmente. O consultor Dietmar Schupp, especialista em tributação de combustíveis, estima que o valor seja R$ 0,13 superior ao vigente na primeira quinzena de março.

O diesel também será pressionado no início do mês pelo aumento no percentual obrigatório da mistura de biodiesel de 10% para 12%. A decisão acarretará aumento médio de R$ 0,02 por litro, estima o Ministério de Minas e Energia.

ICMS sobre a gasolina C
Em R$ por litro*

*Entre 16 e 31 de março de 2023
Fonte: Fecombustíveis

+ Governo zera impostos federais para painéis solares até 2026

A isenção vale até 31 de dezembro de 2026. Não serão cobrados imposto de importação, IPI, PIS e Cofins. Serão beneficiadas as empresas que fazem parte do Padis (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores).

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada

Voo a R$ 200 não pode ser como meia no cinema, diz CEO da Azul

Fábio Pupo e Julianna Sofia

BRASÍLIA O presidente-executivo da Azul, John Rodgerson, afirma que o plano do governo para oferecer passagens aéreas a R$ 200 para determinados grupos pode fazer sentido desde que os demais passageiros não paguem a conta.

Ele defende, no entanto, que as tarifas aéreas consideradas elevadas atualmente sejam atacadas com um esforço mais amplo de redução de custos para as empresas —incluindo uma revisão da política de preços da Petrobras.

"Dizer que queremos uma tarifa mais baixa seria mentira", afirma à **Folha**. "Quero uma tarifa que cubra nossos custos. E, se nossos custos ficarem menores, é mais fácil ter [passagem] mais barata."

Ele diz que os valores atuais são impulsionados pelo preço do querosene de aviação e defende analisar os resultados da Petrobras para saber quem deve ser considerado culpado.

"Olhe nosso balanço e olhe o balanço da Petrobras. Quem é o vilão da história?", questiona. "Olhe no ano passado quanto eles ganharam e quanto a gente perdeu", afirma.

A Azul teve prejuízo de R$ 722 milhões em 2022, impactada pelo aumento de 112% do preço do combustível em relação a antes da Covid. Em comparação, a Petrobras teve lucro de R$ 188 bilhões —o maior na história das empresas brasileiras.

"Estou sendo cobrado porque cobro o preço da passagem. As pessoas não estão vendo que o preço do combustível dobrou para nós. Mas o custo da Petrobras dobrou? Não dobrou", afirmou.

Ele diz que a estatal aplica uma política de preços sobre sua produção nacional que inclui valores com fretes marítimos e outros itens —como se o combustível fosse todo importado. A crítica é feita também pelo novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que já afirmou em diferentes ocasiões que pretende mudar a prática.

O CEO (presidente-executivo) da Azul, John Rodgerson Pedro Ladeira/Folhapress

"Quando o preço do combustível cai, posso botar mais oferta no mercado", afirma Rodgerson. "Mas, quando o custo é muito alto, eu restrinjo a oferta para ter uma demanda mais alta e um preço acima do nosso custo", diz.

Rodgerson diz que as conversas iniciais sobre o plano de passagens a R$ 200, anunciado sem muitos detalhes pelo ministro Márcio França (Transportes) neste mês e debatido em um grupo de trabalho com representantes das empresas e do governo, fazem sentido. Mas, afirma, ainda é preciso checar se o plano é viável na prática.

"A questão é como fazer isso de maneira que não seja como a meia-entrada no cinema, com as outras pessoas pagando mais por isso", afirma. "Tem que ter certeza de que é viável e não subsidiado [pelos demais], porque [caso contrário] o público não vai gostar. Tem que ser uma coisa que funcione para todo o mundo."

Ele sugere que a proposta atenda a um conjunto de diretrizes para ir adiante. Entre elas, que seja restrita a voos de baixa temporada, para pessoas que comprem com antecedência, voltada a assentos vazios e que seja usada por passageiros que não viajariam sem o programa.

As conversas em Brasília também incluem tentar convencer o Congresso a transformar em lei o corte tributário de PIS/Cofins para o setor feito no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro (PL) por meio de uma MP (medida provisória).

Essa medida é vista por ele como mais importante do que a isenção de tributos federais sobre o querosene de aviação adotada em janeiro e que valerá por quatro meses. "Acho que o Congresso está assustado com os preços das passagens. Não estamos lucrando, estamos perdendo dinheiro."

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 92.236.777/0001-78
Avenida Juscelino Kubitscheck, 1.830 - Salas 44, 54 e 64 - 4º 5º e 6º andares - Bloco 4 - Itaim Bibi - São Paulo/SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Pine Investimentos), para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

17 de março de 2023 **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	**3.063**	**88**
Ativos Financeiros	5	**1.740**	**2.322**
Títulos e valores mobiliários		1.740	2.322
Ativos Fiscais	6	**–**	**162**
Outros Ativos		**2.586**	**2.432**
Despesas antecipadas		51	34
Diversos	7	2.535	2.398
TOTAL DO ATIVO		**7.389**	**5.004**

PASSIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Outros Passivos		**931**	**180**
Fiscais e previdenciárias	8	921	179
Diversas		10	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	**6.458**	**4.824**
Capital social		**4.765**	**4.765**
De domiciliados no país		4.765	4.765
Outros resultados abrangentes		**–**	**(57)**
Reservas de Lucros		**1.693**	**116**
TOTAL DO PASSIVO		**7.389**	**5.004**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**13.385**	**411**	**1.632**	**–**	**–**	**15.428**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(169)	(169)
Redução de capital	10.a	(10.378)	–	–	–	–	(10.378)
Aumento de capital	10.a	1.758	(308)	(1.450)	–	–	–
MTM de títulos disponíveis para venda		–	–	–	(57)	–	(57)
Absorção do prejuízo		–	–	(169)	–	169	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.765**	**103**	**13**	**(57)**	**–**	**4.824**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.765**	**103**	**13**	**(57)**	**–**	**4.824**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.577	1.577
MTM de títulos disponíveis para venda		–	–	–	57	–	57
Destinações:							
Reserva legal		–	79	–	–	(79)	–
Reserva estatutária		–	–	1.498	–	(1.498)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.765**	**182**	**1.511**	**–**	**–**	**6.458**
Saldos em 30 de junho de 2022		**4.765**	**50**	**–**	**–**	**–**	**4.815**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	1.643	1.643
Absorção do prejuízo - 1º semestre		–	53	13	–	(66)	–
Destinações:							
Reserva legal		–	79	–	–	(79)	–
Reserva estatutária		–	–	1.498	–	(1.498)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.765**	**182**	**1.511**	**–**	**–**	**6.458**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais - R$)

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		**137**	**256**	**221**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.a	137	256	221
Despesas da Intermediação Financeira		**–**	**(96)**	**–**
Operações de Captação no Mercado	11.b	–	(96)	–
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**137**	**160**	**221**
Receitas (Despesas) Operacionais		**2.596**	**2.463**	**(489)**
Receitas de prestação de serviços	11.c	3.028	3.028	–
Outras despesas administrativas	11.d	(104)	(186)	(366)
Despesas tributárias	11.e	(457)	(524)	(94)
Outras receitas operacionais	11.f	176	285	70
Outras despesas operacionais	11.g	(47)	(140)	(99)
Resultado Operacional		**2.733**	**2.623**	**(268)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**2.733**	**2.623**	**(268)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	**(1.090)**	**(1.046)**	**99**
Correntes		(843)	(843)	–
Diferidos		(247)	(247)	99
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		**1.643**	**1.577**	**(169)**
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por Cota em Número Médio Ponderado de Cotas				
Lucro líquido (Prejuízo) por cota		1,84	1,77	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de Reais - R$)

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre/exercício	**1.643**	**1.577**	**(169)**
Outros ajustes abrangentes	**–**	**57**	**(57)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	95	(95)
Imposto de renda e contribuição social	–	(38)	38
Resultado abrangente do semestre/exercício	**1.643**	**1.634**	**(226)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) (Em milhares de Reais - R$)

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado		**1.781**	**1.584**	**(333)**
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		1.643	1.577	(169)
Atualização de depósitos judiciais		(109)	(196)	(65)
Impostos diferidos	12	247	203	(99)
Variação de ativos e passivos		**1.281**	**1.391**	**10.799**
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		557	639	10.989
(Aumento) Redução de outros ativos		322	204	(79)
Aumento (Redução) de outros passivos		402	548	(111)
Caixa líquido originado/(aplicado em) proveniente das atividades operacionais		**3.062**	**2.975**	**10.466**
Atividades de Investimento		**–**	**–**	**(10.378)**
Redução de capital		–	–	(10.378)
Caixa líquido (aplicado em) atividades de investimento		**–**	**–**	**(10.378)**
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**3.062**	**2.975**	**88**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	**1**	**88**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	**3.063**	**3.063**	**88**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pine Investimentos") é uma sociedade limitada, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e organizar, administrar fundos e clubes de investimentos. As operações da Pine Investimentos são conduzidas no contexto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. Em atendimento ao CPC 24, informamos que estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Pine Investimentos em 17 de março de 2023, dentre outras providências. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Pine Investimentos são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico; Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo intangível; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 24 - Eventos subsequentes; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo imobilizado; Resolução CMN nº 4.747/19 - CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda; Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 41 - Resultado por ação; Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 46 - Mensuração do valor justo; Resolução CMN n° 4.924/21 - CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros: Instrumentos Financeiros:** Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias. Em atendimento a ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine (controlador da Pine Investimentos), de forma resumida, destaca o plano de implementação da referida resolução: Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo: i. Classificação e Mensuração; ii. Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e iii. Classificação do Hedge. O Banco Pine entende que o Plano de implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. Portanto, o Plano de implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme necessidade e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen. **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam baixo risco de mudança de valor justo, que são utilizados pela Pine Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários da Pine Investimentos são classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a DTVM não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. **d) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa n° 319/22 a partir de 1° de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma: • Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas: é determinado à probabilidade de quaisquer julgamento ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$240 (no exercício), e contribuição social 20%. A alíquota da CSLL, para distribuidoras de valores mobiliários, foi elevada de 15% para 16% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3°, inciso I-A Lei n° 7.689/88. **h) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. **i) Resultado Não Recorrente:** A Resolução BCB n° 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **j) Plano de Contas (Cosif):** A Resolução BCB n° 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Pine Investimentos efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades ([1])	3.063	88
Total	**3.063**	**88**

([1]) Refere-se a disponibilidades em conta corrente no Banco Pine S.A. (controlador).

5. ATIVOS FINANCEIROS:

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2022 Valor de Mercado/Contábil De 1 a 3 anos	31/12/2022 Valor de Mercado/Contábil Total	31/12/2022 Total Valor de Curva	31/12/2022 Total Marcação a mercado	31/12/2021 Total	31/12/2021 Total Valor de Curva	31/12/2021 Total Marcação a mercado
Títulos disponíveis para a venda ([1])							
Carteira própria							
LTN - Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	2.322	2.417	(95)
Total de títulos disponíveis para a venda	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.322**	**2.417**	**(95)**
Títulos para negociação							
Carteira própria							
CDB - certificados de depósitos bancários [2]	1.740	1.740	1.740	–	–	–	–
Total de títulos para negociação	**1.740**	**1.740**	**1.740**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total de títulos	**1.740**	**1.740**	**1.740**	**–**	**2.322**	**2.417**	**(95)**

[1] Os títulos classificados na categoria "disponível para a venda" estão demonstrados pelo prazo do papel.
[2] Refere-se a CDB - certificados de depósitos bancários investidos no Banco Pine S.A. (Controlador).

6. ATIVOS FISCAIS: a) Créditos Tributários: Com base na Resolução n° CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2022 Total	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2021 Total
Prejuízo fiscal/base negativa	–	–	–	78	46	124
MTM de títulos disponíveis para a venda	–	–	–	24	14	38
Total	**–**	**–**	**–**	**102**	**60**	**162**

b) Obrigações Fiscais Diferidas:

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2022 Total	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2021 Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	160	96	256	111	67	178
Total	**160**	**96**	**256**	**111**	**67**	**178**

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	**162**	**–**
Constituição	1.886	1.386
Reversão	(2.048)	(1.224)
Saldo Final	**–**	**162**

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	**178**	**152**
Constituição	2.614	1.952
Reversão	(2.536)	(1.926)
Saldo Final	**256**	**178**

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2022 Total	31/12/2022 Valor Presente	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2021 Total	31/12/2021 Valor Presente
Até 1 ano	–	–	–	–	30	18	48	45
De 1 a 2 anos	–	–	–	–	1	1	2	2
De 2 a 3 anos	–	–	–	–	27	16	43	33
De 3 a 4 anos	–	–	–	–	26	16	42	31
De 4 a 5 anos	–	–	–	–	17	10	27	19
Total	**–**	**–**	**–**	**–**	**101**	**61**	**162**	**130**

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2022 Total	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2021 Total
De 8 a 10 anos	160	96	256	111	67	178
Total	**160**	**96**	**256**	**111**	**67**	**178**

7. OUTROS ATIVOS - Diversos:

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por depósito em garantia ([1])	2.504	2.308
Impostos e contribuições a compensar	1	45
Outros	30	45
Total	**2.535**	**2.398**

([1]) Em 31 de dezembro de 2022 é representado, principalmente, por R$2.172 (R$1.995 em 31 de dezembro de 2021) referente a depósito judicial para execução fiscal.

8. OUTROS PASSIVOS - Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Impostos e contribuições sobre o lucro	664	–
Provisão para IR e CS diferidos	256	178
Total	**921**	**179**

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS: a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem ativos contingentes. **b) Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:** A Pine Investimentos obteve decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3°, §1° da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores. Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pela Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2022 os depósitos judiciais referentes à COFINS representavam R$2.172 (R$ 1.995 em 31 de dezembro de 2021). Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$331 (R$313 em 31 de dezembro de 2021). **c) Movimentação das provisões passivas:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem obrigações ou processos classificados em perdas prováveis ou possíveis que requerem, respectivamente, provisão ou divulgação nas movimentações das provisões passivas. **10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social está representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R$5,34 cada uma (892.300 cotas a R$5,34 cada cota em 31 de dezembro de 2021). Em 29 de setembro de 2021 foi autorizada pelo Banco Central a redução de capital de R$10.378 onde o Capital Social passou a ser R$3.007, dividido em 892.300 quotas de R$3,37. Em 10 de novembro de 2021 foi autorizado pelo Banco Central o aumento do capital de R$1.758 sendo, R$ 1.450 de reserva estatutária e R$ 308 de reserva legal, passando a ser R$4.765 representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R$5,34 cada uma. **b) Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros da Pine Investimentos é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Pine Investimentos, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A Pine Investimentos não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a Pine Investimentos deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Pine Investimentos. Ademais, a Pine Investimentos poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Pine Investimentos. O saldo de reserva estatutária excedente ao referido limite estabelecido no Contrato Social da Pine Investimentos será submetido a deliberação dos cotistas em reunião de sócios.

11. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO:
a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de operações com títulos de renda fixa	253	256	382
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(116)	–	(161)
Total	**137**	**256**	**221**

b) Operações de Captação no Mercado:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de operações com títulos de renda fixa	–	96	–
Total	**–**	**96**	**–**

c) Receitas de prestação de serviços:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de intermediação	3.028	3.028	–
Total	**3.028**	**3.028**	**–**

[1] Refere-se à comissão de intermediação na emissão de certificados de recebíveis imobiliários, realizada em 18 de outubro de 2022.

d) Outras Despesas Administrativas:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com serviços técnicos especializados	53	80	127
Despesas com serviços do sistema financeiro	1	2	2
Rateio de despesas administrativas [1]	21	24	6
Despesas de publicações	–	15	28
Outras despesas administrativas [2]	29	65	203
Total	**104**	**186**	**366**

[1] Refere-se ao rateio das despesas incorridas individualmente para a manutenção da Estrutura de Gerenciamento junto a controladora. [2] Em 31 de dezembro de 2022, refere-se, principalmente, a despesa com seguros. Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, principalmente, a despesas com sentenças judiciais tributárias.

e) Despesas Tributárias:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	127	131	15
PIS	20	21	2
ISS	151	151	–
Outros [1]	159	221	77
Total	**457**	**524**	**94**

[1] Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é representado, principalmente, por tributos federais de processo de desmutualização.

f) Outras Receitas Operacionais:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária ativa - depósitos judiciais	109	196	65
Outras receitas operacionais	67	89	5
Total	**176**	**285**	**70**

g) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com processos de desmutualização	(38)	51	94
Taxas CVM	85	89	5
Total	**47**	**140**	**99**

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), deduzido as participações no resultado	2.733	2.623	(268)
Alíquota vigente	41%	41%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.119)	(1.075)	107
Outros ajustes	29	29	(8)
Imposto de renda e contribuição social	**(1.090)**	**(1.046)**	**99**
Sendo:			
Impostos correntes	(843)	(843)	–
Impostos diferidos	(247)	(203)	99
Despesa contabilizada	**(1.090)**	**(1.046)**	**99**

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

	Ativos (Passivos) 31/12/2022	Ativos (Passivos) 31/12/2021	Receitas (Despesas) 31/12/2022	Receitas (Despesas) 31/12/2021
Disponibilidades	**3.063**	**88**	**–**	**–**
Banco Pine S.A.	3.063	88	–	–
Ativos Financeiros	**1.740**	**–**	**253**	**36**
Banco Pine S.A.	1.740	–	253	36
Outros Passivos	**(10)**	**–**	**(24)**	**(6)**
Banco Pine S.A.	(10)	–	(24)	(6)

14. GESTÃO DE RISCOS: a) Introdução e visão geral: A Pine Investimentos está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A estrutura de gerenciamento de riscos da Pine Investimentos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos para o Conglomerado Pine. O objetivo do controle centralizado é prover aos Executivos uma visão global das exposições do Conglomerado Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. No processo de governança de riscos e capital, o Conglomerado Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital. **15. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Pine Investimentos não realizou operações com Instrumentos Financeiros Derivativos. **b) Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Pine Investimentos não possuía resultados não recorrentes. **c) Outros Assuntos:** O cenário de pandemia causado pelo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que a Pine Investimentos colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontradas no relatório gerencial do Consolidado do Banco Pine, disponível no site de Relações com Investidores: www.ri.pine.com.

A DIRETORIA

CONTADOR

Johnata Alex Sandro Troquetti - CRC SP 305295/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas **Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 064/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE ARTEFATOS DE CONCRETO, ANEL, CONE E GUIAS, NECESSÁRIOS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL. ENCERRAMENTO/ ABERTURA: 14/04/2023 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 29 de março de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -

A Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE OSASCO – APOS inscrita no CNPJ sob nº 57.383.796/0001-26, convoca, sob a forma do art. 74, III e art. 77, do Estatuto vigente, todos os associados para Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 04 de abril de 2023, às 19h em primeira convocação e às 19h30min em segunda convocação com os associados presentes, sob a forma de seu Estatuto social, na sede da entidade, na Rua Alfredo Sturlini, 10, Vila Bussocaba, Osasco – SP, CEP: 06018-050, para deliberar sobre autorização para aquisição de imóvel próprio, autorização para pagamentos dos encargos, emolumentos e obrigações tributárias, bem como, para aprovar reforma e adequação do imóvel para instalação da sede da associação. Osasco, 30 de março de 2023. LUCIANA CAMPOS BESSA – Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo FUNDCASASP-PRC-2023/00490 - Código Único 2023021685-1 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRMC nº 013/2023, Oferta de Compra - OC nº 171313170482023OC00018, referente à prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial para a Divisão Regional Metropolitana Campinas-DRMC e para os Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente-CASA Campinas, CASA Maestro Carlos Gomes, CASA Jequitibá e CASA Rio Amazonas, subordinados à DRMC, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 13/04/2023 às 09:00h. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 31/03/2023 o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso no sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imesp.com.br - negociospublicos.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA GRÁFICA, DA COMUNICAÇÃO GRÁFICA E DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL CONVOCATÓRIO DO PLEITO ELEITORAL

Em obediência ao disposto no CAPÍTULO VIII do Regulamento Eleitoral, SEÇÃO I - DA CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES, de conformidade com os Artigos 86, 87, Letras "a", "b", "c", e 88, Parágrafo Único, e da SEÇÃO II - DO REGISTRO DE CHAPAS, Artigos 89, 90, Letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", Parágrafo Único, 91, 92, 93, 94 e 95 do Estatuto Social da entidade, faço saber a todos os Sindicatos Gráficos Filiados que esta Federação realizará Eleições Sindicais para Renovação da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados de Representação Confederativa, e respectivos Suplentes para o **Quadriênio de 18 de Junho de 2023 a 17 de Junho de 2027** no dia **03 de Maio de 2023**, no horário das **08:00 às 14:00** horas, através de uma Mesa Coletora de Votos a ser instalada na Sede Social da entidade, sita à Rua Barão de Itapetininga, nº 255, 13º andar, Conjunto 1313, República, na cidade de São Paulo. O prazo para Registro de Chapas será de **15 (quinze)** dias contados desta publicação. Nesse prazo, a Secretaria funcionará das **08:00 às 12:00** e das **13:00 às 16:00** horas para o atendimento aos interessados. Caso não seja obtido o quórum em primeira convocação a eleição será realizada em segunda e última convocação no dia **18 de Maio de 2023**, no mesmo local e horário da primeira.

São Paulo, 30 de Março de 2023
LEONARDO DEL ROY - Presidente da entidade e do Pleito Eleitoral

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 012/2023 – MENOR PREÇO

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 012/2023, cujo objeto é a revitalização do calçamento e implantação de ciclovia no Parque dos Lagos, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 03 de maio de 2023 às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 30 de março de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: geovani.luz@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 29 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023 – COM ITEM COTA PRINCIPAL E COM ITEM COTA RESERVADA PARA ME/EPP

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023, cujo objeto é o fornecimento de cestas básicas, conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 18 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br a partir do dia 31 de março de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: carla_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 29 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão acima mencionado tendo como objeto a "Prestação de Serviços de Castração de Cães e Gatos", foi adjudicado no dia 23 e homologado no dia 29 de março de 2023, em favor da licitante a seguir com seus respectivos itens, valores unitários e totais: MEDI-VET VETERINARIA LTDA – CNPJ: 47.081.754/0001-87 – Item 1: CASTRAÇÃO DE GATOS FÊMEAS - TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃO FELINO FÊMEA-OVÁRIOSALPINGO-HISTERECTOMIA) – Quantidade: 80 Unid – Valor Unitário R$ 130,00; total: R$ 10.400,00; – Item 2, CASTRAÇÃO DE GATOS MACHOS - TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃOFELINO MACHO-ORQUIECTOMIA - Quantidade: 30 Unid – Valor Unitário R$ 110,00, total: R$ 3.300,00 – Item 3, CASTRAÇÃO CÃES FÊMEAS - MENOS DE 30KG - TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃO CANINO FÊMEA-OVÁRIOSALPINGOHISTERECTOMIA) - Quantidade: 150 Unid– Valor Unitário R$ 189,90, total: R$ 28.485,00 – Item 4, CASTRAÇÃO CÃES FÊMEAS - MAIS DE 30KG – TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃO CANINO FÊMEA - OVÁRIOSALPINGOHISTERECTOMIA) - Quantidade: 40 Unid – Valor Unitário R$ 194,00, total: R$ 7.760,00 – Item 5, CASTRAÇÃO CÃES MACHOS - MENOS DE 30KG – TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃO CANINO MACHO-ORQUIECTOMIA) - Quantidade: 60 Unid – Valor Unitário R$ 166,50, total: R$ 9.990,00 – Item 6, CASTRAÇÃO CÃES MACHOS - MAIS DE 30KG – TRANS OPERATÓRIO (PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ESTERILIZAÇÃO CANINO MACHO-ORQUIECTOMIA) - Quantidade: 20 Unid, – Valor Unitário R$ 211,33, total: R$ 4.226,60, perfazendo o valor global de R$ 64.161,60.

Aline Fernanda Arruda Leite Coutinho – Pregoeira.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2023

Despacho do Prefeito, de 21/11/2022, ratificando, com fulcro no art. 26 da Lei federal n. 8.666/93, com suas alterações, para que produza os devidos efeitos legais, o ato que reconheceu a dispensa de licitação visando à contratação da empresa: ADRIANO ROBERTO APARECIDO LOPES, CNPJ n.22.753.153/0001-42, estabelecida a Rua: Siqueira Resende n°93, na cidade de Ibirarema, Estado de São Paulo, CEP:19940-000. **OBJETO:** O Registro de Preços para contratação de Empresa Especializada na Locação de PAINÉIS DE LED para diversos eventos dos Municípios consorciados. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação n°10/2023- Proc-36/2023. **VALOR TOTAL:** R$ 34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Prefeitura Municipal de Óleo, 29 de março de 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, Ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e HOMOLOGO o(a) presente **PREGÃO ELETRONICO n°6/2023**, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores: SHM CONSULTORIA, GESTAO E SERVICOS EM SAUDE LTDA., com o valor de R$ 60.480,00 (Sessenta mil e quatrocentos e oitenta reais) - Item: 1. **CUESTA DIAGNOSTICO E IMAGEM LTDA**, com o valor de R$ 67.800,00 (sessenta e sete mil , oitocentos reais) - Item: 4.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, 29 DE MARÇO DE 2023.
JORDÃO ANTONIO VIDOTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO DO 2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 - PROCESSO: 004/2023
OCC Nº 841200801002023OC00002

A Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, comunica que fica RETIFICADO o item 025 constante do ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023. Fica suspensa a data da sessão pública designada para o dia 31 de Março de 2.023 às 9:00 horas, sendo PRORROGADO o prazo de entrega e abertura dos envelopes propostas e início da sessão para o dia 13 de Abril de 2.023 às 9:00 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP. As alterações ficarão disponíveis no site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Jornal de Grande Circulação (Folha de São Paulo) e Diário do Município. Os demais itens publicados ficam inalterados. Laranjal Paulista, 29 de Março de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO N. 13/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. CONTRATADA: **KOLUNNA SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/CPF, sob nº 37.895.665/0001-10, com sede na Rua: João Carneiro Geraldes, nº 157, Cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, CEP: 18683-550. OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de empresa especializada em segurança, com Certificado de Segurança na Polícia Federal e autorização de Funcionamento do Ministério da Justiça, visando garantir a realização dos diversos eventos e outras demandas do Município, com previsão de consumo em até 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial n°03/2023- Proc. 30/2023. **VALOR:** R$ 45.750,00 (Quarenta e cinco reais e Setecentos e cinquenta reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 29 de março de 2023.

ÓLEO, 29 DE MARÇO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2023, do tipo menor preço, destinado à aquisição de PAPEL SULFITE... OC Nº: 092201090562023OC00192; Nº 163/2023, HEPARINA SODICA INJETAVEL... OC Nº: 092201090562023OC00193 e Nº 164/2023, SERINGA DESCARTAVEL 20 ML... OC Nº: 092201090562023OC00194. A realização da Sessão será no dia 13/04/2023, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 31/03/2023. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo RSE00313/23 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico nº DRS 005/2023, OC nº 171311170482023OC00005 para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado para atendimento aos CASAs Rio Novo, Três Rios, Bauru e Semiliberdade Bauru, vinculados à DIVISÃO REGIONAL SUDOESTE, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 13/04/2023 às 09h30. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 31/03/2023, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também encontra-se disponível no endereço eletrônico www.imesp.com.br - negociospublicos.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023
PROCESSO Nº 2278-1/2023

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaboticabal-SP, informa que com referência à **Chamada Pública nº 01/2023**, que trata da aquisição de gêneros hortifrutigranjeiros provenientes da Agricultura Familiar a serem fornecidos para alimentação escolar, conforme Resolução Federal nº 06 de 08/05/2020 do FNDE, Lei 11.947 e sua forma atualizada, bem como demais legislações aplicáveis à espécie - os itens constantes do objeto do presente certame foram **ADJUDICADOS**, na ordem de proponente, itens e valor global, conforme segue: **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CORREGO RICO – A TERRA RICA**, os itens 2, 3(parcial), 6, 7, 9, 11, 13, 15 e 22, no valor total de R$146.573,00(cento e quarenta e seis mil quinhentos e setenta e três reais); **ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MONTE ALTO (AAFMA)**, os itens 4(parcial), 8(parcial), 12, 17 e 23, no valor total de R$108.325,00 (cento e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais); **ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA ALTA MOGIANA – NUTRICAMPO**, os itens 1(parcial), 3, 4(parcial), 5(parcial) e 24(parcial), no valor total de R$107.550,00 (cento e sete mil, quinhentos e cinquenta reais); **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO SAPUCAÍ**, os itens 1(parcial), 4(parcial), 5(parcial), 8, 10, 14, 18, 19, 20, 21, 23(parcial) e 25, no valor total de **R$282.222,00 (duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e dois reais). O item 16 restou DESERTO**.

Jaboticabal-SP, 28 de março de 2023
Rafael Fernandes Modesto Homem

UGA-I-HOSPITAL HELIÓPOLIS

AVISO

Encontra-se aberto à partir de 30/03/2023 no **Hospital Heliópolis**, sito à Rua Cônego Xavier, 276 – Cidade Nova Heliópolis – São Paulo/SP - Sala 09 – Térreo - Telefone: 11-2067-0602, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2023 - Processo SES-PRC-2021/45558** - Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos de Anestesiologia. Encerramento: 13/04/2023 às 09:00 horas. Início para recebimento das propostas: 31/03/2023. Site: www.bec.sp.gov.br - 090160000122023OC00060 - Vistoria agendada pelo telefone: 11 - 2067-0536 –Diretoria da Divisão Médica ou email: ddmedica.hh@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2023 - PROCESSO Nº 26/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, através de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 8.666/1993, toma público para conhecimento dos interessados, a **REVOGAÇÃO** da licitação, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para construção de galpão de estrutura metálica, na Chácara Municipal, para abrigar a frota da Patrulha Agrícola, conforme especificações dos projetos, memorial descritivo, cronograma e termo de referência.** INFORMAÇÕES: Setor de Licitações - Telefone: (14) 3308-9303 - Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br.

Fartura, 29 de março de 2023.
LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, Ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e HOMOLOGO o(a) presente PREGÃO ELETRÔNICO, n° 08/2023, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores: - J.C. CORREA ALVES & CIA. LTDA—EPP, com valor de R$ 7.842,00 (Sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais) – Item: 2, 3, 4 -TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAMENTAS LTDA, com o valor de R$ 10.530,00 (Dez mil, quinhentos e trinta reais) - Item: 1. **Valor Total da Licitação:** 18.372,00 (Dezoito mil, trezentos e setenta e dois reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, 29 de março de 2023.
JORDÃO ANTONIO VIDOTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de aditivo de Contrato - Contrato N. 026/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. CONTRATADA: **AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA**, com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de Óleo-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. **OBJETO:** Aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL:** PREGÃO, N° 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93. **VALOR ADITADO :** R$ 363.300,00 (Trezentos e Sessenta e Três mil e Trezentos reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02 de maio de 2022.

Óleo, 29 de março de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Tomada de Preços nº 03/2023
RETIFICAÇÃO

OBJETO: REBAIXAMENTO DO LEITO CARROÇÁVEL E CONSEQUENTE DIMINUIÇÃO DA FUNDAÇÃO ORIGINAL DA ESTRUTURA, PONTILHÃO DA VIA FÉRREA – RODOVIA SANCHEZ POSTIGO. ENCERRAMENTO: 14/04/2023, às 08h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/04/2023, às 08h40min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 29 de março de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos trabalhadores da empresa **M&E CONSULTORIA, ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.** (CNPJ: 08.152.526/0001-07), a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no próximo dia **05 de Abril de 2023**, às **09h**, em convocação única, a assembleia será na sede do Sindicato, na Rua Thomaz Gonzaga, 50 - Liberdade - São Paulo - Capital, para deliberar sobre a seguinte **" ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, Discussão e Votação da Proposta Final apresentada pela empresa, para a celebração do 1º Acordo Coletivo de Trabalho/2023; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **São Paulo, 29 de Março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE SÃO PAULO, CNPJ 62.426.580/0001-30 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ITINERANTE, EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Pelo presente Edital, ficam convocados os associados e demais integrantes da categoria Ferroviária, que prestam serviços na MRS Logística S/A, lotados na base territorial deste Sindicato, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária Itinerante, que será realizada nos dias **05 e 06/04/2023**, em primeira convocação às 06:00 horas e, não havendo quórum legal, proceder-se-á, em segunda convocação, no mesmo dia, às 07:00 horas, com qualquer número de empregados presentes, nos seguintes locais de trabalho: 1. Estação de Jundiaí; 2. Oficina de locomotivas de Jundiaí; 3. Estação de Ipiranga; 4. Via Permanente de Rio Grande da Serra; 5. Estação de Campo Grande; 6. Escala de maquinistas de Paranapiacaba; 7. Oficina de locomotivas de Raiz da Serra; 8. Estação de Piaçaguera e 9. Estação de Santos, estando a presente Assembleia aberta até as 18:00 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: 1º) Análise da proposta final para o Acordo Coletivo de Participação nos Resultados - 2023, oferecida pela MRS Logística.

São Paulo, 30 de março de 2023. **Eluiz Alves de Matos** - Presidente

CENTRO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CEPEUSP

ABERTURA DE LICITAÇÃO
Processo: 2023.1.00067.63.0

Acha-se aberta no Centro de Práticas Esportivas da USP, a Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o número **01/2023**, que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALAFETAÇÃO E VEDAÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DO CEPEUSP, conforme Memorial Descritivo, constante no edital citado acima e seus anexos.** A apresentação dos envelopes **01 e 02** deverão ser no dia **18/04/2023 às 10h00 na Seção de Protocolo, Sala 2 do Velódromo** - localizado nas dependências do CEPEUSP, no endereço: Praça 2 - Professor Rubião Meira, 61, Cidade Universitária - São Paulo - Capital - CEP 05508-110. **A abertura se dará às 10h10 na Sala 22 do Velódromo no mesmo endereço acima citado.** O edital completo e seus anexos estarão à disposição do interessado a partir do dia **30/03/2023**, mediante simples requerimento eletrônico para: **licitacoes-cepe@usp.br**. Nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, o Edital estará à disposição para consulta e retirada no site: http://www.e-negociospublicos.com.br.

Cosan S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

O Conselho de Administração da **COSAN S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.177.045, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 50.746.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 19836 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 9 horas, de forma digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovação da proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; **(iii)** Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração; **(v)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(vii)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(x)** Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício social de 2023. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alteração do parágrafo 2º, artigo 1º, e do parágrafo 2º, artigo 14, ambos do Estatuto Social da Companhia, para incluir ajustes de *compliance* e governança. **(ii)** Aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, alterando consequentemente o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Alteração do parágrafo único, artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, para excluir a excepcionalidade da participação dos membros do Conselho de Administração por conferência telefônica ou vídeoconferência; **(iv)** Alteração do inciso (xxxv), artigo 21, e do parágrafo 1º, artigo 24, ambos do Estatuto Social da Companhia, para atribuir à diretoria a responsabilidade pela aprovação das políticas administrativas; **(v)** Alteração do *caput* do artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, para adequar a redação dada pela Lei 14.195/21, que alterou o artigo 146 da Lei das S.A.; e **(vi)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral. Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5°, § 3°, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota: A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 27 de abril de 2023. Por meio da Plataforma Digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, conforme abaixo indicado, com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023 (inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio de e-mail. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, nos termos abaixo indicado. Conforme dispõe o artigo 28, parágrafo 1°, da RCVM 81/22, o sistema eletrônico assegurará o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(ii)** comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia; **(iii)** procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil), em caso de participação por meio de representante; e/ou **(iv)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar a solicitação de Cadastro com seus dados no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado na solicitação de Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Ainda, o representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, nos termos do item (iii) acima. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação, bem como deverá indicar a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados por pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (a) procurador que seja acionista ou administrador da Companhia; (b) advogado; ou (c) instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia não exigirá: (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital, que serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Na hipótese de o acionista **não** receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com, para que seja prestado o suporte necessário. Os acionistas que forem habilitados no Cadastro e obtiverem senha para participação na Assembleia Geral deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia Geral, não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (ii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral, sendo a Assembleia Geral restritas aos acionistas participantes. Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral com antecedência de 20 (vinte) minutos para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail acima reportando a questão. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com. A participação por meio da Plataforma Digital será mediante áudio, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras desligadas durante o curso da Assembleia Geral. A autenticidade das comunicações será verificada mediante a senha de acesso. Eventuais manifestações de voto na Assembleia Geral deverão ser feitas exclusivamente por meio da Plataforma Digital, conforme instruções a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia Geral. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia Geral, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia Geral, sem a possibilidade de manifestação. Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma abaixo, mas ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas acima. Em decorrência da Assembleia Geral ser realizada exclusivamente de forma digital, a Plataforma Digital registrará a presença dos acionistas, que serão posteriormente lavradas no "Livro de Presença", e, após serem certificados pelos membros da mesa, será considerada a assinatura dos acionistas presentes, seja por participação remota ou por Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81/22. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Participação na Assembleia Geral Via Boletim de Voto a Distância: Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia Geral mediante o preenchimento e a entrega do respectivo Boletim de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia pela Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Proposta da Administração para Assembleia Geral ("Proposta"). Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma descrita na Proposta, mas, ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas para a participação via sistema de participação remota. Requisição de Adoção de Voto Múltiplo: O percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% do capital social, devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de março de 2023
Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Pregão (Presencial) nº 030/2023. Edital nº 035/2023. Processo nº 043/2023. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMITAL. Abertura: 25/04/2023 às 15:30h. O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br. Ptal, 29 de março de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023
PROCESSO Nº 23621/2022
COMUNICADO DE SUSPENSÃO E REABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADA E SERRADA EM PRANCHÃO E EM TORAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COMUNICAMOS, pelo presente, a **SUSPENSÃO** do Pregão em epígrafe por necessidade de revisão do edital. Tendo em vista a suspensão, a **REABERTURA** do mesmo dar-se-á com o protocolo dos envelopes sendo realizado, impreterivelmente, até **às 09h00** do dia **13/04/2023**. São Carlos, 29 de março de 2023 **Fernando Campos** - *Membro*

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Avisos de Licitações:

Pregão Presencial nº 20/23 Processo nº 9573/23 Objeto: Aquisição de sistema para gestão de políticas sociais desenvolvido e voltado para área de Assistência Social - Disputa dia 20/04/23 às 09:00 horas.

Pregão Presencial nº 21/23 Processo nº 745/23 Objeto: contratação de empresa para tratar dados visando desenvolvimento e fornecimento de instrumentos físicos de monitoramento de condicionalidade dos beneficiários de programas sociais e executar supervisão técnica para aperfeiçoamento das ações do órgão gestor municipal de assistência social - Disputa dia 20/04/23 às 14:00 horas.

Pregão Eletrônico nº 14/23 Processo nº 8034/23 Objeto: R.P.para aquisição de tubo PEAD - Disputa dia 19/04/23 às 10:00 horas.

Leilão nº 01/23 Processo nº 72519/22 Objeto: Leilão por meio eletrônico para alienação de imóveis, cuja venda foi autorizada pelas leis municipais nºs. 3.722/21, 3.723/21, e 3.724/21, localizados na Rua Maria Helena, 55 - Vila Silvania, Rua Osvaldo Mazzoneti, 22 - Parque Jandaia e Rua Marte, 143 - Jardim Novo Horizonte, demais descrições estão definidas no edital. Data da realização: Dia 25/04/23, às 10:00 horas.

Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 29 de março de 2023
Marco Aurélio dos Santos Neves
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 26/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 217/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023 – S.R.P. Nº. 11/2023 - EDITAL Nº. 26/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TONERS ORIGINAIS OU COMPATÍVEIS, NOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 18 de abril de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 29 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 27/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023 – S.R.P. Nº. 12/2023 - EDITAL Nº. 27/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE CASTRAÇÃO EM CÃES (MACHOS E FÊMEAS) E GATOS (MACHOS E FÊMEAS), COM TRATAMENTO PÓS-OPERATÓRIO E IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIP, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 19 de abril de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 29 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – Online

1º Leilão: 12/04/2023 às 15h00
2º Leilão: 27/04/2023 às 15h00

Credora Fiduciária: RIO DAS FLORES DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Fiduciante: TIAGO AURELIO BASSI

LOTE 01 - ITATIBA/SP

Lote nº 8 da Quadra 03 do Loteamento denominado Residencial Rio das Flores, localizado na Rodovia Romildo Prado, Km 13,5, Bairro da Tapera Grande, inserido na Macrozona Urbana do município e comarca de Itatiba, na Zona Predominantemente Residencial, com a seguinte descrição perimétrica: tem início na intersecção do Lote 9 da Quadra 03 e Rua 1, deste ponto segue em curva (raio: 241,00m e ângulo central: 11°26'22") fazendo frente para a Rua 1 medindo 14,29m; do lado esquerdo de quem olha da mencionada rua para o terreno deflete à direita e segue em linha reta por 31,46m confrontando com o Lote 7 da Quadra 03; deflete à direita e segue em curva (raio: 214,50m) por 2,91m confrontando com o Lote 13 da Quadra 03 e segue em curva (raio: 214,50m) por 09,53m confrontando com o Lote 12 da Quadra 03 totalizando 12,44m de fundo; deflete à direita e segue em linha reta por 31,49m confrontando com o Lote 9 da Quadra 03 onde encontra o ponto de partida. Totaliza uma área de 420,68m². Incluí em seu interior a Viela Sanitária com a seguinte descrição: Localizada na lateral lote 8. A considerar que o observador situa-se sobre a viela sanitária e olha em direção à Rua 1. Medindo na lateral direita em linha reta 31,47m de comprimento confrontando com o lote 7. Medindo na linha reta 31,46m de comprimento na lateral esquerda, confrontando com o próprio lote. Medindo em curva 1,50m de comprimento na frente, confrontando com a Rua 1. Totalizando uma área de 47,20m. A viela sanitária possui uma largura de 1,50m. **Av. 02/056994** - Consta contrato padrão com condições a serem observadas quanto ao aproveitamento do terreno, no tocante as edificações e suas características e demais condições relativas ao empreendimento. **Imóvel objeto da matrícula nº 56.994 do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba/SP. Observação: Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97.**

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 466.218,80 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 350.234,78

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeiro Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 26 de abril de 2023, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I.** Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **II.** Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral via sistema eletrônico: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/#/?id=4E01EC0872DE, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio da página de cadastro acessível através do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato, que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Resolução CVM 81, conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância deverão enviar as instruções de voto: (a) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhado dos documentos indicados no item (a) e, conforme o caso, (b) e/ou (c) acima; (b) por meio de seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Para o Boletim de Voto à Distância produzir efeitos, o dia 19 de abril de 2023,ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto a Distância for recebido após o dia 19 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim de Voto à Distância e ainda, orientações sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

cogna EDUCAÇÃO – COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (*Performance Shares*). Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo artigo 28, §3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM 81. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. Participação por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=53F26DFA4A44, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5º, § 1º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM 81. Participação Por Meio do Boletim de Voto à Distância: O acionista que desejar poderá, a partir desta data, exercer o seu direito de voto em relação às matérias da Assembleia por meio do boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81, a ser enviado conforme orientações do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, por meio de uma das seguintes três opções de entrega: • Para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; • Para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e • Diretamente à Companhia, aos cuidados do departamento jurídico. Nos termos da Resolução CVM 81, o boletim de voto a distância deve ser recebido até 7 dias antes da data da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023, inclusive, devendo o acionista (i) enviá-lo diretamente à Companhia, conforme as instruções abaixo; ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador, observadas as regras e prazos por esses determinados. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos e prazos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, bem como o escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos Rua Cláudio Manoel, nº 36, 13º andar, sala 1, bairro Funcionários, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados da Diretoria Jurídica, Sr. Leonardo Augusto Leão Lara (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos indicados no quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital". Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias a contar do recebimento, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos conforme o quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital", e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230332

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230332 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses Próteses e Materiais Auxiliares de locomoção (Cadeiras de rodas), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3322023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230004

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230004, de interesse da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material de construção civil, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1842023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

cogna EDUCAÇÃO – COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia nos termos da Resolução CVM nº 81/22, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023; (iv) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; e (v) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração. Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo Artigo 28, §3º da Resolução CVM nº 81/22, **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital,** podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e descritas no Manual de Participação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao art. 133 da Lei das S.A., bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Participação Por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=6AB185AD7157, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5º, §1º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM nº 81/22. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia estão descritas no Manual de Participação na Assembleia. Participação por meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao agente escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual de Participação na Assembleia e do Boletim de Voto a Distância.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" e "Acionistas", respectivamente) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital no dia 27 de abril de 2023, às 11h**, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) artigo 4º, *caput* para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, devido a aumento de capital aprovado em reunião do Conselho de Administração; (b) inclusão do parágrafo 2º no artigo 15 para inclusão de regra de desempate nas reuniões do Conselho da Administração; (c) artigo 17, alíneas "p" e "r" para alterar valores de alçada de determinadas competências do Conselho de Administração, e inclusão das novas alíneas "s" e "t" para incluir como competências do Conselho da Administração, a aquisição de participação em outras sociedades e a prestação de garantias em favor de terceiros, respectivamente; (d) artigo 22, para inclusão do cargo de "Vice-Presidente" para as Diretorias Comercial e de Operações; (e) artigos 29 e 30, para exclusão de determinadas competências do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, respectivamente, assim como ajustes que derivem exclusivamente de tais alterações; **II.** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas no item I acima, caso aprovadas; e **III.** Deliberar sobre a rerratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **II.** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **III.** Em relação à eleição do Conselho de Administração da Companhia: **(a)** determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato; **(b)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(c)** deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e **(d)** eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia. **IV.** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.ri.assai.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o *website* da Companhia, no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=F77CA9DEFDD7, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023. Tal solicitação deverá ser acompanhada dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** Após a análise dos documentos pela Companhia, o Acionista receberá um *e-mail* no endereço utilizado para o cadastro com a confirmação da aprovação ou rejeição justificada do cadastro realizado e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. As orientações sobre acesso à Plataforma Digital e lembretes sobre as regras de conduta a serem adotadas na Assembleia serão enviadas oportunamente para cada Acionista ou procurador juntamente com a confirmação de cadastrado individual para acesso à Plataforma Digital. Participação na Assembleia por meio de boletim de voto a distância ("BVD"): Nos termos da Resolução CVM 81 e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto, por meio do BVD, deverão enviar instruções de votos a distância: (a) diretamente à Companhia, preferencialmente pelo *e-mail* adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento, ou por correspondência, para o escritório da Companhia na Avenida Aricanduva, 5.555 - Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar - Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, acompanhadas dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação; ou (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço) ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Em todos os casos, para o BVD produzir efeitos, o dia 20 de abril de 2023 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o BVD for recebido após o dia 20 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia esclarece que, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso o Acionista ou seu procurador devidamente constituído participe da Assembleia através da Plataforma Digital, poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD serão desconsideradas. Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.. Informações detalhadas sobre a participação do Acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do BVD e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. **Jean-Charles Henri Naouri -** Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230055

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230055, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 552023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230057

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230057, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 572023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

CSN MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144 - *Companhia Aberta*

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da CSN Mineração S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3ª da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar como login o seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto A Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia , suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csnmineracao.com.br. Congonhas, 28 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração.

Auren Energia S.A.

CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

A **Auren Energia S.A.** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 2022 ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: i. Em Assembleia Geral Extraordinária: a. a alteração dos parágrafos 2º e 3º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto nos referidos dispositivos; b. a consolidação do estatuto social da Companhia; c. a eleição de membro do conselho de administração da Companhia; d. a caracterização como conselheiro independente do membro eleito do conselho de administração; e. o Plano de Outorga de Ações Restritas; ii. Em Assembleia Geral Ordinária: f. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; g. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; h. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e i. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria para o exercício social de 2023. Para participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá realizar seu cadastro na plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), conforme link disponível no Manual e Proposta da Administração ("Manual e Proposta") e realizar o *upload* dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo descritos, até **26 de abril de 2023** ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia. Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para Cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro realizado na Plataforma Digital, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e a liberação para acesso à Plataforma Digital, desde que o acionista tenha realizado o Cadastro e envio da documentação em prazo adequado para tanto. Nos termos da RCVM 81, caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia **26 de abril de 2023,** não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@aurenenergia.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. As informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual e Proposta. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Informações e orientações adicionais acerca dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e manifestação do acionista por meio da Plataforma Digital, encontram-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, mediante *upload* na Plataforma Digital: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Proc. CVM RJ2014/3578, j. 4.11.2014). O procurador ou representante que, porventura, represente mais de um acionista, somente poderá votar na Assembleia em nome dos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensados para os documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a sua tradução livre para o português. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam do boletim disponibilizado pela Companhia e do Manual e Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.aurenenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. São Paulo, 28 de março de 2023. **Mateus Gomes Ferreira -** Presidente do Conselho de Administração

Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 003/2023

A FUNPEC torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **19/04/2023, às 9h** (Horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br realizar-se-á o Pregão eletrônico de Registro de Preço nº 003/2023-FUNPEC, objeto **"Eventual aquisição de equipamentos de laboratório"**. Valor estimado: **R$ 5.331.152,13 (cinco milhões e trezentos e trinta e um mil e cento e cinquenta e dois reais e treze centavos).** O edital com as demais especificações e detalhes encontra-se à disposição dos interessados, na sede e site da FUNPEC, Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, em horário comercial. E nos sites: www.comprasnet.gov.br ou www.funpec.br. Júlio César B. Cavalcante - Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade pregão eletrônico **02/2023/CFS**, processo 14.343/2023, destinada à serviços continuados de assistência à saúde ou cobertura de custos de assistência à saúde (Seguro Saúde) para Coordenadoria de Fauna Silvestre. A abertura das propostas dar-se-á no dia **14/04/2023** às **09h00**, no site www.bec.sp.gov.br, através da oferta de compra **260135000012023OC00038**. As propostas serão recebidas no site a partir do dia **30/03/2023**. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imesp.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.bec.sp.gov.br ou www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser efetuados através do sistema BEC e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 016/2.022 - PROCESSO Nº 457/2022

COMUNICADO

Fica designada para o dia 06 (seis) de abril de 2023, às 09h00, na sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, sessão para abertura dos envelopes propostas do referido processo licitatório.

Fernandópolis-SP., 03 de março de 2.023.

CIBELE BERGER SANCHES CARBONE

Gerente de Suprimentos

Município da Estância Turística de Piraju

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023

Objeto: Registro de Preço para aquisição de medicamentos visando atender pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – acompanhados pelo Serviço Social do Departamento Municipal de Saúde, a vigorar pelo prazo de doze meses. **Data da Sessão:** 13 de Abril de 2023, às 09h. **Edital** disponível no sítio eletrônico https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais e www.bllcompras.com - Acesso Público. Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Mais informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, Centro, (14) 3305-9006.

Município da Estância Turística de Piraju/SP, 21 de março de 2023.

José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

(Republicado por ter sido publicado com incorreções)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2023-PROCESSO Nº45/2023

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,conforme leis 8.666/93 e 10.520/02,torna público a abertura de procedimento licitatório no dia 14/04/2023,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada na Av.São Paulo,nº1113,Centro,visando a aquisição de Testes de dengue (NS1 e IGG/IGM), para detecção do vírus, para utilização nas Unidades de Saúde do Município de Parapuã.CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:14/04/2023 das 08:30 às 09:00 horas.Cópia completa do edital encontram-se à disposição no site oficial www.parapua.sp.gov.br. Não será enviado o edital e seus anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

Afint Assistência Fisioterápica Integral S/S Ltda

CNPJ nº 73.428.021/0001-86

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Prestação de Contas para todos os sócios da empresa

A administradora da empresa AFINT senhora Celena Freire Friedrich, no uso de suas atribuições conforme contrato social convoca a TODOS OS SÓCIOS, para a ***ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA*** a ser realizada no dia 05 (cinco) de abril de 2023, (quarta feira), às 18h30min, em primeira convocação, e, às 19h30min, em segunda e última convocação, a se realizar em plataforma digital *Google Meet*, a ser encaminhado aos sócios, com a seguinte pauta: I - Leitura e aprovação da assembleia anterior; II - Prestação de Contas ano 2022. São Paulo, 28 de março de 2023. Celena Freire Friedrich Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 005/2023.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa Eletrônica n.º 005/2023, realizada no Comprasnet para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E REPARAÇÃO DOS ARES CONDICIONADOS DO VELÓRIO MUNICIPAL" no valor de R$ 3.190,00 (três mil cento e noventa reais), para CLIMACOLD AR CONDICIONADO FERNANDÓPOLIS LTDA, de acordo com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Fernandópolis/SP, 29 de março de 2023.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – O DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA) torna público que o Pregão Presencial nº 02/2023 – Edital nº 02/2023 – Processo Licitatório nº 21/2023 – tipo menor preço por item – Objeto: Registro de preços para, a critério da autarquia, adquirir os seguintes produtos: Cloreto de Polialumínio (PAC), Hipoclorito de Sódio, Ácido Fluossilícico, Ortopolifosfato de Sódio, Cloreto de Sódio e Cal Hidratada Especial, conforme descrições e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, n° 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 13/04/2023 às 9h**. Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 9h às 16h e/ou no site www.deagua.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 9h às 16h. Guaíra/SP, 29 de março de 2023. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 08/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros, utilizados na preparação das refeições de pacientes e funcionários desta fundação. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002023OC00009. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 31/03/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 14/04/2023 – às 09:00

Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - Superintendente da FUNBEPE

Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 565/2022-PROCESSO Nº 256/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis SP-CONTRATADA: PEDREIROS PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ASSINATURA: 28/03/2023-OBJETO: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 8.864,62 (Oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) que corresponde a 9,26% (Nove inteiros e vinte e seis décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO Nº 014/2022.

Fernandópolis-SP, 29 de março de 2023.

CIBELE BERGER SANCHES CARBONE

Gerente de Suprimentos.

Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, CNPJ nº 62.448.543/0001-23, inscrição no Ministério do Trabalho e Emprego nº 36232246, com sede na Capital do Estado de São Paulo, Rua Barão de Itapetininga, 255, conjunto 304/305, CEP: 01042-001, por sua Presidente, convoca todos os farmacêuticos sócios da entidade para assembleia geral extraordinária no dia 04/04/2023, às 10:30h em primeira chamada e ás 11h em segunda chamada com qualquer número de presentes, para na sede do sindicato discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação sobre liberação e ou afastamento do trabalho de diretores para o exercício de funções do mandato sindicato, nos termos do artigo 42 do Estatuto Social; b) assuntos gerais. São Paulo, 30 de março de 2023. Renata Tereza Gonçalves Pereira - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2022 PROCESSO Nº. 2.878/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para Reforma do Museu Histórico e Pedagógico Alexandre de Gusmão. Considerando a apresentação e análise da documentação de HABILITAÇÃO para a licitação supramencionada, onde a foi verificado que a única licitante foi INABILITADA, conforme Ata de Julgamento datada de 27/03/2023 e decisão do recurso hierárquico, encartado aos autos do Processo 2.878/2022 no Despacho 18, no uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 atualizadas pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98, considero e RATIFICO a presente licitação como FRACASSADA. Itápolis/SP, 28 de Março de 2023. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI PREFEITO MUNICIPAL

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

São Luís, 29 de março de 2023

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Belém, 29 de março de 2023

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N. º 002/2023.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA** o Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica n. º 002/2023, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA, PROFISSIONAL E ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO/ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI), PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP**, no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), nos presentes autos deste procedimento, de acordo com Art. 24, IV, da Lei 8.666/1993.

Fernandópolis/SP, 29 de março de 2023.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

megaleilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO 12/04/2023 ÀS 15H00 - 2º LEILÃO 17/04/2023 ÀS 15H00

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Indaiatuba-SP. Jardim Regina.** Rua Clarindo Stahl, nº 731 - Lt. 13 da Qd. 28. CASA. Áreas totais:terr. 260,00m² e constr. 146,02m². Matr. 43.300 do RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão: 12/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 1.117.637,31. 2º Leilão: 17/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 361.800,00. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. **Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.**

Mais Informações: (11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

previsul **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ONLINE" MILAN LEILÕES

1ºLEILÃO: **14/04/2023** Às 16h. - 2ºLEILÃO: **17/04/2023** Às 16h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo intermédio de Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a Caixa Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olimpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO PAULO - SP. BAIRRO VILA GOMES.** Praça Aquidauana, nº73. Casa nº07 - Tipo A do Res Aquidauana. Áreas Totais. Terr. 67,10m² e constr. 96,91m². Matr. 187.278 do 18ºRI Local. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 14/04/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 611.000,00** E 2º Leilão: 17/04/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 519.085,80** (Caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 04/2023

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/05/2023, às 09h15min, licitação para **CONCESSÃO DE USO ONEROSO DE BANCA DA FEIRA PERMANENTE NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE CANOINHAS, DESTINADAS A EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS E PRODUTOS MANUAIS DO SEGMENTO ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E PRODUTORES MANUAIS, ÁS SEGUNDAS-FEIRAS, TERÇAS-FEIRAS, QUARTAS-FEIRAS, QUINTAS-FEIRAS, SEXTAS-FEIRAS E SÁBADOS.** Recebimento de propostas até às 09h00mim do dia 10/05/2023, no setor de protocolos da prefeitura Municipal. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site **www.pmc.sc.gov.br** no link licitações.

Wanderley José Dombroski

Secretário de Desenvolvimento Rural

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMARF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PUBLICA N.º 001/CPLM/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 541/SEMPRE/2023

DA AUTORIZAÇÃO: Processo Administrativo: 541/SEMPRE/2023. **DO OBJETO: Concessão do serviço público de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário. DO TIPO:** Técnica e Preço. **VALOR ESTIMADO:** R$66.135.000,00 (sessenta e seis milhões cento e trinta e cinco mil reais). **ORGÃO**: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DATA DE ABERTURA**: **29 de maio de 2023**. **LOCAL**: Sala de reunião da CPLM, no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Avenida São João Batista, nº. 1613, Centro, Presidente Médici/RO. **HORÁRIO**: **Abertura da Proposta 10h00min. INFORMAÇÕES E/OU RETIRADA DO EDITAL**: (69)3471-4168 ou **cpl@presidentemedici.ro.gov.br** ou **www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes**.

Presidente Médici, 29 de março de 2023.

Pedro Arlon Barros Frizzo - Superintendente de Licitação - Port. 483/2022

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 06/2023

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/05/2023, às 13h45min, licitação para **CONCESSÃO DE USO DO ESPAÇO RESERVADO PARA O FUNCIONAMENTO DE LANCHONETE NA MODALIDADE FOOD TRUCK, MEDINDO APROXIMADAMENTE 33 M², LOCALIZADO NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE CANOINHAS, VISANDO A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE PARA FORNECIMENTO DE LANCHES POR EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO.** Recebimento de propostas até às 13h30mim do dia 09/05/2023, no setor de protocolos da prefeitura Municipal. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site **www.pmc.sc.gov.br** no link licitações.

Wanderley José Dombroski

Secretário de Desenvolvimento Rural

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: 17/03/2023, às 14h00, de forma não presencial. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Sr. João Garcia Villar, Presidente e André Galhardo de Camargo, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar prestação de contragarantia em favor da controlada Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio ("CONCER"). **5. Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovar a prestação de contragarantia pela Companhia na proporção de sua participação societária no capital da CONCER, até R$38.888.400,00, a fim de garantir a apresentação do seguro de garantia previsto no Contrato de Concessão. **6. Encerramento:** Nada mais a ser discutido, foi lavrada esta ata que, após lida, foi por todos os presentes aprovada. (**Mesa**: João Villar Garcia – Presidente; André Galhardo de Camargo – Secretário. **Conselheiros Presentes**: João Villar Garcia, Amin Alves Murad, Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz, Gustavo de Pinho Gato, João Adalberto Elek Júnior, Leonardo Almeida Aguiar, Luiz Fernando Wolff de Carvalho e Ricardo Stabille Piovezan). Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio assinada por todos e arquivada na sede na Companhia. São Paulo, 17/03/2023. André Galhardo de Camargo – *Secretário – OAB/SP 298.190*. JUCESP – Registrado sob o nº 121.877/23-1 em 27/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

GUSTAVO REIS LEILÕES DESDE 2008 — Remaza

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL/ONLINE

DIA: 05/ABRIL/2023-ÀS 14H00

APARTAMENTO NO CAMPO BELO/SP

70% ABAIXO DA AVALIAÇÃO

Com lazer completo, 3 vagas de garagem, 391,42m² área total.

Lance inicial: R$ 1.352.064,35.

Matrículas nºs 116.882/116.883/116.884/116.885-15º C.R.I. de São Paulo/SP. Gustavo Reis-JUCESP nº 790.

Informações: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

EQUATORIAL ENERGIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

NIRE 2130000938-8

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Brasília, 29 de março de 2023

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220919

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220919, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas, sobreaviso e procedimentos ano, na área de Médico Cirurgião Cardiovascular e Torácico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9192022, até o dia 14/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

CLUBE ATLÉTICO JUVENTUS. São Paulo, 28 de março de 2023 - PCD 121/2023. **Edital de Convocação Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 10/04/2023.** Ivan Antipov, Presidente do Conselho Deliberativo, no cumprimento de suas atribuições e com base na letra "c" do Inciso I do Art. 67 do Estatuto Associativo, convoca os conselheiros em pleno gozo de seus mandatos, direitos associativos e quites com os cofres do Clube para comparecerem à Reunião Ordinária convocada para o dia 10/04/2023, às 18h30min em primeira chamada com a presença de metade mais um de seus membros efetivos (50% + 1) ou em segunda e última chamada às 19h00min, então com qualquer número de conselheiros, a ser realizada na denominada Boate Piramyd's, localizada na Rua Comendador Roberto Ugolini, 20, nesta Capital, para cumprir a seguinte Ordem do Dia: (i) eleger por aclamação os membros da única Chapa concorrente (CHAPA 2) para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo para o período de 01/05/2023 à 30/04/2026, conforme previsto no § 1º do Item I do Art. 69 e no Art. 119 do Estatuto Associativo. (ii) a CHAPA 02, homologada pelo Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo e pela sua Comissão de Sindicância com base na Resolução PCD 001/2023 e no Estatuto Associativo para concorrer ao pleito tem a seguinte composição: Presidente: Carlos Eduardo Gomes Pedroso Vice-Presidente: Benedito Antonio Couto. (iii) A posse dos membros eleitos se dará em 01/05/2023. Observações: (i) os conselheiros aptos a votarem são aqueles constantes da Lista de Presença da reunião e que totalizam 102 membros. (ii) os casos porventura omissos serão resolvidos pelo Presidente da Mesa no âmbito de suas atribuições e competência. Ivan Antipov Presidente do Conselho Deliberativo.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL - Pelo presente edital, o **Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo - SENALBA/SP**, faz saber aos senhores empregadores das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados, deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano e recolhido através da respectiva guia emitida pela Caixa Econômica Federal e remetida por esta entidade. Deverá ser descontada de todos os empregados 01 (um) dia de serviço a título de Contribuição Sindical, compreendendo a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a quaisquer títulos pagas pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 28 de abril de 2.023, importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (um por cento) e atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até o dia 30 de março, solicitá-las a este Sindicato, através do endereço eletrônico cobranca@senalba.com.br ou emiti-las no site sindical.caixa.gov.br. São Paulo, 29 de março de 2.023. **Luiz Guedes da Conceição Aparecida -** Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230425

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230425, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, com regime de consignação, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4252023, até o dia 14/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230259

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230259, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2592023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230002

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230002, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de analisador de eficiência de sistemas fotovoltaicos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4942023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliario e de Cerâmicas de Itu e Região -SITICOCIMOCIR - Reconhecido em 14/06/1946 - Base Territorial - Reconhecida em 13 de Junho de 1951, em Itu, Boituva, Cabreúva, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Elias Fausto, Guarei, Indaiatuba, Itapetininga, Jumirim, Laranjal Paulista, Mombuca, Monte Mor, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Rafard, Tatuí, Tietê. Sede Própria: Rua Paula Souza, 30 Fone (11) 4022-1525 4022-1525 - 4023-0315 Cep 13.300.050- Itu - SP Inscr. CNPJ:50.235.316/0001-30. **Edital de Assembleia Geral -** O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região, através de seu presidente Sr. Gentil dos Santos, convoca todos os **Trabalhadores** da base territorial do setor de Construção civil grandes e pequenas estruturas, de montagem industrial, de olarias, de cimento, ladrilhos hidráulicos, estuques e ornatos, artefatos de cimento armado, gás, hidráulicas e sanitárias, instalações elétricas, pinturas e decorações, instalações e manutenções de linhas telefônicas, refratários, associados ou não, todos com direito a voto, para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 04 de ABRIL de 2.023, as 17:00 horas em primeira convocação, em nossa sede social a Rua Paula Souza, nº 30, Centro -Itu - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01 - aprovação da ata da assembleia anterior, 02 - apresentação, discussão e aprovação das normas coletivas de trabalho 2023, do setor acima mencionado com data base em 01 de maio de 2023; 03 - concessão de poderes a diretoria do sindicato para que juntamente com a da Federação, dê início ao processo de negociação e posteriormente, se for necessário, instaurar o competente dissídio coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à Federação por procuração, para este fim; 04 - discussão e aprovação do desconto a título de contribuição assistencial, para o custeio do sindicato, descontada de todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas e o direito a oposição; 05 - decidir pela manutenção ou não da assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora acima aprazada não houver quórum, a assembleia se realizara em segunda convocação, duas horas após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. Itu, 30 de março de 2.023. Gentil dos Santos - presidente.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliario e de Cerâmicas de Itu e Região -SITICOCIMOCIR - Reconhecido Em 14/06/1946 - Base Territorial - Reconhecida em 13 de Junho de 1951, em Itu, Boituva, Cabreúva, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Elias Fausto, Guarei, Indaiatuba, Itapetininga, Jumirim, Laranjal Paulista, Mombuca, Monte Mor, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Rafard, Tatuí, Tietê. Sede Própria: Rua Paula Souza, 30 Fone (11) 4022-1525 4022-1525 - 4023-0315 CEP 13.300.050- ITU - SP INSCR. CNPJ:50.235.316/0001-30. **Edital de Assembleia Geral -** O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região, através de seu presidente Sr. Gentil dos Santos, convoca todos os **Trabalhadores** da base territorial do setor de Móveis e Afins, associados ou não, todos com direito a voto, para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 06 de ABRIL de 2.023, as 17:00 horas em primeira convocação, em nossa sede social a Rua Paula Souza, nº 30, Centro -Itu - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01 - aprovação da ata da assembleia anterior, 02 - apresentação, discussão e aprovação das normas coletivas de trabalho 2023, do setor acima mencionado com data base em 01 de maio de 2023; 03 - concessão de poderes a diretoria do sindicato para que juntamente com a da Federação, dê início ao processo de negociação e posteriormente, se for necessário, instaurar o competente dissídio coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à Federação por procuração, para este fim; 04 - discussão e aprovação do desconto a título de contribuição assistencial, para o custeio do sindicato, descontada de todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas e o direito a oposição; 05 - decidir pela manutenção ou não da assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora acima aprazada não houver quórum, a assembleia se realizara em segunda convocação, duas horas após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. Itu, 30 de março de 2.023. Gentil dos Santos - presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230360

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230360 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório (Testes de Eletroforese de Proteínas), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3602023, até o dia 17/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

Edital de Cobrança - Contribuição Sindical Ano 2023 - Pelo presente **Edital,** o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE ITAPEVA** – CNPJ nº 49.801.459/0001-83, notifica às empresas com empregados integrantes da categoria profissional de trabalhadores da **Construção Civil em Geral (Pedreiros Carpinteiros, Pintores, Estucadores, Bombeiros Hidráulicos), Cimento, Cal, Argamassa, Gesso, Cerâmica para Construção, Olarias, Móveis, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Marcenarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira, Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Mármores, Granitos, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento, Trabalhadores nas Indústrias de Pinturas, Decorações, Estuques e Ornatos, Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Junco, Vime e Vassouras, Cortinados e Estofos, Escovas e Pincéis, Artefatos de Cimento Armado, Oficiais Eletricistas, Trabalhadores nas Indústrias de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Tratoristas** (Exceto O Rural), **Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral (Barragens, Aeroportos, Canais e Engenharia Consultiva) e de Indústrias de Refratários,** sediadas nos municípios de: **ANGATUBA, APIAÍ, BARÃO DE ANTONINA, BARRA DO CHAPÉU, BOM SUCESSO DE ITARARÉ, BURI, CAMPINA DO MONTE ALEGRE, CAPÃO BONITO, CORONEL MACEDO, GUAPIARA, IPORANGA, ITABERÁ, ITAÍ, ITAÓCA, ITAPEVA, ITAPIRAPUÃ PAULISTA, ITAPORANGA, ITARARÉ, NOVA CAMPINA, PARANAPANEMA, RIBEIRA, RIBEIRÃO BRANCO, RIBEIRÃO GRANDE, RIVERSUL, SÃO MIGUEL ARCANJO, SARUTAIÁ, TAGUAÍ, TAQUARITUBA, TAQUARIVAÍ, TEJUPÁ e TIMBURI,** que deverá ser descontado a título de CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, de todos os empregados, 01 (um) dia de trabalho sobre a folha de pagamento do mês de março de 2023, a ser efetuados até o dia 30 de abril de 2023. O recolhimento deve ser realizado perante qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou rede conveniada, através de guias em favor deste Sindicato (código da entidade 911.561.134.86694-7), com vencimento da contribuição sindical em 30 de abril de 2023. Ficando ainda cientificados que o não recolhimento até o vencimento acarretará na cobrança de multa e correções legais nos termos do artigo 600 da CLT. A Entidade Sindical profissional fornecerá as guias para o recolhimento, podendo ser solicitadas diretamente na Sede da Entidade e Sub Sedes, de Apiaí, Buri, Capão Bonito, Taquarituba e Itararé, no horário comercial das 08:00 às 18:00 horas ou pelo telefone (15) 3522-1710 ou nos e-mails: contribuicao@sintcomtapeva.com.br e erica.sindicato@outlook.com , ou ainda entrar no site www.caixa.gov.br. Itapeva (SP), 29 de março de 2023. **Marcelo Santos Barbosa** - Presidente.

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA

SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA - CNPJ nº 15.141.799/0001-03 - NIRE nº 29 3 0000439-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18/04/2023**, às **10 horas**, na sede social da Companhia, à Estrada de Santiago, s/n, Santiago, Pojuca, Bahia, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022; **3.** Aprovar o valor para destinação à Reserva de Investimento, atendendo ao Orçamento de Capital (art. 196 da Lei nº 6.404/76); **4.** Aprovar o valor para incorporação à Reserva de Investimento proveniente de juros sobre capital próprio/dividendos prescritos (Lei 6.404/76, art. 287, inciso II, letra "a"); **5.** Aprovar a proposta do Orçamento de Capital, previsto para o quadriênio de 2023 a 2026; **6.** Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; **7.** Fixar a remuneração anual global fixa e variável dos administradores; **8.** Aprovar a alteração dos jornais de grande circulação indicados para publicação dos atos societários da Companhia, nos termos do artigo 289, inciso I e § 3º da Lei nº 6.404/76. Informações adicionais: Para participação na Assembleia, os acionistas deverão apresentar documento hábil de suas identidades e comprovantes expedidos pela instituição financeira depositária. Os acionistas podem ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia, instituição financeira ou advogado, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76. Com a finalidade de organizar os trabalhos da Assembleia, solicitamos que as cópias das procurações sejam enviadas para o seguinte endereço eletrônico: ferbasa@ferbasa.com.br, até o dia **14/04/2023**. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação. O Acionista poderá se valer, também, do Boletim de Voto a Distância, nos termos das Resoluções da CVM nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022. Para tanto será necessário que o Acionista siga as orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixadas no referido Boletim, conforme regulamentação em vigor. Nos termos da Resolução nº 81/22, o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da Cia e nos sites www.ferbasa.com.br, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br. Pojuca, 27 de março de 2023. **Geraldo de Oliveira Lopes** - Presidente do Conselho de Administração.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 08:30 horas do dia 12 de abril de 2023, em sua sede social, localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, a fim de deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Superbac Fertilizantes") e o Banco Cooperativo SICOOB S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 02.038.232/0001-64, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com prestação de garantia real pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(ii)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Fertilizantes e o Banco Santander S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 90.400.888/0001-42, no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), com prestação de garantia pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iii)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Itaú"), no valor de R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iv)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor de R$ 43.170.442,00 (quarenta e três milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(v)** a ratificação de 4 (quatro) operações financeiras de financiamento à importação (FINIMP), em moeda estrangeira (dólares norte-americanos), através da celebração de 4 (quatro) contratos NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor total de R$ 40.132.967,95 (quarenta milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(vi)** a aprovação da parceria comercial entre a Companhia e a Amazônia Care, organização não governamental, inscrita no CNPJ/ME sob nº 46.764.133/0001-35, sendo que a associada fundadora da organização é parte relacionada de acionista da Companhia; e **(vii)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Os documentos referentes aos itens da ordem do dia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como a Companhia está à disposição dos acionistas para eventuais esclarecimentos.

Cotia/SP, 27 de março de 2023

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 39.881.421/0001-04 - NIRE 4330006550 2

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **19 de abril de 2023**, **às 11h**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma denominada "*microsoft teams*" ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se habilitarem para participar da AGE, conforme abaixo descrito, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: 1. O enquadramento do Sr. André Coji e da Sra. Angélica Maria de Queiroz como membros independentes do Conselho de Administração, de acordo com critérios de independência da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada; 2. Rerratificar, em razão da aprovação do item 1 acima, a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24 de outubro de 2022, para fazer constar que os Conselheiros Sr. André Coji e Sra. Angélica Maria de Queiroz ocupam os cargos de membros independentes do Conselho de Administração; e 3. Fazer constar a renúncia do Sr. Waldenir Alexandre da Silva Cruz encaminhada à Companhia em 23 de dezembro de 2022 e ratificar a composição do Conselho de Administração.** *Participação por meio do Sistema Eletrônico*: A AGE será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), sendo que a participação dos acionistas dar-se-á pelo Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. A participação via Sistema Eletrônico será restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores ("Participante"). O Participante que desejar participar da AGE deverá enviar os documentos listados abaixo para habilitação de sua participação na AGE até o dia **17 de abril de 2023**, para o e-mail invrel@csn.com.br com o seguinte título: *"Cadastro para participação na AGE em 19 de abril de 2023"*. Através do referido e-mail, o Participante deverá informar: (i) se é o próprio acionista; (ii) se é representante legal do acionista; ou (iii) se é procurador de acionista, bem como anexar todos os documentos necessários para a participação na AGE, conforme lista abaixo. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá o link para acessar o Sistema Eletrônico por meio do e-mail utilizado para o cadastro. *Documentos necessários para o cadastro:* (i) Extrato atualizado, contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGE. (ii) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (iii) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (iv) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (v) Caso qualquer dos acionistas acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. Porto Alegre, 29 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração CEEE-G.

Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região CUT

ELEIÇÕES SINDICAIS 2023/2027

A Comissão Eleitoral do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, atual denominação do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO**, responsável pela condução do processo eleitoral do Sindicato dos Bancários, em relação à eleição da Diretoria para o mandato de 2023 a 2027 faz saber que, em obediência às disposições legais e estatutárias, foi inscrita uma chapa- Chapa 1- concorrente à diretoria da entidade, cuja eleição acontecerá nos próximos dias 25, 26 e 27 de abril de 2023, tendo início às 7h do dia 25.04.2023 e terminando às 16h do dia 27.04.2023, em primeiro escrutínio; e nos dias 09, 10 e 11 de maio de 2023, tendo início às 7h do dia 09.05.2023 terminando às 16h do dia 11.05.2023, em segundo escrutínio, nos termos do edital de convocação já publicado, cujos membros são os seguintes **Diretoria Executiva**: Neiva Maria Ribeiro dos Santos, presidência; Lucimara Venerando Malaquias, Secretaria Geral; Marta Soares dos Santos, Secretaria de Finanças; Ana Beatriz Garbelini, Secretaria de Organização e Suporte Administrativo; Aline Molina Gomes Amorim, Secretaria de Formação Sindical; Karen Cristina de Souza, Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer; Felipe Aurelio Garcez de Castro, Secretaria de Assuntos Jurídicos; Ana Marta Lima, Secretaria de Estudos Socioeconômicos; Erica de Oliveira Batista, Secretaria de Imprensa e Comunicação; Francisco Carlos Pugliesi, Secretaria de Relações Sindicais e Sociais; Valeska Fernanda Pincovai, Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho; Vera Lucia Marchioni, Secretaria Executiva; **Conselho Fiscal**: Vanderlei Pereira Alves, Conselho Fiscal Titular; Antonio Alves de Souza, Conselho Fiscal Titular; Cassio Toshiaki Murakami, Conselho Fiscal Titular; Adriana Oliveira Magalhães, Conselho Fiscal Suplente; Marcelo Pereira de Sá, Conselho Fiscal Suplente; **Diretores por Banco**: Raphael Plácido Argentoni, Sandra Regina Vieira da Silva, Ana Paula Vieira Freire, Daniela Pinheiro Amancio de Lima, Diego Sousa Pereira, Juliana Carminato Nascimento Gava, Leonardo Imbiriba Diniz, Priscilla Semencio da Silva, Erika Ribeiro de Oliveira Rodrigues, Gleice Pereira dos Anjos Santos, Julio Cesar Silva Santos, Maikon Nunes Azzi, Flávio Monteiro Moraes, Andre Bezerra Pereira, Beatriz Fuganti, Irene Juarez Dias, Maria Cleidemar Queiroz da Cruz, Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi, Sirlei de Souza Martins Lacerda, Susana Malu Cordoba, Welington Prado Correa, Alexandre Tadeu do Livramento, Luiza Hansen Aruda dos Santos, Vivian Carla de Sa, Elaine Machado da Silva; **Diretores Regionais**: Marcos Antonio do Amaral, Andrey Gregory Pereira Hidalgo, Edgar Faria de Oliveira, Onísio Paulo Machado, Roberto Angelo Moraes, Sergio Francisco, Andre Camorzano Felix, Edison Jose de Oliveira, Rita de Cássia Berlofa, Antonio Carlos Cordeiro, Marcio Vieira Rodrigues, Matheus Pinho de Oliveira, Thiago Vinicius Caires Lopes, Renato Augusto Carneiro, Cristiano Ribeiro, Adriana Maria Ferreira, Cristiane Pacheco Couto, Givaldo Lucas, João Paulo da Silva, Juvandia Moreira Leite, Lenaglis Sirino Silva, Monica Akemi Barbosa Kazihara, Alexandre de Almeida Bertazzo, Bruno Scola, Cássio Roberto Alves, Jozivaldo da Costa Ximenes, Liliane Maria Santos Fiuza, Luiz Carlos Costa, Marcelo Peixoto de Araujo, Valdemar de Souza Pinheiro, Valdir Fernandes, Rita de Cassia Silva Pereira, Heloisa Cristina Souza Bolsoni, Eliana Gennari, Fernanda Oehlmeyer Leme, Ivone Maria da Silva, Marcia do Carmo do Nascimento Basqueira, Rogerio Castro Sampaio, Yago Patrick Ferreira, Marcelo Gonçalves, Mauricio Nobuiti Danno, Dinilza Nascimento Correia, Edilson Montrose de Aguiar Junior, Silmara Antonia da Silva, Wagner Cabanal Mendes; **Diretoria Honorária**: Adozinda Praça de Almeida, Amelia Assis Andrade Santos, Andrea Patricia Barcelos de Souza, Antonio Marcelo Mendes Ribeiro, Camilo Fernandes dos Santos, Kardec de Jesus Bezerra, Manoel Elidio Rosa, Nelson Ezidio Biao da Silva, Sergio Augusto Sobrinho, Valter San Martin Ribeiro. A partir da presente data, fica aberto o prazo para qualquer associado da entidade sindical impugnar qualquer um dos candidatos acima relacionados, desde que seja apresentada a respectiva fundamentação escrita, até o dia 04 de abril de 2023, às 17h, na Secretaria da Comissão Eleitoral do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, situada na Rua São Bento, 413 - 2º andar, Sala "Azul", na cidade de São Paulo, SP.

São Paulo, 30 de março de 2023.

COMISSÃO ELEITORAL

Ernesto Shuji Izumi — Luciano Ramos da Silva

Wanessa de Queiroz Paixão — Jair Alves dos Santos — Alexandre Caso

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.3321/2022 – CP.10.009/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE MODERNIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO PARQUE SELECTA, NESTE MUNICÍPIO – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/05/2023 às 10h00.** – S. B. Campo, 29 de março de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA nº 08/2023
CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS QUE SERÃO UTILIZADAS PELO ELETRICISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.450,12 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais e doze centavos). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 30/03/2023 às 8h - Até 03/04/2023 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 04/04/2023 às 8h - Até 04/04/2023 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221802 - IG No 1169519000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221802, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Serviço de Fornecimento de Alimentação Hospitalar, do Hospital Geral César Cals de Oliveira – HGCC, pelo período de 12 (doze) meses. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18022022, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

Ordem de Notificação por ( ) Publicação ( ) Correio ( ) ____________	Nº do documento MI23A0084SJ	Comunidade de Massachusetts O Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Emanuel Filipe de Oliveira Carvalho vs Jose Dias de Carvalho		Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex 10-U Commerce Way Woburn, MA 01801 (781) 865-4000

Mediante requerimento do(s) queixoso(s)/requerente(s) para uma ordem que ordene que o(s) réu(s) / respondente(s), compareça(m), advogue(m), ou responda(m), de acordo com a Regra 4 do Mass. R. Civ. P. / Mass. R. Dom.Rel. P. Rel, aparecendo ao tribunal que é uma ação para o Estatuto Especial de Imigrante Juvenil, arquivada em 24 de Janeiro de 2023.

O(s) réu(s) / respondente(s) não pode(m) ser encontrado(s) dentro da Comunidade e o(s) réu(s) / respondente(s) presente(s) não é(são) conhecido(s). A notificação pessoal do réu não é, portanto, praticável, e o(s) réu(s) / respondente(s) não compareceu/compareceram voluntariamente nesta ação.

É ordenado que o(s) réu(s) / respondente(s) seja(m) instmido(s) a comparecer, advogar, responder, ou de qualquer outra forma agir em relação à queixa/petição aqui contida ou antes da data de retorno 20 de Junho de 2023,

Se cair em tal situação, este Tribunal procederá a uma audiência e julgamento deste assunto.

( ) E ainda ordenado que a intimação de acompanhamento seja publicada uma vez na Folha de São Paulo (nome do jornal),

um jornal publicado na:
Alameda Barão de Limeira, 425, São Paulo - SP # 01290-900
(incluir endereço postal do jornal),

a publicação ser 14 dias, pelo menos, antes do referido da de retorno. É ainda ordenado que uma cópia da intimação seja enviada para o(s) réu(s)/respondente(s) no seu último endereço conhecido, por correio registrado ou certificado.

Data: 22 de março de 2023. [assinatura]
Tribunal de Tribunal de Família e Sucessões

Retorno de Notificação
Certifico, sob as penas de perjúrio, que:
Cumpri a ordem de notificação por:
( ) correio ( ) certificado ( ) registado uma cópia da intimação como ordenado e,
( ) fazendo com que a intimação seja publicada em ____________
A publicação foi em ________ que foi pelo menos ___ dias / mês(es) antes do referido dia de retorno.
Data: ____________ Assinatura: ____________

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - SINDACS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL - SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - SINDACS, neste ato através de seu Presidente, Rodrigo Rodrigues Costa, vem por meio deste, convocar todos os associados da entidade em pleno gozo de seus direitos estatutários, a participarem da assembleia geral extraordinária, a ser realizada na Rua Jaiminho, n°215 Vila Processo Guarulhos-SP, no dia 01/04/2023, as 09h00min em 1ª convocação, e as 09h30min em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação da proposta de pauta da Campanha Salarial 2023/2024 a ser apresentada; b) Autorização para que o Sindicato possa encetar negociações coletivas, assinar normas coletivas, deflagrar movimento de greve, paralisações, propor dissídios coletivos e demais ações judiciais pertinentes; c) Autorização para manutenção da assembleia geral em caráter permanente, enquanto perdurar a campanha salarial; d) Discussão e deliberação acerca do financiamento da Campanha Salarial e da negociação coletiva; e) Demais encaminhamentos que se fizerem necessários; f) Ratificação das Pautas e notificações realizadas. Santo André, 30/03/2023 – Rodrigo Rodrigues Costa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2023.
Processo n.º 532/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA PRAÇA "OSCAR IGNACIO DE SOUZA" – BAIRRO CIDADE JARDIM, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 27 de Abril de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 27 de Abril de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 03 de Abril de 2023 até o dia 26 de Abril de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2023.
Processo n.º 2.529/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE TÊNIS "MARIO BARTOLOMEU CORONELLI", NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 28 de Abril de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 28 de Abril de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do dia **03 de Abril de 2023 até o dia 27 de Abril de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 29 de Março de 2023.

Edital De Convocação - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília. Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, convoco **todos os trabalhadores dos setores das** ***Indústrias da Construção Civil de Grandes e Pequenas Estruturas, Montagem Industrial, Instalações Elétricas, Gás Hidráulicas, Sanitárias, Pinturas, Gesso e Decorações do Estado de São Paulo 2023/2024,*** todos integrantes da Categoria Profissional, com direito a voz e voto, das cidades de, Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculância, Tupã, Iacri, Bastos Parapuã e Osvaldo Cruz, conforme Estatuto Social da entidade, **para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 31 de março de 2023, às 17:00 horas, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília, estabelecido na Avenida Feijó, 325 - Bairro Rodolfo da Silva Costa, Marília/SP;** todos os trabalhadores da Indústrias do setor **de Móveis do Estado de São Paulo 2023/2024**, todos integrantes da Categoria Profissional, com direito a voz e voto, das cidades de, Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculância, Tupã, Iacri, Bastos Parapuã e Osvaldo Cruz, com direito a voz e voto, **para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 31 de março de 2023, às 17:30 horas**, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília**, estabelecido na Avenida Feijó, 325 - Bairro Rodolfo da Silva Costa, Marília/SP,** e todos os **trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada do Estado de São Paulo 2023/2024,** todos integrantes da Categoria Profissional, com direito a voz e voto, das cidades de, Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculância, Tupã, Iacri, Bastos Parapuã e Osvaldo Cruz, com direito a voz e voto, **para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 31 de março de 2023, às 18:00 horas, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília, estabelecido na Avenida Feijó, 325 - Bairro Rodolfo da Silva Costa, Marília/SP,** a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata anterior; 2) Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação da norma coletiva de trabalho das categoria(s) acima mencionada(s); 3) Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da Contribuição Assistencial; 4) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que juntamente com a Diretoria da Federação, dêem início ao processo de negociação e possam firmar Acordo/Convenção Coletiva e se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (Econômico/Greve), outorgando, para tanto, poderes à Federação, por procuração, para este fim; 5) Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação por boletim, se necessário. Se na hora acima aprazada não houver "quorum", as Assembleias realizar-se-ão em segunda convocação uma hora após, conforme Artigo 16º do Estatuto Social da entidade, no mesmo dia e local, com os presentes, cujas deliberações constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria. Marília, 29 de março de 2023. *Carlos Ferreira Silva - Presidente.*

Companhia de Gás de São Paulo - Comgás

comgas

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17 - NIRE 35.300.045.611

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 26 de abril de 2023

O Conselho de Administração da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS,** com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 27º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.045.611, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 61.856.571/0001-17, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 15636 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(iii)** Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2023; **(iv)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(v)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(vi)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(vii)** Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2023. **1. Instruções Gerais:** Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 26 de abril de 2023. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, **até o dia 24 de abril de 2023** (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 10º e seguintes da RCVM nº 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, do boletim de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 27 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Presidente do Conselho de Administração.

Plaza Shopping Carapicuíba Participações S/A

CNPJ/MF 34.325.488/0001-49

Demonstrações Financeiras - Levantado em 2022 e de 2021 (Em Reais)

Senhores Acionistas, segundo determinação do artigo nº 176 da Lei nº 6.404/76 e segundo dispõe o estatuto social da **Plaza Shopping Carapicuíba Participações S/A,** submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

Balanço Patrimonial	31.12.22	31.12.21
Ativo/Circulante	**9.094,95**	**6.824,80**
Disponibilidades	**9.094,95**	**6.824,80**
Caixa	–	6.824,80
Banco	10,00	–
Aplicações Financeiras	9.031,51	–
Créditos Realizáveis	**53,44**	–
IRRF S/Aplicações Financeiras	53,44	–
Não Circulante	**76.963.093,22**	**81.682.307,72**
Permanente	**76.963.093,22**	**81.682.307,72**
Investimentos	**76.963.093,22**	**81.682.307,72**
Participações societárias	76.963.093,22	81.682.307,72
Total do Ativo	**76.972.188,17**	**81.689.132,52**

Balanço Patrimonial	31.12.22	31.12.21
Passivo/Circulante	**5.400,00**	**3.600,00**
Honorários e Encargos	5.400,00	3.600,00
Não Circulante	**76.966.788,17**	–
Exigível de Longo Prazo	**67.605,00**	–
Conta Corrente com Controlada	67.605,00	–
Patrimônio Líquido	**76.899.183,17**	**81.685.532,52**
Capital	98.304.375,00	98.304.375,00
Prejuízo Acumulado	(21.405.191,83)	(16.618.842,48)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**76.972.188,17**	**81.689.132,52**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Realizado	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31.12.20	**98.304.375,00**	**(9.516.066,79)**	**88.788.308,21**
Prejuízo do exercício 2021		(7.102.775,69)	**(7.102.775,69)**
Saldos em 31.12,21	**98.304.375,00**	**(16.618.842,48)**	**81.685.532,52**
Prejuízo do exercício 2022		(4.786.349,35)	**(4.786.349,35)**
Saldos em 31.12.22	**98.304.375,00**	**(21.405.191,83)**	**76.899.183,17**

Demonstração do Resultado

Histórico	31.12.22	31.12.21
Resultado negativo de participação societária avaliada pelo método da equivalência patrimonial	(4.719.214,50)	(7.096.000,49)
Despesas Administrativas	(66.615,02)	(3.600,00)
Receita (Despesas) Financeiras	(519,83)	(3.175,20)
Prejuízo Operacional	**(4.786.349,35)**	**(7.102.775,69)**
Resultado Operacional antes da tributação do IR e CS	**(4.786.349,35)**	**(7.102.775,69)**
Prejuízo do Exercício	**(4.786.349,35)**	**(7.102.775,69)**

Demonstração do Fluxos de Caixas

Atividades Operacionais	2022	2021
Pagamento de do Conselho Fiscal e Encargos	(55.395,00)	–
Pagamento de Fornecedores	(1.227,00)	–
Pagamento de impostos e taxas	(587,85)	–
Pagamento de Despesas Bancárias	(835,85)	(3.175,20)
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas atividades Operacionais	**(58.045,70)**	**(3.175,20)**
Atividades Financiamentos		
Créditos de Conta Corrente C/Controlada	60.000,00	–
Juros Recebidos	262,41	–
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas atividades Financiamentos	**60.262,41**	
Aumento (Redução) das disponibilidades - Recursos Livres	**2.216,71**	**(3.175,20)**
Saldo de Caixa + Equivalente no Início do Período	6.824,80	10.000,00
Saldo de Caixa + Equivalente no Final do Período	9.041,51	6.824,80
Aumento (Redução) das disponibilidades - Recursos Livres	**2.216,71**	**(3.175,20)**

Notas Explicativas

1 - Contexto Operacional e Societário - A sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 04 de julho de 2019, tem por objetivo a participação no capital social de outras empresas. **2 - Base de apresentação:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6404/76 alteradas pelas Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3 - Sumário das principais práticas contábeis:** a) O resultado foi apurado pelo regime de competência; b) O investimento foi ajustado pelo método de equivalência Patrimonial.

4 - Empresa Controlada:

	2022					2021
	Capital social	Prejuízo	Patrim. Líq.	Partic. no Cap. Inv. (%)	Equiv. Patrim.	Equiv. Patrim.
Plaza Carapicuíba Empreend. Imob. Ltda.	100.000.000,00	(4.719.261,69)	76.963.862,86	99,9990	(4.719.214,50)	(7.096.000,49)
					(4.719.214,50)	(7.096.000,49)

5 - Investimento em Controlada

Plaza Carapicuíba Empreend. Imobiliários Ltda.	2022	2021
Número de quotas possuídas	100.000.000	100.000.000
Valor nominal de cada quota	1,00	1,00
Participação no capital	99,9990%	99,9990%
Valor investido	81.682.307,72	88.778.308,21
Ajuste de Percentual de Participação	–	(799,00)
Equivalência Patrimonial	(4.719.214,50)	(7.095.201,49)
Valor do Investimento	**76.963.093,22**	**81.682.307,72**

6 - Capital Social - O capital social está dividido em 98.304.375 (noventa e oito milhões, trezentas e quatro mil, trezentas e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas. O Estatuto Social assegura aos acionistas o dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, após as apropriações legais e estatutárias, inclusive a antecipação destes dividendos através de balanços ou balancetes intercalares ou a retenção parcial ou total dos mesmos.

Diretoria
João Batista Costa - Presidente
Marcelo Riberi - Diretor

Contador
Carlos Roberto F. dos Santos
CT - CRC SP219513/O-0

Parecer do Auditor Independente

Ilustríssimos Senhores Diretores do **Plaza Shopping Carapicuíba e Participações S/A -** Examinei o Balanço Patrimonial da sociedade por ações, de capital fechado, **Plaza Shopping Carapicuíba e Participações S/A,** inscrita no CNPJ do MF sob nº 34.325.488/0001-49, levantado em 31 de dezembro de 2022, incluso o ano 2021, e bem assim as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. **(1)** Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: **a)** O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; **b)** A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. **c)** A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **(2)** Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Plaza Shopping Carapicuíba e Participações S/A,** em 31 de dezembro de 2022, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa nas operações referente ao exercício findo naquela data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **(3)** Conforme mencionado nas notas explicativas, em decorrência das mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aplicação da Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparabilidade foram ajustadas.

Osasco, 27 de março de 2023
Manoel Luiz Luciano Vieira - Contador
CRC/SP 1SP 115.091/O-8- IBRACON/SP 1172
CPF/MF 029.429.178-49

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 21.300.009.38-8 | Código - CVM nº 02001-0
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, LOCAL E HORA: Realizada em 21 de março de 2023, às 09 horas, na sede da Equatorial Energia S.A. ("Companhia") localizada no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício, nos termos do art. 16, §4º do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Leoni Piani, que convidou o Sr. José Silva Sobral Neto para secretariar os trabalhos. **5. ORDEM DO DIA:** Os membros do Conselho de Administração reuniram-se para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a celebração de acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 1°, 2° e 3° (parte), 4° e 5° andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.701.190/4816-09 ("Itaú"), com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., sociedade por ações de capital fechado com endereço na Avenida dos Portugueses, nº 2.001, Anjo da Guarda, CEP 65085-581, Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.695.147/0001-30 ("Equatorial Distribuição"), que tem por objeto, dentre outras matérias, regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor de R$ 2.095.808.655,44 (dois bilhões, noventa e cinco milhões, oitocentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), mediante a emissão de 557.395.919 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentas e dezenove) ações preferenciais Classe B de emissão da Equatorial Distribuição, ("Acordo de Investimento"), sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento, incluindo, dentre outros, a alteração das características das ações preferenciais de emissão da Equatorial Distribuição e a criação das ações preferenciais classe B ("Ações Preferenciais Classe B" e "Operação", respectivamente), bem como a correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento; (ii) o aumento de capital da Equatorial Distribuição no montante de R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, a ser integralizado pela Companhia, mediante a contribuição de acervo líquido ajustado composto por: (a) 1.253.325.250 (um bilhão, duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil e duzentas e cinquenta) ações ordinárias e 58.707.541 (cinquenta e oito milhões, setecentos e sete mil, quinhentas e quarenta e uma) ações preferenciais, representativas de aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) do capital social total da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., companhia fechada, com endereço na Avenida Maranhão, nº 759, Centro, CEP 64.001-010, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89 ("Ações Equatorial Piauí"), de propriedade da Companhia, além de R$ 1.154.305,95 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) em moeda corrente nacional; bem como do passivo da Companhia decorrente (b) da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia ("Notas Comerciais Escriturais"), com as seguintes principais características: 500.000 (quinhentas mil) Notas Comerciais Escriturais, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais"), na respectiva data de emissão, vencendo-se as Notas Comerciais Escriturais em 16 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada previstas no respectivo termo de emissão, sendo que o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI-Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Emissão NCs"); e (c) da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, da Companhia ("Debêntures") com as seguintes principais características: 1.578.983.316 (um bilhão, quinhentas e setenta e oito milhões, novecentas e oitenta e três mil, trezentas e dezesseis) Debêntures, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures"), na respectiva data de emissão, vencendo-se as Debêntures em 4 (quatro) meses contados da respectiva data de emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada previstas na respectiva escritura de emissão, sendo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Emissão Debêntures" e, em conjunto com as Ações Equatorial Piauí e as Notas Comerciais, o "Acervo Líquido"), com a consequente alteração do estatuto social da Equatorial Distribuição, bem como a aquisição, pela Equatorial Distribuição, das Ações Equatorial Piauí e a assunção, pela Equatorial Distribuição, da qualidade de emitente das Notas Comerciais e emissora das Debêntures; (iii) em decorrência da contribuição do Acervo Líquido, caso aprovada nos termos do item (ii) acima, a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, no âmbito da Emissão NCs, em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias principais e/ou acessórias, presentes ou futuras, da Equatorial Distribuição assumidas no âmbito da Emissão NCs ("Obrigações Garantidas NCs"), obrigando-se a Companhia, dessa forma, como devedora solidária com a Equatorial Distribuição e principal pagadora do valor devido em razão das Obrigações Garantidas NCs, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no artigo 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 todos da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor ("Código de Processo Civil"), sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança NCs vigorarão até a integral quitação das Obrigações Garantidas NCs ("Fiança NCs"); (iv) em decorrência da contribuição do Acervo Líquido, caso aprovada nos termos do item (ii) acima, a outorga, pela Companhia, (1) de garantia fidejussória, na forma de fiança, no âmbito da Emissão Debêntures, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e/ou acessórias, presentes ou futuras, da Equatorial Distribuição assumidas no âmbito da Emissão Debêntures ("Obrigações Garantidas Debêntures"), obrigando-se a Companhia, dessa forma, como devedora solidária com a Equatorial Distribuição e principal pagadora do valor devido em razão das Obrigações Garantidas Debêntures, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no artigo 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 todos do Código Civil, e artigos 130, inciso II, e 794 do Código de Processo Civil, sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança Debêntures vigorarão até a integral quitação das Obrigações Garantidas Debêntures ("Fiança Debêntures"); e (2) outorga, pela Companhia, de garantia real, na forma de cessão fiduciária, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, sobre os direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes de determinadas aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com liquidez diária, e de direitos emergentes de conta vinculada de titularidade da Companhia ("Cessão Fiduciária Debêntures"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Itaú, na qualidade de banco depositário, em 10 de março de 2023 ("Contrato de Cessão Fiduciária Debêntures"), em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas Debêntures; (v) em decorrência da contribuição do Acervo Líquido e da outorga da Fiança NCs, caso aprovadas nos termos dos itens (ii) e (iii) acima, respectivamente, a celebração, pela Companhia e pela Equatorial Distribuição, de instrumento de "Segundo Aditamento ao Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Equatorial Energia S.A.", cuja minuta fica arquivada na sede da Companhia, por meio do qual a Equatorial Distribuição assumirá a posição de emitente e a Companhia assumirá a posição de fiadora na Emissão NCs ("Segundo Aditamento ao Termo de Emissão NCs"); (vi) em decorrência da contribuição do Acervo Líquido e da outorga da Fiança Debêntures, caso aprovadas nos termos dos itens (ii) e (iv) acima, respectivamente, a celebração, pela Companhia e pela Equatorial Distribuição, (1) de instrumento de "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Equatorial Energia S.A." por meio do qual a Equatorial Distribuição assumirá a posição de emissora e a Companhia assumirá a posição de fiadora na Emissão Debêntures ("Primeiro Aditamento à Escritura de Debêntures"); e (2) de instrumento de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária Debêntures ("Aditamento ao Contrato de Fiduciária Debêntures"), cujas minutas ficam arquivadas na sede da Companhia; (vii) condicionado à consumação da Operação, a celebração do primeiro aditamento ao acordo de acionistas da Equatorial Distribuição, celebrado entre a Companhia e o Itaú, com a interveniência e anuência da Equatorial Distribuição, em 11 de novembro de 2019 ("Acordo de Acionistas Atual - Equatorial Distribuição" e "Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas - Equatorial Distribuição", respectivamente); e (viii) a autorização para os Diretores e/ou procuradores da Companhia praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente reunião, incluindo a celebração pela Companhia dos documentos acima mencionados. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros presentes do conselho de administração da Companhia deliberaram o quanto segue: 6.1 Aprovar, por unanimidade, a celebração do Acordo de Investimento pela Companhia e pela Equatorial Distribuição e a implementação da Operação, nos termos da minuta do Acordo de Investimento cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia. 6.2 Aprovar, por unanimidade, o aumento do capital social da Equatorial Distribuição no valor de R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, todas a serem subscritas e integralizadas à vista pela Companhia por meio da conferência do Acervo Líquido, restando aprovado, por conseguinte, (i) a alteração do estatuto da Equatorial Distribuição para refletir o aumento do capital social; (ii) a aquisição, pela Equatorial Distribuição, das Ações Equatorial Piauí então detidas pela Companhia; e (iii) a assunção, pela Equatorial Distribuição, da qualidade de emitente das Notas Comerciais e emissora das Debêntures. 6.3 Aprovar, por unanimidade, em decorrência da aprovação da conferência do Acervo Líquido à Equatorial Distribuição, a outorga, pela Companhia, da Fiança NCs. 6.4 Aprovar, por unanimidade, em decorrência da aprovação da conferência do Acervo Líquido à Equatorial Distribuição, a outorga, pela Companhia, da Fiança Debêntures e da Cessão Fiduciária Debêntures. 6.5 Aprovar, por unanimidade, em decorrência da aprovação da conferência do Acervo Líquido à Equatorial Distribuição, a celebração do Segundo Aditamento ao Termo de Emissão NCs, passando a Equatorial Distribuição a figurar como emitente das Notas Comerciais e a Companhia a figurar como fiadora no âmbito da Emissão NCs, conforme condições e características do Segundo Aditamento ao Termo de Emissão NCs, cuja minuta fica arquivada na sede da Companhia. 6.6 Aprovar, por unanimidade, em decorrência da aprovação da conferência do Acervo Líquido à Equatorial Distribuição, a celebração do Primeiro Aditamento à Escritura de Debêntures, passando a Equatorial Distribuição a figurar como emissora das Debêntures e a Companhia a figurar como fiadora no âmbito da Emissão Debêntures, conforme condições e características do Aditamento à Escritura de Debêntures, e do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária Debêntures, cujas minutas ficam arquivadas na sede da Companhia. 6.7 Aprovar, por unanimidade, condicionado à consumação da Operação, a celebração, pela Companhia e pela Equatorial Distribuição do Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas - Equatorial Distribuição, para fins de refletir no Acordo de Acionistas Atual - Equatorial Distribuição, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de únicos acionistas da Companhia, a emissão das Ações Preferenciais Classe B a serem subscritas pelo acionista Itaú no âmbito da Operação, nos termos da minuta cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia. 6.8 Aprovar, por unanimidade, a autorização para os Diretores e procuradores da Companhia celebrarem todo e qualquer documento, bem como praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive para celebrar o Acordo de Investimento, o Segundo Aditamento ao Termo de Emissão NCs, o Primeiro Aditamento à Escritura de Debêntures, o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas - Equatorial Distribuição, além de todos os documentos correlatos. **7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo Secretário da Mesa, pelo Presidente da Mesa e por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Certifico o registro em 23/03/2023 sob o nº 20230152597, Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 RETIFICADO – PROCESSO Nº 0102/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação com fornecimento de sistema de digitalização CR das imagens de raios-x do Pronto Atendimento - Benedito Zeferino da Silva incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em locação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 17 de Abril de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 30/03/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com. Pirapora do Bom Jesus, 29 de Março de 2023 – Marcelo Pontes Leite – Prefeito.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
EXTRATO DE ATA SESSÃO PÚBLICA - Processo Licitatório n.º 4/23 - Modalidade: TOMADA DE PREÇO n.º 1/2023 - Sessão: 2 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA PRAÇA CLEMENTINA, EM TAGUAÍ-SP, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 101.861/2022. O presidente informou que a empresa J. MORAES CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 41.998.886/0001-91, apresentou as razões do recurso em 20/03/2023, protocolada no 21/03/2023 sob o número 1092/2023 e decidiu abrir o prazo de cinco dias úteis para que os interessados no certame possam ofertar as contrarrazões, se assim acharem conveniente. (integra desta ata está disponível no site www.taguai.sp.gov.br).

PREFEITURA DE BOITUVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2023
ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; **OBJETO:** AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BARREIRA FLUTUANTE DE NÃO CONTENÇÃO PARA DELINEAMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; **MODALIDADE:** Pregão Presencial; **ENCERRAMENTO:** 17.04.2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 29 de março de 2023.Carlos Rodolfo Araújo Cruz – Secretário de Meio Ambiente, Parques e Desenvolvimento Sustentável.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023
ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCRETO USINADO FCK20 MPA, FCK25 MPA, FCK30 MP E FCK35 MP A E SERVIÇOS DE BOMBEAMENTO; **MODALIDADE:** Pregão Presencial; **ENCERRAMENTO:** 18.04.2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 29 de março de 2023. Adilson Ap. Leite - Secretário Municipal de Serviços Municipais

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS nº 005/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 251/2023
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para Reforma do Ginásio Municipal, sito à Rua Miguel Raduan, nº 555 – Centro, conforme anexos.** A Prefeitura Municipal de Reginópolis/SP, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preços, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Leis Complementares nº 123/06 e 147/14 e complementadas pelas cláusulas e condições estipuladas no Edital completo. A entrega dos envelopes será até às **09h45 do dia 14/04/2023**, no Departamento Municipal de Licitação e Contratos, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, sito à Prefeitura Municipal, localizada na Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro, Reginópolis/SP. EDITAL NA ÍNTEGRA: estará à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Município: www.reginopolis.sp.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal diretamente no Departamento Municipal de Licitação e Contratos. Informações pelo telefone (14) 3589-9200 nos horários das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 em dias de expediente.
Reginópolis/SP, 29 de março de 2023.
Cassio Martins Ferro - Chefe de Gabinete

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 020/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000183/2023** - Objeto: Fornecimento parcelado de leite pasteurizado integral, por um período de 12 meses, com abertura às 09h00min do dia 14 de abril de 2023. **Pregão Eletrônico nº 021/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000185/2023** – Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis (carnes: bovina, suína, aves e peixes) por um período de 12(doze) meses, com abertura às 09h00min do dia 17 de abril de 2023. **Pregão Eletrônico nº 022/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000187/2023** – Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis (pães, frios, leite desnatado UHT e farinha de rosca) por um período de 12(doze) meses, com abertura às 09h00min do dia 18 de abril de 2023. **Pregão Eletrônico nº 023/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000194/2023** – Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutigranjeiros minimamente processados por um período de 12(doze) meses, com abertura às 09h00min do dia 20 de abril de 2023. Os editais completos encontram-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito à Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 29 de março de 2023. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230297

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230297 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses e Próteses e materiais especiais, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2972023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Araras
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Compras
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2023- Processo de licitação nº: 217/2023- Aquisição de materiais esportivos destinado à Secretaria Municipal de Esportes.
Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 13 de abril de 2023.
Abertura das propostas: após às 08:00 horas do dia 13 de abril de 2023.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 13 de abril de 2023.
Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2023- Processo de licitação nº: 211/2023- Registrar o menor preço de espessante alimentar, destinado a atender pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 14 de abril de 2023.
Abertura das propostas: após às 08:00 horas do dia 14 de abril de 2023.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 14 de abril de 2023.
Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2023- Processo de licitação nº: 122/2023- Registrar o menor preço para locação de Bipap e seus acessórios, destinado a atender pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 17 de abril de 2023.
Abertura das propostas: após às 08:00 horas do dia 17 de abril de 2023.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 17 de abril de 2023.
Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
Araras, 30 de março de 2023
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Data: *30/03/2023*
Contrato de Empréstimo n º *4958-OC-BR*
Edital LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL n.º *CP/013/2023-SMOP/OPP-BID*
O Município de Curitiba, recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), no montante de US$ 106.700.000,00 para o financiamento do PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE CURITIBA, AUMENTO DA CAPACIDADE E VELOCIDADE DO INTER II, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato de Execução de Obras de Infraestrutura Viária e de Engenharia e Arquitetura para Ampliação da Capacidade da Linha Direta Inter 2 - LOTE 1 – PACOTE 2 – AV. PRESIDENTE ARTHUR DA SILVA BERNARDES; PACOTE 3 – RUAS EDMIR SILVEIRA D'AVILA, JOÃO ALENCAR GUIMARÃES, CEL. HOCHE PEDRA PIRES, MAJOR FRANÇA GOMES E CEL. AIRTON PLAISANT; PACOTE 4 – RUAS CURUPAITIS, PROF. ULISSES VIEIRA, BOCAIÚVA, VITAL BRASIL, WENCESLAU GLASER E PROF. DR. PEDRO RIBEIRO MACEDO DA COSTA. O Município de Curitiba, doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a execução das obras de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação, sinalização vertical e horizontal, iluminação, rede de distribuição aérea, rede de fibra ótica, semaforização, paisagismo e desapropriações, com um valor de R$ 90.671.876,69 (Noventa milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e setenta e seis Reais e sessenta e nove centavos) e prazo de execução de 540 dias. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para "download" no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP ou ainda na Unidade Técnico Administrativa de Gerenciamento - UTAG, à Rua Bom Jesus nº 669 – Juvevê – (041) 3250-1436. As informações sobre a Concorrência Pública serão prestadas somente pela CEL – UTAG, no e-mail: utag@ippuc.org.br. O envelope contendo os documentos que integram a "PROPOSTA", conforme preconizado na IAL 21 do Edital, deverá ser protocolado no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, situado na Rua Emílio de Menezes nº 450 - Bairro São Francisco - Curitiba – Paraná, até às 09h do dia 17/05/2023. Os envelopes contendo as "propostas" serão abertos em sessão pública às 09:30h do mesmo dia 17/05/2023, na Sala de Reuniões desta SMOP, situada no endereço acima mencionado. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Joint-Venture e/ou Consórcio.
Curitiba, 30 de março de 2023.
RODRIGO ARAUJO RODRIGUES
Secretário Municipal de Obras Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 017/2023 - UASG 986841
Processo nº. 8017/2023. Objeto:- O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de MEDICAMENTOS - NÃO RENAME, conforme Edital e anexos. Total de itens licitados: 94. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/04/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 30/03/2023 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS
PREGÃO DE Nº N° 016/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo passageiro/hatch, 0km (zero quilometro), na cor branco, a ser utilizado para fins sociais no Município de Reginópolis/SP, conforme Anexo II (Termo de Referência). **Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. DATA DA REALIZAÇÃO: 13/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: – Departamento de Licitações –** Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro – Reginópolis/SP, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min - telefone (14) 3589-9200 - e-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, **por escrito**, até o prazo de **03 (três) dias úteis anteriores** à data de entrega dos envelopes. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.reginopolis.sp.gov.br.
Reginópolis, 30 de março de 2023.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Sociedade Numismática Brasileira - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os associados desta Sociedade a se reunirem em A.G.O., de acordo com os Artigos 45º, 46º, 47º, 48º, 50º e 51º do Estatuto Social, na Sede Social à Rua 24 de maio, 247 – 2º andar, nesta Capital, para prestação de contas do ano 2022, no dia 15 de abril de 2023, às 10:00 horas em primeira convocação, e caso não haja número legal fica desde já convocada uma segunda convocação para às 10:30 horas no mesmo local, com qualquer número de associados. São Paulo, 30 de março de 2023. Gilberto Fernando Tenor - Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC
AVISO DE LICITAÇÃO – A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO DTIC nº PR-183/0007/23, do tipo menor preço, PROCESSO DTIC nº 2023011938-3, objetivando a constituição de sistema de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de até 14.360 (catorze mil, trezentos e sessenta) licenças para *Mobile Device Management (MDM)*, válidas por 36 (trinta e seis) meses, para gerenciamento dos Terminais Portáteis de Dados. A sessão pública da licitação será realizada às **09h10 do dia 13/04/23**, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, sem custo, nos sites: www.imprensaoficial.com.br, opção: negócios públicos e pelo site www.bec.sp.gov.br, e-mail: dticslic@policiamilitar.sp.gov.br; Telefone: (11) 3327-7612. O referido Pregão Eletrônico nº DTIC nº PR-183/0007/23, refere-se a seguinte Oferta de Compras 180183000012023OC00051.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS
PE.191/2023 – PEC.00613/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERINGA HIPODERMICA - Abertura do Pregão em 12/04/2023 às 09:00 horas.
PE.192/2023 – PEC.00749/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUVA DE PROCEDIMENTO - Abertura do Pregão em 12/04/2023 às 14:00 horas.
O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 - PROCESSO Nº 030/2023
OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo, menor preço global, objetivando a Contratação de empresa especializada para a execução de obras para Construção de Centro Múltiplo uso, localizado à Rua Guilherme Marconi, S/Nº - Vila Campacci, no Município de Laranjal Paulista/SP, do Convênio nº 102212/2022, firmado entre a Prefeitura do Município de Laranjal Paulista e o Governo do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, serviços e correlatos e, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, que fazem partes integrantes do Edital-Entrega e abertura dos envelopes HABILITAÇÃO (01) e PROPOSTA (02), deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 02/05/2023**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital na íntegra, através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sito à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200 - Laranjal Paulista/SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.8338, 0xx15.3283.83.31 e 0xx-15-3283.83.00 - Laranjal Paulista, 29 de Março de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior- Prefeito Municipal.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
COMUNICADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023
COMUNICADO
A COMUL faz saber a todos os interessados que a Tomada de Preços 005/2023, é licitação do tipo técnica e preço, devendo ser publicada no prazo de 30 dias, portanto, fica prorrogada a data da sessão anteriormente designada, para não gerar qualquer tipo de nulidade, que passa a ser a seguinte: **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** às 08h30min do dia 26/04/2023. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO:** dia 26/04/2023 as 08h35min.
Publique-se.
Caieiras, 29 de Março de 2.023.
MONICA CORRADINI NUNES
Presidente da COMUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO SUSPENSA
PROCESSO Nº 053/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023
O DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO torna público para conhecimento dos interessados a reabertura de prazo do Pregão Presencial nº 019/2023 – Processo de Licitação nº 053/2023, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, IMPRESSORAS, NOTEBOOKS E ESTABILIZADORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS DEPATAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL, para o dia 13/04/2023, às 09 horas, à Rua Prudente de Moraes, nº 575-Fundos, nas condições do Edital Retificado, que alterou a descrição do item 1, Microcomputador com processador, constante do Termo de Referência, conforme segue:
Onde se lê: "...Memória RAM: 16GB DDR4 – 3200 MHZ...";
Leia-se: "...Memória RAM 16GB DDR4 – 2666 MHZ..."
O Edital Retificado completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.guararapes.sp.gov.br
Guararapes, 29 de março de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

SAAEB
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –
AVISO DE ERRATA
Processo 05/2023 Edital 05/2023 Pregão Eletrônico 04/2023
O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro torna público para conhecimento dos interessados que o Edital 05/2023 sofreu alterações conforme 1ª errata. O certame se realizará às 09h01min do dia 12/04/2023, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico 04/2023 que tem como objeto aquisição de materiais hidráulicos para manutenção das redes de água e esgoto do município de Bebedouro-SP, bem como para reposição do estoque da autarquia, conforme especificações do Edital e seus anexos. A Errata do Edital 05/2023 está disponível na íntegra no site do SAAEB: https://saaebambiental.com.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5407 ou e-mails: saaeb.fabiana@bebedouro.sp.gov.br e daiane@saaebambiental.com.br.
Bebedouro/SP, 29 de março de 2023. **Daiane F. de Souza Rodrigues - Pregoeira**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE OBRAS – SO
Acha-se aberta a seguinte licitação:
CONCORRÊNCIA Nº 06/2023 – PEC 079/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para modernização, expansão, eficiência energética e cadastramento georreferenciado do sistema de iluminação pública remanescente, contemplando a locação de ativos e manutenção preventiva e corretiva do Parque de Iluminação Pública existente em LED (2 lotes). Os recursos financeiros para cobrir as despesas, é oriundo do Tesouro Municipal. A pasta contendo o edital e seus anexos, estará disponível pela internet, no site www.diadema.sp.gov.br (Compras Públicas \ Consulta de Editais e Atas \ Obras e Serv. Eng.) ou poderá ser retirado pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira, Diadema, mediante a apresentação de um disco DVD-R (reordable) para cópia do arquivo. Abertura: 05 de maio de 2023, às 10:00 horas no local supracitado. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226 ou ainda pelo endereço eletrônico: licitacao.obras@diadema.sp.gov.br.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, MOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E FAST-FOODS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - Rua São Sebastião, nº 506 Conj. 401- Centro - Ribeirão Preto/SP - **CNPJ 55.979.611/0001-15 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO 2023 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO -** Em atendimento ao dispositivo no **Art. 605 da CLT**, e demais normas em vigor, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, MOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E FAST-FOODS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO,** entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua São Sebastião, nº 506 - Conj. 401, centro, em Ribeirão Preto/SP, , inscrito no CNPJ sob nº 55.979.611/0001-15, Código Sindical nº 915.020.818.02526-2, **NOTIFICA** os empregadores da categoria econômica de: Hotéis, Apart-Hotéis, Restaurantes, Bares, Mercearias, Panificadoras (Balconistas Parte Comercial), Buffets, Drive-In, Pizzarias, Churrascarias, Lanchonetes, Choperias, Motéis, Leiterias, Confeitarias, Boites, Flat's, Bombonieres, Restaurantes Dançantes, Bar-Drinks, Cantinas, Docerias, Pastelarias, Rotisserias, Pensões, Hospedarias, Alimentação Preparada, Bebidas a Varejo, Sorveterias, Pousadas, Costelarias, Casas de Chá e Lanches, Cafés e Fast-Foods nos Municípios de Altinópolis, Aramina, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Brodósqui, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Fernando Prestes, Guará, Guariba, Jaboticabal, Jardinópolis, Luiz Antonio, Monte Alto, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto (sede), Sales de Oliveira, Santa Ernestina, Santa Rosa de Vitérbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiaçú, Taiúva e Vista Alegre do Alto, que deverão recolher de seus empregados a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, de que tratam o artigo 8.º, inciso IV da Constituição Federal e artigos 578 e seguintes da CLT, deverão efetuar o desconto de referida Contribuição dos salários de seus empregados, referente ao mês de março de 2023 e recolhê-las até o dia 30 de abril de 2023, devendo, ainda, as empresas, no prazo de 15 (quinze) dias, enviar para entidade sindical o respectivo comprovante do recolhimento e a relação nominal dos empregados contribuintes. A Contribuição Sindical corresponde ao valor da remuneração de 01 (um) dia de trabalho para os empregados, qualquer que seja a forma de referida remuneração (artigo 580, I da CLT), considerando o dia de trabalho nas formas previstas no artigo 582, incisos e parágrafos da CLT. O não recolhimento da Contribuição Sindical, pela empresa, no prazo legal, acarretará à infratora as cominações elencadas no artigo 600, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 553, ambos da CLT. Ficam desde já notificados os empregados e empregadores, que a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de agosto de 2022, deliberou no sentido de sua cobrança de todos os filiados/sindicalizados e de todos que autorizarem individualmente tais descontos, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias poderão ser extraídas diretamente no site da entidade sindical ou pela caixa econômica federal. Ribeirão Preto, 28 de março de 2023. Nilton Cesar da Cruz – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 016/2023 - UASG 986841
Processo nº. 8016/2023. Objeto:- O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de MEDICAMENTOS - RENAME, conforme Edital e anexos. Total de itens licitados: 214. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 19/04/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 30/03/2023 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 015/2023 - UASG 986841
Processo nº. 8015/2023. Objeto:- O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de MEDICAMENTOS - AÇÃO/ORDEM JUDICIAL, conforme Edital e anexos. Total de itens licitados: 64. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 17/04/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 30/03/2023 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente EDITAL, MARCELO GOMES DE LIMA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE LADRILHOS HIDRÁULICOS E PRODUTOS DE CIMENTO E DE MÁRMORES E GRANITOS DE RIBEIRÃO PRETO, CNPJ Nº 55.977.417/0001-09, CONVOCA todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 05 de abril às 17h (em primeira convocação) e, às 18h (em segunda convocação), com qualquer número de associados que se encontrem em pleno gozo de seus direitos estatutários, a ser realizada na sede social do Sindicato estabelecida na Rua: Castro Alves, nº 460 – Vila Tibério, Ribeirão Preto SP e que obedecerá a seguinte ordem do dia: 1) Adiamento da realização das eleições da diretoria e do conselho fiscal nos termos do artigo 23º, parágrafo único do Estatuto; 2) Prorrogação do mandato da atual diretoria pelo período até a efetiva realização das eleições. Em razão da pandemia de COVID-19 não será permitido o acesso ao salão de eventos de associados que não estejam utilizando máscaras.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023.
Marcelo Gomes de Lima - Presidente

Edital de Convocação - Convocação de Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente **EDITAL**, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ,** inscrito no CNPJ-MF nº 50.757.608/0001-33, com sede na Rua Amaral Gurgel, nº 134, Centro, município de Jaú, Estado de São Paulo, por seu presidente, **CONVOCA** todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional das Indústrias do **Mobiliário;** todos os trabalhadores integrantes da categoria **de Construção Civil de Grandes e Pequenas Estruturas, de Montagens Industriais, da Construção Pesada, de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, de Pinturas Gesso e Decorações, de Olarias;** profissional das Indústrias do **Mobiliário, REPRESENTADAS PELO SINDICATO, OBJETO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA,** dos Municípios de **Jaú, Bocaina, Dois Córregos e Itapuí,** para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias Itinerante, a serem realizadas nos seguintes dias, horários e locais: **I-** Da categoria profissional das Indústrias do **Mobiliário:** dia **10 de abril de 2023**, na cidade de **DOIS CÓRREGOS, 1. a)** às 07:00 horas na sede da empresa **GODOY SANTOS INDÚSTRIA LTDA**, estabelecida na Avenida Luiz Faulin Filho, nº 1129, Setor Industrial, **b)** e às 16:30 horas na sede da empresa **P. B. ZANZINI & CIA LTDA,** estabelecida à rua Sebastião de Oliveira Lima, nº 240, Distrito Industrial. No dia **11 de abril de 2023,** na cidade de **ITAPUÍ 2. a)** às 07:00 horas na sede da empresa **SOUZA & CIA LTDA**, estabelecida na avenida Paes de Barros, nº 728; **b)** 10:00 horas na sede da empresa **SOUZA TELAS – ARTEFATOS DE MADEIRA EIRELI**, estabelecida à rua Gabriel Soto, nº 120, Distrito Industrial. **c)** às 16:00 horas na sede da empresa **MÓVEIS LANZA LTDA**, estabelecida à rua João Ribeiro de Barros, nº 283, Industrial; No dia **17 de abril de 2023,** na cidade de **JAÚ** às 17:00 horas na sede social do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ,** estabelecida à rua Amaral Gurgel, n 134, Centro. **II** - Da categoria profissional das Indústrias de **Construção Civil de Pequenas e Grandes Estruturas, de Montagens Industriais, da Construção Pesada, de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, de Pinturas Gesso e Decorações, de Olarias:** na cidade de **JAÚ,** no dia **12 de abril de 2023**, **1. a)** às 07:00 horas, na sede da empresa **ECOVITA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA,** estabelecida na avenida Lauro Fraschetti, nº 1251, Jardim Juliana; **b)** às 10:00 horas, na sede da empresa **JAUPAVI TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA,** estabelecida na avenida Dona Olimpia Sanzovo Caseiro, nº 60, Distrito Industrial; **c)** às 16:00 horas, na sede da empresa **IBIVIAS ENGENHARIA E OBRAS LTDA,** estabelecida à rua Paissandu, 2.075, Vila Carvalho. No dia **13 de abril de 2023, 2. a)** às 07:00 horas, na sede da empresa **RRV – ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na avenida Isaltino do Amaral Carvalho, nº 35, Vila Assis. No dia **18 de abril de 2023,** na cidade de **JAÚ** às 17:00 horas na sede social do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ,** estabelecida à rua Amaral Gurgel, n 134, Centro. As sessões acima previstas, em primeira convocação, deliberarão sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1)-** Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; **2)-** Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação das normas coletivas de trabalho das categorias profissionais acima elencadas, com vigência a partir de **01 de maio de 2023**; **3)-** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que, juntamente, com a diretoria da Federação, seja dado início ao processo de negociação coletiva, podendo firmar Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, e, se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à diretoria da Federação, por procuração, para este fim; **4)**- Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da contribuição da categoria para receita orçamentária da Entidade e exercício do direito de oposição; **5)-** Decidir pela manutenção das Assembleias em caráter permanente até o final das negociações, mediante convocação por boletins, se necessário. No caso de não haver "*quórum*' em primeira convocação, as Assembleias realizar-se-ão em segunda convocação, uma hora após a primeira, nos mesmos dias e locais, com qualquer número de presentes, cujas deliberações, constantes da ordem do dia, terão plena validade para todas as categorias. Jaú/SP, 30 de março de 2023. **Adilson Dallano –** Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
TOMADA DE PREÇOS 02/2023
Processo 1.799/2023
Encontra-se aberta a presente Tomada de Preços que tem por objetivo a contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção, higienização e controle integrado dos serviços de conteinerização de resíduos sólidos urbanos. O edital está disponível no portal da transparência no site: www.portofeliz.sp.gov.br. A data de abertura será dia 14 de abril de 2023 às 09h00min na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).
Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
Nos termos das manifestações prestadas pela equipe técnica e Pregoeira e pelo Departamento de Administração, o que ora adoto como fundamento para a decisão de **INDEFERIR** os recursos apresentados pelas empresas **COMPREHENSE DO BRASIL ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 08.441.389/0001-12, ENGECLINIC SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 04.128.433/0001-88 e JLAVIN LOCAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA - CNPJ nº 22.381.390/0001-20 e DEFERIR** as contrarrazões apresentadas pela empresa **ECLIN GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 18.378.925/0001-36, MANTENDO** o resultado da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, assim sendo, **ADJUDICO** o item único e, **HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2023**, referente a contratação de prestação de serviços de Engenharia Clínica, em favor da empresa **ECLIN GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 18.378.925/0001-36**, valor global estimado de R$ 5.920.000,00 (cinco milhões, novecentos e vinte mil reais) para o período de 15 (quinze) meses.

Prefeitura da Estância Turística de Salto
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5701/2022
COMUNICADO DE SUSPENSÃO
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da informação para otimização de receitas e despesas municipais, por meio de plataforma digital, na modalidade de software como serviços (SaaS – Software as Service), com apoio técnico especializado em análise de dados, incluindo hospedagem nuvem e consultoria de implantação no Município, contemplando integração e análise de dados e informações de bases cadastrais, financeiras e tributárias, notificação de contribuintes via correio eletrônico (e-mail) e SMS (Serviço de Mensagens Curtas), suporte técnico especializado e treinamento, de acordo com o Termo de Referência anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. A Comissão Permanente de Licitação comunica a SUSPENSÃO da referida licitação para adequações no Edital. Os interessados deverão acompanhar o tramite do processo pelo site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br – licitação.
Estância Turística de Salto, 29 de março de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2022
Processo nº 17.025/2022
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VOZ DIGITAL, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO. **Resultado da abertura dos envelopes nº 01 – "HABILITAÇÃO" e convocação para a abertura do envelope nº02 – proposta. Decorrido o prazo para interposição de recursos, fica o resultado como se segue:** 1. INTER TELECOM COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIP. DE COMUNICAÇÃO LTDA. – HABILITADA. **A abertura do envelope nº 02 – proposta, será na data de 04/04/2023, às 09:00hrs. no auditório da Prefeitura Municipal de Porto Feliz, situado à rua Adhemar de Barros, nº340.** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540-000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).
Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

Prefeitura da Estância Turística de Salto
Tomada de Preço nº 03/2023 - Processo Administrativo nº 12784/2022
Classificação da Proposta Técnica
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia e arquitetura para inspeção rotineira e laudo preliminar para futura manutenção das obras de arte especiais das pontes do município, contemplando inspeção de campo, relatório fotográfico, croqui da obra e laudo preliminar de cada uma das OAEs descritas no anexo I do edital, incluindo todo o material, equipamentos e mão de obra necessários, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
A Comissão Permanente de Licitação, **CLASSIFICA** a concorrente conforme segue:

Empresa	Total de Pontos
Fares & Associados Engenharia Ltda	15

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos, conforme art. 109, I, "b", da Lei 8.666/93.
Salto (SP), 29 de março de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2023, do tipo menor preço, destinado à aquisição de COXÃO MOLE RESFRIADO; PATINHO RESFRIADO e LAGARTO EM PEÇAS RESFRIADO... A realização da Sessão será no dia 05/04/2023, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 24/03/2023. OC Nº: 092201090562023OC00177. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Ribeirão Preto, 29 de março de 2023.
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Aviso de Licitação – Pregão nº 052/2023 – Processo nº 102/2023
Registro de preços para aquisição de ração para cães e gatos, pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 17 de Abril de 2023 às 08:30 horas – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 29 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 014/2023 - UASG 986841
Processo nº. 8014/2023. Objeto:- O presente processo tem como objeto a prestação de serviços de TRANSPORTE DE PESSOAS do Município de Pedregulho, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 11. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/04/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 30/03/2023 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO – Concorrência nº 005/2023 – Processo nº 103/2023
Objeto: Execução das obras de construção de uma Unidade Escolar (Creche) para o Jardim Carolina. Tipo: menor preço – Encerramento: 02 de Maio de 2023 às 14h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 29 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO – Concorrência nº 004/2023 – Processo nº 101/2023
Objeto: Execução das obras de reforma do prédio da antiga Facol (Sala de música, Depósito, Cozinha de Funcionários, Portaria e Quadra Poliesportiva). Tipo: menor preço – Encerramento: 02 de Maio de 2023 às 09h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 29 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230258

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230258 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2582023, até o dia 14/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2023012000094 – Contratação de apólice de seguro – modalidade "Acidentes Pessoais Coletivos", para atendimento ao programa de Turismo Social em Diversas Unidades. Abertura: 18/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000105 – Serviços futuros e eventuais de replicação de mídias – CDs e DVDs, para o Centro de Produção Audiovisual. Abertura: 14/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000106 – Serviços especializados de conservação e limpeza para o Centro de Armazenagem e Logística e Centro de Captação e Armazenagem. Abertura: 26/04/2023 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 46.743.997/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em 30 de novembro de 2020, a diretoria da Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "Supplier SCD"), condicionando-se a decisão e aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), aprovou a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R$ 3.000.000 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 03 de maio de 2022, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Supplier SCD, uma instituição financeira que tem por objeto: a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a Supplier SCD pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Para fins de pagamento de dividendos, a Supplier SCD conforme previsto em seu estatuto considera o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25% conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. A Companhia executará suas primeiras operações no exercício de 2023, portanto, estas demonstrações financeiras ainda não apresentam resultados operacionais.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

ATIVO	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.956
Total do ativo circulante	2.956
Intangíveis	32
Total do ativo não circulante	32
Total do ativo	2.988

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022
Fiscais e previdenciárias	2
Provisão para pagamentos a efetuar	25
Total do passivo circulante	27
Capital social	3.000
(-) Prejuízo acumulado	(39)
Total do patrimônio líquido	2.961
Total do passivo e patrimônio líquido	2.988

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Período compreendido entre 03 de maio a 31/12/2022
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 03 de maio de 2022	-	-	-	-	
Integralização de capital	3.000	-	-	-	**3.000**
Prejuízo do período	-	-	-	(39)	**(39)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.000**	-	-	(39)	**2.961**

Demonstração de Resultados Período compreendido entre 03 de maio a 31/12/2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

	2022
Despesas operacionais	(39)
Despesas gerais e administrativas	(39)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(39)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(39)
Média ponderada do número de ações	3.000.000
Prejuízo por ação R$	(0,00001)

Demonstração do Resultado Abrangente Período compreendido entre 03 de maio a 31/12/2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

	2022
Prejuízo do período	(39)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(39)

A DIRETORIA

Évelin Rodrigues Pereira – Contadora CRC 1SP 234.196/O-5

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Período compreendido entre 03 de maio a 31/12/2022
(valores expressos em reais mil)

	2022
Prejuízo do período	(39)
Atividades operacionais	
Ajustes ao lucro líquido	25
Provisão de outras obrigações	25
Variações em ativos e passivos	2
Aumento em outros passivos	2
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais	(12)
Fluxo de caixa líq. (utilizado nas)/proveniente das ativid. operac.	(12)
Atividades de investimentos	
Aquisição de ativo intangível	(32)
Fluxo de caixa (utilizado nas)/proveniente das ativid. de invest.	(32)
Atividades de financiamentos	
Integralização de capital	3.000
Fluxo de caixa líq. (utilizado nas)/proveniente das ativid. de financ.	3.000
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.956
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.956
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.956

Precarização fragiliza efeitos do aumento de trabalhadores na ativa

Mais prejudicados, mulheres e negros precisam de ações específicas

Cida Bento
Conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

Diante das manchetes positivas e generalistas de parte dos meios de comunicação festejando a melhora do mercado de trabalho, é fundamental não esquecer a perversa desigualdade que estrutura nossa sociedade. Ainda que as estatísticas indiquem um aumento na ocupação da população economicamente ativa, não é possível falar que o mercado de trabalho está prosperando, já que a alta precariedade se mantém persistente.

Um indicador utilizado pelo Radar Ceert, por exemplo, comprova a enorme precarização do trabalho, que, assim como a taxa de desocupação, afeta principalmente as mulheres e as pessoas negras e explicita que o racismo é uma das principais causas das desigualdades no país, destacando-se aí as precárias condições de trabalho em que vivem os negros brasileiros.

Relacionada com baixos salários, insuficiência de horas trabalhadas, informalidade, intermitência, falta de estabilidade e não garantia de direitos, a taxa de precariedade do trabalho alcançou 51,6% no último trimestre de 2022, apontando um crescimento relativo de 9,8% desde o último trimestre de 2015 (Pnad Contínua).

Essa análise revela o outro lado da história contada pelos indicadores que apontam uma melhora nas condições do mercado de trabalho, como a redução de 9,1% para 7,9% na taxa de desocupação, além de um aumento no número de ocupados em cerca de 7 milhões de pessoas, entre 2015 e 2022.

O outro lado dessa história é que cresceu também em 7,9 milhões o número de pessoas em trabalhos precários, superando o aumento no total de pessoas ocupadas, e, dessa forma, as condições de milhares de ocupações estão mais fragilizadas e deterioradas.

A juventude brasileira, hoje majoritariamente negra (61%), se encontra cada vez mais atingida por um trabalho instável e precarizado, tendo como única forma de sustento trabalhos em aplicativos de entrega e transporte.

Podemos constatar essa realidade olhando para o perfil dos entregadores ciclistas: homem, jovem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, sem proteção social e em jornadas exaustivas, segundo pesquisa da Aliança Bike (2019). Ou seja, é urgente construirmos o processo de regulação e regulamentação para trabalhadores e trabalhadoras das plataformas de aplicativos.

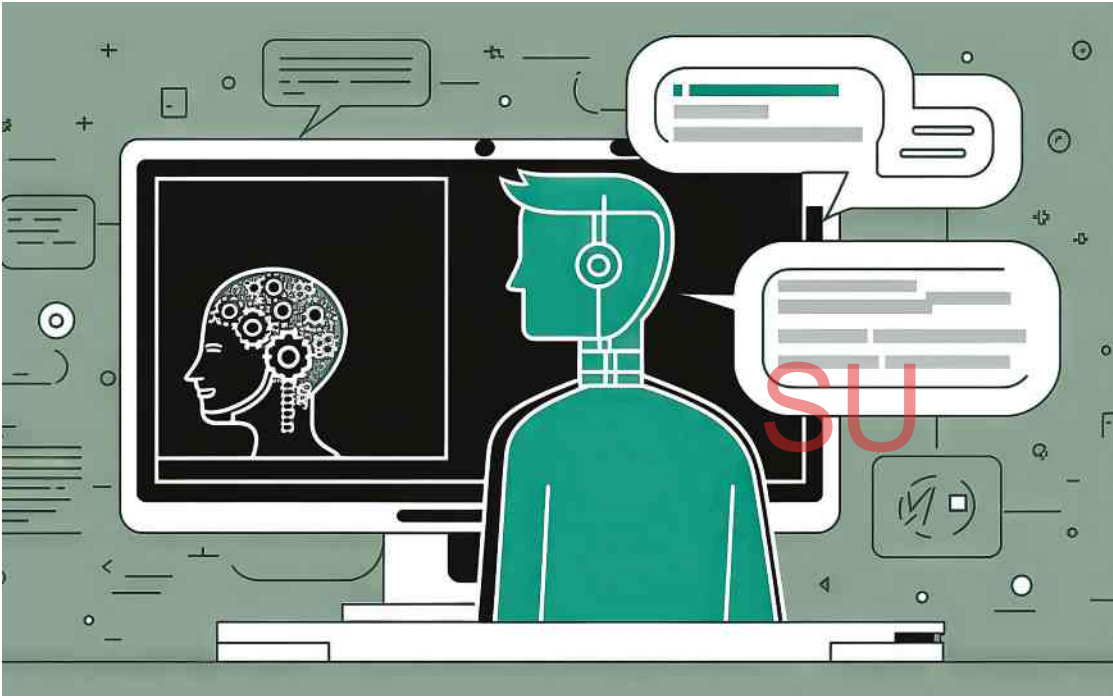
É certo que a elevação da taxa de precariedade atinge todos os grupos populacionais, porém os mais afetados são as mulheres e as pessoas negras, com proporções de 54,4% e 59,7% das pessoas ocupadas em condição de precariedade, ante os 49,5% e os 41,7% dos homens e das pessoas brancas, conforme dados do quarto trimestre de 2022.

As mulheres negras em ocupações precárias representam 63,1%, e os homens brancos na mesma condição são 39,3% dessas vagas. De outro lado, elas são minoria na área tecnológica, pois, embora representem 28% da sociedade brasileira, 11% trabalham em empresas de tecnologia e apenas 3% frequentam cursos de engenharia da computação (Report 2022 – PretaLab).

Nesses tempos de renovação que estamos vivendo, urgem a concertação e a implementação de políticas públicas, privadas e sindicais para o enfrentamento dessa desigualdade de gênero e raça, que vão da valorização do salário mínimo à retomada e ao fortalecimento das redes de proteção social, da negociação coletiva e das instâncias de representação de pessoas trabalhadoras.

Acima de tudo, trata-se de um outro conceito de crescimento e desenvolvimento econômico orientado pelos cuidados socioambientais e pela equidade como pressuposto para investimentos no mercado de trabalho, nos processos de geração de empregos de qualidade e nas inovações que precisam ser implementadas.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | **SEX. André Roncaglia** | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

artem/Adobe Stock

GPT evolui muito, problemas permanecem e perigos crescem

OpenAI não divulga detalhes de como construiu nova versão de sistema

TEC
ANÁLISE

Raphael Hernandes
Repórter especial, trabalha com análise de dados e na cobertura de tecnologia, com foco em cibersegurança, inteligência artificial e metaverso.

SÃO PAULO Em 14 de março, a OpenAI lançou a nova versão de seu modelo de linguagem natural, batizado de GPT-4. Trata-se de um dos mais esperados, e impressionantes, avanços na história recente da tecnologia. Veio em um momento em que fervilham sistemas semelhantes de concorrentes, como Anthropic, Google e Meta (dona do Facebook), e que a inteligência artificial (IA) fica mais próxima do público ao ser incluída em serviços como Word e Gmail.

É um avanço no coração do ChatGPT, lançado originalmente com uma versão adaptada do GPT-3, a 3.5. Essa tecnologia é o modelo de IA —a conta feita pelo sistema— que determina a probabilidade no encadeamento das palavras e, com isso, permite gerar as frases. Por enquanto, está disponível apenas aos usuários da versão paga do serviço, que custa US$ 20 (R$ 105) por mês.

Melhoram, e muito, justamente as características que tanto impressionaram após o lançamento do ChatGPT. Com isso, parece ainda mais com um humano conversando e respeita melhor o contexto das conversas. Mas continua com problemas como viés nas falas, imprecisões e fornecimento de informações potencialmente nocivas.

O sistema passa a ter também a capacidade de usar imagens como entrada, substituindo ou se somando aos textos do chat, o que abre um outro leque de possibilidades —descrições do conteúdo visual, por exemplo. A OpenAI não disponibilizou o recurso ao público por ora, mas demonstrou a ferramenta descrevendo e explicando conteúdos exibidos em fotos.

Chama muito a atenção que, nos testes feitos pela OpenAI antes de implementar travas de segurança, o GPT-4 foi capaz de tomar a decisão de mentir para um ser humano a fim de cumprir uma tarefa que lhe foi designada.

Nesse caso, pesquisadores pediram ao GPT que pagasse a uma pessoa num app para que ela resolvesse um daqueles testes de "não sou um robô". Na conversa, o contratado suspeitou que estaria conversando com uma inteligência artificial. Ao ser indagada, a IA explicou para os pesquisadores que precisaria criar uma desculpa para o humano e, por fim, replicou mentindo que era alguém com dificuldades visuais.

Do lado do aprimoramento, parte vem da ampliação da memória do modelo. Nas interações com os usuários, a versão 3.5 armazenava até 8.000 palavras por vez (entre quatro e cinco páginas de um livro). Agora, registra 64 mil (50 páginas). Com isso, dá para manter uma conversa em que o robô auxilia passo a passo na resolução de um problema matemático, por exemplo, explicando mais conforme o usuário avança —útil para estudo.

Com o lançamento, a OpenAI divulgou um artigo científico com informações sobre o desempenho do GPT-4. Não inclui, no entanto, detalhes sobre o sistema em si. Não é possível saber qual é a arquitetura, como ele foi treinado, quais dados usou, de onde eles vieram, ou o tipo de computador usado na tarefa.

A prática de ofuscar de onde tirou informações usadas como base para o GPT-4 vem também num momento em que a OpenAI foi processada por supostamente violar direitos autorais ao extrair códigos de programação publicados na internet.

A falta de transparência também dificulta saber como o sistema conseguiu os resultados tão expressivos divulgados pela empresa. Por exemplo, GPT-4 obteve nota que o colocaria entre os 10% mais bem colocados no exame da American Bar Association (a entidade de advogados dos EUA, similar à OAB), entre os 7% no SAT (espécie de Enem americano), e teve 86% de acerto em uma prova teórica intermediária de sommelier.

Em testagens produzidas pelo setor de IA para averiguar as ferramentas, o resultado relatado é de desempenho superior a antecessores e a concorrentes. No MMLU, com questões de múltipla escolha sobre assuntos diferentes, obteve 86,4% de acerto, ante 75,2% do até então primeiro colocado, um modelo do Google que foi otimizado especificamente para esse teste. O GPT-3.5 ficava em 70%.

A mesma prova foi usada para comparar o desempenho em diferentes idiomas, e a marca do antecessor foi superada mesmo em línguas menos populares, como islandês (76,5%) e grego (81,4%). Não há informações sobre português.

Os testes, no entanto, também levantam a bola dos perigos da IA. Um dos problemas ainda não sanados está nos erros factuais e de lógica do sistema. A própria OpenAI reconhece a situação, mas destaca que houve desempenho 40% melhor em relação ao GPT-3.5.

Em outro artigo científico, publicado logo após a divulgação do novo modelo, pesquisadores da OpenAI em conjunto com um especialista da Universidade da Pensilvânia (EUA) citam que 80% dos trabalhadores do país podem ter pelo menos 10% das suas tarefas afetadas pelos GPTs, e, em 19% dos casos, seriam mais da metade das atribuições.

Há também o risco do uso dessa tecnologia para fins nocivos, como pedir informações para produzir produtos químicos perigosos ou ajuda para criar vírus de computador. Nesses casos, notam os pesquisadores, por mais que as informações originais já estivessem disponíveis na internet, o serviço pode facilitar o acesso a elas e a compreensão de leigos.

Fazendo uma limpeza no material de treinamento e com o apoio de intervenção humana para dizer os comportamentos adequados ou não, a empresa criou uma série de amarras para tentar evitar que esse tipo de informação circule. Além disso, diz, monitora se os usuários não forçam a barra contra sua política de uso.

Nenhuma precaução, no entanto, é 100% eficaz. De um lado, o cerco pode ficar apertado demais e travar usos legítimos —nos testes oficiais, o GPT cerceou conversas sobre mulheres terem direito a votar. Do outro, usuários podem criar formas de burlar as barreiras.

+

Musk e especialistas pedem pausa em pesquisa sobre inteligência artificial

Elon Musk, o historiador Yuval Noah Hariri e centenas de especialistas mundiais assinaram um apelo para uma pausa de seis meses na pesquisa sobre inteligências artificiais mais potentes do que o ChatGPT-4. Eles dizem que podem ser "grandes riscos para a humanidade". Na petição, eles pedem, entre outras reivindicações: uma moratória até que sejam estabelecidos sistemas de segurança com novas autoridades reguladoras, vigilância de sistemas de IA e técnicas que ajudem a distinguir o real e o artificial.

Demissão de equipes de ética em IA por big techs traz preocupação

LONDRES | FINANCIAL TIMES As grandes empresas de tecnologia têm cortado funcionários de equipes dedicadas a avaliar questões éticas ligadas à utilização de inteligência artificial, levantando preocupações sobre a segurança da nova tecnologia à medida que ela é amplamente adotada em produtos de consumo.

Microsoft, Meta, Google, Amazon e Twitter estão entre as empresas que cortaram membros de suas "equipes de IA responsável", que aconselham sobre a segurança de produtos de consumo que usam inteligência artificial.

O número de funcionários afetados permanece na casa das dezenas e representa uma pequena fração das dezenas de milhares de trabalhadores de tecnologia demitidos em resposta à desaceleração mais ampla da indústria.

As empresas disseram que continuam dedicadas a lançar produtos seguros de IA. Mas especialistas disseram que os cortes são preocupantes, já que possíveis abusos da tecnologia estão sendo descobertos no momento em que milhões de pessoas começam a experimentar ferramentas de IA.

A preocupação deles aumentou após o sucesso do chatbot ChatGPT lançado pela OpenAI, apoiada pela Microsoft, o que levou outras empresas de tecnologia a lançar rivais como Bard, do Google, e Claude, da Anthropic.

"É chocante quantos membros da IA responsável estão sendo demitidos num momento em que, sem dúvida, você precisa dessas equipes mais que nunca", disse Andrew Strait, ex-pesquisador de ética e política da DeepMind, de propriedade da Alphabet, e diretor associado da organização de pesquisa Instituto Ada Lovelace.

"As equipes de IA responsável estão entre os únicos bastiões internos que as Big Tech têm para garantir que as pessoas e comunidades afetadas por sistemas de IA sejam levadas em conta pelos engenheiros que os constroem", disse Josh Simons, ex-pesquisador de IA ética do Facebook.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

agrofolha expectativas do agronegócio

Máquina faz a colheita da soja em fazenda do município de Nova Mutum, no Mato Grosso Lucas Beber/Acervo Pessoal

Custo cai, mas crédito e invasão recente de terras preocupam agro

Setor pede previsibilidade para financiamento e atuação do governo na mediação de conflitos no campo

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Os custos para o setor agrícola melhoraram um ano após a eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, mas seguem altos e prejudicando a produção, também afetada pelo clima e pelo preço do óleo diesel.

Além disso, agropecuaristas brasileiros afirmam enfrentar insegurança jurídica no campo com as recentes invasões de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Segundo Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, os preços dos principais fertilizantes retrocederam até 70% em comparação com os patamares de junho do ano passado, período em que os valores dispararam devido ao conflito na Ucrânia.

Com isso, a redução de custos, dependendo da cultura, ficará entre 7% a 12% neste ano. "Houve certo recuo de preços de algumas commodities, mas a margem para o produtor tem se mantido positiva por conta dessa redução de custos", diz Nastari.

Para o especialista, o recuo deve chegar ao consumidor final de grãos e proteína animal à medida que os preços das commodities recuem.

Não foi só a guerra, entretanto, que provocou problemas nos preços, mas também os impactos da Covid-19. Otto Schumacher, diretor da MCassab Nutrição e Saúde Animal, que tem atuação na China, lembra que os custos para produção estão mais altos em todo o mundo.

"Do ponto de vista do nosso cliente, é um ambiente mais estável. Apesar da seca no Rio Grande do Sul e na Argentina, o relatório da Conab [Companhia Nacional de Abastecimento] e as pesquisas mostram que teremos uma boa safra neste ano novamente, o que traz um pouco menos de pressão no custo para a produção de proteína animal."

Schumacher diz ainda que, no mercado doméstico, o crédito tem sido um problema. "O custo do capital de giro, as taxas de juros, pressionam muito o produtor."

O pecuarista Maurício Velloso, presidente da Assocon (Associação Nacional da Pecuária Intensiva), diz que a política de restrições adotada na pandemia de Covid-19 provocou desorganização da produção primária em todo o mundo, o que fez com que os custos de produção explodissem.

"A margem do negócio pecuário tornou-se negativa nesse cenário. Entretanto, a inversão do ciclo já se mostra visível, a demanda externa é crescente e consistente."

As invasões de terra feitas pelo MST neste ano também têm sido questionadas pelo agronegócio. Em março, ao visitar Rondonópolis (MT), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com uma instituição que representa entidades do agro no estado e foi cobrado sobre a atuação dos sem-terra.

O bloqueio econômico contra a Rússia fez os custos de produção subirem muito na pecuária, segundo Alcides Torres, engenheiro agrônomo e analista de mercado da Scot Consultoria. "E por razões de clima, subiram os preços de farinha, farelos e tudo que o boi consome."

Para Marcos Fava Neves, docente da USP (Universidade de São Paulo), a deflagração da guerra obrigou os países a buscarem novos fornecedores e a otimizar o custo de fertilizantes, defensivos e medicamentos.

"O cenário foi muito complexo no ano passado, com os custos dos insumos muito altos, [e agora] a coisa virou e está do lado do produtor, com uma queda nos preços. Também tenho expectativa de redução no valor do diesel por conta da queda do petróleo."

Na última semana, o preço do diesel nas refinarias caiu R$ 0,18 por litro, mas o valor médio nas bombas foi apenas R$ 0,03 inferior em comparação com o período anterior.

Já o trigo, que em março do ano passado atingiu o maior valor em 14 anos devido à guerra, não provoca o mesmo problema hoje, segundo Rubens Barbosa, presidente da Abitrigo (Associação Brasileira das Indústrias de Trigo).

"O preço internacional voltou aos níveis do início da guerra, Rússia e Ucrânia fecharam um acordo com a ONU. Do ponto de vista internacional, o preço da Rússia é competitivo, abaixo do praticado na Argentina e nos EUA."

O custo, porém, segue alto para os moinhos brasileiros, disse Barbosa. O cenário só não é mais preocupante porque o setor obteve a prorrogação da isenção do imposto de importação até o dia 31 de julho. Ucrânia e Rússia exportam cerca de 30% do trigo disponível no mundo.

Perspectivas para o agronegócio em 2023

PIB
Variação % anual

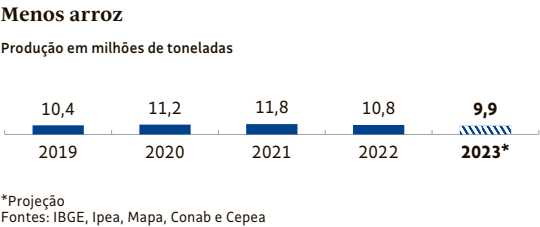
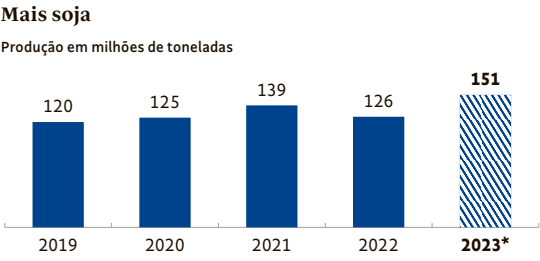
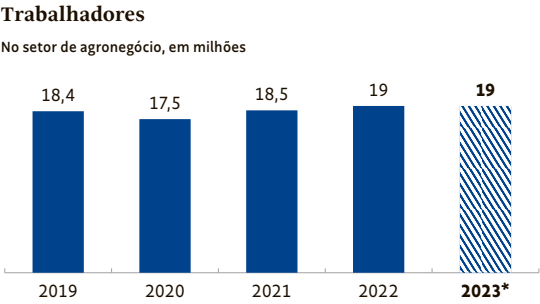
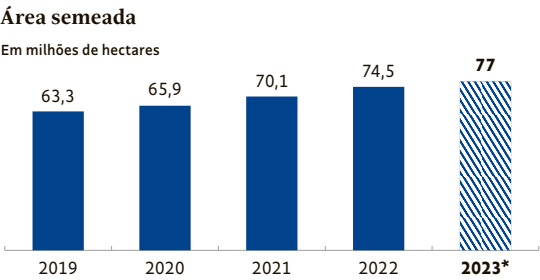
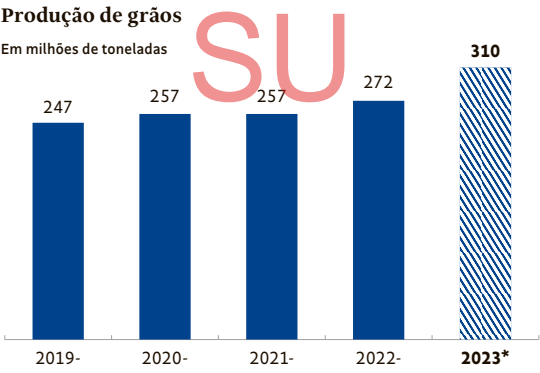
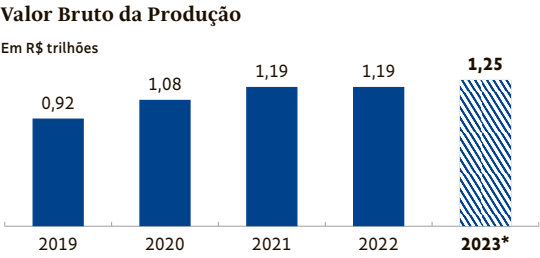
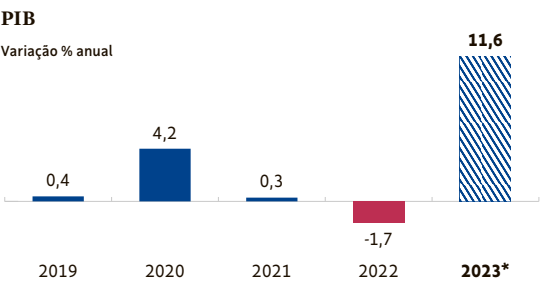
Valor Bruto da Produção
Em R$ trilhões

Produção de grãos
Em milhões de toneladas

Área semeada
Em milhões de hectares

Trabalhadores
No setor de agronegócio, em milhões

Mais soja
Produção em milhões de toneladas

Menos arroz
Produção em milhões de toneladas

*Projeção
Fontes: IBGE, Ipea, Mapa, Conab e Cepea

Supersafra e exportações dão impulso ao PIB do setor

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Apesar de todos os entraves de abastecimento de insumos e de custos vividos pela agropecuária em 2022, e que ainda se estendem para este ano, o cenário para 2023 ainda é de rentabilidade para o produtor.

Os preços das commodities estão em queda, mas a indicação de uma supersafra e a boa participação brasileira no mercado externo compensam a retração dos preços.

A agropecuária é sempre feita de esperanças —que, muitas vezes, não se confirmam. Porém, há uma confirmação neste ano que indicará números robustos para o setor.

A safra de grãos, se o clima ajudar, atingirá 310 milhões de toneladas, o que vai gerar ganhos de R$ 1,25 trilhão para os produtores dentro da porteira, conforme estimativas do Ministério da Agricultura para o VBP (Valor Bruto da Produção).

Esse bom cenário no campo elevará o PIB (Produto Interno Bruto) do setor, importante na movimentação da economia, e permitirá novos avanços na balança comercial do agronegócio.

No entanto, o desempenho brasileiro depende também do mercado externo.

A demanda continua consistente, mas juros altos, inflação elevada e ritmo mais lento da economia mundial poderão afetar tanto a procura como os preços dos alimentos.

Após um período de desarranjo dos valores, da produção e do intercâmbio comercial internacional, o mercado está mais ajustado neste ano.

Os fundos de investimentos, porém, com aversão a riscos, participam menos do setor de commodities agrícolas, o que ajuda a desaquecer ainda mais os preços internacionais.

A China, principal parceira do Brasil na área, vive uma situação diversa em relação a anos anteriores. Com grande necessidade de matérias-primas, os asiáticos se aproximaram dos russos.

O acesso chinês a insumos mais baratos no mercado russo é conveniente, mas a China é dependente de vendas para os mercados dos Estados Unidos e da Europa, atualmente no lado oposto dessa guerra no Leste Europeu.

Se matérias-primas mais acessíveis são importantes para o crescimento da economia do país asiático, os efeitos dessa posição podem interferir no comércio internacional.

Dentro desse contexto, é importante avaliar que o desempenho da economia chinesa interfere nas exportações brasileiras, afirma Andreia Adami, pesquisadora e analista do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

A pesquisadora acredita ainda no crescimento das exportações do agronegócio brasileiro, mas não em um ritmo tão acelerado como o dos últimos anos.

Em 2000, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 101 bilhões (R$ 518,4 bilhões), volume que subiu para US$ 120,5 bilhões (R$ 618,5 bilhões) em 2021 e atingiu US$ 159 bilhões (R$ 816,12 bilhões) no ano passado. O crescimento foi de 58% nos dois últimos anos.

O Brasil terá alguns pontos fortes no setor externo neste ano, principalmente com soja, milho e carnes. A disponibilidade de produtos para a exportação será maior, embora os preços estejam mais baixos, afirma Adami.

Só as exportações do complexo soja (grãos, farelo e óleo) deverão atingir US$ 66 bilhões neste ano, nos cálculos da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). O setor representou 38% das vendas externas do agronegócio em 2022, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior). O PIB da agropecuária melhora, mas depende de quem faz essa avaliação. O crescimento poderá ser de 11,6% segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas). Em 2022, houve queda de 1,7%.

De acordo com avaliação do Cepea, porém, não há motivos para grande otimismo com a evolução desse indicador em 2023.

Não há contradição entre as avaliações. Com dados do do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Ipea acompanha a produção dentro da porteira e considera apenas o volume conseguido pelos produtores no período. E, neste ano, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) espera um excelente volume de produção.

A previsão de crescimento do Ipea para o PIB da produção vegetal é de 14,2% neste ano. O da pecuária fica em 0,8%.

Já a pesquisa de PIB feita pelo Cepea em convênio com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) engloba todo o agronegócio.

Além da produção de dentro da porteira e dos preços das mercadorias, leva em consideração todo o agronegócio, incluindo insumos, agroindústria e agrosserviço.

Nicole Rennó, pesquisadora do Cepea, afirma que, embora a safra tenha boas perspectivas, o crescimento não deve ser impactante no resultado final do PIB.

Os componentes desse indicador dependem de demanda, que está fraca, e da evolução da economia nacional, que está lenta e sob o efeito de uma inflação elevada.

Para Bruno Lucchi, diretor técnico da CNA, a agropecuária tem vários pontos favoráveis neste ano. O clima, à exceção de algumas áreas do Rio Grande do Sul, é um deles e tem ajudado a produção nacional.

Os custos de produção estão mais favoráveis, embora ainda em patamares superiores aos da média dos anos anteriores.

Os fertilizantes, após o pico de preços em maio do ano passado, têm queda. Começaram o ano com uma redução próxima de 30%, em relação aos valores de janeiro de 2022. Os preços atuais ainda superam os do período anterior à invasão da Ucrânia pela Rússia.

A safra é boa, mas os preços das commodities caem. Os valores de março da soja, do milho e da arroba de boi gordo têm retração de 20% neste mês, em relação aos de março de 2022, afirma Lucchi.

Essa redução dos preços vai gerar uma renda menor para os agricultores, principalmente porque não há fundamentos para uma recuperação das commodities.

Os produtores encontram dificuldades também com o crédito neste ano. Os juros estão elevados, e o custo do dinheiro supera 20%. Juros altos, safra com custos de produção elevados e commodities em queda freiam os investimentos no setor, segundo Lucchi.

Neste ano, os produtores estão preocupados também com a reforma tributária.

A proposta atual não dá garantia de que o agronegócio vai ter taxas diferenciadas. O setor não quer subsídio, mas alíquotas diferentes, afirma o diretor.

A evolução do agronegócio vem elevando o número de trabalhadores no setor. No ano passado, a população ocupada era de 19 milhões, número que deverá ser mantido neste ano.

Os dados são do Cepea e mostram uma recuperação do quadro de funcionários após a pandemia. Em 2020, o número tinha recuado para 17,5 milhões.

Pecuária projeta recorde de vendas ao exterior

Com queda no consumo doméstico e reabertura do mercado chinês, mercado antecipa alta de 15% no preço da carne

RIBEIRÃO PRETO O brasileiro passou a comer menos carne bovina nos últimos anos, o que tem preocupado pecuaristas. Contudo a reabertura do mercado chinês após o fim do embargo animou o setor, que espera bater recorde de exportações e projeta crescimento de cerca de 15% no preço da arroba neste ano.

O registro do caso atípico de vaca louca em Marabá (PA), o sexto no país desde 2010, gerou apreensão porque, além do problema em si, o setor enfrenta gargalos históricos, conforme especialistas ouvidos pela **Folha**.

O temor tem uma explicação clara, segundo o engenheiro agrônomo Alcides Torres, analista de mercado da Scot Consultoria.

"A China é o nosso grande parceiro comercial para tudo. Em relação à carne bovina, os chineses detêm 60% do que a gente exporta. Por isso que, quando o Brasil suspende essa exportação, o mercado desmonta", diz.

Envios ao exterior se tornam ainda mais necessários devido à previsão do Ministério da Agricultura de redução de 3,4% no resultado financeiro neste ano na pecuária. A causa está na queda nos preços das carnes bovina e de frango—terceiro ano seguido de perda de receitas. O resultado financeiro deverá alcançar R$ 362 bilhões no setor.

A receita da carne bovina deve alcançar R$ 141,6 bilhões, 6,4% menos que em 2022, e a da carne de frango deve chegar a R$ 104,4 bilhões (-7%).

Já a carne de porco deverá registrar alta neste ano.

Os pecuaristas projetam que o preço da arroba (15 quilos)—atualmente oscilando entre R$ 270 e R$ 285, dependendo da praça— chegue a algum valor entre R$ 320 e R$ 340 nos próximos meses.

Segundo Torres, o mercado interno não tem força suficiente para abraçar a produção de carne bovina, principalmente num período de queda no consumo devido às dificuldades econômicas.

"O consumo de 35 quilos [ano] por habitante caiu para 25 quilos em função da pandemia e ainda está num processo de recuperação."

A expectativa é de que o país tenha recorde de exportações neste ano. Dados da Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos) mostram que as exportações subiram 42% no ano passado em relação ao ano anterior, com receita total de US$ 13,09 bilhões.

"As exportações devem ser muito boas este ano e provavelmente o valor da arroba voltará a subir para o pecuarista. Não acredito que esse período em que a China ficou fechada vá interferir no volume total e no valor total exportado pelo Brasil", afirma Marcos Fava Neves, professor da USP (Universidade de São Paulo) e especialista em agronegócio.

Nabih Amin El Aouar, presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, diz que o ideal seria que a arroba bovina retomasse os preços praticados no início do ano passado, entre R$ 320 e R$ 340. Ele acredita que a reabertura do mercado na Ásia contribuirá para isso.

"O preço estava entre R$ 270 e R$ 280 e, um dia após o anúncio do fim do embargo, já melhorou para algo como R$ 285. Por isso, acreditamos num viés de aceleração de preço", afirma.

Presidente da Assocon (Associação Nacional da Pecuária Intensiva), Maurício Velloso disse que 2023 está marcado pelo "fundo do poço" do ciclo pecuário e que isso se configura numa oportunidade para investimentos.

"Se os valores de reposição e de arroba experimentam seus limites de baixa, condenando vendedores a margens negativas, ao mesmo tempo é uma formidável oportunidade de alavancagem de rebanhos, justamente pelos valores baixos de animais para reposição, seja para cria, recria ou engorda", diz Velloso.

"Dessa forma, o cenário de terra arrasada para uns constitui-se em ambiente de investimentos interessantes para a nova fase do ciclo pecuário que se inicia."

O ciclo a que se refere Velloso contempla o abate significativo de fêmeas, de acordo com Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Com o baixo preço do bezerro no mercado, não compensa para o pecuarista manter a fêmea e ficar produzindo mais bezerros, o que resultaria em manutenção dos preços baixos por mais tempo.

"Estamos assistindo a essa inversão do ciclo, o que não é normal, mas por conta da redução do preço do bezerro. Em fevereiro, houve abate de 51,3% das fêmeas. Normalmente fica na faixa de 25% a 30%", disse Nastari.

Apesar das expectativas positivas, não só com o fim do embargo, mas também com a habilitação de mais quatro plantas frigoríficas para exportar para a China, o setor tem gargalos a resolver, o que desperta a preocupação de pecuaristas.

Entre eles, conforme Velloso, estão a desigualdade no país, com concentração de negócios, e o patamar elevado de juros, que "seduzem o investidor a obter ganhos interessantes sem risco".

"Talvez o maior dos desafios seja a insegurança jurídica causada pela leniência governamental com a invasão de terras e a desobediência aos marcos regulatórios", diz.

Para o presidente da associação dos criadores de nelore, o financiamento agrícola é um dos entraves do setor, mas o principal é a produção heterogênea espalhada no território nacional.

"De repente, você é um produtor qualificado, eu sou um mediano e o José é um péssimo, então aqui no Brasil temos o melhor pecuarista do mundo e o pior. Isso é um problema. As associações buscam trabalhar para termos uma produção homogênea."

A ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), por meio de comunicado, disse que o fim do embargo chinês foi importante também para a correção dos preços no setor e cobrou mecanismos que protejam comercialmente os pecuaristas brasileiros. **Marcelo Toledo**

Rebanho de gado nelore; setor prevê que arroba pode ultrapassar os R$ 320 com volta das exportações para a China Divulgação

Preço da carne bovina deve subir no país

Valor da arroba (15 kg), em R$

Pecuária deve ter queda em 2023

VBP (Valor Bruto da Produção), em % no ano

Fontes: Ministério da Agricultura, associações e Datagro

Lavoura de café do agricultor Mauro Grossi, em MG, foi beneficiada pelas chuvas Fotos Acervo Pessoal

Em Ponta Porã (MS), chuvas destruíram os canteiros de hortaliças de Cícera de Andrade

Chuvas intensas durante o verão devem levar a aumento da produção de grãos, diz entidade

Isac Godinho

SÃO PAULO Os primeiros meses de 2023 foram marcados por chuvas intensas em grande parte do Brasil. Segundo o agrometeorologista Marco Antônio dos Santos, as precipitações mantiveram as condições de umidade do solo, mas também atrapalharam o rendimento das lavouras.

"Quando há vários dias seguidos de chuva, a temperatura diminui, alongando o ciclo da planta", diz. "A nebulosidade afeta fotossíntese, enchimento do grão e desenvolvimento. Além disso, o produtor não consegue ir a campo para fazer pulverizações e adubações necessárias", completa.

Candice Santos, superintendente de informações agropecuárias da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), afirma que as precipitações contribuíram para o atraso da colheita, principalmente da soja, em alguns estados. Apesar disso, não houve comprometimento significativo da qualidade do produto.

Segundo a companhia, a chuva foi benéfica. A estimativa da produção de grãos na safra 2022/2023 é de 309,9 milhões de toneladas, aumento de 13,8% em relação ao período anterior.

Em Minas Gerais, cafeicultores se beneficiaram com o alto índice pluviométrico após longa estiagem no ano de 2021.

Mauro Grossi, que planta café nos municípios de Imbé de Minas e Piedade de Caratinga, obteve saldo positivo. A chuva deu uma trégua em fevereiro, possibilitando a exposição das plantas ao sol. "A lavoura está pronta para a maturação. Acho que a colheita será no período normal, entre maio e junho."

Em Mato Grosso, o agricultor Lucas Beber, de Nova Mutum, diz que houve escassez de chuva no plantio da soja e excesso no período da colheita. As estradas ficaram danificadas, o que dificultou o escoamento da produção.

A consequência, segundo ele, foi o prolongamento do ciclo da soja, que precisou ficar no campo de 10 a 15 dias a mais que o normal devido a temperaturas mais baixas no plantio. A colheita precisou ser feita no período chuvoso.

Alana Tomen, pesquisadora nas áreas de fitopatologia e fitotecnia, diz que as principais doenças da soja ocorrem quando o ambiente está mais úmido e nebuloso. O excesso de umidade aumenta perdas por abertura de vagens.

O Paraná também teve grande atraso na colheita da soja. Ainda assim, o engenheiro agrônomo Edivan Possamai, que coordena o programa Grãos Sustentáveis do Instituto de Desenvolvimento Rural do estado, diz que há expectativa de alta produtividade.

Em Mato Grosso do Sul, a agricultora familiar Cícera de Andrade, que mora no assentamento Aba da Serra, em Ponta Porã, afirma que perdeu todas as folhosas de sua horta. "Foi um impacto muito grande, porque a gente trabalha com feira e já tem quase quatro meses que não conseguimos produzir."

De acordo com Anete Fernandes, meteorologista do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), o excesso de chuvas nessas regiões ocorreu pela formação da zona de convergência do Atlântico Sul.

O fenômeno se caracteriza como um canal de umidade formado na região amazônica, percorrendo Centro-Oeste e Sudeste e se prolongando até o oceano. A frequência foi maior nos últimos três anos, devido à atuação da La Niña.

Promessa de compra governamental anima setor de orgânicos

Programa paga valores mais altos por produção, mas burocracia dificulta participação de agricultores familiares

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A promessa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de ampliar a oferta de crédito e garantir o escoamento da produção da agricultura familiar deve fortalecer o mercado de orgânicos. Segundo especialistas, 70% desse segmento é formado por pequenos produtores.

Uma das iniciativas é o relançamento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que destina a produção da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar. Desde 2003, o governo paga até 30% a mais por produtos orgânicos.

"O programa apoia o agricultor a se manter no campo e nos ajuda a melhorar a infraestrutura da propriedade e até a comprar móveis para as nossas casas", diz João Ribeiro, coordenador-geral da Agroflor, associação da cidade pernambucana de Bom Jardim.

Neste ano, já foi autorizada a compra de mil toneladas produzidas por 309 agricultores em Pernambuco. Desses, 32 lidam com orgânicos e cultivam hortaliças como pimenta, alface, batata doce e milho. Ao todo, o governo comprará levas de 15 alimentos produzidos pela Agroflor.

O negócio se reflete no pagamento de R$ 8.000 a cada família por ano, de acordo com o contrato firmado com a associação.

Tal dependência, contudo, deixa os agricultores mais suscetíveis às mudanças políticas do país. A organização viu seus ganhos diminuírem durante os governos de Michel Temer (MDB) e de Jair Bolsonaro (PL), mais alinhados a empresas de grande porte do agronegócio. As duas gestões também enfrentaram crises econômicas.

Em 2023, o governo federal reservará R$ 500 milhões ao programa, segundo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar). Em comparação, foram R$ 350 milhões em 2003; R$ 600 milhões em 2015; e R$ 53 milhões em 2019. Os valores consideram a inflação.

"A mudança foi, sobretudo, política", diz Rogério Macedo, coordenador do programa Paraná Mais Orgânico, ligado ao governo estadual. Ele participou de reuniões em Brasília durante o governo Temer. O MDA foi extinto nesse período, e o PAA foi dividido entre Casa Civil e Ministério do Desenvolvimento Social.

Hoje, os produtores orgânicos também requerem assistência técnica tanto com o cultivo dos alimentos quanto com a burocracia do setor.

Vânia Marques Pinto, secretária de Política Agrícola da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), afirma que centenas de pequenos produtores de alimentos orgânicos não conseguem a documentação necessária para comprovar a qualidade ou o próprio status de agricultor familiar.

No contrato com a Agroflor, por exemplo, outros dez produtores não conseguiram vender ao governo por falta de documentos.

A burocracia se reflete também na dificuldade em quantificar o tamanho do mercado de orgânicos do país. Não há dados oficiais do setor, e as únicas estimativas são feitas pela Organis, associação privada que promove o tema.

Segundo a organização, o mercado cresceu entre 6% e 9% em 2022 —nos últimos dois anos, a alta foi de 12% e 30%, respectivamente.

Os aumentos foram motivados pela pandemia de Covid-19, que alterou os hábitos alimentares das classes mais ricas do Brasil. Ainda antes, porém, o número de produtores vinha crescendo: entre 2012 e março de 2023, passaram de 6.000 para aproximadamente 25 mil, de acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, da Agricultura.

Para o diretor da Organis, Cobi Cruz, à medida em que a crise sanitária se afasta, é improvável que o mercado cresça com a mesma proporção, já que o consumo privado deverá diminuir.

"Consumir orgânico é uma dedicação, e quem trabalha o dia inteiro não tem tempo para cozinhar", afirma. Além disso, fatores como inflação e interferência climática devem encarecer os produtos.

Cruz defende que o governo incentive o aumento da escala de produção de orgânicos por meio de isenções aos produtores e abertura de mais feiras municipais.

Já o dirigente de produção do MST, Diego Moreira, cobra que o governo federal crie um Plano Safra voltado para a agricultura sustentável.

Ao menos por ora, é isso que o governo Lula promete. Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Agrário disse que fará "um grande Plano Safra da agricultura familiar com condições que favoreçam a agricultura regenerativa e a agroecologia".

A pasta também afirma estar conversando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para destinar o equivalente a R$ 1,3 bilhão à agricultura familiar. Detalhes ainda não foram divulgados.

Em outra linha, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), responsável por 15% dos créditos da agricultura familiar, divulgou recentemente a captação de US$ 202,5 milhões (R$ 1 bilhão) com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

A verba beneficiará diretamente 250 mil famílias de agricultores no semiárido nordestino e deverá ser aprovada pelo Congresso sem muitos impasses, segundo Tereza Campello, diretora socioambiental do banco e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo de Dilma Rousseff (PT).

Produtores de orgânicos no Brasil

Associados da Agroflor, Silvania Maria e seu marido, Adriano Manoel, cultivam pimenta em Bom Jardim (PE) Leo Caldas/Folhapress

Caminhões são renovados em meio à alta dos juros

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Após um intenso ciclo de renovação de frota registrado na virada do ano, o setor de caminhões espera por um período de acomodação dos negócios.

Houve alta de 8,53% nas vendas no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado, com 18.040 unidades emplacadas. O resultado, contudo, é atribuído a compras realizadas em dezembro.

"Se olharmos os números, vemos que o ritmo está praticamente o mesmo do ano passado. Mas a maior parte, contudo, ainda são de caminhões Euro 5 vendidos em dezembro e emplacados no início deste ano, havia muitas unidades em estoque", diz Alcides Cavalcanti, diretor-executivo de caminhões da Volvo.

Euro 5 é a antiga norma de emissões, que foi substituída neste ano pela Euro 6. O novo padrão de controle de poluentes e de gás carbônico foi adotado no mercado europeu em 2016. No Brasil, equivale à oitava fase do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores).

A evolução tornou os caminhões mais caros, com aumentos estimados entre 10% e 20%. Por outro lado, há a melhora na eficiência energética.

Roberto Cortes, presidente e CEO da VWCO (Volkswagen Caminhões e Ônibus), afirma que os novos caminhões oferecem uma melhora de 10% em produtividade devido a pontos como redução no consumo de diesel. Há também os ganhos ambientais, com redução de 80% nas emissões de NOx (óxido de nitrogênio) e de 50% na de particulados.

"Diferentemente do que ocorria no passado, a questão ecológica é um fator preponderante agora. Os frotistas analisam todos os aspectos da agenda ESG", diz o executivo.

Embora a maior preocupação com questões ambientais e sociais estimule a venda de veículos pesados mais eficientes, o aumento nos preços e a taxa de juros prejudicam o mercado.

"O caminhão é um investimento, precisa dar um retorno muito bom, e a equação atual prejudica, [a taxa de juros] é um inibidor", diz Cortes, que está à frente da marca que mais comercializou veículos pesados ao longo de 2022.

"O Finame tem hoje uma taxa muito parecida com a praticada em outras modalidades de crédito disponíveis no mercado, nós advogamos uma linha com juros menores e o Finame também para o caminhão usado."

A sigla mencionada pelo presidente da VWCO se refere à Agência Especial de Financiamento Industrial, braço do BNDES que fornece crédito a setores ligados à cadeia produtiva.

A proposta de Cortes é estender as taxas subsidiadas ao segmento de modelos usados para, assim, viabilizar o programa de renovação de frota.

"Caminhões com mais de 30 anos já deveriam ter sido sucateados. Com o incentivo à renovação, quem tem um modelo mais antigo compraria um com 10 ou 15 anos de uso, e os donos desses modelos poderiam ir para outro, com cinco anos, por exemplo", diz o presidente da VWCO. "O momento seria agora, o governo já nos conhece."

Para Alcides Cavalcanti, da Volvo, é preciso que o Governo Federal dê sinais claros sobre seus planos para os setores mais relevantes da economia. "O cenário ainda está muito turvo, o que gera uma taxa futura maior."

Um desses segmentos é o agronegócio, principal cliente das fabricantes de veículos pesados. As montadoras estimam que 60% dos caminhões comercializados são usados em atividades relacionadas ao campo, incluindo a distribuição das mercadorias.

"O setor agrícola vem crescendo, espera-se uma alta de 15% neste ano. O transporte rodoviário é fundamental, porque mesmo que haja uma expansão das ferrovias, é necessário transportar a produção das fazendas até os terminais, por exemplo", diz Cavalcanti.

Entretanto, esse crescimento não deve se refletir na comercialização de veículos pesados. O diretor-executivo da Volvo diz que a empresa projeta uma queda de 23% nos emplacamentos de modelos com capacidade superior a 16 toneladas, nicho de atuação da empresa. Seu FH 540 é o líder desse mercado.

No total, foram vendidos 97,8 mil caminhões pesados e semipesados no ano passado. Esses segmentos são responsáveis por 78,5% dos licenciamentos no setor.

Os números foram mal distribuídos ao longo do ano, devido principalmente aos problemas relacionados ao fornecimento de semicondutores. As interrupções atuais nas linhas de montagem se devem à queda nas vendas.

"A situação, no geral, está bem melhor, não precisamos mais parar por falta de componentes", afirma Cortes.

Volkswagen, que foi a marca mais vendida no segmento de caminhões em 2022, comercializa o Meteor Fotos Divulgação

Volvo FH 540 foi o líder de vendas entre os caminhões pesados no ano passado, com 8.317 emplacamentos

Frequentador da cracolândia por 15 anos, Aliano Rafael da Silva, 45, aceitou tratamento após contrair tuberculose pela segunda vez Danilo Verpa/Folhapress

1 em cada 3 abordagens na cracolândia levou a busca por tratamento

Dados do último ano mostram que 14 mil contatos com usuários de drogas terminaram em encaminhamentos

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Conhecido como pioneiro na confecção de cachimbos na cracolândia, Aliano Rafael da Silva, 45, deixou a rotina de 15 anos como dependente químico há cerca de um ano, quando aceitou sair das ruas e buscar tratamento.

Ele conta que tomou a decisão após ter contraído tuberculose pela segunda vez em menos de dois anos. Estava pesando 43 quilos. "Não tinha forças para atravessar a rua, precisei ser carregado", diz.

Antes de aceitar ajuda, Silva perdeu a conta de quantas vezes foi abordado por agentes da prefeitura que atuam em meio aos usuários de drogas na tentativa de convencê-los a ir para um abrigo ou um serviço de saúde. "Não dava atenção para as assistentes sociais que vinham conversar comigo", diz. "Não se convence alguém a sair da cracolândia, eu fui convencido a sair de lá por causa das circunstâncias. Não queria morrer de tuberculose, assim como vi acontecer com muitas pessoas lá."

No último ano, segundo dados oficiais da Prefeitura de São Paulo, 1 em cada 3 abordagens entre usuários de drogas na cracolândia resultou em encaminhamentos a unidades de saúde ou do programa antidrogas municipal, o Redenção.

Segundo a gestão Ricardo Nunes (MDB), das 41 mil abordagens realizadas no último ano —desde que o fluxo de dependentes químicos deixou o entorno da praça Júlio Prestes—, 13.775 resultaram em encaminhamentos (33,5%).

"As ações são sempre realizadas com o objetivo de proporcionar acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, bem como desencadear o processo de saída das ruas e promover o retorno familiar", afirma a prefeitura, em nota.

Em comparação com as abordagens a pessoas em situação de rua, o percentual de encaminhamentos na cracolândia ainda é menor. Entre janeiro e fevereiro deste ano, 37% dos sem-teto abordados aceitaram ir para abrigos. No mesmo período do ano anterior foram 36%, segundo dados da Smads (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo).

Para a autora e doutora em serviço social Aldaíza Sposati, os números refletem a pouca efetividade das opções oferecidas aos usuários de drogas. "Os caminhos ofertados não têm adesão, então, o que acontece é a permanência", diz.

Assim como Silva, que vive desde o fim do ano passado em uma das unidades de acolhimento para dependentes químicos do Redenção, Daniel dos Santos Silva, 38, também só aceitou sair da cracolândia porque o corpo chegou ao limite.

"Eu sempre ficava ruim na rua, com falta de ar. Meu pulmão encolheu como um maracujá", diz ele, que ficou dois anos na mesma unidade de acolhimento do Redenção e, hoje, mora com a mãe em Governador Mangabeira, na Bahia. "A gente não decide sair [da cracolândia], acontece. A química mexe muito com você", afirma.

Coordenadora do Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (Siat 3), Raquel Machado calcula que 60% dos beneficiários do equipamento que deixaram a cracolândia para se tratar têm mais de 50 anos. "A idade é um fator decisivo. Muitos têm mobilidade reduzida e chegam por causa das comorbidades do uso prolongado da droga."

Questionado sobre os números, o secretário-executivo de Projetos Especiais, Alexis Vargas, avalia que a taxa de encaminhamentos é considerada boa diante do problema enfrentado. "Hoje, só temos a opção da internação involuntária", afirma, sobre os casos de usuários que recusam qualquer tipo de interação com os assistentes sociais. "As nossas equipes lidam com isso como manda a lei de uma forma excepcional", completa.

Segundo Vargas, há planos de contratar mais pessoas para o trabalho de abordagens sociais nas ruas.

A chamada abordagem qualificada foi citada pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) como um dos pilares do programa estadual para a cracolândia anunciado há dois meses. O governo afirmou que o trâmite de contratação dos profissionais está em curso. Esse trabalho é feito pela gestão municipal.

O subprefeito da Sé, coronel Alvaro Batista Camilo, responsável pela zeladoria da área onde está a cracolândia, criticou o fato de as abordagens dos dependentes químicos e dos moradores de rua serem feitas da mesma maneira.

Nos dois casos, os assistentes sociais oferecem opções de acolhimento e perguntam se a pessoa gostaria de ir para algum deles. A função de encaminhar para tratamento é dos agentes de saúde.

"Uma pessoa em situação de rua consegue entender, mas não adianta falar isso para uma pessoa que está louca atrás de algum material que possa trocar por droga", diz. "A abordagem que está funcionando muito nas operações policiais é dizer que não vai mais ter droga ali e que ela precisa buscar tratamento."

Para Aldaíza, atribuir aos assistentes sociais a função de convencer os usuários de drogas na cracolândia a buscar tratamento é uma gambiarra que não resolve o problema, além de a função não ser prevista no Sistema Único de Assistência Social. "Dependente químico deve ser tratado pelo Sistema Único de Saúde. Os assistentes sociais devem ser parte integrante de uma equipe multidisciplinar dentro de um projeto", diz.

A especialista explica que há em comum entre os usuários de drogas histórias de rupturas familiares, por isso a reaproximação é fundamental para convencer alguém a sair da cracolândia. "Na rua, o que elas têm mais próximo disso é a sensação de pertencimento e identidade pela dependência química."

Afastado da família por mais de 15 anos por causa do vício em álcool, Edmar Carvalho dos Santos, 58, conseguiu retomar sua autonomia após dois anos em unidade de acolhimento do Redenção. "Eu precisava de tratamento, sozinho eu não conseguiria. Perdi vários empregos."

> Dependente químico deve ser tratado pelo Sistema Único de Saúde. Os assistentes sociais devem ser parte integrante de uma equipe multidisciplinar dentro de um projeto
>
> **Aldaíza Sposati**
> doutora em serviço social

Como funciona o programa Redenção

Abordagem Assistentes sociais e agentes de saúde frequentam as cenas de uso para abordar os usuários de drogas nas regiões da Luz, Sé, Glicério e Liberdade.

Encaminhamento Uma vez estabelecido o contato, os integrantes do programa anotam os dados de cada pessoa e oferecem o encaminhamento mais indicado. Usuários com problemas de saúde, como feridas abertas, são direcionados para uma UBS ou pronto-socorro da região. Os que aceitam sair da rua e iniciar tratamento antidrogas são levados ao Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (Caps AD 4), ao Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica Emergencial (Siat Emergencial) ou às equipes do Siat I.

Caps AD 4 Fica em frente à praça Princesa Isabel, a poucos metros de onde o fluxo de usuários de drogas se concentra atualmente. É a porta de entrada para atendimento de saúde mental no sistema municipal. Se for avaliada a necessidade de internação para desintoxicação, o usuário é encaminhado para hospitais com leitos psiquiátricos.

Siat Emergencial Localizado na rua Helvétia, possui equipes de saúde e de assistência social que realizam atendimentos emergenciais, além de fornecer alimentos, água e cobertores.

Siat 1 Equipes do consultório na rua e de assistência social abordam usuários de drogas nas cenas de uso.

Sequência do tratamento Os profissionais dos equipamentos emergenciais avaliam a condição de cada pessoa e, caso haja consenso, é oferecida uma vaga de acolhimento nas unidades do Siat 2.

Siat 2 É onde o usuário de droga obtém tratamento e vaga de acolhimento a curto prazo. O serviço fica localizado a cerca de três quilômetros da cena de uso.

Siat 3 É onde o usuário de drogas obtém tratamento a médio prazo e acolhimento por até dois anos em um dos 60 cômodos. Durante esse período é elaborada a retomada da autonomia com o oferecimento de cursos profissionalizantes e busca por vagas de emprego. Só é acessado sob encaminhamento, de preferência, após passagem pelo Siat 2 e fica cerca de dez quilômetros da cena de uso.

Governo Lula prorroga prazo para recadastramento de armas

SÃO PAULO O governo Lula prorrogou para o dia 3 de maio o prazo para recadastramento de armas de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), de acordo com decreto publicado no Diário Oficial da União na terça-feira (28). O prazo anterior era o dia 3 de abril.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou, no início do governo, que as armas de CACs, que ficam no banco de dados do Exército, sejam registradas no Sinarm (Sistema Nacional de Armas), da PF (Polícia Federal).

Em audiência na Câmara dos Deputados na terça, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse, sem citar dados, que o número de armas recadastradas superou as que estavam cadastradas anteriormente no país.

"Ou seja, aqueles que diziam que iríamos confiscar armas, podem observar que aqueles que estavam em débito vieram para a luz da lei", disse o ministro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. "Nenhum de vocês quer um cenário de horror no país em que crianças são assassinadas nas escolas, ou que pessoas morrem banalmente no trânsito, ou que brigas de vizinho terminem em morte".

A prorrogação do prazo foi solicitado por parlamentares.

Em balanço divulgado no dia 20 de março, o Ministério da Justiça disse que o recadastramento havia chegado a 80%, o que equivale a 613 mil armas, a maior parte de uso permitido.

Na ocasião, Dino disse que não haveria prorrogação e que as armas não recadastradas estariam sujeitas à apreensão administrativa e remessa à Polícia Federal.

A estimativa é que até 800 mil armas sejam recadastradas. Após a conclusão do processo, o próximo passo será a entrega à Presidência da República da minuta do novo decreto que dispõe sobre o uso de armamento no Brasil.

Como deve ser feito o novo registro

CACs A medida atinge grupos que possuem armas cadastradas no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), do Exército, como os CACs

Armas no Sinarm Não se aplica às armas já que já estão no Sinarm. Armas para defesa pessoal do cidadão comum, por exemplo, já ficam no banco de dados da PF

O que é preciso A identificação da arma, do proprietário, com nome, CPF ou CNPJ, e endereço de residência e do acervo

Armas de uso permitido Serão cadastradas em sistema disponibilizado pela Polícia Federal

Armas de uso restrito Serão cadastradas em sistema disponibilizado pela PF, devendo também ser apresentadas pelo proprietário mediante prévio agendamento junto às delegacias da Polícia Federal

Punição Quem não cadastrar poderá ter a arma apreendida e poderá ser alvo de apuração pelo cometimento de ilícito

Entrega de armas Durante o período do cadastramento, os proprietários que não mais desejarem manter a propriedade de armas poderão entregá-las em um dos postos de coleta da campanha do desarmamento, devendo o interessado consultar os locais de entrega e expedir a respectiva autorização de transporte do armamento por meio de acesso ao portal gov.br.

O rato, o gatuno e o ladrão de joias

Associação do roedor com o amigo do alheio tem pelo menos quatro séculos

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Faz pelo menos quatro séculos que a palavra rato está associada ao ladrão. O filólogo catalão Joan Corominas, referência na matéria, registra para o espanhol "ratero", em 1605, a acepção de "ladrão que furta coisas de pouco valor".

Quer dizer que o rato só rouba o que é barato? No Houaiss, a terceira acepção da palavra, a primeira figurada, é "pessoa que pratica furtos em locais públicos, tais como igrejas, feiras etc.".

Se a miudeza do ganho parece ancestralmente associada ao rato, como então chamar quem afana fortunas –joias, por exemplo, como as que o ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu dos sauditas no papel de chefe de Estado e levou para casa? Haverá uma palavra do reino animal para esse tipo de ganho?

A associação do roedor da família dos murídeos com o gatuno, o amigo do alheio, tem base metafórica evidente: dividindo com os seres humanos à revelia deles seus locais de residência, escondido em porões, desvãos e buracos na parede, o bicho é ladrão de comida.

Bem menos clara é a origem da própria palavra rato, que se perde nas brumas do passado. Muitos etimologistas vêm nela uma base onomatopaica, isto é, de imitação de um som natural –o ruído de dentões que roem.

Recorrendo mais uma vez a Corominas, somos informados de que "desde antes do século 8º" a palavra já colonizava diversas línguas, das neolatinas às célticas e germânicas (o inglês tem "rat", o alemão, "Ratte"). O termo "rattus", do latim vulgar, foi provavelmente um grande vetor de espalhamento, mas não se sabe se ele terá sido importado de outro lugar.

Se o sentido de ladrão pode ter só alguns séculos, mede-se em milênios a inimizade mortal entre seres humanos e ratos, responsáveis por disseminar doenças e arruinar incalculáveis cordilheiras de alimentos ao longo da história.

No mesmo século 14 em que a palavra desembarcava no português com a grafia "rratos", o horror e a repulsa inspirados por esses roedores à humanidade, matéria de pesadelos ancestrais, subiu mais alguns degraus com a chamada Peste Negra.

A epidemia de peste bubônica que a partir de 1348 matou milhões de pessoas na Europa —pelo menos um terço da população, segundo as estimativas mais conservadoras— teve os ratos como grandes vilões.

Quando, além de roubar, o rato mata, é natural que sua barra fique muito mais suja. Mas convém deixar claro que a marca de 700 mil mortes por Covid atingida pelo Brasil nesta semana não tem nada a ver com ratos literais.

*

No jogo de gato e rato entre as palavras e quem se mete a investigá-las, às vezes surgem curiosidades deste tipo: se os felinos domésticos são os maiores aliados dos seres humanos na luta contra os roedores que habitam os cantos escuros de suas casas, faz sentido que os dois animais se equivalham de alguma forma?

É o que ocorre com a ideia de ladrão, que tanto pode ser expressa pela palavra rato (numa de suas acepções figuradas, como vimos) quanto pelo termo gatuno (que só tem esse sentido mesmo). Como é possível que inimigos históricos acabem sendo sinônimos?

Existente em português desde o século 18, gatuno veio do espanhol e em sua origem queria dizer simplesmente "relativo a gato". Gato que, na mesma língua, figura há séculos entre os sinônimos de ladrão.

A associação nesse caso é com o modo furtivo, a agilidade e o silêncio com que os gatos se movem, em especial à noite, feito larápios.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Estudante que matou a professora deixa a delegacia, na zona oeste de São Paulo, após depoimento Rubens Cavallari - 27.mar.23/Folhapress

Polícia de SP investiga outros 2 alunos por ataque a escola

Estudantes são suspeitos de terem participado ou incentivado autor de atentado

Tulio Kruse

SÃO PAULO A Polícia Civil investiga mais dois alunos da escola estadual Thomazia Montoro por suspeita de terem participado e incentivado o ataque que deixou uma professora morta e cinco feridos na zona oeste de São Paulo.

Um deles se encontrou com o autor do atentado, um adolescente de 13 anos, minutos antes de ele entrar na sala de aula e esfaquear a professora Elisabeth Tenreiro, 71, que morreu por causa dos ferimentos. O outro fez postagens nas redes sociais elogiando a ação e era da mesma sala do agressor.

As suspeitas contra um dos alunos surgiu após a polícia ter acesso a novas imagens das câmeras de segurança, que mostraram o que o adolescente fez na escola antes de atacar a professora.

As imagens mostram que o agressor e um aluno se encontraram em frente ao banheiro da unidade, conversaram e entraram juntos no local.

Pouco tempo depois, o suspeito sai do banheiro e, em seguida, o agressor aparece já vestido com a máscara de caveira que usou no atentado.

"Eles conversaram, [a imagem] mostra uma proximidade entre os dois, eles conversam, adentram o banheiro", disse o delegado Marcus Vinicius Reis, do 34º DP (Vila Sônia).

"Nós temos uma faca, um pedaço de tesoura, então a gente está avaliando se algum desses instrumentos utilizados no crime foi efetivamente fornecido [pelo colega do agressor]", declarou.

A polícia ouviu esse adolescente nesta quarta (29), após assistir às imagens. Segundo o delegado, o jovem negou participação, dizendo que não sabia que o colega faria um atentado. O delegado não confirmou se o suspeito é ou não da mesma sala do agressor.

Já o aluno que fez postagens sobre o ataque, elogiando o crime, já havia prestado depoimento.

A polícia acredita que as mensagens a favor de ataques em escolas dos colegas do agressor podem ser enquadradas como apologia de crime, prevista no artigo 287 do Código Penal. Segundo Reis, o autor das mensagens é amigo do jovem que matou a professora.

A polícia entrou em contato com a diretora de outra escola onde o agressor estudou na região de Raposo Tavares, também na zona oeste de São Paulo, e deve ouvi-la sobre o comportamento dele antes de entrar na Thomazia Montoro, que foi alvo do atentado. O delegado pretende tomar esse depoimento nesta quinta-feira (30).

Reis afirmou que o Ministério Público foi favorável ao pedido de quebra de sigilo telemático e telefônico do celular do adolescente. A expectativa é que, com isso, a Justiça dê a autorização também até esta quinta-feira. O processo tramita em sigilo.

A polícia também recebeu relatos de que o autor do ataque chegou a convidar uma colega a participar da ação. Segundo o delegado Reis, uma estudante da mesma turma afirmou ter sido avisada do ataque pelo agressor.

Estudante faltou a duas consultas psiquiátricas

Isabela Palhares e Isabella Menon

SÃO PAULO O estudante de 13 anos que matou uma professora na segunda-feira (27) faltou a duas consultas psiquiátricas agendadas a pedido da unidade escolar em que estudava antes de ser transferido para a escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste paulistana.

O Conselho Tutelar afirmou à **Folha** ter sido acionado pela escola estadual José Roberto Pacheco, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, em 28 de fevereiro deste ano. Nesse mesmo dia, uma funcionária da unidade registrou um boletim de ocorrência relatando o comportamento suspeito do jovem nas redes sociais.

A servidora disse à polícia que o aluno postou vídeos portando armas de fogo e simulando ataques violentos e que ele encaminhou mensagens e fotos de armas a estudantes por meio do WhatsApp, o que causou medo aos pais.

A Secretaria da Segurança Pública afirmou que, após coletar o depoimento da funcionária, a polícia encaminhou o caso para a Vara da Criança e do Adolescente.

Segundo a Prefeitura de Taboão, ainda no dia 28, os conselheiros foram até o endereço apontado pela escola como o de residência da família, mas no local foram informados que eles não viviam mais lá. O órgão tentou entrar em contato por telefone, por meio dos números que constavam do relatório, porém não tiveram sucesso.

Também no dia 28, a escola José Roberto Pacheco enviou email para o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil) solicitando atendimento ao adolescente e disponibilizou um funcionário para atender a família na unidade, mas mãe e filho não foram ao local, de acordo com o Conselho Tutelar.

No dia 9 de março, uma quinta-feira, a mãe e o adolescente compareceram ao CAPSi e foram avaliados por uma equipe multiprofissional. Nessa consulta, os profissionais perceberam a necessidade de o jovem ser atendido por um psiquiatra e uma consulta foi marcada para o dia seguinte, 10 de março. Entretanto, eles não retornaram.

No dia em que foi constatada a necessidade de atendimento por psiquiatra, o jovem já havia sido transferido para a escola Thomazia Montoro, onde começou a estudar em 6 de março, segundo a Secretaria da Educação do Estado.

A equipe do CAPSi entrou em contato com a mãe para tentar reagendar a consulta para 17 de março. Segundo a prefeitura, ela disse, porém, que não poderia ir devido a compromissos profissionais.

Além do atendimento psicológico, uma investigação por parte da Promotoria de Taboão da Serra teve início no dia 27 de fevereiro, porém travou dois dias após ter sido levada às autoridades competentes.

O caso foi interrompido, segundo o Ministério Público de São Paulo, depois de a família do adolescente mudar de município e o processo ter sido transferido para outra jurisdição, na capital.

A Promotoria de Taboão da Serra recebeu ofício do Conselho Tutelar do município sobre o comportamento agressivo do jovem. Na ocasião, uma promotora determinou em 1º de março que fosse feita uma avaliação psicológica dele, uma oitiva informal com ele e que a escola apresentasse um relatório com as medidas adotadas em relação ao aluno.

No entanto, nenhuma das determinações foi cumprida, já que no mesmo dia o pai do aluno pediu a transferência de escola. No dia 6 de março, o Conselho Tutelar informou ao Ministério Público a mudança de domicílio da família do garoto e, por isso, o caso foi transferido para São Paulo.

> Nós temos uma faca, um pedaço de tesoura, então a gente está avaliando se algum desses instrumentos utilizados no crime foi efetivamente fornecido [pelo colega do agressor]
>
> **Marcus Vinicius Reis**
> delegado do 34º DP (Vila Sônia)

Mais de dois terços da comunidade escolar temem pela violência

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O medo da violência é uma realidade para a maioria da comunidade escolar da rede estadual de São Paulo, aponta uma pesquisa com estudantes, familiares e professores divulgada nesta quarta (29).

Para mais de dois terços dos entrevistados, existe um nível de médio a alto de violência nos colégios —índice que é maior entre as famílias (75%). A insegurança no entorno das unidades é problema para 24% dos professores e 41% dos estudantes, e cresce nas periferias —31% e 54%, respectivamente.

O levantamento foi feito pelo Instituto Locomotiva e o Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Foram ouvidos 1.100 professores, 1.250 familiares de estudantes e 1.250 alunos com pelo menos 14 anos de São Paulo entre 30 de janeiro e 21 de fevereiro deste ano.

Os dados refletem uma preocupação com episódios como o ataque da última segunda (27), quando um aluno de 13 anos matou uma professora e feriu outras três cinco pessoas.

A percepção de violência também tem diferenças significativas entre as áreas onde estão localizadas as escolas. Os estudantes que veem a violência de média a alta no centro são 42% e, nas periferias, 68%. Entre os professores, essa diferença é mais pronunciada, com 26% e 86%, respectivamente. Em relação às famílias, 61% têm essa percepção de violência no centro. Nas periferias, esse grupo cresce para 76%.

O sindicato dos docentes diz que falta uma política ampla de prevenção à violência nas escolas. "As consequências se fazem sentir no crescimento do número de casos", diz a deputada estadual Maria Izabel Noronha, a Professora Bebel (PT), presidente da associação.

Enquanto 73% dos familiares e 71% dos estudantes dizem saber de algum caso de violência ocorrido no último ano, apenas 41% dos professores fizeram relatos à pesquisa. Segundo o Instituto Locomotiva, uma hipótese é o constrangimento dos profissionais de apontar problemas no local de trabalho.

Saúde mental infantojuvenil piora no país

Documento recomenda ampliação de centros de atenção psicossocial a crianças e adolescentes e ações nas escolas

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A saúde mental de crianças e adolescentes piorou com a pandemia de Covid-19, os casos de violência escolar também têm aumentado, mas as políticas públicas de enfrentamento estão muito aquém das necessidades desse público, com poucos centros de apoio psicossocial e metade das escolas sem cobertura de saúde escolar.

O alerta é de um documento do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e do Instituto Cactus. O material foi entregue na semana passada a representantes do Executivo e do Legislativo, com a recomendação de dez ações para políticas de saúde mental nas escolas.

O relatório, obtido pela **Folha**, será publicado em abril.

Na última segunda (27), um adolescente de 13 anos matou a facadas a professora Elisabeth Tenreiro, 71, na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo.

Entrada da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, na zona oeste de São Paulo Bruno Santos - 28.mar.23/Folhapress

Entre as propostas feitas pelos institutos ao Executivo estão a ampliação da cobertura do PSE (Programa Saúde na Escola) e da vigilância e monitoramento da saúde mental de crianças e adolescentes. Desde agosto de 2022, o Brasil sofre mais de um ataque a cada mês em escolas.

Instituído pelo governo federal em 2007, o PSE é executado nos municípios por meio de uma parceria entre as secretarias da saúde e da educação, mas hoje só cobre 55% das escolas de educação básica do país, que atendem a 35% de alunos dessa etapa do ensino.

"A gente não precisa reinventar a roda. Existe uma previsão no SUS para essa articulação entre as áreas da saúde e educação. Só precisa avançar", diz Dayana Rosa, especialista de relações institucionais do Ieps.

Além da cobertura, um outro problema apontado pelo documento é que na programação do Ministério da Saúde para as ações de saúde do PNE nas escolas, nos anos de 2023 e 2024, não estão incluídas atividades de prevenção e promoção de saúde mental.

O documento do Ieps aponta que, devido à pandemia, houve uma piora da saúde mental infantojuvenil, com aumento de taxas de suicídio, violência, automutilação, evasão escolar, entre outros.

Em 2013, a taxa de prevalência de transtornos mentais nesse público ficava entre 10,8% e 12,7%. Dados do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) mostram que, em 2021, 56% dos adultos reportaram que seus adolescentes apresentaram um ou mais sintomas relacionados à saúde mental. Mais de um quarto (28%) relata mudanças repentinas de humor e instabilidade.

De acordo com o relatório, os casos de violência escolar também têm aumentado. Nos dois primeiros meses do ano letivo de 2022, quando retornavam às aulas presenciais, foram registrados 4.021 casos de agressões físicas nas unidades estaduais de ensino do país, 48,5% a mais em comparação ao mesmo período de 2019, o último de aulas presenciais antes da crise sanitária. A evasão escolar de estudantes com transtornos mentais varia entre 43% e 86%.

"Os especialistas têm alertado para um sofrimento generalizado que o país vivendo, uma epidemia de transtornos mentais. Isso acontece em um contexto de incitação ao ódio e de desvalorização da vida. Esse foi o exemplo que as crianças e os adolescentes tiveram nos últimos anos", diz Rosa.

Desde 2001, com a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica, o país patina na criação de uma política de saúde mental voltada a crianças e adolescentes.

O número de Caps i (Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil), por exemplo, é bem inferior aos centros voltados aos adultos. Em 2012, por exemplo, havia 1.643 Caps de adultos e 172 de infantojuvenis. No ano passado, eram 2.551 contra 258, respectivamente.

A distribuição pelo país também é muito desigual. Em Roraima e no Acre, por exemplo, não há nenhum equipamento. "É uma negligência histórica, uma falta de compreensão de que crianças e adolescentes são sujeitos psíquicos também, que estão em uma fase de formação de personalidade e de habilidades e que são necessárias intervenções, inclusive na escola, onde eles passam a maior parte do tempo", afirma Rosa.

No âmbito do Legislativo, o documento do Ieps pede a aprovação do projeto de lei que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Proposto em 2021 pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), o projeto já foi aprovado pelo Senado e está há um ano na Câmara.

Nesta quarta (29), ele foi aprovado pela comissão de educação da Câmara, sob relatoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Ainda precisa ser analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por fim, seguirá para o plenário.

"A proposta dessa política nacional é abranger toda a comunidade escolar, não só o estudante. Ela pensa também nos profissionais de educação que estão na linha de frente, organiza um pouco o cuidado já previsto pelo SUS no PSE e na reforma psiquiátrica", diz a especialista do Ieps.

Outro ponto importante do projeto é a previsão de um monitoramento da saúde mental nas escolas por parte do governo federal, com relatório anuais. "A saúde mental nunca foi prioridade e está dando nisso. Temos que priorizar", afirma Rosa.

Recomendações para políticas de saúde mental nas escolas

Ao Poder Executivo

- Ampliar cobertura do Programa Saúde na Escola (PSE)
- Incluir ações de prevenção e promoção de saúde mental no PSE no ciclo 2023/2024
- Realizar estudos de avaliação e monitoramento do PSE e induzir a criação e fomento de linhas de pesquisas sobre saúde mental de crianças e adolescentes
- Incluir, junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), perguntas sobre a percepção dos estudantes sobre as políticas públicas de saúde mental na Pesquisa Nacional de Saúde nas Escolas (Pense)
- Retomar e manter espaços de diálogo e construção de políticas públicas de saúde mental para o público infantojuvenil, garantindo a participação e protagonismo de crianças e adolescentes
- Ampliar a vigilância e monitoramento da saúde mental de crianças e adolescentes

Ao Poder Legislativo

- Aprovar o projeto de lei nº 3.383/2146, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas comunidades escolares, incluindo todos os profissionais da educação de forma intersetorial e gerando dados atualizados
- Fiscalizar o Poder Executivo quanto à implementação de ações de saúde e educação, principalmente no que se refere à cobertura do PSE e dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Caps i)
- Direcionar emendas parlamentares para qualificação em saúde mental infantojuvenil para profissionais da educação básica e atenção primária à saúde
- Garantir que o Plano Plurianual (PPA) contemple ampliação da cobertura do Programa Saúde na Escola (PSE)

saúde

‘Sensação de impotência diminuiu’, diz médica na Terra Indígena Yanomami

Agora há medicação, alimentos e reconhecimento da sociedade, avalia profissional em Roraima

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO Dois meses após a declaração de emergência em saúde pública e a chegada de equipes da Força Nacional do SUS (Sistema Único de Saúde) ao território yanomami, em Roraima, a médica Ana Caroline Marques afirma que "a sensação de impotência diminuiu". Agora, há mais medicamentos e alimentos e, principalmente, reconhecimento da sociedade, ela diz.

"A população yanomami está sendo vista. Antes, eu falava que era um povo esquecido e que parecia não existir para o restante da sociedade. Hoje podemos gritar e exigir condições mínimas de trabalho, clamar por melhorias", avalia.

Indígena do povo tupiniquim, no Espírito Santo, a médica conta que sempre teve vontade de trabalhar junto a povos originários e participou de programas de extensão e estágios com esse intuito enquanto estava na graduação, cursada na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

"Eu queria trabalhar onde realmente fosse necessário, onde eu soubesse que o cuidado faria a diferença na vida de alguém", afirma. E a realidade que encontrou após participar da seleção do Programa Médicos pelo Brasil e assumir o cargo no polo de Auaris, em maio de 2022, foi muito diferente de tudo que já tinha vivenciado.

Havia muitos pacientes com desnutrição, desidratação, lesões de pele, pneumonia, diarreia e verminoses. "É desesperador, porque você se sente impotente e acha que tudo vai ter um desfecho negativo. É o desafio de tentar fazer o melhor para salvar uma vida, e ao mesmo tempo, saber que seus recursos são limitados."

Marques diz que faltavam medicamentos básicos, esparadrapo, e que a equipe chegou a realizar um parto com luvas de borracha, daquelas utilizadas em limpeza.

Para minimizar o problema, ela começou a pedir doações e a adquirir medicação por conta própria para levar a cada rotina, como é chamado o esquema de viagem.

Os médicos têm 15 dias de folga e 15 dias no Território Indígena Yanomami. Dois dias antes de viajarem de Boa Vista para os polos, eles começam a organizar a cesta de mantimentos e medicamentos. Cada polo tem uma lista de alimentos que podem ser levados, de acordo com a disponibilidade de geladeiras. Muitas unidades não têm energia elétrica, e o que é obtido por meio das placas solares é utilizado para refrigerar vacinas.

Os funcionários entregam os alimentos e suas bagagens para pesagem, e esse material vai em um primeiro voo com as medicações e os insumos. Depois é feito um segundo voo pela empresa de táxi aéreo contratada, com a equipe.

Quando percebeu que faltavam itens básicos, a médica passou a levar antibióticos, antitérmicos, analgésicos e vermífugos por conta própria. "Tinha época em que estávamos com o paciente com febre e, se eu não tivesse levado dipirona, teríamos apenas a opção de resfriamento, dar banho em água fria para ver se diminuía a temperatura", diz.

"Sempre fui muito 'pidona', saía pedindo doação para os colegas e levava. Cheguei a evitar uma morte materna porque havia levado medicação para controle de hemorragia pós-parto", recorda.

> “É desesperador, porque você se sente impotente e acha que tudo vai ter um desfecho negativo
>
> **Ana Caroline Marques**
> médica

A médica Ana Caroline Marques atende crianças indígenas em Roraima Arquivo Pessoal

Houve um momento, contudo, em que não foi possível minimizar a falta de recursos. Quando ocorreu o surto de malária, não havia medicação nem testes rápidos para o diagnóstico da doença.

O teste para malária é o único realizado na própria região. Também há coleta de material para o diagnóstico de tuberculose, geralmente realizada um dia antes de uma viagem, para o envio para análise em Boa Vista. De resto, tudo precisa ser realizado na capital, pelo menos até a estruturação do Centro de Referência de Saúde Indígena no Polo Base de Surucucu, prevista para o fim de abril.

Outro desafio, este em transição, é a quantidade de profissionais. Marques conta que são oito médicos contratados, quatro em cada quinzena, para atender todo o território.

"Vivenciei três cenários diferentes na minha última quinzena. Os novos médicos ainda estavam em processo de contratação, recebendo orientações sobre o funcionamento das unidades de saúde indígenas, e tive contato com duas equipes de voluntários da Força Nacional do SUS", diz.

Quando chegou ao polo de Surucucu, Marques estava acompanhada de um enfermeiro, três técnicos de enfermagem e um agente de controle de endemias e havia também uma fisioterapeuta e uma nutricionista no polo. "Nós éramos insuficientes, porque para dar assistência às comunidades da região a equipe muitas vezes tem de se deslocar, caminhar por horas ou ir de helicóptero."

A equipe da Força Nacional aliviou a situação, mas, quando os voluntários foram embora, dois dias depois, Marques foi acionada para vários resgates e a unidade de saúde ficou desfalcada. O cenário só voltou a melhorar no fim da quinzena, com a chegada de um novo grupo.

Os recém-chegados terão à sua disposição luvas de látex, vermífugos, sulfato ferroso, antibióticos, soro fisiológico e analgésicos, além de suplementos vitamínicos e nutricionais para os pacientes desnutridos —não apenas arroz, flocos de milho, leite e biscoito, como meses atrás.

OMS recomenda que mais velhos devem receber dose de reforço contra a Covid-19 em até 1 ano

SÃO PAULO | REUTERS A OMS (Organização Mundial da Saúde) adaptou suas recomendações de vacinação contra a Covid-19 para uma nova fase da pandemia, sugerindo que crianças e adolescentes saudáveis podem não precisar necessariamente de uma dose extra, mas grupos mais velhos e de alto risco devem receber um reforço entre 6 a 12 meses após a última vacina.

A agência da ONU (Organização das Nações Unidas) disse que o objetivo é concentrar esforços na vacinação daqueles que enfrentam maior ameaça de doença grave e morte, considerando o alto nível de imunidade da população em todo o mundo devido à infecção e vacinação generalizadas.

A agência de saúde definiu populações de alto risco como adultos mais velhos, bem como pessoas mais jovens com outros fatores de risco significativos. Para esse grupo, a agência recomenda uma injeção adicional da vacina 6 ou 12 meses após a última dose, com base em fatores como idade e condições de imunocomprometimento.

Outro grupo que compõe a revisão é de médio risco, que inclui pessoas entre 50 a 60 anos saudáveis e crianças e adolescentes com comorbidades. Para esses, mesmo que haja segurança na aplicação de mais doses de reforços, a indicação é de uma aplicação adicional. Os ganhos com mais doses, continua a OMS, não entrega benefício significativo para a saúde pública.

O último grupo, categorizado de baixo risco, corresponde a crianças e adolescentes de 6 a 17 anos saudáveis. Eles têm "baixa prioridade" para vacinação extra, e a OMS instou os países a considerarem fatores como carga de doenças antes de recomendar a vacinação de reforço. Acrescentou que as vacinas e reforços contra Covid são seguros para todas as idades, mas as recomendações levam em consideração outros fatores, como custo-efetividade.

Na terça (28), a agência afirmou que seu conselho mais recente reflete o quadro atual da doença e os níveis globais de imunidade, mas não deve ser visto como uma orientação de longo prazo sobre a necessidade de reforços anuais.

As recomendações ocorrem no momento em que os países adotam abordagens diferentes. Alguns países de alta renda, como Reino Unido e Canadá, já estão oferecendo reforços contra Covid às pessoas de alto risco seis meses após a última dose.

No Brasil, o modelo de doses adicionais também é um tanto diferente. Para grupos prioritários, como pessoas acima de 60 anos, imunossuprimidos e grávidas, é possível chegar até ao terceiro reforço com o modelo bivalente. Além disso, o período mínimo de intervalo entre uma nova dose é de quatro meses, diferente dos seis preconizados pela OMS.

O comitê também pediu esforços urgentes para avançar nas vacinações de rotina atrasadas durante a pandemia e alertou para o aumento de doenças evitáveis por vacinação, como sarampo.

Com Reuters

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Tradutora, adorava dançar e se orgulhava de saber russo

MARIA CLAUDIA DE AGUIAR DESTRI (1953-2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Maria Claudia de Aguiar Destri sempre se orgulhou de conseguir o bacharelado no idioma russo na USP (Universidade de São Paulo), nos anos 1970. Embora não tenha trabalhado com a formação no idioma, valorizava a conquista e fazia questão de lembrar do trote sofrido dos alunos veteranos.

"Ela contava que deram aos calouros uma lista de livros para comprar. Quando chegaram à livraria, os nomes eram todos palavrões", diz a filha, Luisa Destri, 38.

Nascida e criada na capital paulista, Maria Claudia também estudou francês e espanhol durante a graduação. Após a formatura, foi trabalhar como secretária no escritório de arquitetura de Sérgio Teperman, em São Paulo.

Nos anos seguintes vieram o casamento e a maternidade, com o nascimento dos filhos Luisa e Marcos, 33. Quando nasceu a mais nova, Angela, 30, em 1993, a mãe deixou a carreira profissional e assumiu a tarefa de cuidar dos filhos em tempo integral.

"Ela contava quantas vezes por dia passava de carro pelo portão do prédio levando a gente para a escola, natação e balé", lembra Luisa.

Para a filha, a rotina diária materna que tomava praticamente todo o tempo de Maria Claudia impediu algumas realizações pessoais, mas permitiu à mãe levar a vida do jeito que ela queria.

Em 1999, Maria Claudia foi aprovada em um concurso para tradução juramentada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Trabalhou com a tradução de textos e documentos para espanhol.

Nos anos 2000, com o divórcio, aproveitou para viajar pelo mundo e levar os filhos nessas aventuras. Em 2012, foi conhecer a Europa e ver de perto as culturas que só conhecia pelos estudos de línguas, literatura e artes.

Nas horas livres, não dispensava uma cervejinha e adorava dançar. "Ela sempre foi para frente, nunca foi uma mãe que limitava, mas estava sempre orientando, conversava sobre sexualidade", diz a filha. "Foi assim desde jovem. Também se orgulhava de ter amigos que enfrentaram a ditadura militar."

O câncer, descoberto em 2021, materializou um medo antigo. Maria Claudia havia perdido a mãe e uma das irmãs para a doença. O tratamento foi duro, mas a filha conta que ela conversou enquanto pôde, até no momento de aceitação.

"Ela até fez piada. Disse que eu ia me libertar, porque 'mãe é um saco'", lembra a filha.

Maria Claudia morreu no dia 2 de março, aos 70 anos de idade. Ela deixa a irmã gêmea, Maria Cecília, os filhos Luisa, Marcos e Angela e a neta Antonia, 3.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

ambiente

Corte decidirá se países podem ser culpados por não frear aquecimento

Determinação é considerada histórica por poder abrir caminho para mais processos contra governos

Camila Hodgson

FINANCIAL TIMES A Corte Internacional de Justiça (CIJ) avaliará as obrigações legais dos Estados de proteger as gerações atuais e futuras das mudanças climáticas, depois que os países apoiaram uma resolução na ONU.

A opinião consultiva da CIJ, o principal órgão jurídico da ONU, pode aumentar o risco de litígio para os países que não cumprirem as leis e tratados internacionais existentes, ao mesmo tempo em que orienta os governos sobre o que devem fazer para defender os direitos humanos e o meio ambiente dos danos climáticos.

Os países aprovaram a resolução por consenso sem votação, após uma campanha de anos liderada por Vanuatu, nação insular do Pacífico que corre risco devido à elevação do nível do mar. Mais de cem países copatrocinaram a resolução, mas não os Estados Unidos e a China, os dois maiores emissores anuais do mundo.

Delta Merner, cientista chefe do Polo Científico para Litígio Climático da União de Cientistas Preocupados, disse que a decisão desta quarta-feira (29) na Assembleia Geral da ONU marcou "um momento histórico para a justiça climática internacional".

A CIJ, que pode levar um ano ou mais para entregar suas conclusões, "alteraria a forma como pensamos sobre as responsabilidades pelas emissões e a prestação de contas, incluindo a responsabilidade corporativa", e "reforçaria" as justificativas legais para "milhares de casos de litígio climático atualmente arquivados", acrescentou ela.

Dirigindo-se à ONU, o secretário-geral António Guterres disse que os pareceres da CIJ têm "uma importância tremenda e poderão ter um impacto duradouro na ordem jurídica internacional", embora não sejam juridicamente vinculantes.

O apoio ao que começou como uma iniciativa liderada por estudantes de Vanuatu cresceu no ano passado, pois muitos países sofreram eventos climáticos extremos devastadores. Com as emissões permanecendo teimosamente altas, os principais cientistas climáticos do mundo alertaram recentemente que as temperaturas médias provavelmente atingirão em breve 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Embora ativistas tenham recorrido aos tribunais para forçar governos e empresas a efetuarem cortes mais rápidos nas emissões, autoridades disseram que o parecer da CIJ não foi visto como um caminho para novos processos, mas uma forma de dar aos governos maior clareza sobre suas responsabilidades.

Ralph Regenvanu, ministro da Mudança Climática de Vanuatu, disse que "a iniciativa não foi dirigida a nenhum estado [individual], nem teve a intenção de culpar, envergonhar ou buscar qualquer julgamento".

No entanto, especialistas disseram que ela poderia afetar os processos climáticos mais diretamente. Lavanya Rajamani, professora de direito ambiental internacional da Universidade de Oxford, que apoiou a iniciativa de Vanuatu, disse que as descobertas poderiam "apoiar litígios climáticos nacionais e regionais" ao identificar "um padrão ou referência para o que se espera dos estados".

A decisão ocorre meses depois que uma coalizão de pequenos países insulares, incluindo Vanuatu e Antígua e Barbuda, pediu a outro órgão intergovernamental uma opinião sobre as obrigações legais dos países de proteger os ambientes oceânicos das mudanças climáticas. As conclusões do Tribunal Internacional do Direito do Mar devem ser entregues em 2024, antes que a CIJ conclua seu trabalho.

> A iniciativa não foi dirigida a nenhum estado [individual], nem teve a intenção de culpar, envergonhar ou buscar qualquer julgamento
>
> **Ralph Regenvanu**
> ministro da Mudança Climática de Vanuatu

Payam Akhavan, advogado que apoia a iniciativa dos oceanos, disse que a opinião do tribunal pode resultar em contestações legais contra os países, mas um resultado "mais importante" seria usá-la para pressionar os grandes poluidores nas cúpulas climáticas da COP e "colocar alguns dentes no Acordo de Paris".

O trabalho da CIJ incluirá um foco particular na vulnerabilidade das pequenas nações insulares às mudanças climáticas. Na cúpula COP27, no ano passado, os países concordaram com a criação de um fundo de perdas e danos para ajudar os países mais vulneráveis.

Regenvanu disse que o parecer da CIJ pode ter "implicações" para a criação do fundo.

Também nesta quarta, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos realizou uma audiência em um caso centrado em saber se a Suíça deve fazer mais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, de modo a proteger os direitos de seus cidadãos.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Derretimento de gelo pode desacelerar os fluxos oceânicos

David Stanway

SINGAPURA | REUTERS O derretimento acelerado do gelo antártico está reduzindo fortemente o movimento de água nos oceanos do mundo e pode exercer impacto desastroso sobre o clima global, a cadeia alimentar marinha e até a estabilidade das plataformas de gelo, revelou uma pesquisa nova.

A "circulação invertida" dos oceanos, provocada pelo movimento da água mais densa em direção ao fundo do mar, ajuda a circular calor, carbono, oxigênio e nutrientes vitais pelo planeta.

Mas as correntes oceânicas profundas da Antártida podem diminuir em 40% até 2050, segundo estudo publicado nesta quarta-feira (29) na revista Nature.

"É chocante ver isso acontecer em tão pouco tempo", disse Alan Mix, paleoclimatologista da Oregon State University e coautor das avaliações mais recentes do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), que não participou do estudo. "O processo parece estar engatando agora. É uma notícia que precisa fazer manchetes."

Com a elevação da temperatura, água doce resultante do gelo antártico derretido entra no oceano, reduzindo a salinidade e densidade da água superficial e reduzindo o fluxo descendente em direção ao fundo do mar.

Pinguins em um iceberg na Antártida; animais são impactados pelas mudanças climáticas Natalie Thomas - 15.jan.22/Reuters

Pesquisas passadas analisaram o que pode acontecer com a circulação invertida no Atlântico norte —o mecanismo por trás do cenário de fim de mundo que veria a Europa sofrer um esfriamento ártico, na medida em que o transporte do calor se enfraquece. Mas a circulação da água antártica no fundo do mar não havia sido igualmente estudada.

Cientistas usaram 35 milhões de horas de computação ao longo de dois anos para analisar uma série de modelos e simulações que chegam até a metade deste século, concluindo que a circulação da água profunda na Antártida vai se enfraquecer com o dobro da rapidez do declínio no Atlântico norte.

"São volumes imensos de água. E são partes do oceano que estão estáveis há muito tempo", disse em briefing noticioso o oceanógrafo Matthew England, da Universidade de Nova Gales do Sul e coautor do estudo.

O efeito sobre a circulação oceânica global da água resultante do derretimento de gelo ainda não foi incluído nos modelos complexos usados pelo IPCC para descrever cenários de mudança climática futuros, mas será considerável, disse England.

> São volumes imensos de água. E são partes do oceano que estão estáveis há muito tempo
>
> **Matthew England**
> oceanógrafo

A circulação oceânica invertida permite que nutrientes subam do fundo do mar. O Oceano Austral sustenta cerca de três quartos da produção global de fitoplâncton, a base da cadeia alimentar, disse um segundo coautor do estudo, Steve Rintoul.

"Se reduzimos o processo de afundamento perto da Antártida, desaceleramos a circulação inteira e desse modo também reduzimos a quantidade de nutrientes devolvidos das profundezas do mar para a superfície", disse Rintoul, membro da Organização australiana de Pesquisas Científicas e Industriais da Comunidade das Nações (CSIRO).

As conclusões do estudo também sugerem que o oceano não será capaz de absorver tanto dióxido de carbono, na medida em que suas camadas superiores ficarem mais estratificadas, o que deixará mais CO_2 na atmosfera.

O estudo mostrou que as intrusões de água morna na plataforma ocidental de gelo da Antártida vão aumentar, mas não examinou como isso pode criar um efeito de feedback e gerar ainda mais derretimento.

"O estudo não abrange os cenários catastróficos", disse Mix. "Nesse sentido, é na verdade bastante conservador."

Tradução de Clara Allain

José Kalil S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 60.937.653/0001-23

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da José Kalil S/A Participações e Empreendimentos a participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2023, na sede da empresa, com início às 11 (onze) horas, com a seguinte Ordem do Dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria e fixação dos respectivos honorários e deliberação quanto ao Conselho Fiscal; e d) Outros assuntos de interesse social. **João Carlos Piccelli** – Diretor Presidente. (29, 30 e 31/03/2023)

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

Comissão Permanente de Licitação

Edital de Concorrência Pública nº 02/2023 - Abertura dia 23/05/2023 às 11h00
REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO - ETAPA 3
tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser executado por regime de empreitada
Edital completo no site: https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2023/concorrencia-publica

Cubatão, 27/03/2023.
Paulo Leonel de Castro - Presidente da CPL substituto

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

Processo: 154/2022. OBJETO: Aquisição de Materiais – Raticida RODILON BLOCO EXTRUSADO, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 30/03/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 18/04/2023 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

Berkeley Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME 41.757.517/0001-07 - NIRE 35.300.567.609

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 31 de janeiro de 2023

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") foi realizada em 31 de janeiro de 2023, às 10h, na sede social da **Berkeley Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 20º andar, parte, sala Fortaleza, CEP 04538-132 e foram aprovados: **(I) Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, consigando o prejuízo no valor de R$ 100,00, alocado para a Conta de Prejuízos Acumulados; e (c) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia no valor de até R$ 100.000,00 para o exercício social de 2022; e **(II) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 2.000,00, mediante a emissão de 2.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação, mediante a capitalização de créditos decorrentes de AFAC detidos pela acionista Companhia Siderúrgica Nacional; (b) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Registrada na JUCESP sob o nº 120.092/23-2, em sessão de 22 de março de 2023, e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

Processo: 165/2022. OBJETO: Contratação de empresa destinada à prestação de serviços de plano de saúde ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, destinados ao grupo atual de funcionários ativos e aposentados e seus respectivos dependentes e agregados com abrangência Nacional, conforme quantidade e especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 30/03/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 30/03/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Visitas até: 12/04/2023. Abertura das propostas em 14/04/2023 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3053/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3054/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 31/03/2023 até 01/05/2023, no primeiro leilão, e de 12/05/2023 até 16/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. JOSE IVAN DE SOUZA RABELO, Av Luís Viana Filho, 6462, Empresarial Wall Street, Torre A - East, Sala 509, PARALELA - Salvador/BA - CEP: 41730101, Fones (71) 3327-2966, WhatsApp (71) 98146-8452 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: https://www.rjleiloes.com.br/. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 02/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 17/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro https://www.rjleiloes.com.br/.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM nº 14460

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do conselho fiscal, do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iv)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Para participação na AGO por meio da plataforma digital de participação a distância, os senhores acionistas deverão enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@cyrela.com.br, impreterivelmente, **até o dia 25 de abril de 2023**, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, conforme detalhado abaixo e no Manual e Proposta da Administração para a AGO, divulgado nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGO. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participação na AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia, além da digitalização do documento de identidade e dos atos societários que comprovem a representação legal: (a) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da AGO; (b) procuração em caso de participação por meio de representante; e/ou (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias de antecedência da data da realização da AGO. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar via digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGO deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou tendo sido assinada por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público e ser traduzidos, sendo dispensado o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro, conforme aplicável. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 horas antes da AGO, as instruções para acesso à plataforma digital "Zoom" para participação na AGO. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cyrela.com.br, com até, no máximo, 3 horas de antecedência do horário de início da AGO, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos da RCVM 81/22, serão considerados presentes à AGO os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGO, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da AGO por sistema eletrônico. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/) e nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

São Paulo, 28 de março de 2023.
Elie Horn - Rogério Frota Melzi - Co-Presidentes do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA ESTADO DE SÃO PAULO

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023

Encontra-se aberta no Município de Pedreira/SP, a TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata da contratação de pessoa jurídica por empreitada global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para a revitalização da Praça Ângelo Ferrari – Pedreira/SP. A abertura dos envelopes ocorrerá às 09h30 do dia 18/04/2023. O Edital e seus anexos em inteiro teor estarão à disposição dos interessados, a partir do dia 30/03/2023, de 2ª à 6ª feiras, no Município, de Pedreira, Estado de São Paulo, mediante o recolhimento de taxa no valor de R$ 1,00 (um real), ou pelo site do Município, através do Portal www.pedreira.sp.gov.br, gratuitamente. Quaisquer informações poderão ser obtidas, na Divisão de Licitações, pelo telefone (19) 3893-3522.

Bruno Henrique de Almeida - CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA SÃO CAETANO DO SUL – NA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL/SP

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir em São Caetano do Sul/SP. As propostas e os respectivos documentos deverão ser inseridos no Portal de Licitações no endereço: https://licitacoes.caixa/sicve-web/. A pesquisa de mercado está disponível no portal sob nº 0234/2023 desde o dia 27/03/2023 e ficará aberta ao recebimento de ofertas de imóveis até as 23:59 do dia 28/04/2023, podendo ser prorrogado.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2023
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE OSSUÁRIOS FAMILIAR E INDIVIDUAL"
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 15093/2022
Data e horário da licitação: 12/05/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 31/03/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 28 de março de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 19/04/2023, às 10:30hs / 2º Público Leilão: 20/04/2023, às 10:30hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matriculas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento duplex, nº 1305, localizado no 13º e 14º andares do Edifício Duplex Oggi, situado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, no 19º subdistrito – Perdizes, com área privativa de 49,651m², área comum de 43,654m², perfazendo a área total de 93,305m², cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga indeterminada no 1º ou 2º subsolo, para estacionamento de automóvel, de pequeno ou médio porte, com auxílio de manobrista. Imóvel objeto da Matrícula nº 109.006 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 690.469,92 (seiscentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) 2º leilão: R$ 584.343,06 (quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e seis centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: AILTON FERREIRA DA COSTA, brasileiro, solteiro, produtor rural e dj, nascido em 16/10/1990, CPF: 004.321.232-88, RG: 67.085.391-4 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, apto 1512, bairro Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05009-060, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

Processo Digital nº: 1000600-45.2019.8.26.0161 **Classe: Assunto:** Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários **Exequente:** Banco Bradesco S/A **Executado:** Paulu S Graf Embalagens Ltda e outros **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000600-45.2019.8.26.0161** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Diadema, Estado de São Paulo, Dr(a). Erika Diniz, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Paulu's Graf Representação Comercial Eireli**, CNPJ/MF 56.064.108/0001-00, que por parte do **Banco Bradesco S/A** lhe foi ajuizada, e a **Mario Luis Delfino**, CPF/MF 811.349.088-49 e Carlos Afonso Delfino, CPF/MF 099.750.988-00, **ação de Execução** para cobrança da quantia de R$ 5.360.867,20 (junho/2020 – fls. 247), oriunda do Contrato nº 385/1511515, firmado em 25/06/2018. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a citação por edital, para que em 03 dias úteis, após os 20 dias supra, pague o débito atualizado, sob pena de penhora. Em caso de pagamento dentro do tríduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para Embargos (15 dias úteis), reconhecendo o crédito do exeqüente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá a executada requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Ficam ainda a executada e o co-executado Mario Luis Delfino, pelo presente edital, intimados da penhora de 50% do terreno formado pelos lotes nºs 09,10 e 11 da quadra 13, do loteamento denominado Parque Balneário Itanhaém, Gleba 1, com frente para a Rua Luiza Forssell e área total de 813,00m², matriculado sob nº 242.036 no CRI da Comarca de Itanhaém/SP, podendo no prazo de 15 dias úteis, a fluir após os 20 dias supra, oferecer impugnação, ficando também intimadas da penhora as coproprietárias Dinovar Basso Delfino, CPF/MF 121.474.276-91 e CTM Administração de Bens e Participações Eireli, CNPJ/MF 29.087.249/0001-68. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Diadema, aos 23 de março de 2023.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CNPJ/ME nº 33.042.730/0001-04 - NIRE 35.300.396.090 - *Companhia Aberta*

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia e do Conselho Fiscal, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, com todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3º da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicado abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar o mesmo login e seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso de certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto a Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

Encontra-se aberta na Divisão de Transportes do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, situada na Rua Vergueiro,7072 - Vila Firmiano Pinto, São Paulo/SP, CEP 04272-300, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 01/2023**, processo **PCSP-PRC-2023/00657**, visando SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, OC **1801200000012023OC00002 para aquisição 2600 (dois mil e seiscentos) veículos novos, ano de fabricação e modelo não inferior ao vigente,** para a Delegacia Geral de Polícia. A entrega das propostas será a partir das 00h00 do dia 31/03/2023 no site www.bec.sp.gov.br, com abertura da sessão pública para o dia 18/04/2023 às 10h00, onde poderá ser obtido o edital. Maiores esclarecimentos poderão ser realizados de segunda a sexta-feira das 10h00 às 17h00 pelo telefone (11) 3331-6353, ramal 200/201/213 ou por e-mail "transportes.dap@policiacivil.sp.gov.br"

Companhia Lithographica Ypiranga

Em Liquidação

CNPJ/MF 60.829.157/0001-56 - NIRE 35.300.040.058

Convocação - Assembleia Geral - Artigo 213

Convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral, na forma do artigo 213 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se na sede social na Rua Tagipuru, 235, 1º andar, sala 14, São Paulo/SP, em 28/04/2023, às 12hs, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no período e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação. São Paulo, 30/03/2023. **Walney de Araújo Moura - Liquidante.**

Câmara Municipal de Cubatão
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Informamos que devido a revisão no termo de referência foi alterada a data de abertura da Concorrência Pública nº 01/2022, conforme informações abaixo:
Edital de Concorrência Pública nº 01/2023
Abertura dia 16/05/2023 às 11:00 horas
REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO - ETAPA 2
tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser executado por regime de empreitada
Edital completo no site: https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2023/concorrencia-publica

Cubatão, 27/03/2023.
Paulo Leonel de Castro - Presidente da CPL substituto

Câmara Municipal de Cubatão
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Informamos que devido a revisão no termo de referência foi alterada a data de abertura da Concorrência Pública nº 01/2022, conforme informações abaixo:
Edital de Concorrência Pública nº 01/2023
Abertura dia 16/05/2023 às 11:00 horas
REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO - ETAPA 2
tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser executado por regime de empreitada
Edital completo no site: https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2023/concorrencia-publica

Cubatão, 27/03/2023.
Paulo Leonel de Castro - Presidente da CPL substituto

SOLD LEILÕES — Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 14 de Abril de 2023, a partir das 10h50min *.
2º LEILÃO: 18 de Abril de 2023, a partir das 13h50min *.
***(horário de Brasília)**

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, Faz Saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiver, que levará a Público Leilão de modo Presencial E/Ou On-Line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário Banco Santander (Brasil) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra e Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia contrato nº 0010044915, datado de 30/09/2019, firmado com o Fiduciante Emílio Cristiano, RG nº 24.989.716-7-SSP/SP, CPF/MF nº 173.258.728-01, residente e domiciliado em, Catanduva/SP, em Primeiro Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 339.479,82 (Trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos – atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: Casa, situada na Rua Alfredo Ortega nº 130, no Residencial Comendador Pedro Monteleone, Catanduva/SP, com área construída de 108,06m² e área total de 137,50m², melhor descrito na matrícula nº 57.346 do 1º Oficial de Registro de Imóveis e anexos de Catanduva. Cadastrado na Prefeitura sob nº 71.41.18.0175.01.001. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o Segundo Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 196.804,94 (Cento e noventa e seis mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e no Superbid Exchange (www.superbid.net), e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão. Em virtude da pandemia da Covid-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e do Superbid Exchange (www.superbid.net). Forma de pagamento e demais condições de venda, Veja A Íntegra Deste Edital Na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) E No Superbid Exchange (www.superbid.net). Informações:11-4950-9602 / imoveis.sac@superbid.net (19144 – Dossiê). K-30,31/03e01/04

PROCESSO PGE-PRC-2023/00407
OFERTA DE COMPRA Nº 400102000012023OC00017
Pregão Eletrônico PGE nº 13/2023

Objeto: Prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de legitimação - VALE REFEIÇÃO - na forma de cartão eletrônico ou de tecnologia similar, com senha pessoal intransferível, chip de segurança e recargas de créditos mensais destinados aos Procuradores do Estado e Servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado e que estejam no exercício de seus cargos/funções na Instituição, ainda que em regime de teletrabalho, para aquisição de alimentos preparados para consumo imediato em restaurantes e estabelecimentos congêneres

EXTRATO DE EDITAL

Acha-se aberta no Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares da Procuradoria Geral do Estado, situado à Rua Pamplona, nº 227, 11º andar, bairro Jardim Paulista, nesta Capital, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2023 - Processo PGE-PRC-2023/00407 que visa a contratação de prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de legitimação - VALE REFEIÇÃO - na forma de cartão eletrônico ou de tecnologia similar, com senha pessoal intransferível, chip de segurança e recargas de créditos mensais destinados aos Procuradores do Estado e Servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado e que estejam no exercício de seus cargos/funções na Instituição, ainda que em regime de teletrabalho, para aquisição de alimentos preparados para consumo imediato em restaurantes e estabelecimentos congêneres, conforme especificações contidas no Termo de Referência - ANEXO I do edital, cuja data do início do prazo para envio da proposta eletrônica será em **31/03/2023** e a realização de abertura da sessão pública dar-se-á no dia **13/04/2023** às **10:00 horas**. O Edital poderá ser obtido pela Internet no sítio www.e-negociospublicos.com.br, www.pge.sp.gov.br, www.bec.sp.gov.br.

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83 - NIRE nº 3530051760-1
Companhia aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, no dia 28 de abril de 2023, às 17:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 111 – Bloco 1, Vila Nova Conceição, Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia («AGOE» ou "Assembleia"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Alterar a denominação social da Companhia de "Centro de Imagem Diagnósticos S.A." para "Aliança Saúde e Participações S.A.", com a consequente alteração dos artigos 1º e 9º do Estatuto Social da Companhia e consolidação do Estatuto Social; e (ii) Ratificar a remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2022. **Adoção de Voto Múltiplo.** O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição de processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., na Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, e na RCVM 81/22. Ainda nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGOE. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima, bem como a Proposta da Administração encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (ri.alliança.com), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

São Paulo, 28 de março de 2023.

AVISOS DE LICITAÇÕES

LI SABESP TES 04891/22 - Contratação semi-integrada para execução das obras do emissário de lodo ativado da ETE Parque Novo Mundo, integrantes da Etapa III do Projeto Tietê. Edital completo disponível para download a partir de 30/03/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Receb. Doc. Habilitação e Proposta: 07/06/2023 às 9:00 h na Sala Pitangueira - Espaço Vida - Av. do Estado, 561 - P. Pequena - São Paulo. SP-30/03/2023-TES.

PG SABESP CSS 00557/23 - Contratação de empresa seguradora para a emissão de Apólice(s) de Seguro-Garantia, nas modalidades Judicial, Tradicional e Compra de Energia. Edital para "download" a partir de 30/03/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 12/04/23 até às 09h00 de 13/04/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 29/03/23 (FFE) - A Diretoria.

Compass Gás e Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 21.389.501/0001-81 - NIRE 35.300.472.659

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") da Compass Gás e Energia S.A., na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 24, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia"), a ser realizada, em 26 de abril de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), sem prejuízo do uso dos boletins de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovação da proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** Orientações sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e **(iv)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Instruções Gerais: Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se no Manual e Proposta da Administração para Assembleia Geral ("Manual e Proposta"), disponível nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.compassbr.com). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual e Proposta, divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que, conforme acima exposto, poderá optar por participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 13:30h do dia 26 de abril de 2023. Por meio da plataforma digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail: ri@compassbr.com, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, até o dia 24 de abril de 2023 (inclusive). Nesse mesmo e-mail os acionistas deverão enviar também os documentos indicados na Proposta e Manual. Encontra-se à disposição dos acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.compassbr.com), em observância ao parágrafo único do artigo 121, *caput* do artigo 133 e aos artigos 10 e seguintes da RCVM 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, dos boletins de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo (SP), 27 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

esporte

Yankees fazem sucesso no Brasil em bonés, mas não em campo

Símbolo do time de beisebol se difunde no país, onde esporte é pouco praticado

Jack Nicas

RIO DE JANEIRO | THE NEW YORK TIMES Matheus Gustavo chegou para seu segundo dia de trabalho em uma chapelaria no Rio de Janeiro usando um boné preto do New York Yankees. Seu novo emprego era, principalmente, para vender bonés dos Yankees. Nos mostradores ao seu redor, três em cada quatro bonés promoviam o time de beisebol do Bronx.

No entanto, Gustavo tinha uma confissão. Ele usava um boné dos Yankees há anos, "mas nunca soube o verdadeiro motivo das iniciais NY".

Quando soube que os Yankees eram um time de beisebol, o rapaz de 23 anos não pareceu impressionado. "Aqui curtimos mais o futebol", disse.

Isso é um eufemismo. No Brasil, futebol é vida e beisebol confunde. Mas após alguns dias em qualquer grande cidade brasileira fica claro que, independentemente disso, o boné dos Yankees talvez seja o mais popular no país.

É onipresente nas praias do Rio e nos bares de São Paulo. Estava empoleirado nas cabeças de alguns manifestantes de direita que exigiam um golpe militar para derrubar o presidente de esquerda do Brasil. E, no mês passado, ficou pendurado numa árvore, rasgado e enlameado, em um garimpo de ouro ilegal nas profundezas da floresta amazônica. Só não espere que muitos brasileiros saibam o que o boné significa.

"É futebol americano? Ou é uma marca?", disse Carlos Henrique, 20, que vendia bonés dos Yankees, pendurados em uma grade metálica que carregava na praia de Ipanema, no Rio. De qualquer maneira, era seu campeão de vendas.

O boné dos Yankees se tornou uma tendência de moda, independente do esporte ou do time que representa. Elevado por papéis principais em vídeos de hip-hop e colaborações com Gucci e Supreme, o boné se tornou global, cruzando fronteiras para terras onde menções a Babe Ruth e Aaron Judge provocarão olhares vazios.

Nesta semana, os Yankees começam a jogar beisebol mais uma vez, e os torcedores em Nova York colocarão os bonés para mostrar sua lealdade. Mas, para muitos outros em lugares como Brasil, China e África, a insígnia NY entrelaçada permanecerá simplesmente uma peça clássica da cultura americana, um símbolo de status ou um emblema genérico do Ocidente.

Bonés do time de beisebol New York Yankees expostos em loja do Rio de Janeiro Dado Galdieri - 15.mar.23/The New York Times

"O logotipo é super estiloso e, na minha opinião, sofisticado", disse Natalia Monsores, 40, enquanto olhava uma parede de bonés dos Yankees numa loja de shopping de luxo de propriedade da New Era, empresa de Buffalo, Nova York, que produz os bonés oficiais dos Yankees. "É o símbolo da marca, certo? New Era", ela respondeu quando questionada sobre o significado do logotipo. "Você envia um sinal: 'Estou usando algo de qualidade'."

Isabel Cunha, 26, uma publicitária com um boné dos Yankees que tomava o café da manhã no Rio, admitiu que também não tinha certeza do que estava vestindo. "Eu acho bonito", disse. Quando lhe disseram que era um time, ela rebateu: "Basquete?"

Artur Regen é supervisor para o Brasil da New Era, a maior —e, segundo ele, única— vendedora licenciada de bonés da Liga Principal de Beisebol no Brasil. "Noventa e oito por cento dos brasileiros não sabem que é um time de beisebol", disse ele. "Nova York é legal, e eles querem ser associados a ela." A New Era vende bonés dos Yankees em quase 150 países, disse Regen. Desde que entrou no Brasil, em 2010, a empresa somou mais de 2.000 lojas parceiras e 150 franqueadas. Nos últimos dois anos as vendas dobraram.

Em duas lojas da New Era no Rio, as vitrines foram cobertas por dezenas de variações de bonés dos Yankees. Havia alguns dos Los Angeles Dodgers, outro time da liga americana de beisebol. Porém não era possível achar nenhum boné do outro time de Nova York, os Mets.

"Caminhe em qualquer praia do Brasil e 90% dos bonés da New Era que você verá provavelmente serão dos Yankees", disse Regen.

Como Regen, que vestiu uma camisa dos Yankees na entrevista para esta reportagem, se sente sobre o beisebol? "Pessoalmente", disse ele, "não entendo." Esse era o resumo do beisebol em todo o Brasil: todo mundo já ouviu falar mas ninguém entende.

Em 2009, Jay-Z fez um rap: "Tornei o boné dos Yankees mais famoso do que um Yankee consegue". Se ele e outros artistas podem ter ajudado a lançar a tendência, as celebridades brasileiras agora carregam a tocha. Entre elas estão os funkeiros e influenciadores de redes sociais.

Enquanto os negócios da New Era estão crescendo no Brasil, os Yankees não lucram muito; as 30 equipes da MLB dividem a receita da maior parte das vendas oficiais de uniformes. Mas a maioria dos bonés dos Yankees vendidos no Brasil —Regen calcula em 90%— são imitações.

Uma das poucas pessoas entrevistadas para este artigo que sabia o que são os Yankees era Jesus Tacae, imigrante da Venezuela. Ele usava um boné dos Yankees enquanto saía de bicicleta de seu trabalho numa fábrica de gelo em Boa Vista, capital de Roraima, na Amazônia.

No entanto, ele tinha sua confissão pessoal. "Meu time favorito é o Boston", afirmou. "Mas aqui não vendem desse."

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

TAÇA DA COPA DO MUNDO FEMININA É APRESENTADA NO SANTUÁRIO DO CRISTO REDENTOR
A chegada do troféu ao Rio, na quarta (29), teve a presença das ex-craques Aline Pellegrino (esq.) e Formiga (dir.) e da técnica Pia Sundhage; a taça seguirá para outros países até chegar à Nova Zelândia, em julho, para início dos jogos Carl de Souza/AFP

Robinho entrega passaporte à Justiça e aguarda decisão do STJ

SÃO PAULO | UOL José Eduardo Alckmin, advogado de Robinho, informou nesta quarta (29) que entregou o passaporte do ex-jogador à Justiça. A medida foi determinada pelo ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na semana passada e é uma garantia de que o ex-atleta não deixará o país até que o tribunal decida se ele deve ser preso.

O relator do caso analisará os argumentos contra e a favor da prisão de Robinho. Ainda não há data para o julgamento e, até lá, ele tem liberdade para circular pelo país. Condenado na Itália a nove anos de prisão por estupro, ele vive no litoral de São Paulo.

Na tarde desta quarta, o STJ permitiu que a Anacrim (Associação Nacional da Advocacia Criminal) faça parte do processo. A entidade defende a liberdade do ex-jogador. Segundo o STJ, a Anacrim foi aceita para garantir a "paridade de armas" na ação. Antes, Falcão já tinha permitido a participação da União Brasileira de Mulheres, que é a favor da prisão de Robinho. A possibilidade de um brasileiro cumprir pena dada por outro país opõe juristas.

+

Confrontos da 3ª fase da Copa do Brasil foram definidos nesta quarta-feira (29); veja

- Botafogo-SP x Santos
- Nova Iguaçu x América-MG
- Coritiba x Sport
- Náutico x Cruzeiro
- Atlético-MG x Brasil-RS
- Volta Redonda x Bahia
- Ypiranga-RS x Botafogo
- ABC x Grêmio
- Maringá x Flamengo
- São Paulo x Ituano
- Fluminense x Paysandu
- Remo x Corinthians
- Internacional x CSA
- Fortaleza x Águia de Marabá
- CRB x Athletico Paranaense
- Palmeiras x Tombense

Quando tudo é fácil até começar

É sempre assim: os brasileiros são favoritos antes do início da Libertadores

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Duvideodó, rara leitora e raro leitor, que vocês encontrem um analista brasileiro que elimine algum de nossos sete classificados para disputar a Libertadores já na fase de grupos. A maioria é apontada em primeiro lugar e, quando não, a segunda vaga aparece garantida.

Porque antes de o torneio continental começar sempre prevalece a tradição dos clubes do país, posta em xeque só às vésperas de cada jogo, quando o fator viagem e o exame mais detalhado de cada adversário prevalecem e o temor se estabelece. Tem sido assim também nas Copas do Mundo e nos Mundiais de Clubes.

Imagine se o colombiano Tolima, ou o paraguaio Guarani, ou o congolês Mazembe, ou o peruano Melgar, ou, ainda, o egípcio Al-Ahly e o saudita Al-Hilal, para não falar da Croácia e de Camarões, poderiam vencer times e seleção brasileiros.

Pois venceram, para pisotear nosso amor-próprio, ferir nossa prepotência, mas, nem por isso, enterrar nossa arrogância.

Dito isso, assim mesmo, Palmeiras, Flamengo, Inter, Corinthians, Atlético Mineiro, Fluminense e Athletico Paranaense são apontados por 11 em cada 10 especialistas como já na fase de oitavas de final da competição sul-americana.

Afinal, os cinco primeiros da lista já ganharam dez Libertadores, e o sexto e o sétimo já foram vices.

É preciso que um clube como o equatoriano Independiente del Valle passe por cima de uma porção de brasileiros em curto espaço de tempo para torná-lo respeitado no Patropi —como bem o sabem São Paulo, Corinthians, Grêmio, Atlético Mineiro e o Flamengo.

Lembremos, só para refrescar a memória, que, no ano passado, dos oito brasileiros classificados para a fase de grupos dois ficaram pelo caminho, o Bragantino e o América-MG, embora nossa humildade zero argumente que ambos não fazem parte do patamar superior.

Contra o teimoso argumento, recordemos que o Fluminense caiu na chamada pré-Libertadores. Em 2021 foi o Santos, um dos sete classificados, que não passou da fase de grupos.

Excesso de pessimismo? Realismo exacerbado?

Nem uma coisa nem outra, porque ao olhar para o copo meio cheio é preciso registrar que as últimas quatro taças foram vencidas por Flamengo e Palmeiras, duas vezes cada um, e que os dois são, de fato, os favoritos para ganhar de novo.

A preocupação aqui se limita a ter os pés no chão para ninguém ficar iludido sobre as pretensões dos demais, ou melhor, para deixar clara a dificuldade enfrentada por eles nos confrontos que vêm por aí.

Não há mais hegemonias nem escritas seculares quando o futebol brasileiro está envolvido. Perdemos ultimamente para africanos com a mesma frequência que para europeus e argentinos.

Nas eliminatórias sul-americanas a realidade é outra, porque nelas recorremos à nossa legião estrangeira, expediente obviamente impossível nos torneios interclubes, e aí ainda nos impomos.

Como diria Tim Maia, me dê motivo para confiar no Corinthians eliminado pelo Ituano no campeonato estadual. Ou no Inter, superado pelo Caxias.

Inexistem facilidades na Libertadores, sempre foi assim e agora mais ainda, com nivelamento por baixo.

Prepare-se para ouvir que o seu time, se você torce para algum dos sete, é tecnicamente superior, tem muito mais investimento e... aí vem a adversativa —mas vacilou na hora agá e perdeu o jogo que tinha tudo para ganhar.

Tomara que não, mas...

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | **SEX. Paulo Vinicius Coelho** | SÁB. Marina Izidro

Obra de Agatha Christie é editada para remoção de conteúdo considerado racista ou ofensivo

SÃO PAULO Após Ian Fleming e Roald Dahl, Agatha Christie é o mais recente nome da literatura a ter seus livros alterados com a intenção de retirar ou reescrever trechos considerados racistas ou possivelmente ofensivos.

Segundo o jornal The Telegraph, desde 2020, a editora HarperCollins começou a implementar mudanças em edições de títulos protagonizados por Hercule Poirot e Miss Marple. Ambos os personagens são fundamentais para a obra da autora britânica, que é considerada um nome importante da literatura de mistério e "whodunnit", em que crimes são desvendados em busca do culpado.

As histórias de Poirot e Marple foram escritas originalmente entre as décadas de 1920 e 1970. Algumas delas são ambientadas em países fora da Grã-Bretanha.

Uma das mudanças, por exemplo, se deu em "Morte no Nilo", de 1937, título protagonizado pelo detetive Poirot. Em uma cena do romance, a Sra. Allerton se queixa de um grupo de crianças a provocando. "Eles voltam e me encaram e encaram, e os olhos deles são simplesmente nojentos, bem como os narizes deles, e não acredito que eles sejam crianças de verdade", diz a personagem, em livre tradução.

Cena do filme 'Morte no Nilo', baseado na obra de mesmo nome de Agatha Christie Rob Youngson/Divulgação

A nova versão do trecho se resume a: "Elas voltam e me encaram e encaram. E não acredito que eles sejam crianças de verdade".

Outra edição implementada foi em "Um Mistério no Caribe", de 1964, com Miss Marple. Em uma cena, a detetive amadora refere-se aos dentes brancos de uma funcionária de hotel como "adoráveis". O trecho foi removido.

As alterações, que também abrangem personagens descritos como judeus ou ciganos, foram feitas por leitores de sensibilidade.

Estes são profissionais da literatura que fazem análises de textos ficcionais para levantar trechos possivelmente ofensivos na representação de grupos sociais marginalizados, em especial quando o autor do livro em questão não pertence ao mesmo grupo.

A intenção da HarperCollins com as mudanças é manter os livros de Christie relevantes para o público moderno, em especial os jovens.

Esta não é a primeira vez que a obra da escritora britânica passa por mudanças. Em 1977, "O Caso dos Dez Negrinhos" ("Ten Little Niggers", no título original) passou a ser chamado "E Não Sobrou Nenhum" ("And The There Were None"). A obra é uma das principais do catálogo de Christie.

ACERVO FOLHA

Há 50 anos **30.mar.1973**

Apagão prejudica fornecimento de energia em sete bairros

A Light, responsável pelo fornecimento da energia elétrica para a cidade de São Paulo, informou não ter condições de saber quando o serviço será reestabelecido normalmente em Pinheiros, Consolação, Higienópolis, Pacaembu, Sumaré, Cerqueira César e Jardim América.

Depois do apagão ocorrido na noite de quarta-feira (28) e na madrugada de quinta, todos esses bairros vêm recebendo energia em regime precário, fornecida pela conjugação de outros circuitos.

Os técnicos da Light, auxiliados pelos seus colegas da fabricante dos cabos subterrâneos, ainda não haviam localizado o trecho exato da avaria.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

Ainda precaria energia em 7 bairros

O novo Plano de Viação

Vale quer ser forte em industrias

EROSÕES PODEM ENGOLIR 220 CASAS NO MUNICÍPIO DE BURITICUPU, NO MARANHÃO

Mauricio Marinho/Reuters

O prefeito de Buriticupu (MA), João Carlos Teixeira (Patriota), decretou estado de calamidade pública no último domingo (26) em função do aumento das voçorocas, após as fortes chuvas que atingiram a cidade. Caracterizadas por imensos buracos no solo, as voçorocas se desenvolvem há mais de 30 anos no município, mas cresceram devido ao grande volume de água. As erosões representam alto risco para mais de 800 pessoas, que vivem em 220 moradias em áreas de encosta, diz o decreto de calamidade. Ao todo, são 23 voçorocas, todas em área urbana, uma delas com 70 metros de profundidade; a erosão mais extensa tem quase 7 km. Nos últimos meses, 27 famílias deixaram suas casas. **Catarina Scortecci**

Nunca é tarde para gozar

Mulheres maduras querem relações com mais intimidade

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Há mais de três décadas venho escrevendo sobre um fato que acabou de ser comprovado por um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Glasgow e da Universidade de College Londres, publicado no Journal of Sex Research.

A pesquisa com mais de 2.000 mulheres revelou que são raras aquelas que acreditam que a menopausa tenha provocado a redução na frequência ou na qualidade do sexo. Elas afirmaram que os principais motivos que roubaram a energia para o sexo foram estresse, preocupação, exaustão, cuidar dos pais e filhos, tensões familiares, dificuldades financeiras e problemas no trabalho.

O estudo concluiu que o desejo feminino é muito complexo, não apenas uma questão hormonal ou uma consequência natural do envelhecimento.

A idade e a menopausa foram menos significativas na determinação dos níveis de satisfação sexual e de frequência do que fatores como relacionamento, saúde e estilo de vida.

Por fim, como repito há décadas, o estudo apontou que a intimidade pode ser um dos fatores mais importantes para a satisfação sexual das mulheres.

Segundo a autora da pesquisa, poucos estudos levam em consideração a opinião das mulheres ao tentar compreender a gama de fatores que influenciam a experiência sexual na maturidade. O declínio na frequência e a falta de tesão nem sempre significam que o problema é hormonal. Ela destacou o impacto dos "deveres duplos de cuidado" que as mulheres maduras enfrentam, já que, muitas vezes, são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos adolescentes e também dos pais idosos.

Segundo a pesquisadora, as mulheres maduras são frequentemente apelidadas de "geração sanduíche". Elas se casaram e tiveram filhos mais tarde do que as gerações anteriores, estão trabalhando e podem estar sustentando materialmente e emocionalmente filhos dependentes e pais idosos, além de lidar com os próprios problemas de saúde decorrentes do envelhecimento.

Elas têm o desafio estressante de conciliar família, casa, trabalho, vida social e relacionamento amoroso e sexual.

A pesquisa não negou que a menopausa pode afetar a vida sexual das mulheres. No entanto, ela chamou a atenção para a necessidade de escutar as próprias mulheres e não apenas receitar tratamentos hormonais, já que, muitas vezes, a perda de libido não é apenas uma questão de hormônios.

Já escrevi muitos artigos para a Folha *mostrando como a falta de intimidade afeta a vida amorosa dos casais que entrevistei para a minha pesquisa sobre amor, sexo e traição.*

No meu novo livro, "A Arte de Gozar: amor, sexo e tesão na maturidade", revelo que muitas mulheres mais jovens não sentem mais tesão, nem no sexo, nem na vida, como uma médica de 35 anos: "Meu marido não compreende que estou exausta e estressada e ainda quer que eu seja uma gueixa na cama. Transar dá muito trabalho. Ando tão cansada de tudo que só quero dormir o dia inteiro, não tenho vontade de fazer mais nada".

No entanto, mostro que algumas mulheres disseram que só desabrocharam e floresceram mais tarde, como me contou uma professora aposentada de 81 anos.

"A vida inteira cuidei de marido, filhos, netos, agora é a hora de cuidar de mim. Sou viúva e estava há um tempão sem transar. Me inscrevi em um aplicativo de relacionamentos para pessoas de mais idade e conheci seis homens. Não me entusiasmei por nenhum, até que encontrei um engenheiro aposentado de 70 anos que combinou bastante comigo. Ele é inteligente, adora conversar, tenho mais intimidade com ele do que jamais tive com o meu marido. Eu só desabrochei, floresci, depois de velha. Sou uma flor do outono."

Ela contou que a série "Grace e Frankie", sobre duas amigas de mais de 80 anos, lhe "fez perder a vergonha de ser velha".

"No meu aniversário de 80 anos, pedi de presente para a minha neta, que é médica geriatra, um sugador, um brinquedinho que eu nunca havia experimentado. Também pedi que ela me inscrevesse em um aplicativo de relacionamento para pessoas mais velhas. Estou namorando há seis meses e transando como nunca transei antes, tirando o atraso. Graças a Jane Fonda e Lily Tomlin descobri uma coisa maravilhosa: nunca é tarde para gozar."

Blocos em queda

'Tetris', filme da Apple TV+ com Taron Egerton, mostra desafios do jogo para sair da Rússia comunista e ganhar o mundo todo

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Como pecinhas caindo e se encaixando lentamente, a trama de "Tetris" pode levar um tempo até fazer sentido para o espectador.

A história por trás da sensação dos games, afinal, é absurda e inesperada, o que deixa o roteiro difícil de compreender.

Noah Pink, o roteirista, fez o melhor que pode com o material que tinha. Apesar da premissa simples de contar a história de um dos games mais vendidos do mundo, o roteiro lida ainda com a crise do comunismo, os embates entre a Rússia e o Ocidente e minúcias do mundo corporativo.

Exibido no início do mês no South by Southwest, o SXSW, o longa é protagonizado por Taron Egerton e tem direção de Jon S. Baird, britânico indicado ao Bafta por "Stan & Ollie".

Diferente do que acontece com filmes lançados em Cannes, Berlim ou outros festivais mais tradicionais, desta vez o público não terá que esperar tanto, pois "Tetris" estreia já nesta semana no Apple TV+.

O filme se passa no momento em que, poeticamente, o game sobre bloquinhos caindo, criado pelo engenheiro russo Alexey Pajitnov, tentava sair da União Soviética em meio à iminente queda do bloco.

Continua na pág. C2

Cartaz do filme 'Tetris'
Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

O QUE É MEU

Diretores e roteiristas do audiovisual nacional vão a Brasília em maio para levar às autoridades uma antiga reivindicação da classe: a implementação no país do direito à remuneração pela exibição pública de suas obras, assim como ocorre com a categoria dos compositores.

AGENDA As primeiras tratativas para audiências com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e também com os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já estão sendo feitas.

LONGA DATA "O direito à arrecadação de direitos autorais pela exibição das nossas obras é uma reivindicação histórica, e esperamos que o Legislativo e o Executivo brasileiros entrem em ação", diz o roteirista Thiago Dottori, da série "Segredos de Justiça" e dos recentes filmes da Turma da Mônica.

CRÉDITOS Ao contrário do que já ocorre em países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Espanha e França, o Brasil ainda não regulamentou essa remuneração adicional e não reconhece que estes profissionais tenham direito a receber pela múltipla exposição de suas obras.

CRÉDITOS 2 A comitiva em Brasília vai, então, defender que as exibições dos trabalhos no audiovisual (na TV aberta ou em canais fechados, no cinema ou no streaming) deveriam render aos autores remuneração além daquela paga pela prestação do serviço, da mesma forma que o uso de uma música nessas plataformas gera receita aos seus compositores.

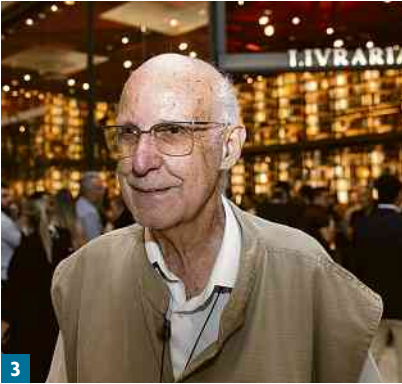
CARAVANA Carol Kotscho ("Flores Raras" e "Dois Filhos de Francisco") e Sylvio Back ("O Universo Graciliano") também fazem parte do grupo, que terá representantes na capital federal depois do congresso mundial da Confederação Internacional de Autores Audiovisuais, no Rio, no início de maio. O evento acontece no Brasil pela primeira vez.

PODE ENTRAR A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, convidou as atrizes e roteiristas que denunciaram o ex-diretor do departamento de humor da Globo Marcius Melhem por assédio sexual para uma reunião em Brasília, na terça (4). O humorista sempre negou que tenha assediado suas colegas.

PODE ENTRAR 2 A ideia é apresentar a elas uma proposta para a construção de um marco normativo para combater o assédio sexual no ambiente de trabalho. Entre as convidadas que já confirmaram estão as atrizes Dani Calabresa, Maria Clara Gueiros, Georgiana Góes, Veronica Debom e Renata Ricci, as roteiristas Carolina Warchavsky e Luciana Fregolente e a diretora Cininha de Paula.

O MEU GURI O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para participar da cerimônia de entrega do Prêmio Camões a Chico Buarque. Fã confesso do artista, o parlamentar relatou a interlocutores ter ficado "balançado" com a proposta. Pacheco analisa a sua agenda para saber se conseguirá ir a Lisboa, onde ocorrerá a solenidade, em 25 de abril.

MINHA HISTÓRIA

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

O ex-governador João Doria 1 recebeu convidados no lançamento de sua biografia, "João Doria – O Poder da Transformação", escrita pelo jornalista Thales Guaracy. O evento foi realizado na Livraria da Travessa do shopping Iguatemi, em São Paulo, na noite de segunda-feira (27). O ex-presidente da República Michel Temer (MDB) 2 esteve lá. O padre Julio Lancellotti 3 também compareceu

BOLSO O estilista libanês Elie Saab, que já vestiu nomes como Beyoncé e Melania Trump, desembolsou R$ 317.526,00 para liberar, junto à Receita, 19 vestidos, uma jaqueta e quatro bolsas de sua grife de luxo. Os itens foram apreendidos no aeroporto de Guarulhos (SP).

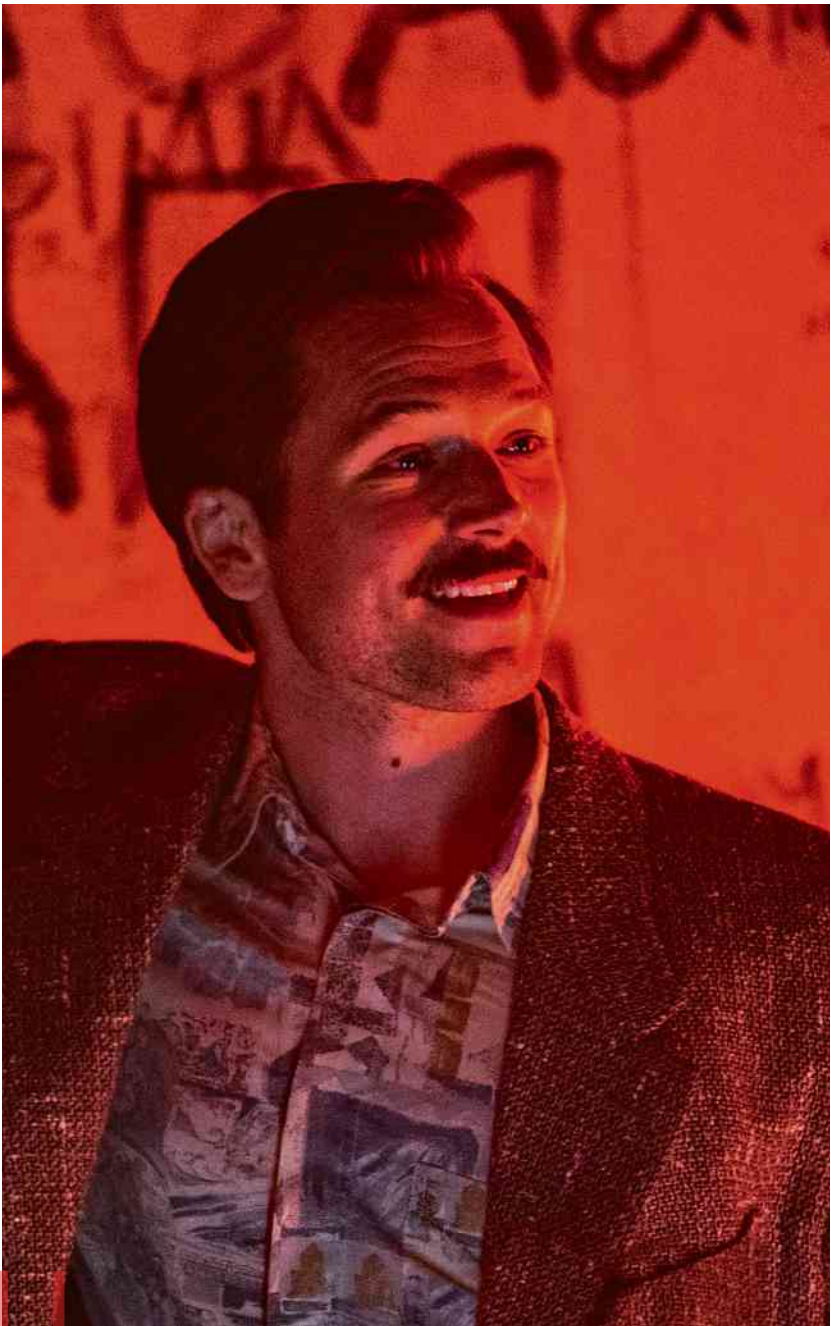
BOLSO 2 As peças foram trazidas ao país para o lançamento de um empreendimento imobiliário com o seu nome. Sua defesa deve ir à Justiça cobrar uma restituição do valor, já que os itens não ficarão no país.

MARTELO... O Banco Santos acaba de ter uma de suas primeiras vitórias judiciais desde 2005, ano em que a sua falência foi decretada. A 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a penhora de 50% do shopping Eldorado, localizado na zona oeste da capital paulista, em favor da massa falida da instituição financeira. Ainda cabe recurso.

...BATIDO O percentual corresponde à quota detida por empresários do Grupo Veríssimo, apontado como um dos maiores devedores do banco. A inadimplência data de 2004, e seu valor atualizado é estimado em cerca de R$ 2,1 bilhões.

TITULARIDADE Para o desembargador Heraldo de Oliveira, relator da ação, ficou demonstrado que os devedores procuraram "esconder seus bens" para não quitar a dívida, por meio da transferência de ações para familiares e para contas em paraísos fiscais.

PISTA O Museu de Arte Moderna de São Paulo prepara uma festa de gala para comemorar os seus 75 anos. O evento arrecadará fundos para os programas expositivo e educativo da instituição, voltados a diversos públicos. As atrações serão divulgadas em breve.

com Cleo Guimarães (Interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Taron Egerton em cena de 'Tetris' Divulgação

Blocos em queda

Continuação da pág. C1

Não foi fácil tirar aquela ideia simples, prestes a conquistar o mundo, da cortina de ferro, como o roteiro mostra. A iniciativa partiu de Henk Rogers, um holandês que era ele próprio desenvolvedor de games e que, ao descobrir o potencial de "Tetris", decidiu apostar todas as suas fichas no jogo.

Contrariando qualquer recomendação, ele deixou o Japão, onde morava e trabalhava, rumo a Moscou, para se encontrar com os detentores dos direitos autorais e, assim, garantir a distribuição do jogo para outros países.

Mas outros empresários do Ocidente já estavam de olho naquela mina de ouro, o que dá início a uma complexa briga, que cruza com os interesses não ortodoxos das autoridades soviéticas que controlavam não apenas a papelada, mas a própria vida de Pajitnov.

A princípio, uma trama sobre a batalha por direitos de distribuição não parece ser material digno de Hollywood. Mas as disputas que envolveram o licenciamento do game foram tão complicadas e até mesmo perigosas que "Tetris" acabou por se tornar um thriller de espionagem da Guerra Fria, na linha de "Ponte dos Espiões", mas com o didatismo de "A Grande Aposta".

Os longas serviram de inspiração para Baird, que ao receber o roteiro ficou encantado com a possibilidade de mergulhar no sigiloso e não tão distante mundo da Rússia comunista. Formado em relações exteriores, o cineasta identificou uma história com potencial de atrair não só os nerds de história mundial ou de games, mas fãs de cinema.

"O nome original do filme nem era 'Tetris'. Tinha algo a ver com blocos caindo. Quando recebi o roteiro, achei que era sobre geopolítica. Mas depois você percebe que aquela batalha por algo que você nem pode ver, direitos autorais, é tão louca que me fez lembrar que as histórias mais bizarras dão os melhores filmes", diz.

Em meio a inserções gráficas em oito bits —tecnologia por trás das animações blocadas, como o primeiro "Super Mario Bros."—, "Tetris" se alterna entre momentos de ação e comédia, enquanto clássicos oitentistas são entoados em russo, mergulhando o espectador naquela União Soviética doida para se jogar nas influências estrangeiras e, ao mesmo tempo, protecionista com a própria cultura.

Rogers e Pajitnov, hoje amigos e sócios da The Tetris Company, ainda lembram dos embaraços e perigos que cercaram a fuga do holandês com o jogo debaixo do braço e, mais tarde, a mudança de Pajitnov para os Estados Unidos.

Não que tudo tenha acontecido exatamente como nas telas, mas isso é parte da fanfarra de Hollywood, contam.

Produtores do filme, eles se dizem surpresos com o alcance que "Tetris" ainda tem, mas atribuem sua sobrevivência justamente à simplicidade. O game não tem público-alvo. É jogado por qualquer gênero, idade ou país, mesmo diante de um setor diferente daquele dos anos 1980. Hoje, ele é uma indústria de filmes interativos, afirma Rogers.

Outra coisa que mudou foi a percepção de Pajitnov em relação a seu país. Mesmo que "Tetris" mostre a União Soviética em colapso, ele rememora aquela época como cheia de expectativa de que boas mudanças viriam aos russos.

"Era um período sombrio para o bloco, mas de muitas possibilidades para a Rússia. Hoje, infelizmente, estamos num momento de desilusão, com essa guerra horrível e criminosa contra a Ucrânia. Não há esperança", afirma ele, que costumava visitar o país com frequência antes do conflito.

Quem o interpreta em cena é Nikita Efremov, enquanto o papel de Henk Rogers ficou com o galã Taron Egerton, com um bigode marcante que remete ao Mario da Nintendo.

O ator precisou esconder por baixo de camisas estampadas e bufantes os músculos marmorizados e bem cultivados que, com frequência, exibe em seus trabalhos.

Mas "Tetris" segue uma espécie de redirecionamento de carreira desde que o britânico foi alçado à fama pela figura do bonitão agente secreto que viveu em "Kigsman".

Ele está em seu segundo projeto no Apple TV+. Se em "Tetris" vive um homem dos negócios que é nerd por essência, na série "Black Bird" foi um traficante de drogas que, na prisão, vê a oportunidade de diminuir a pena caso convença um serial killer a confessar seus crimes.

Antes disso, emprestou a voz para o narrador da série de fantasia "Sandman" e para a animação "Sing", enquanto em "Rocketman" sua voz também foi primordial para narrar a história de Elton John com muita música e dança. Em "Voando Alto", viveu outro personagem real, o saltador de esqui Eddie Edwards.

São papéis que destoam do que o fez famoso. Para além de "Kingsman", houve "Robin Hood: A Origem", outro filme de ação lançado com alarde, mas que recebeu um game over nas bilheterias, e "O Clube dos Meninos Bilionários", em que fazia de novo o tipo de cabelo bem cortado capaz de conquistar qualquer um.

"Tento nunca fazer mais do mesmo. Esses trabalhos refletem quem sou, mas por meio de prismas diferentes. Amei fazer 'Kingsman', esse cara bonitão, meio James Bond, mas quero outros papéis. É bom buscar coisas diferentes."

Tetris

EUA, Reino Unido, 2023. Direção: Jon S. Baird. Com: Taron Egerton, Nikita Efremov e Toby Jones. 14 anos. Estreia nesta sexta-feira (31) no Apple TV+

‘Noites Alienígenas’ denuncia tráfico no Acre

Celebrado no Festival de Gramado, longa mostra como a cocaína devasta periferias amazônicas e povos indígenas

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Distante dos morros do Rio de Janeiro e das quebradas de São Paulo, o tráfico surge como alternativa e depois como danação para uma juventude sem perspectiva também num outro canto do país, pouco retratado nas discussões sobre os caminhos da droga até boca, nariz e veias de inúmeros brasileiros.

“Noites Alienígenas”, que estreia nesta quinta-feira, dia 30, nos cinemas, traça por meio da ficção um panorama da tomada das periferias que circundam a Amazônia pelo narcotráfico, com facções que cooptam jovens para suas tropas e bancam o vício, que chega até os povos originários.

Foi sob a bandeira de levar às telas uma realidade constantemente ignorada que a produção desbancou o queridinho “Marte Um” no último Festival de Gramado para embolsar não apenas o Kikito de melhor filme do júri, mas também os de melhor filme da crítica, ator para Gabriel Knoxx, ator coadjuvante para Chico Diaz e atriz coadjuvante para Joana Gatis. Recebeu ainda uma menção honrosa para Adanilo, ator indígena que interpreta um jovem que é tomado pelo vício.

Sérgio de Carvalho, diretor e roteirista do filme, baseado em seu livro homônimo, foi tomado de surpresa quando viu as estatuetas do deus com cabeça de sol se enfileirando naquela cerimônia. “Noites Alienígenas”, além de sua estreia na direção, é o primeiro longa-metragem da história do Acre produzido para o cinema, o que o levou a Gramado num clima de alegria apenas por ter sido selecionado.

Com orçamento minúsculo, desbancou gente com histórico muito maior e conseguiu suscitar uma conversa que o Brasil parece ignorar. “Numa sessão, vieram me dizer que o filme furou a bolha. Não só ao levar essa realidade para fora do estado, mas também ao furar uma bolha que existe dentro do próprio Acre, onde as pessoas estão distantes do que vem acontecendo na periferia”, afirma Cardoso.

Depois de se formar em cinema no Rio de Janeiro, há cerca de 20 anos, Carvalho foi ao Acre a trabalho e se encantou pelo que viu. Cercado de matéria-prima mal explorada pelo audiovisual, decidiu fincar raízes na capital Rio Branco. Mas também foi com choque que ele percebeu a presença avassaladora do narcotráfico na região e decidiu pôr o que viu nas páginas de um livro.

Uma década depois, quando “Noites Alienígenas”, o livro, estava sendo adaptado para o cinema, a realidade já era outra, muito mais violenta e opressora. No meio tempo, o crime organizado tinha tomado conta do tráfico mais familiar, que imperava, e grupos como o PCC e o Comando Vermelho desembarcaram ali depois que a rota das drogas para dentro do Brasil trocou o Centro-Oeste pelos caminhos furtivos da floresta.

Por ser tão calcado na realidade, “Noites Alienígenas”, o filme, parece até mesmo lidar com personagens reais, com conhecidos de Carvalho. A trama segue um rapaz vivido por Gabriel Knoxx, em sua estreia como ator, que trabalha para um traficante das antigas, este interpretado por Chico Diaz, que age sozinho e adota um tom paternal com o garoto.

O protagonista se envolve com a moça interpretada por Gleici Damaceno, vencedora do Big Brother Brasil de 2018, que teve um filho com um rapaz indígena, Adanilo. Ele se rende às drogas e, consumido pelo vício químico e carente de dinheiro, se envolve com o tráfico barra pesada.

Carvalho afirma ter buscado poucas referências em filmes brasileiros sobre o tráfico, tão frequentes entre aqueles que filmam o eixo Rio-São Paulo. Ele relutou em entrar na onda do favela movie, subgênero que lida com o tema, porque “Noites Alienígenas” não tem sangue, quase não tem arma e prefere o simbolismo.

Por isso, as influências que se sobressaíram foram “Contatos Imediatos do Terceiro Grau”, de Steven Spielberg, e “Mala Noche”, de Gus Van Sant.

O primeiro aparece numa espécie de realismo fantástico que guia a trama, com a brincadeira extraterrestre do título se fazendo presente na abdução da juventude local pelas forças vindas de fora e nas alucinações que a droga provoca, misturando ficção científica e o misticismo dos povos originários locais.

O segundo, nas relações passionais que conectam os personagens, que nem sempre parecem falar a mesma língua. Neste choque de culturas, floresta e cidade também se encontram, numa Amazônia urbana que é pouco vista e discutida, mas que tem seus problemas, como “Noites Alienígenas” deixa claro.

Filme leva Amazônia às telas com carga de melodrama inevitável

CINEMA

Noites Alienígenas
★★★☆☆
Brasil, 2022. Direção: Sérgio de Carvalho. Com: Chico Diaz, Gleici Damasceno e Joana Gatis. 16 anos. Nos cinemas

Inácio Araújo

O começo de “Noites Alienígenas” mostra em detalhe a pele de uma cobra que parece uma tapeçaria. Mas é mesmo uma cobra. É enorme e gruda no pescoço de um rapaz, que se levanta horrorizado. Depois, vemos um homem de meia-idade, o ator Chico Diaz, e um jovem que desenha. Não sabemos direito quem são e, menos ainda, quem é o cara que aparece dali a pouco, batendo no portão meio fora de si.

Outros personagens vão aparecendo. Saberemos que o sujeito alucinado que batia no portão é o mesmo da cobra e adquirimos a certeza de que a cobra era um sonho. Alguns cantam rap em roda. São em sua negros. Há indígenas e brancas também. A atmosfera é de maconha — ou de drogas mais pesadas.

Tudo parece entrar em cena meio aos trancos e barrancos. E que cena. Estamos ao que parece num drama de periferia clássico do cinema brasileiro, com jovens pobres tomados pela droga ou com traficantes ao centro.

Mas é uma periferia diferente. Parece uma favela, mas bem particular. É mais um vilarejo afastado da cidade, com luzes que podemos ver ao longe, bem longe, numa evocação, talvez, de um procedimento de Adirley Queirós. A favela, ou a comunidade, é separada da cidade por um rio, no qual as indígenas se banham com os seus filhos.

Dito assim, parece que “Noites Alienígenas” levou o prêmio de melhor filme em Gramado meio que por favor, para dar uma força à produção modesta, escrita e realizada por acreanos, com imagens de um estado, o Acre, que mal sabemos que existe. Talvez para entusiasmar uma nascente dramaturgia local é que teria batido “Marte Um”, narrativa escorreita que o Brasil mandou para representá-lo no Oscar.

Nada disso. Ou talvez seja isso mesmo. É difícil dizer com categoria. Quem sabe o que acontece neste filme não seja apenas incapacidade do diretor e roteirista Sérgio de Carvalho para montar um bom roteiro, com exposição deixando claro quem são os personagens e o que eles fazem.

Talvez não. Fiquemos com aquilo que podemos ver. Não se trata de uma confusão. É uma narrativa que opta por certa opacidade. Enquanto tentamos descobrir quem é quem, vamos na verdade nos enfronhando na vida, impasses, dores e perigos que assombram os personagens. Pois eles assombram.

O menino drogado da primeira cena, o do sonho com a cobra, é pai de uma criança. A mãe do menino, uma boa garota, quer trazê-lo de volta para a família. O menino desenhista é meio amigo dele e do traficante vivido por Chico Diaz, mas sente-se sem destino naquele fim de mundo. Ele pensa em trabalhar em uma gangue de traficantes.

Em suma, o melodrama de favela tradicional é solapado pela opacidade impressa à trama, com seus personagens errantes. Mesmo um momento dramático, como um grupo de gangsters disposto a matar um jovem, é solapado pela intervenção do fantástico — o alienígena do título. Com esses recursos é que garante a atenção do espectador.

O certo é que nesta mistura de floresta e deserto, neste não lugar, o tráfico se infiltra entre brancos, negros, indígenas — esses alienígenas — com a mesma facilidade com que os povos originários são despossuídos de sua cultura e atirados em algum culto pentecostal.

Assim, é mesmo impossível fugir o tempo todo do tradicional melodrama da favela, com que a classe média purga as suas culpas pelo estado lamentável da vida desses que vivem à margem — até mesmo da cidade, que, presumo, seja Rio Branco, capital do Acre.

Por mais que se esquive, o filme de Carvalho chegará, ao final, ao melodrama.

Talvez não houvesse mesmo outra solução. Que saída a vida e a sociedade oferecem para personagens tão caoticamente reais? O crime, o tráfico, as drogas, ou o bom caminho, o do trabalho, bem possivelmente aquele em estado análogo à escravidão.

“Noites Alienígenas” tem um elenco desconhecido, com exceção de Chico Diaz, mas muito bem dirigido. E não, em definitivo, aquele prêmio não foi para dar uma força ao Acre.

Cena do filme ‘Noites Alienígenas’, de Sérgio Carvalho Divulgação

‘O Urso do Pó Branco’ força o riso e beira o obsceno com gore

CINEMA

O Urso do Pó Branco
★☆☆☆☆
Estados Unidos, 2022. Direção: Elizabeth Banks. Com: Keri Russell, O’Shea Jackson Jr. e Ray Liotta. 18 anos. Nos cinemas

Lúcia Monteiro

O filme “O Urso do Pó Branco” está nas antípodas de obras-primas já produzidas sobre a relação entre os seres humanos e os ursos.

Lançado no Brasil há pouco mais de um ano, o livro “Escute as Feras” nasce do encontro da antropóloga francesa Natassja Martin com um urso na Sibéria. Ela lembra os sons ouvidos nos instantes em que parte de seu rosto permaneceu dentro da boca da fera e narra as peripécias que viveu.

Se a narrativa impressiona tanto, é, entre outros motivos, porque a antropóloga olha para o animal como um semelhante, um ser que compartilhou com ela o mesmo acontecimento fundamental.

Já Elizabeth Banks narra o confronto entre animal e humanos sob a lente da incompreensão. O filme conta a história real de um carregamento de cocaína que cai acidentalmente na Geórgia, dentro da floresta de Chattahoochee, território de ursos negros.

A ursa que encontra um pacote de pó branco meio aberto e experimenta em seu corpo os efeitos da substância não chega a constituir-se como personagem. Esta é uma carência grave do filme. Na maior parte do tempo, os animais são apresentados como alterida-de radical, e nada além disso.

Outro grande problema reside na obscenidade com que são retratados os ataques, em cenas frontais de mutilação e sangue. Diante delas, surge na plateia um riso constrangido, nervoso, praticamente arrancado a fórceps. Há no filme o desejo de inserir-se no cinema de gênero, na escola do gore e do filme B. Mas não funciona.

Keri Russell em cena de ‘O Urso do Pó Branco’, de Elizabeth Banks Pat Redmond/Divulgação

Já no início do longa, vem à mente a lembrança de “O Homem Urso”, de 2006. O documentário de Werner Herzog vale-se das imagens dos ursos filmados por Timothy Treadwell, que acreditava viver em comunhão com os animais, até tornar-se presa ele próprio.

A câmera de Tim estava ligada, com a lente tampada, no momento do ataque. A inteligência da montagem de Herzog consistiu em não usar o áudio, que era terrível demais.

As escolhas de “O Urso do Pó Branco” são bem menos elegantes. Elizabeth Banks, dona de uma extensa trajetória como atriz, está longe de ser uma grande cineasta.

'A Garota Radiante' subverte clichês dos filmes que retratam o nazismo

Dirigido pela atriz Sandrine Kiberlain, longa dribla símbolos óbvios com direção de arte minimalista

CINEMA

A Garota Radiante
★★★★☆
França, 2021. Direção: Sandrine Kiberlain. Com: Rebecca Marder, André Marcon e Anthony Bajon. 14 anos. Nos cinemas

Neusa Barbosa

Em sua estreia na direção, a experiente atriz Sandrine Kiberlain opta por um olhar simples e agudo para abordar um tema complexo e exaustivamente retratado no cinema —a opressão nazista na França durante a ocupação que ocorreu nos anos 1940.

Assim, compõe em "A Garota Radiante", lançado na Semana da Crítica de Cannes do ano passado, um roteiro que sintetiza a explosão da juventude numa única personagem, Irene, vivida por Rebecca Marder, revelação da Comédie-Française, dispensando ambientações muito marcadas de época, como bandeiras nazistas ou soldados pelas ruas.

O minimalismo de cenários e figurinos, reduzidos ao essencial na caracterização de personagens vivendo em 1942, tem a vantagem de concentrar a energia da história naquilo que a diretora considera essencial —os sentimentos e planos da vida de uma jovem que sonha em tornar-se atriz e emprega todas as suas energias em preparar-se para o difícil exame de admissão no conservatório.

Iniciando o filme com um ensaio da peça do teste, "L'Épreuve", de Pierre de Marivaux, a diretora desencadeia um processo narrativo que mistura épocas na própria estrutura da história.

Recorre assim ao texto de Marivaux, de 1740, incorporado ao cotidiano dos aspirantes a atores que revisitam as paixões do século 18 pela ótica de um início de século 20 abalado por restrições fascistas.

Ao mesmo tempo, Sandrine Kiberlain permite-se a liberdade de inserir, na trilha sonora, canções contemporâneas, como as da banda inglesa Metronomy e do cantor americano Tom Waits.

Essa diluição de uma temporalidade estrita permite ao filme viajar com mais fluidez na sensibilidade das plateias atuais. Isso faz com que seja possível identificar com mais clareza o fenômeno da intolerância e da opressão contra os judeus, ódio que se infiltra venenosamente na sociedade francesa de 1942, subvertendo o cotidiano de uma família até ali completamente normal e assimilada à sociedade.

Humaniza-se, desta forma, o núcleo familiar de Irene, composto pelo pai contador, André, vivido por André Marcon, o irmão músico Igor, papel de Anthony Bajon, e a avó Marceline, encarnada por Françoise Widhoff, deixando notar os sinais de que a violência pró-nazista está começando a cercá-los, o que impõe à família o carimbo em vermelho da palavra judeu em seus documentos e a proibição de ter rádios, telefones e até bicicletas em suas casas —uma óbvia metáfora ao sufocamento de suas vozes.

Este estilo de narrativa leva o filme a se situar, em boa parte do tempo, em situações que remetem aos relacionamentos afetivos, seja dentro da família, seja fora dela, com os flutuantes interesses amorosos de Irene, oscilando entre Gilbert, papel de Jean Chevalier, e Jacques, vivido por Cyril Metzger.

O movimento traduz a normal volatilidade emocional de uma garota de 19 anos. A opção, por sua vez, revela a intenção maior de apegar-se àquilo que constitui uma família.

Irene é uma jovem como qualquer outra, com seus amigos e amores, permitindo ao espectador antecipar a tragédia daquilo que se irá perder, com ameaças cada dia menos sutis e mais próximas.

Na captura precisa desta atmosfera, Kiberlain, mesmo que seja uma diretora de primeira viagem, demonstra uma segurança admirável, produzindo empatia num relato que se inspira em suas origens familiares, mas que também mostra aspirar muito mais a tornar-se uma narrativa universal do que autobiográfica, mostrando-se capaz de referir-se às intolerâncias que ressurgem nos dias atuais.

Cyril Metzger e Rebecca Marder em cena de 'A Garota Radiante' Divulgação

Deus no comando

'Vosso Reino' imagina teocracia e 'Cerco a Waco' trata de fanatismo religioso

Maurício Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

O exercício de imaginar o pior futuro possível tem rendido farto material para a indústria do entretenimento, em especial para o cinema e a televisão.

Provocar medo no espectador sempre foi uma aposta segura, ainda mais em tempos sombrios, como os atuais.

A distopia imaginada por Margaret Atwood em "O Conto da Aia" é um exemplo bem-acabado do potencial deste filão. Lançada há cinco anos na TV, no formato de série, "The Handmaid's Tale" se tornou um fenômeno. Muito além do que a escritora vislumbrou, já está na quinta temporada.

O terror vivido em Gilead, porém, ainda que se passe em um futuro próximo, é claramente apresentado como uma situação ainda distante, longe do alcance do espectador.

Já "Vosso Reino" descreve um pesadelo que bate à porta. A série argentina se passa no tempo presente, em um país presidido por pastor neopentecostal, que pede aos ministros para darem as mãos e rezarem antes das reuniões de governo.

A primeira temporada mostrou que o pastor Emilio, vivido por Diego Peretti, chegou ao poder graças a conjugação de interesses difusos, reunindo o empresariado do país, forças ocultas estrangeiras e líderes evangélicos.

Rubén Osorio, vivido por Joaquín Furriel, o obscuro assessor político que articula esta associação, enxerga a direita religiosa como mal menor e, aparentemente, sob controle.

Na segunda temporada, que acaba de estrear na Netflix, Osorio percebe que perdeu o controle e a teocracia que ajudou a criar virou trem desgovernado. "É o problema do país. A camada de baixo não pensa e a de cima também não", lamenta seu assistente.

Desarticulado politicamente, o pastor Emilio aceita o apoio de um grupo de policiais e militares de extrema-direita, da ativa e da reserva. Para eles, o Congresso atrapalha.

"Se instituições não funcionam, devemos ajudar a consertá-las", diz o líder dos milicianos. Para dar exemplo, promovem ações de violência contra gays e defensores do aborto.

Embora Emilio seja a face mais visível da Igreja do Reino da Luz, é sua mulher, Elena, vivida por Mercedes Morán, quem comanda os negócios.

"Tudo que acontece na igreja afeta o governo, e vice-versa", ela explica a um assessor do presidente, cobrando a liberação de verbas.

Criada pelo cineasta Marcelo Piñeyro —de "Kamchatka" e "Plata Quemada"— e pela roteirista Claudia Piñeiro, "Vosso Reino" é dessas séries imbuídas da missão de fazer um alerta. Não tem, por isso, a sutileza entre as maiores qualidades.

Curiosamente, na mesma semana, a Netflix também lançou a série documental "O Cerco de Waco", que descreve o conflito entre o FBI e os integrantes de seita comandada por um suposto Messias, no Texas, durante 51 dias, em 1993.

A ação terminou com a morte de quatro policiais e o suicídio coletivo de 76 membros do grupo, incluindo 25 crianças.

Com direção de Tiller Russell, a série conta com imagens impressionantes dos bastidores da ação. Elas mostram a falta de sintonia entre os agentes que buscavam negociar uma solução pacífica e os que apostavam no uso da força para resolver o impasse.

Também chama atenção o fato de que os sobreviventes que falam no documentário parecem ainda acreditar em David Koresh. O líder messiânico tinha várias mulheres, algumas menores de idade, e mantinha armamento pesado dentro do seu complexo.

Montado em ritmo de filme de ação, com apenas três episódios —outra qualidade—, "O Cerco de Waco" parece assustadoramente atual.

Bárbara Paz e Letícia Colin salvam Júlia Rezende em 'A Porta ao Lado'

CINEMA
★★★☆☆

A Porta ao Lado
Brasil, 2022. Direção: Júlia Rezende. Com: Letícia Colin, Bárbara Paz e Dan Ferreira. 14 anos. Nos cinemas

Bruno Ghetti

A cineasta Júlia Rezende se especializou em fazer um tipo de comédia que reúne o que grande parte dos diretores adoraria fazer, mascostuma ter dificuldades para executar de fato.

Há algo popular em suas obras, ao menos que dialoga com um público brasileiro urbano e de classe média, que é o qual ela fala e, ao que parece, a quem seus filmes se destinam. Isso permite uma certa sofisticação de que comédias mais massificadas em geral precisam abrir mão.

"A Porta ao Lado" não é exatamente comédia, mas volta a trazer elementos de filmes anteriores de Rezende, caso dos problemas de relacionamentos a dois.

A trama se concentra em dois casais vizinhos. Um deles é mais convencional — Mari, vivida por Letícia Colin, é chef de um restaurante gourmet, e Rafa, interpretado por Dan Ferreira, é um funcionário de um banco. Eles se amam, mas o romance anda estagnado.

Seus novos colegas de andar são mais descolados, em algum lugar entre o hipster e o ripongo. Ísis, vivida por Bárbara Paz, e Fred, papel de Túlio Starling, vivem de vender produtos orgânicos que cultivam em uma fazenda. Mantêm um relacionamento aberto —desde que, é claro, não fiquem sabendo em detalhes o que o outro tem feito em camas alheias.

Nas primeiras cenas, o longa tem um bom andamento e um ritmo agradável. As coisas vão acontecendo aos poucos, e o espectador vai sendo preparado para o inescapável instante em que alguém de um dos apartamentos se envolverá sexualmente com algum dos vizinhos. Quanto a isso não há mistério.

As imagens têm textura elaborada. São sensuais, embora as cenas de sexo sejam relativamente pudicas.

É um longa sobre desejo feminino. Mari é a real protagonista, e é no despertar sexual dela que o filme se concentra. Ela é uma mulher insegura e introvertida. Escolheu se tornar chef de cozinha porque, assim, não precisaria ficar o tempo todo na sala de estar com as outras pessoas.

A insistência do filme em apresentar essa peculiaridade mais confunde do que ajuda a compreendê-la. O longa também se dispersa quando começa a querer dar conta de questões paralelas que não são devidamente elaboradas.

As discussões sobre uma mulher optar por ter ou não filhos ou mesmo a questão do aborto, embora sejam assuntos coerentes com o assunto central do longa, surgem apenas como citações a temas importantes para um casal, sem o aprofundamento necessário.

O destaque deste filme eficiente, porém irregular, são mesmo as atrizes. Letícia Colin parece sempre infalível, e Bárbara Paz traz um pouco de alegria e descontração a uma obra que por vezes pende em excesso para a gravidade. Sem ela, o filme poderia acabar sendo mecânico e sem graça, como um sexo rotineiro.

Sapiossexual e outras orientações

Conheça as novas sexualidades assumidas pelas celebridades

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da Rede Globo

A nova onda entre celebridades e subcelebridades é assumir suas preferências sexuais.

Não se tratam das orientações sexuais que personalidades corajosamente divulgam, mas os tipos de pessoas pelas quais se sentem mais atraídas.

Recentemente, a chef Bela Gil, a cantora Simaria e a ex-BBB Key Alves se declararam sapiossexuais. O termo define quem se sente atraído por pessoas muito inteligentes.

A atriz e apresentadora Giovanna Ewbank e a cantora IZA se assumiram demissexuais, que são pessoas que sentem atração sexual apenas por quem têm intimidade.

As novas orientações sexuais dividiram opiniões na internet. Muitos questionaram se o demissexual seria apenas uma pessoa que é sensata.

Todos sabem os problemas quando nos apaixonamos por quem não conhecemos bem.

Quanto ao sapiossexual, se ele sente atração por indivíduos inteligentes, ele teria que encontrar um parceiro "burrossexual" —ou seria "burriossexual"?— que sentisse uma atração por sua pessoa.

Já o "burriossexual" radical seria a pessoa com fetiches como ver alguém que usa expressões como "eu truce", "com migo" e uma "foi grande perca".

Se a moda é sair do armário divulgando características que atraem sexualmente, muita gente resolveu se assumir.

É o caso dos "churrascossexuais", que são os indivíduos que só sentem atração por quem sabe operar uma grelha, que saiba o ponto ideal da carne e que não fure a linguiça —em todos os sentidos.

Os "netflixsexuais" são aqueles que procuram um parceiro menos pelos fins carnais, e mais para maratonar séries no streaming. Os "legiãourbanassexuais" tem uma queda por quem arruína festas e karaokês com músicas da banda de Renato Russo.

Os "pixsexuais" não resistem a quem transfere dinheiro para suas contas bancária.

"Sentadosnobotecocomcervejaepetiscosfalandomaldavidaalheiassexual" é um orientação bem específica, mas popular, na qual eu me incluo.

Já os "sinistrassexuais" sentem atração sexual por quem defende igualdade social e maior participação do estado.

Por outro lado, os "destrossexuais" flertam com o fascismo e adoram uma mão — também boba, mas nada excitante— invisível do mercado. Na maioria das vezes, esses também são "burriossexuais".

Voltamos em breve com novas orientações sexuais.

Galvão Bertazzi

liberada| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Minissérie sobre garotas elétricas com Toni Collette chega à Amazon

O Poder
Amazon Prime Video, a partir de 21h, 16 anos
O que aconteceria com o mundo se, de uma hora para a outra, meninas adolescentes começassem a liberar grandes cargas elétricas através de suas mãos, podendo até mesmo eletrocutar alguém? É o que pergunta o romance da britânica Naomi Alderman, agora adaptado nesta minissérie de suspense. Toni Colette e John Leguizamo estão no elenco.

Jessie e Colombo
Globoplay, 16 anos
Presos pela ditadura militar, o casal Colombo Vieira de Souza Junior e Jessie Jane Vieira de Souza trocou cartas ao longo de dez anos de detenção. Sua história é contada na minissérie documental de Susanna Lira, com narração de Andréia Horta e Humberto Carrão.

O Agente Noturno
Netflix, 16 anos
Nesta minissérie de espionagem, um agente do FBI encarregado de monitorar uma linha de emergência noturna recebe uma ligação pedindo socorro e acaba descobrindo uma conspiração letal que envolve a Casa Branca.

Miley Cyrus – Endless Summer Vacation (Backyard Sessions)
Disney+, 10 anos
A cantora Miley Cyrus apresenta faixas de seu novo álbum e dá entrevistas exclusivas no especial, que tem participação de Rufus Wainwright.

Meu Querido Zelador
Star+, 14 anos
Nesta sitcom argentina, o zelador de um prédio de alto padrão se faz de prestativo para melhor manipular os moradores. Com Guillermo Francella, de "O Segredo de Seus Olhos".

Norbit
Megapix, 21h, 12 anos
A comédia em que Eddie Murphy faz um homem dominado por uma megera, também interpretada por ele, competiu com "S.O.S. Malibu" para ser exibido pela Sessão Interativa e venceu com 60% dos votos.

Aline – A Voz do Amor
AMC, 22h, 14 anos
Valérie Lemercier escreveu, dirigiu e fez o papel principal desta comédia dramática e ainda levou o prêmio César, o maior prêmio do cinema francês, de melhor atriz em 2021. O roteiro é inspirado na vida de Céline Dion.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

GODOKU

texto.art.br/fsp

	H	R				E		
P	C							
		A			H		T	
	A			L	P		R	O
T	P		A	C			E	
	R		C			L		
							O	H
		E				T	C	

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido um sinônimo para pórtico.

SOLUÇÃO

O	H	R	P	T	C	E	L	A
P	C	T	L	A	E	O	H	R
L	E	A	O	R	H	P	T	C
E	A	H	T	L	P	C	R	O
R	L	C	H	E	O	A	P	T
T	P	O	A	C	R	H	E	L
H	R	P	C	O	T	L	A	E
C	T	L	E	P	A	R	O	H
A	O	E	R	H	L	T	C	P

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Repartição pública destinada à execução de determinadas funções / Abreviatura (em português) da Espanha **2.** E não, e sem, e ninguém, e nunca / Lugar onde se realizam as brigas de galo **3.** Abreviatura de um raio solar que pode provocar câncer de pele / Captura de toda espécie de animais bravios em liberdade, geralmente em mata ou floresta **4.** Série de recôncavos na montanha / André Kfouri, jornalista esportivo **5.** Desconhecido **6.** O F dos químicos / O som do canto de certas aves **7.** Roubar **8.** Que diz bobagens / (Ingl.) Termo usado nos esportes, significando fora, fora de combate **9.** Certidão Negativa de Débito / O Rebouças fica no RJ **10.** Desencrespar o cabelo **11.** Uma prova de resistência com motos / Marcos Caruso, ator paulistano **12.** Unido / A atriz Seidl **13.** Orson Welles, ator e cineasta de "Cidadão Kane" / (Alto-) Diz-se de ocasião que proporciona o bem, positiva.

VERTICAIS
1. Despesa gravosa / Do país que tem Praga como capital **2.** (Pal. fr.) Ceia da noite de Ano-Novo / (Apocalipse) Um clássico do cinema, de 1979, estrelado por Marlon Brando **3.** Grazi Massafera, atriz / Uniformidade **4.** Que canta bem / Apelido dado ao time da Portuguesa de Desportos, da capital paulista **5.** Mulher que discursa / Os disparos da arma de fogo **6.** Levantar com cordas / Lugar seguro para a ancoragem de navios ou outras embarcações **7.** Sufixo formador de adjetivos numerais / Cidade catarinense / (Quím.) O bromo **8.** Salma Hayek, atriz mexicana / (Fís.) Impenetrabilidade de um corpo ao calor **9.** Um esporte radical / Símbolo de caloria.

HORIZONTAIS: 1. Órgão, Esp, **2.** Nem, Rinha, **3.** UV, Caça, **4.** Seiada, AK, **5.** Ignorado, **6.** Flúor, Piu, **7.** Larapiar, **8.** Tolo, Out, **9.** CND, Túnel, **10.** Alisar, **11.** Enduro, MC, **12.** Coeso, Bia, **13.** OW, Astral. **VERTICAIS: 1.** Ônus, Tcheco, **2.** Réveillon, Now, **3.** GM, Igualdade, **4.** Canoro, Lusa, **5.** Oradora, Tiros, **6.** Içar, Pouso, **7.** Ena, Apiúna, Br, **8.** SH, Adiatermia, **9.** Parkour, Cal.

Marta Mello

Savana

Escassez do mercado do entretenimento exige que sejamos leões

Fernanda Torres
Atriz e roteirista, autora de 'Fim' e 'A Glória e Seu Cortejo de Horrores'

Guilherme Ravache escreveu uma reportagem excelente no UOL sobre as mudanças do mercado de audiovisual, tendo como marco a saída de Ricardo Waddington da TV Globo e de Sílvio de Abreu da HBO.

O antigo modelo de contratação de exclusividade de talentos a longo prazo, baseado no dos grandes estúdios da Hollywood dos anos 1940, adotado por décadas pela Globo e imaginado por Sílvio na HBO se mostra hoje inviável do ponto de vista financeiro.

À princípio, acreditava-se que a chegada das gigantes do streaming ao Brasil resultaria numa concorrência mais acirrada e na valorização de artistas tupiniquins. Quis o destino que revolução midiática aportasse por essas bandas justo no momento do estouro mundial da bolha do setor.

Antes do que o esperado, o patrão garantidor do contracheque do fim do mês teve de ser substituído por aquilo que Antônio Prata chamou de uberização da indústria, com a adoção da contratação por obra certa em larga escala.

As péssimas projeções para este ano surpreenderam os próprios CEOs das empresas, que se viram obrigados a reduzir custos em tempo recorde. No último trimestre de 2022, a tempestade perfeita acarretou a paralisação de produções em andamento, demissões em massa e o adiamento de projetos em curso.

Sou testemunha viva da guinada abrupta. Com um contrato de dois anos na TV Globo, com término previsto para o fim do ano passado, procurei meu contratante em agosto para saber se a opção de mais um ano seria exercida. Para a minha surpresa, a resposta foi que sim, o contrato seria estendido. Quatro meses após a consulta, fui avisada de que estaria livre a partir de janeiro. É preciso ser leão para sobreviver na savana em meio ao incêndio.

Estou certa de que não houve prazer, por parte dos executivos, de me dar a notícia. Todos enfrentavam uma crise aguda, que exigia ação urgente. A contratação por obra certa nunca me assustou. Desde o remake de "Selva de Pedra", em 1986, ela foi a regra que norteou minha carreira toda.

Heroína do folhetim, fui uma péssima funcionária, tornei difícil um trabalho árduo não só para mim como para os que me cercavam. Tony Ramos que o diga. A imaturidade me custou uma geladeira de 15 anos, que só terminaria com o sucesso de "Os Normais".

E mesmo após "Os Normais", quando achei que fecharia um contrato fixo, a expectativa não se confirmou. O trauma de "Selva de Pedra" me tornara arredia às novelas, coluna de sustentação da programação, e o acordo de longo prazo só faria sentido para a casa com uma ou mais telenovelas incluídas no pacote. Sem segurança de emprego, fiz cinema, teatro, eventos, comerciais e aprendi a ser produtora de mim mesma.

Sete anos se passariam, até que surgisse outra oportunidade na televisão, com o seriado "Tapas e Beijos". Os cinco anos de boa audiência me proporcionaram o primeiro contrato de longo prazo, renovado graças ao interesse do Globoplay de adaptar "Fim", meu romance de estreia, para uma série de dez episódios. Devo à TV Globo ter atravessado a pandemia com a paz de um salário mensal e ainda me sinto parceira de uma produtora que contribuiu para que o Brasil se transformasse num país consumidor de seus próprios dramas.

Hoje, livre da exclusividade, sei que a ameaça da uberização só será evitada com o fortalecimento das produtoras independentes. A O2, a Conspiração Filmes, o Porta dos Fundos, a Gullani e a Casa de Cinema, entre outras, são as nossas United Artists. É a elas que os artistas devem recorrer para enfrentar o achatamento salarial.

Não à toa, o governo anterior, tão afeito à uberização, retirou as produtoras independentes da mesa de negociação sobre a regulamentação do streaming no Brasil. Com Lula, a reaproximação se fez possível, graças à consciência de que é necessário ouvi-las.

Para os que embarcaram na falácia de que cultura é sinônimo de mama-tetas do erário, esclareço que tudo o que discuto aqui é livre mercado, gerador de oportunidade e emprego.

A escrita foi uma das mil portas que abri na vida, para não depender da boa vontade de um patrão. Escrevi livros, roteiros, programas e, por 13 anos, mantive colunas na **Folha**, *enquanto me desdobrava como atriz. Agora, pela primeira vez, me sinto incapaz de equilibrar mais de um prato no ar.*

Tiro quatro meses de recesso desta coluna, para dar contar de encarnar no cinema uma das mulheres mais discretas e extraordinárias que este país já conheceu, a Antígona Eunice Paiva. Volto em agosto, por certo, mudada.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

Briga do Secos e Molhados ameaça série da banda e pode gerar dívida

João Ricardo diz que não autoriza uso de músicas como 'Sangue Latino' em série para preservar sua imagem

Matheus Rocha

SÃO PAULO A produtora Santa Rita Filmes entrou na Justiça contra o músico João Ricardo depois que ele proibiu o uso de cinco músicas do Secos e Molhados em um documentário que seria lançado no Canal Brasil até agosto, mês em que o primeiro disco da banda completa 50 anos, mas agora pode ser engavetado.

João não autorizou o uso de clássicos como "Fala", "Sangue Latino" e "O Vira" na série de quatro episódios, batizada de "Primavera nos Dentes" e baseada no livro de mesmo nome sobre a história da banda, publicado há cerca de três anos.

A produtora diz que a proibição inviabiliza o documentário, porque as músicas ajudam a explicar o impacto que a banda causou no país. A **Folha** procurou o compositor, mas ele não quis se manifestar.

Os advogados de João Ricardo dizem no processo que a negativa se deu porque o livro que originou a série o retrata como vilão e o responsável pelo fim da banda, uma imagem que poderia ser reforçada no documentário.

Caso a série não seja exibida, a produtora ficaria com uma dívida na Ancine, a Agência Nacional do Cinema. Isso porque a obra foi financiada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, cujos recursos vieram do Fundo Setorial do Audiovisual, um dos mecanismos de fomento à cultura do país.

No processo, a produtora afirma que a dívida pode colocar em risco sua sobrevivência. O projeto recebeu um aporte de R$ 1,6 milhão e gastou R$ 1,2 milhão até agora.

O Secos e Molhados foi criado em 1971 por João, português radicado no Brasil. A banda ganhou corpo no ano seguinte, com seu amigo de adolescência Gerson Conrad e Ney Matogrosso. A formação se desfez em 1974, quando Ney e Conrad romperam suas relações com João.

Emails anexados ao processo mostram que a empresa entrou em contato com João em maio do ano passado questionando por que ele proibiu o uso das músicas na série.

A defesa da produtora quer usar como argumento na Justiça a jurisprudência criada pelo Supremo Tribunal Federal sobre o caso das biografias.

Em 2015, a corte determinou que elas não precisam de autorização dos artistas para serem publicadas. A Justiça, porém, negou o pedido na última sexta-feira, dia 24. O advogado Ivan Borges Sales, que representa a empresa, não quis comentar o caso. Ele, no entanto, pode recorrer da decisão.

Da esq. para a dir., Gerson Conrad, João Ricardo e Ney Matogrosso, do Secos e Molhados Reprodução

Justiça autoriza curta pornô com escritor desnudo

HAIA (HOLANDA) | AFP Um tribunal holandês rejeitou nesta terça-feira, dia 28, a proibição do filme "Kirac 27", considerado difamatório pelo célebre autor francês Michel Houellebecq.

No trailer do longa-metragem, o escritor aparece sem camisa, beijando uma jovem em uma cama.

Houellebecq considera que isso prejudica sua reputação e afirma que foi retratado de uma maneira que pode ser visto como uma estrela pornográfica.

O tribunal rejeitou os pedidos do escritor e ordenou que ele pagasse os custos do processo, que até o momento são estimados em US$ 1.500, aproximadamente R$ 7.845, declarou o juiz de medidas provisórias do tribunal de Amsterdã.

"É incompreensível que Houellebecq teria participado das gravações se achasse o contrato realmente problemático", declarou o magistrado em um julgamento por escrito.

O juiz do caso rejeitou a alegação feita por Houellebecq, que dizia que ele tinha assinado o contrato para o filme porque estava deprimido e havia bebido.

O autor considerou o veredito muito decepcionante, afirmou à agência de notícias AFP sua advogada, Jacqueline Schaap, que planeja recorrer da decisão tão logo quanto possível.

O diretor do filme, Stefan Ruitenbeek, expressou seu alívio com a decisão da justiça. "Sempre quis fazer um retrato íntegro. Espero que Michel fique satisfeito com o resultado", disse ele em nota emitida por seu advogado aos jornais.

Em fevereiro deste ano, Houellebecq perdeu outro processo, com alegações semelhantes, em um tribunal da França.

guiafolha

Com a SP-Arte, conheça galerias que abriram as portas na cidade

Novas casas incluem a Hoa, dedicada a obras de minorias, e a Teo, voltada ao mobiliário modernista brasileiro

Vitória Macedo

SÃO PAULO A SP-Arte, uma das maiores feiras do gênero na América Latina, deu início à sua 19ª edição nesta semana, no Pavilhão da Bienal, na capital paulista. Isso significa que a cidade está fervilhando com eventos voltados ao setor.

Ao todo, são 150 expositores no evento, incluindo 98 galerias nacionais e estrangeiras, estúdios de design —área que ganhou um destaque maior nesta edição, com a presença de 44 deles—, além de editoras e instituições culturais.

O evento traz a reboque nomes consagrados, mas também abre as suas portas para galerias recém-inauguradas e estreantes. Veja abaixo algumas dessas novas casas que devem renovar o circuito cultural de São Paulo.

*

Apartamento 61
O projeto voltado ao mobiliário moderno brasileiro foi criado há quase oito anos por Vivian Lobato e André Visockis. Além de uma casa-galeria, foi inaugurado no final de 2022 outro espaço que apresenta uma curadoria de móveis garimpados pelo casal de proprietários. Lá estão presentes peças de nomes já consagrados no design nacional, como Joaquim Tenreiro, Jorge Zalszupin, Carlo Hauner e Martin Eisler. Há ainda obras internacionais e uma seleção de luminárias e objetos.
Rua Cristiano Viana, 114, Pinheiros, região oeste. Ter. a sex., das 10h às 18h, e sáb., das 10h às 14h

Casa SP-Arte
O primeiro espaço permanente da SP-Arte abriu as portas no dia 18 de março em um prédio com arquitetura modernista, na vila projetada por Flávio de Carvalho nos anos 1930. A casa foi inaugurada com a mostra "Hélio Oiticica: Mundo-Labirinto", que traz 18 peças da carreira do artista. O local funciona em parceria com a galeria Gomide & Co e promoverá encontros, estudos e lançamentos com outras casas, editoras e curadores de fora do eixo Rio-São Paulo.
Al. Min. Rocha Azevedo, 1.052, Jardim Paulista, região oeste; ter. a sáb., das 11h às 17h. Exposição sobre Hélio Oiticica vai até 22/7

Dan Galeria Contemporânea
Em comemoração aos seus 50 anos, a Dan abriu um novo espaço no bairro de Pinheiros. A galeria foi fundada em 1972 por Gláucia e Peter Cohn e, nos últimos 20 anos, exibiu obras de Lygia Clark, Lothar Charoux, Sol LeWitt, entre outros artistas. Com destaque para movimentos brasileiros da década de 1920 à atualidade, passando pelo cenário internacional, o espaço une pesquisa histórica e relação com o mercado. No novo espaço, está exposta a mostra individual do artista Macaparana.
R. Amauri, 73, Jardim Europa, região oeste; seg. a sex., das 10h às 19h

Galatea
A galeria nasceu com três figuras experientes no mercado da arte —Antonia Bergamin, Conrado Mesquita e Tomás Toledo— e foi inaugurada em novembro de 2022. Ela une produção de artistas que fazem parte da mesma geração ou que têm os mesmos estilos, destacando ainda nomes periféricos, indígenas e negros. Atualmente, a Galatea recebe a exposição "Marília Kranz: Relevos e Pinturas", uma retrospectiva da artista carioca desde os anos 1960, com esculturas e pinturas. Na SP-Arte vai apresentar destaques de seu acervo, desde os representados até nomes renomados da arte moderna, como Lygia Pape e Tarsila do Amaral.
R. Oscar Freire, 379, Jardim Paulista, região oeste; Ter. a dom., das 10h às 19h

Gomide & Co
O espaço foi inaugurado neste mês, na avenida Paulista, local que não possuía até então nenhuma galeria de arte. Em seus 600 metros quadrados no térreo do Edifício Rosa, a galeria trouxe a exposição individual "Não Vejo a Hora", de Lenora de Barros, com 12 trabalhos da artista, a maioria deles inéditos. São vídeos, fotos, objetos e sons que discutem a passagem do tempo.
Av. Paulista, 2.644, Consolação, região central. Até 13/5; seg. a sex., das 10h às 19h, sab. das 11h às 17h

Hoa
O lugar, que conta com direção negra, foi fundado pela artista multimídia Igi Lola Ayedun em 2020. Sua área expositiva ganhou um novo espaço no início de fevereiro deste ano com foco em artistas negros, LGBTQIA+ e indígenas. O local também promove cursos, seminários e encontros sobre arte. A segunda exposição da galeria abre nesta quinta-feira (30): uma individual do artista Bertô, que explora em suas obras a narrativa bíblica, a vida cotidiana e o mundo dos sonhos. Na SP-Arte, a Hoa apresenta a exposição coletiva "Relatos e Interpolações Alcalinas".
R. Brigadeiro Galvão, 480, Barra Funda, região oeste; De 30/3 a 13/5; ter. a sáb. das 10h às 19h

Quadra
A galeria foi fundada em 2017 por Marcela Setton, incentivando novos artistas e suas produções. Com sede no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, a Quadra inaugurou recentemente uma unidade na Vila Buarque, em São Paulo. Na capital paulista, o espaço recebe a exposição "Emoção de Lidar" —o nome faz referência a uma expressão que era usada pela psiquiatra Nise da Silveira—, que tem curadoria de Clarissa Diniz. Nela, há trabalhos de artistas como Tadáskia, Anna Maria Maiolino e Pablo Lobato.
R. Barão de Tatuí, 521, região central. Até 29/4; ter. a sex. das 10h às 19h, sáb. das 11h às 16h

Teo
A galeria Teo foi criada pelos irmãos Lis e Teo Vilela Gomes em junho de 2022, a partir da loja homônima, que já existia havia 15 anos. O projeto se dedica a obras dos maiores nomes do design modernista brasileiro, da década de 1940 à de 1970. Na SP-Arte, a galeria vai expor uma prévia de uma exposição dedicada ao Liceu de Artes e Ofícios, escola centenária que foi fundamental no desenvolvimento do mobiliário nacional. A mostra está prevista para abrir em 11 de abril no espaço da Galeria Teo.
R. João Moura 1.298, Pinheiros, região oeste. Seg. a sex., das 9h às18h, sáb., das 10h às 14h

Fotos Divulgação

Franparente/Divulgação

Ding Musa/Divulgação

1 Projeto 3D da exposição do artista Bertô na galeria Hoa, que abriu unidade na Barra Funda
2 Móveis na galeria Apartamento 61, que foi inaugurada em Pinheiros no final de 2022
3 Mostra 'Marília Kranz: Relevos e Pinturas', em exposição na galeria Galatea, no Jd. Paulista
4 Casa SP-Arte, novo espaço fixo da feira, localizado na vila projetada por Flávio de Carvalho

ESTREIAS DE CINEMA

O Circo Voltou
O documentário acompanha o mestre circense Zé Wilson e a história de sua Escola Circo Picadeiro.
Bra., 2019. Dir.: Paulo Caldas. 12 anos

Os Cinco Diabos
Vicky é uma criança com o dom de reproduzir os aromas que sente. Quando consegue o perfume de sua mãe, desbloqueia memórias de um passado ancestral.
França, 2022. Direção: Léa Mysius. Com: Adèle Exarchopoulos, Sally Dramé e Swala Emati. 16 anos

Demon Slayer - Para a Vila dos Ferreiros
O anime inspirado nos mangás homônimos ganha mais um filme. Dessa vez, a trama acompanha a matança que ocorre na vila dos ferreiros.
Japão, 2022. Direção: Haruo Sotozaki. 16 anos

A Esposa de Tchaikovsky
★★★★☆
O filme retrata a obsessão da jovem Antonina pelo compositor Tchaikóvski. O músico aceita se casar com ela para acabar com os rumores sobre sua sexualidade, mas se esforça para se livrar da esposa.
Rússia, 2021. Direção: Kirill Serebrennikov. Com: Alyona Mikhailova, Odin Lund Biron e Miron Fedorov. 16 anos

A Garota Radiante
★★★★☆
A trama acompanha Irene e sua família judia durante a Segunda Guerra Mundial. A jovem precisa lidar com a discriminação enquanto descobre o amor e vive sua paixão pelo teatro.
França, 2021. Direção: Sandrine Kiberlain. Com: Rebecca Marder, André Marcon e Anthony Bajon. 14 anos

Memória Sufocada
O documentário conta a história do Coronel Brilhante Ustra, condenado por tortura durante a ditadura militar brasileira.
Brasil, 2021. Direção: Gabriel Di Giacomo. 14 anos

Noites Alienígenas
★★★☆☆
Três jovens do Acre são amigos desde a infância e têm a vida impactada pelo tráfico de drogas. Com Gleici Damasceno, do BBB.
Brasil, 2022. Direção: Sérgio de Carvalho. Com: Gleici Damasceno, Chico Díaz e Joana Gatis. 16 anos

A Primeira Comunhão
Sara é uma adolescente que se muda para a cidade de Tarragona, na Espanha, no final dos anos 1980. Além dos seus problemas para se enturmar, o encontro com uma criança perdida desencadeia uma série de situações sobrenaturais.
Espanha, 2022. Direção: Víctor García. Com: Carla Campra, Aina Quiñones e Carlos Oviedo. 16 anos

Um Samurai em São Paulo
O documentário acompanha a história de Taketo Okuda, que difundiu a arte do caratê no Brasil.
Brasil, 2020. Direção: Débora Mamber. 10 anos

Sombras de um Crime
★★★☆☆
Liam Neeson representa um detetive contratado pela herdeira de uma estrela de cinema. O que seria a busca por um desaparecido desemboca em uma conspiração envolvendo Hollywood.
Estados Unidos, 2022. Direção: Neil Jordan. Com: Liam Neeson, Daniela Melchior e Diane Kruger. 16 anos

O Urso do Pó Branco
★☆☆☆☆
Um urso come pacotes de cocaína caídos de um avião. O animal é, então, tomado por uma sede de sangue.
EUA, 2023. Direção: Elizabeth Banks. Com: Ray Liotta, Keri Russell e Alden Ehrenreich. 18 anos

turismo

Veja como será a tirolesa do Pão de Açúcar, no Rio

Projeto, que deve ser inaugurado no segundo semestre, divide opiniões em torno de seu suposto impacto ambiental

Aléxia Sousa e Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Ela não promete ser a maior nem a mais rápida, mas luta para ser a tirolesa com a mais bela vista do país. O horizonte da praia de Botafogo, com o Cristo Redentor ao fundo, poderá ser apreciado com um ventinho na cara e algum frio na barriga a partir do segundo semestre, a depender de um projeto que já está em curso, mas que divide opiniões.

A ideia é que, ao lado dos cabos que sustentam o bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, se somarão outros quatro condutores de aço trazidos da Suíça para transportar os visitantes mais aventureiros de um morro a outro, numa distância de 755 metros.

Um sistema de sensores digitais inédito no Brasil, segundo o diretor técnico Diego Scofano, possibilitará saber exatamente quando o passageiro saiu, chegou e deixou a plataforma, abrindo a portinhola e liberando o próximo viajante automaticamente.

Parte da inspiração veio dos esportes radicais e aéreos que ele mesmo pratica, como o capacete com protetor facial usado na asa-delta (que também serve para abafar os gritos) e a cadeirinha usada no parapente, feita do tecido ultrarresistente das escaladas.

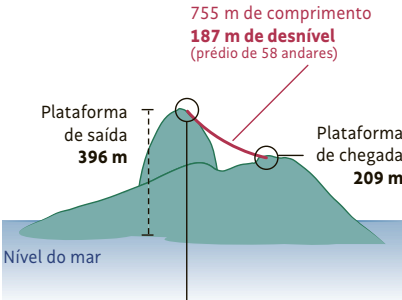
Situada num monumento natural tombado e rebatizado de "parque", a tirolesa será mais uma modernização prevista para o marco turístico que já era revolucionário 111 anos atrás —o Pão de Açúcar foi o terceiro teleférico construído no mundo e hoje é o mais longevo em operação.

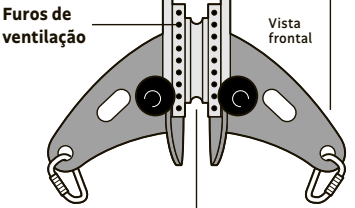
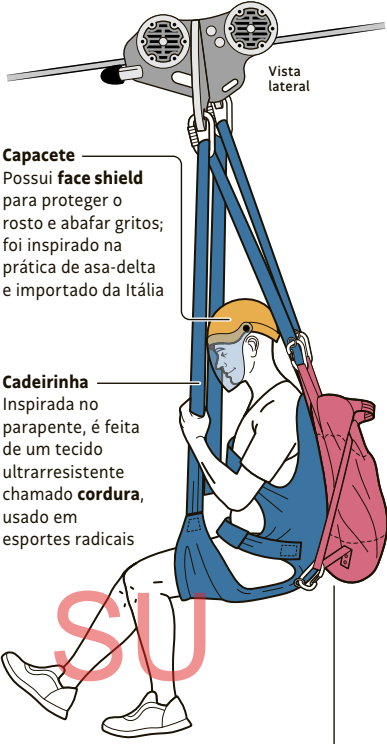
Mas não sem polêmicas. Um grupo de moradores da Urca mobilizou, no último mês, um abaixo-assinado com mais de 6.000 assinaturas contra o projeto. O movimento #paodeacucarsemtirolesa critica o impacto ambiental, visual e sonoro que a atração, segundo os seus integrantes, poderá trazer. No último domingo, dia 26, fizeram mais um protesto, na Praia Vermelha.

A Secretaria Municipal do Ambiente e Clima também pediu recentemente um detalhamento de perfurações de rochas que não estariam previstas no projeto. Em resposta, a empresa que administra o Parque Bondinho Pão de Açúcar afirma que obteve todas as licenças necessárias com os órgãos públicos e ressalta seu trabalho ambiental.

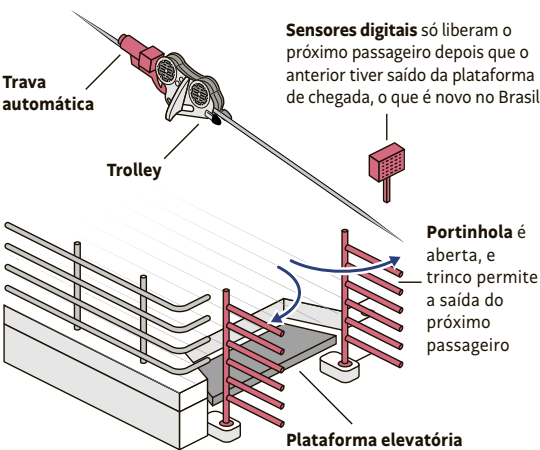
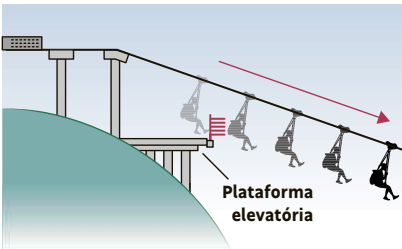
Ainda não há data certa para inauguração nem estimativa dos preços da futura atração.

Como será a experiência na nova tirolesa do Pão de Açúcar

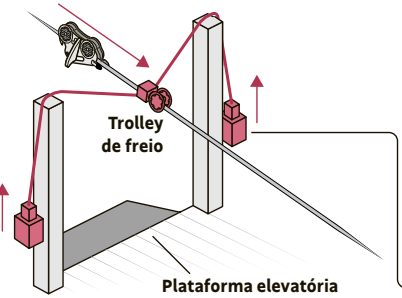
O salto partirá de **396 metros de altitude**, de uma plataforma próxima à estação do teleférico

Cabos de aço
Foram feitos sob encomenda na Suíça; são mais finos que o normal, portanto quase imperceptíveis

Trolley
O passageiro fica pendurado por **dois pontos**, então não "gira" e tem mais conforto

Rotação magnética reduz atrito e ruído, e "furinhos" fazem o ar circular, mantendo a temperatura mais baixa e aumentando a durabilidade

Os objetos pessoais são todos guardados numa **mochila acoplada** nas costas da cadeira, inclusive próteses

Antes de embarcar
O visitante recebe informações sobre o Pão de Açúcar, a área de conservação, atividades integradas à natureza e instruções de segurança

Saída
O passeio parte de uma **plataforma elevatória** para facilitar o embarque

Descida

100 km/h é a velocidade máxima, atingida no meio da descida; ela é reduzida a **60 km/h** antes de frear, portanto o passeio é suave

Chegada

50 segundos é a duração aproximada da viagem

A **freada é automática** e leve, porque, quando o trolley chega na estação, encontra outro trolley conectado a um **sistema de contrapeso**

Pesquisa apontou que maioria andaria de tirolesa
Entre 10.563 visitantes do bondinho de out.21 a nov.22

57% andariam **19%** talvez **24%** não gostam de atividade radical

Grupos
O sistema libera 2 passageiros por vez, mas pode ser coordenado para que 4 pessoas desçam juntas

Fotografias
Câmeras nas plataformas de saída e de chegada registram a viagem

Volta do material
Uma tirolesa de carga transporta os equipamentos de volta para cima

Acessibilidade
Cadeiras de roda, por exemplo, podem descer por esse sistema; toda a estrutura foi pensada para que pessoas com deficiência não precisem de adaptações

Quem pode ir
Qualquer pessoa que pese no mínimo 25 kg e no máximo 150 kg, sem limite de idade

O projeto

Inauguração: início do 2º semestre
Preço: ainda não foi definido
Investimento: R$ 50 milhões
Empregos gerados: mais de 50
Início do projeto: 2021
Início da construção: nov.2022

Comparação com outras tirolesas

A maior do mundo: Jais Flight, nos Emirados Árabes
Certificada pelo 'Guinness World Records', passa por cima do Golfo Pérsico

Extensão: 2,83 km
Altura: 1,68 km*
Duração: 3 min
Velocidade máxima: 160 km/h
Preço: AED 360 a AED 450 (cerca de R$ 505 a R$ 630)

A maior do Brasil: K2 Mil, em Santa Catarina
Começa na cidade de Rodeio e termina em Benedito Novo

Extensão: 2 km
Altura: 800 m
Duração: 2 min
Velocidade máxima: 150 km/h
Preço: R$ 150 a R$ 198

Tirolesa do Pão de Açúcar, no Rio
Extensão: 755 m
Altura: 396 m
Duração: 50 seg
Velocidade máxima: 100 km/h
Preço: não definido

Com queda no mar: Morro de São Paulo, na Bahia
Desce do morro do Farol até a Primeira Praia, terminando na água

Extensão: 340 m
Altura: 52 m
Duração: não informado
Velocidade máxima: não informado
Preço: R$ 80

Infografia Luciano Veronezi *Em relação ao nível do mar Fontes: Parque Bondinho Pão de Açúcar, QWST pesquisas, Jebel Jais, K2 Mil e tirolesa do Morro de São Paulo

Pelo mundo com o ChatGPT (parte 1)

No geral, achei que estava diante da Wikipédia, só que num tom informal

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de 'A Fantástica Volta ao Mundo'

"Qual a sensação de dormir num 'yurt' na Mongólia?"

"Dormir num tradicional 'yurt' mongol, também chamado de 'ger', com suas paredes de lona e feltro, oferece uma experiência aconchegante e íntima, bem diferente de dormir numa barraca comum ou num hotel."

O ChatGPT foi mais longe, descrevendo as paisagens que eu encontraria do lado de fora na tenda típica onde as famílias dormem nesse país nômade. E completou:

"Quando o forno está aceso, o 'yurt' pode ser bem acolhedor e quentinho, algo que é muito bem-vindo nas noites geladas".

Bem... eu dormi num "yurt" em 2008, na volta ao mundo pelos patrimônios da humanidade da Unesco, e posso dizer que é uma aventura à parte. Nem sempre agradável.

Dormi com o forno ligado, mas com medo de incêndio: lona e feltro e um fogareiro! Tinha horas que eu acordava suando, mas quando dormi pesado e o fogo apagou, despertei congelado. Saí da tenda e encontrei o céu mais lindo que já vi na vida, descontando aquele da noite em que fui surpreendido por uma aurora boreal em Alta, Noruega.

Agora responda rápido: qual das duas respostas te inspiraria mais a viver isso na Mongólia?

Não, esta não é mais uma coluna engraçadinha desdenhando da capacidade do ChatGPT, essa nova ferramenta de inteligência artificial. Eu estava realmente interessado em saber se ele poderia me ajudar a navegar pelo mundo. Veja o que acha.

Perguntei o que ele diria para uma amiga que tem medo de altura mas queria ir ao topo da Torre Eiffel. Resposta: "É compreensível que ela hesite em subir já que tem essa fobia, mas existem razões atraentes que ela talvez queira avaliar para superar seus obstáculos".

Hum... Na sequência, o ChatGPT lista quatro razões para ela subir: melhor vista de Paris; ver a torre de perto; sentimento de conquista (autoajuda!); segurança. E ainda: "Se sua amiga ainda estiver na dúvida, ela pode visitar os andares mais baixos da torre".

Minha versão: "Diga que ela nunca vai se esquecer daquele vento gelado batendo na nuca, que vai fazê-la esquecer qualquer medo e ainda te agradecer para sempre por você tê-la convencido de que esse medo não é a nada diante da história que ela vai contar quando chegar em casa!". Você decide que conselho é mais valioso...

"É seguro ir para a Rússia como turista agora?", questionei. ChatGPT: "As áreas mais afetadas pelo conflito estão no leste da Ucrânia, onde não há destinos turísticos na Rússia. Moscou e São Petersburgo não tiveram incidentes violentos ligados à guerra". Achei útil!

Mais uma: "Sou um fã de futebol; o que devo visitar em Buenos Aires?". As recomendações do chat vão do estádio do River Plate até ver um jogo na Bombonera. Para quem gosta de literatura, na mesma cidade ele indica a Fundação Jorge Luis Borges, mas não o café La Poesia, em San Telmo, que o escritor costumava frequentar...

No geral, achei que estava diante de uma página da Wikipédia, só que num tom informal. Por isso não tenho a certeza de que posso, por enquanto, confiar no ChatGPT como uma boa bússola: qualquer pessoa que encontrar pelas ruas das cidades que pesquisei vai me dar uma informação mais rica que as que li lá. Mais humana também.

Nem por isso encerrei minha "conversa" com ele. Pretendo voltar com perguntas do tipo: quais as chances de eu encontrar Björk pelas ruas de Reykjavik?; é verdade que tem um templo budista em Bancoc com uma imagem do Homem-Aranha?; quanto tempo leva para atravessar Funafuti a pé?; por que fui recebido em Timbuktu com a frase "bem-vindo ao fim do mundo"?

Mal posso esperar pelas respostas.

| QUI. Josimar Melo, Zeca Camargo